

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa

O MODO HETEROGÊNEO DE CONSTITUIÇÃO DA ESCRITA

Tese apresentada ao Curso de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em
Linguística

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Bernadete
Marques Abaurre

Campinas

Instituto de Estudos da Linguagem

1997

6745046
C817m

30275/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
	C817m
V.	Es.
TOMBO BC/	30275
PROC.	281197
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 31,00
DATA	21/05/97
N.º CPD	

CM-00098451-3

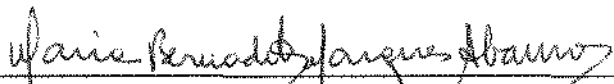
FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Corrêa, Manoel Luiz Gonçalves
C817m O modo heterogêneo de constituição da
escrita / Manoel Luiz Gonçalves Corrêa. - -
Campinas, SP : [s. n.], 1997.

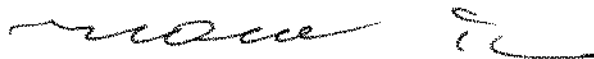
Orientador : Maria B. Marques Abaurre
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Escrita. 2. Imaginário. I. Abaurre, Maria
Bernadete Marques. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III.
Título.

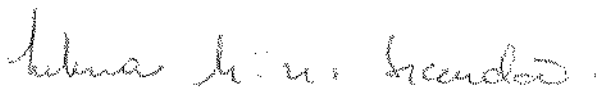
BANCA EXAMINADORA



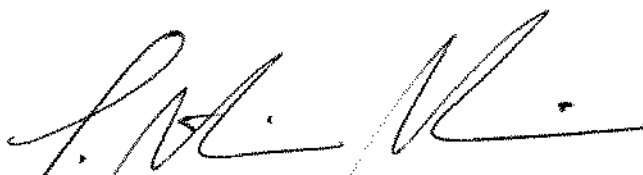
Prof.ª Dr.ª Maria Bernadete Marques Abaurre
(orientadora)



Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho



Prof.ª Dr.ª Helena Hathsue Nagamine Brandão



Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi



Prof. Dr. Sírio Possenti

Nota exemplar e a redação final da tese
defendida por Manoel Luiz Gonçalves
Carreão

é aprovada pela Comissão Julgadora em
24/03/97.

Prof.ª Dr.ª Maria Bernadete M. Abaurre

AGRADECIMENTOS

Pelas diferentes formas de participação neste trabalho, agradeço a:

Ataliba Teixeira de Castilho

Helena Hathsue Nagamine Brandão

Luíz Antonio Marcuschi

Maria Augusta Bastos de Mattos

Maria Cândida Drumond Mendes Barros

Neide Medeiros Santos

Raquel Salek Fiad

Sirio Possenti

Vânia Cristina Pires Nogueira Valente
(pelas constantes e pacientes instruções sobre o uso do computador)

e

Aos colegas (Sônia e Sueli, incluídas) do Departamento de Lingüística da
FCL-UNESP, *campus* de Assis (SP),

Aos colegas (Cris, Wânia e Rogério, incluídos) do Dep. de Ciências Humanas da
FAAC-UNESP, *campus* de Bauru (SP).

A todos os amigos.

AGRADECIMENTO ESPECIAL:

À BERNADETE,

pelo acompanhamento atento,
pelas contribuições,
por ter tornado possível a realização deste trabalho.

V

SUMÁRIO

RESUMO.....	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
1. A ESCRITA COMO OBJETO DE PESQUISA.....	1
2. A REDAÇÃO NO EVENTO VESTIBULAR.....	3
A seleção do <i>corpus</i>	8
Capítulo 1: O MODO HETEROGÊNEO DE CONSTITUIÇÃO DA ESCRITA.....	18
I. A TÍTULO DE INTENÇÕES.....	18
II. PASSOS DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
(1) Breve revisão sobre letramento e oralidade.....	23
(2) Das dicotomias radicais à dicotomização metodológica.....	27
(3) Da dicotomização metodológica ao modo heterogêneo de constituição da escrita.....	37
(4) A heterogeneidade na base semiótica do falado e do escrito.....	53
(5) Algumas percepções do modo heterogêneo de constituição do oral/falado e do letrado/escrito.....	69
(6) Conceituação.....	86
Capítulo 2: COMO APREENDER O IMAGINÁRIO SOBRE A ESCRITA: TRÊS EIXOS DE REPRESENTAÇÃO.....	89
1. RASTROS DA INDIVIDUAÇÃO DOS SUJEITOS.....	90
O enfoque lingüístico.....	97
O uso do paradigma indiciário na análise de textos de vestibulandos.....	101
2. O TEXTO E O MÉTODO: PARA ONDE OLHAR.....	115
A proposta de Redação.....	116
Um exemplo de textualização praticada por um vestibulando.....	123
Três atos de apropriação da escrita e suas marcas.....	164
Capítulo 3: O ESCRIVENTE E A REPRESENTAÇÃO DA GÊNESE DA ESCRITA.....	185
1. IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DA CONSIDERAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE A GÊNESE DA ESCRITA.....	188
Duas recusas teóricas.....	188
2. A GÊNESE DA ESCRITA NO CONJUNTO DE TEXTOS ANALISADOS.....	195
Marcas sintáticas.....	198
Marcas prosódicas e lexicais.....	215
Marcas organizacionais do texto.....	241
Recursos argumentativos.....	252
Considerações finais.....	264

Capítulo 4: O ESCRIVENTE E A REPRESENTAÇÃO DO CÓDIGO ESCRITO INSTITUCIONALIZADO.....	270
1. IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DA CONSIDERAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE O CÓDIGO ESCRITO INSTITUCIONALIZADO.....	273
2. O CÓDIGO INSTITUCIONALIZADO NO CONJUNTO DE TEXTOS ANALISADOS.....	287
Marcas sintáticas	289
Marcas lexicais	305
Marcas organizacionais do texto	310
Recursos argumentativos	320
Marcas ortográficas	329
Considerações finais	332
 Capítulo 5: O ESCRIVENTE E A DIALOGIA COM O JÁ FALADO/ESCRITO	338
1. IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DA CONSIDERAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE A DIALOGIA COM O JÁ FALADO/ESCRITO	345
2. A DIALOGIA COM O JÁ FALADO/ESCRITO NO CONJUNTO DE TEXTOS ANALISADOS.....	364
A presença de outro enunciador no texto do escrevente	365
As referências à própria língua.....	375
As referências a um registro discursivo	380
As referências ao leitor.....	382
As citações da coletânea apresentada para a produção do texto.....	387
As remissões ao próprio texto.....	396
Considerações finais	398
 CONCLUSÃO	404
 ABSTRACT	413
 BIBLIOGRAFIA	415

RESUMO

Este trabalho tem como proposta a caracterização de um modo heterogêneo de constituição da escrita. Considerado o imaginário sobre a escrita que circula pela sociedade, a questão central abordada é a da atuação da imagem que o escrevente faz da escrita na construção do texto. A caracterização desse modo heterogêneo de constituição da escrita está baseada, por um lado, na percepção de vários autores de que há textos produzidos em pontos intermediários entre os pólos considerados típicos do falado e do escrito; e, por outro, na atuação do princípio dialógico da linguagem como condição de articulação de sua heterogeneidade. Primeiramente, essa caracterização é feita pelo estabelecimento de uma conceituação do modo heterogêneo de constituição de escrita a partir da discussão de dois pontos de vista básicos sobre a escrita: o da visão autonomista, que trabalha com a dicotomia radical entre o falado e o escrito, e o da visão que relativiza essa autonomia propondo um contínuo entre esses pólos. O segundo passo dessa caracterização consta da fixação de uma metodologia de trabalho a partir da criação de um espaço de observação que postula a circulação dialógica do escrevente por três eixos de representação da escrita: o da imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita, o da imagem que o escrevente faz do código escrito institucionalizado e o da representação que o escrevente faz da escrita em sua dialogia com o já falado/escrito. Ainda nesse momento de fixação de uma metodologia, é adotado um modo particular de olhar para os textos, a saber, o do paradigma indiciário, tomado como base para investigação de

pistas, regularidades e propriedades lingüísticas dos textos analisados. Abordando separadamente cada um dos três eixos propostos para observação, procede-se, num terceiro passo, à análise de um conjunto de oitenta e três dissertações do vestibular/1992. O funcionamento desse modo heterogêneo de constituição da escrita evidencia o caráter específico (ao mesmo tempo, geral e particular) da relação escrevente/linguagem, permitindo problematizar tanto a visão que considera esse modo heterogêneo como interferência do oral no escrito, como a visão que o considera apenas como produto da retomada de modelos de escrita institucionalizados.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Escrita. 2. Imaginário.

INTRODUÇÃO

1. A ESCRITA COMO OBJETO DE PESQUISA

Numa época em que se discute o declínio da escrita em favor de outros modos de comunicação, sobram, ao lado dessa, muitas outras razões para o seu estudo. A presente pesquisa, por exemplo, é movida pelo interesse em melhor conhecer seus segredos para contribuir com esse conhecimento tanto para o trabalho didático com o texto, como para as mais diversas áreas científicas em que seja relevante explorar a relação sujeito/linguagem a partir da consideração do texto escrito.

Tornada simbólica pelo homem, e guardando, embora remotamente, marcas da capacidade imagética do ícone, a escrita, e em especial a escrita do tipo alfabético, impera sobre as mais variadas formas de registro. Três razões se destacam na sustentação desse império. Em primeiro lugar, porque, no que se refere a sua matéria - entendida como traços gráficos passíveis de manipulação técnica -, o fato de ser fixável no plano, isto é, de ser registrável espacialmente, faz que, ao oferecer-se à apreensão visual, seja percebida em sua concretude. Mas não só por essa razão. Também quanto ao caráter simbólico da escrita alfabética, esta, ao apreender, de modo segmentalizado, o enunciado oral e suas unidades significantes - fazendo-o de maneira satisfatória, ainda que imperfeita -, permite que o material apreendido no produto gráfico adquira grande flexibilidade em relação ao objeto de sua apreensão, tornando-o, a

partir de então, suscetível às experimentações possibilitadas pelo registro dado à visão. Uma última razão, também ligada a seu registro espacial, é que, ao olhar das sucessivas gerações, a visibilidade invariante do produto gráfico acrescenta-lhe a propriedade de permanecer no tempo. Sua matéria gráfica, seu caráter simbólico próprio e seu produto invariante no tempo são, portanto, três aspectos que podem explicar o império da escrita alfabética sobre outras formas de registro¹.

Afora esses aspectos mais gerais, a escrita produzida na escola tem um interesse ainda mais vivo. Pensamos, por exemplo, na possibilidade de abordá-la, tomando-a a partir da relação entre sujeito e linguagem, do ponto de vista de sua sempre dada e, ao mesmo tempo, sempre inédita relação com a oralidade. Quanto mais forem considerados os fatores co-atuantes na constituição do escrevente e quanto mais a escrita for tomada no seu processo de apreensão não-exaustiva da oralidade, menos regulamentação normativa será solicitada e melhores frutos serão colhidos. Considerando-se o escrevente como parte fundamental do processo dessa apreensão da oralidade pela escrita, altera-se o próprio sentido da expressão "*língua literária*", tradicionalmente entendida como a língua que se sobrepõe aos dialetos - "*nenhum dos quais*", segundo o que então se acreditava, "*se impõe aos demais*" - para tornar-se a língua oficial e comum de um povo - sentido que ainda aparece em Saussure (1975, p. 226-7). Tal alteração de sentido ocorre à medida que se abre, no espaço de comunidade simbólica criado pela escrita, a possibilidade de se observar a intervenção do

¹ A título de exemplificação, um dos mitos que mantêm a força desse império e que é tomado como efeito direto do registro escrito é o da permanência do sentido por ele registrado. O fato de que a "visibilidade invariante" do registro gráfico frequentemente seja confundida com uma suposta invariância do sentido do texto não é nenhuma novidade, mas ainda persiste na fabricação de numerosos equívocos. Expressões populares como "Valeu o escrito" mostram o espaço assertivo aberto pela escrita e sua suposta força de preservação de um sentido único para o texto.

escrevente a partir da imagem que ele próprio faz (aspecto do ineditismo da escrita) da língua escrita (aspecto do que já está instituzionalizado para a escrita, em parte através do imaginário socialmente construído sobre a chamada "*língua literária*"). Dentre os segredos que a escrita desperta, destacam-se, pois, esses fatores de constituição do escrevente e o desvendamento das representações que ele faz da relação entre oralidade e escrita.

Com o objetivo de desvendar esses segredos, tomamos como material para análise um conjunto de redações do Vestibular/1992 da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mas, antes de tratar da caracterização desse material, faremos uma rápida descrição do evento discursivo que cerca a produção desses textos, a saber, o próprio Vestibular UNICAMP.

2. A REDAÇÃO NO EVENTO VESTIBULAR

Um dos pioneiros na avaliação da produção textual dos alunos, desde 1987, o vestibular da UNICAMP tem-se caracterizado pela aplicação de provas dissertativas sobre as diferentes áreas de conhecimento. O vestibular proposto em 1992, que é o foco de interesse deste trabalho, apresenta duas fases: na primeira, uma prova de redação e doze questões gerais sobre História, Geografia, Biologia, Química, Física e Matemática, e, na segunda, provas dissertativas específicas sobre essas áreas de conhecimento e sobre língua estrangeira (Inglês ou Francês) e Língua Portuguesa e Literatura .

Pela influência positiva que a Universidade gostaria de exercer sobre o ensino secundário, mas também - do ponto de vista do aluno - pelo risco que um tal instrumento de avaliação pode representar para o sonho de tornar-se um

universitário, a prova de redação tem sido objeto de muita atenção por parte dos envolvidos no concurso: de um lado, a Comissão Permanente para os Vestibulares, órgão da Universidade, responsável pela concepção, elaboração e correção das provas; e, de outro, escolas secundárias - talvez com mais destaque para as particulares -, cursos pré-vestibulares, pais, professores e alunos. Para se ter uma idéia da atenção requerida, basta observar que, no cômputo das provas da 1ª fase do vestibular/1992, seu peso corresponde a 62,5% do total de pontos, fato que justifica as preocupações apontadas: a valorização da expressão escrita, por parte da Universidade; o risco de não corresponder à expectativa da Universidade, por parte do candidato.

Elaborada para medir a capacidade "*de organizar as idéias, de estabelecer relações, de interpretar dados e fatos e de elaborar hipóteses explicativas para conjuntos de dados relativos a quaisquer áreas de conhecimento*" (Manual do Candidato: Vestibular Nacional UNICAMP/93, p. 23), essa prova tem apresentado, quanto ao quesito ADEQUAÇÃO, três opções, envolvendo cada uma delas, de modo articulado: um tema, um tipo de texto (dissertação, narração ou carta) e uma coletânea de textos que, conhecida no momento da prova, deve ser utilizada adequadamente no sentido de contribuir para a "*discussão e/ou desenvolvimento do tema*" (idem, ibidem) escolhido. A fuga ao tema e/ou a não-obediência ao tipo de texto escolhido e/ou, ainda, a não-utilização da coletânea têm como consequência a anulação da prova do candidato. Cada uma das três opções deve adequar-se ainda à "*modalidade escrita em língua padrão*" (idem, ibidem).

Destacam-se, portanto, na prova de redação, dois aspectos ligados a sua elaboração e correção. A prova é, ao mesmo tempo e nessa ordem, um

exercício de leitura e de produção do texto. Desse modo, embora o candidato esteja diante de uma solicitação que vai avaliá-lo quanto a sua capacidade de produção, devem também estar integradas a seu texto marcas de sua capacidade de recepção do texto escrito. A concepção dessa prova tem, pois, a escrita como eixo organizador, uma vez que, no processo de sua realização, o aluno estará diante do texto escrito tomado, primeiramente, como um dos elementos catalisadores de seu próprio processo de escrita (um dos papéis da coletânea) e, em seguida, como produto final, no texto entregue ao examinador.

As opções postas para o aluno e a proposta que articula tema-coletânea-tipo de texto, colocam-no em posição de ativar seu conhecimento prévio: (a) acerca de um assunto - e do que ele traz de associações possíveis -; (b) acerca dos textos da coletânea - e de sua relação com outros textos lidos ou não pelo aluno - e (c) acerca de um certo tipo de texto - e de sua relação com os mais variados tipos de texto que o aluno já produziu durante sua vida escolar progressa. É, pois, num sentido amplo de leitura que o evento de linguagem que rege a produção da redação procura captar o modo particular de leitura do candidato. Como produto dessa leitura, procura-se captar, também, a capacidade do candidato de adequar sua bagagem de conhecimento ao tipo de conhecimento institucionalizado por uma comunidade específica: a universitária. Essa exigência de adequação do escrevente, ao lado da situação típica de prova - presença de examinadores, tempo limitado, espaço dividido com dezenas de concorrentes, entre outros fatores - sintetizam o que se poderia chamar o contorno etnográfico do evento de linguagem - o próprio vestibular - que cerca a produção das redações.

Esquemáticamente, teríamos, pois, um evento que, segundo a proposta de Himes (apud Brown & Yule, 1985, pp. 37-46), contaria com um *remetente* [*addressor*]: o candidato-escrevente; um *destinatário* [*addressee*]: a Universidade, personificada nos participantes da banca de correção; a *audiência* [*audience*]: pais, professores, colegas, vizinhos, parentes; um *tópico* [*topic*]: o assunto a ser tratado; o *local de tomada do exame* [*setting*]: sala com dezenas de concorrentes, tempo limitado, examinadores, restrições quanto ao uso de certos instrumentos e quanto a certos comportamentos, como o de trocar idéias com os colegas; o *canal* [*channel*]: escrita; o *código* [*code*]: registro formal de linguagem; a *forma-mensagem* [*message-form*]: dissertação, narração ou carta; a *chave* [*key*]: avaliação quanto à qualidade da produção; e o *propósito* [*purpose*]: ser convincente junto à banca examinadora.

Esse contorno etnográfico compõe, do ponto de vista da instituição que o organiza, um evento que, ao valorizar a leitura em seu sentido amplo, privilegia uma avaliação essencialmente lingüística. Pretendendo ser um exame que leva em conta a capacidade de leitura do mundo por parte do candidato, constitui-se, ao mesmo tempo, numa proposta que, ao procurar valorizar o conhecimento global do candidato, exige que o escrevente recorra - quase que inevitavelmente, dado o tipo de conhecimento institucionalizado pela comunidade universitária - ao seu conhecimento lingüístico, conhecimento que, segundo Brown & Yule, não é senão uma parte do conhecimento sobre o mundo (cf., op. cit., p. 233).

Não é difícil perceber, portanto, que o uso do conhecimento do mundo, solicitado como instrumento de leitura no evento vestibular, escapa de sua dimensão antropológica mais ampla para, no âmbito de uma troca simbólica

particular - seja na recepção, seja na produção lingüística -, impor, como objetos de decifração, a linguagem verbal como código e a escrita como modalidade. Invertem-se, pois, os papéis de um tal conhecimento global e de um conhecimento específico sobre a prática lingüística, à medida que este último passa a ser tanto solicitação de partida quanto de chegada e termina por caracterizar o conhecimento institucionalizado pela comunidade específica que o solicita: a universitária.

Mas, embora solicitado como conhecimento lingüístico, não se trata de um conhecimento lingüístico estrito. Como se sabe, toda prática lingüística impõe um inevitável jogo de imagens (Pêcheux, 1990 a), que é o que põe o sujeito em ponto de linguagem. No caso do vestibular, mais do que diante de um evento passível de minuciosa descrição etnográfica², o candidato se confronta com um conjunto menos aparente de solicitações pessoais e institucionais, que vão desde aquelas referentes à auto-imagem até aquelas relativas às expectativas familiares quanto a seu desempenho e às exigências de adequação de seu registro discursivo à modalidade escrita da língua padrão. Tudo confluindo para a conformação lingüística final.

Conseqüentemente, no que se refere ao tópico "a redação no evento vestibular", pode-se dizer que a produção do texto do vestibulando está mediada, acima de tudo, por um imaginário sobre uma dada região do código (registro formal de linguagem) e sobre uma especificação da modalidade (a escrita) e da norma (a culta). Ou seja, cabe ao candidato, no momento da prova, tanto a atividade metalingüística de adequar seu uso da linguagem

² Vale lembrar, com Veyne (1971), que *"um acontecimento [no caso, o "evento" vestibular] não é um ser [um indivíduo = "un être"], mas um cruzamento de itinerários possíveis"* (op. cit., p. 38).

verbal ao que supõe ser o registro discursivo esperado pela Universidade, como a injunção fática de tomar a palavra, pela escrita, e de adequá-la ao que seria o lugar do escrevente: aquele que é capaz, segundo a anunciada expectativa da Universidade, de compreender e de se fazer compreender satisfatoriamente por meio da escrita.

A seleção do *corpus*

Dos textos disponíveis para análise, optamos pelas dissertações - e não pelas narrativas ou pelas cartas. Vários são os motivos para essa escolha.

O tipo de relação entre oralidade e escrita que buscamos determinar e que será melhor definido no capítulo 1 tem, pode-se adiantar, uma propriedade bastante típica de impor um modo de enunciação heterogeneamente constituído que - dado o material a ser analisado - será apreendido por meio da atividade escrita.

Bem conhecidas, as pesquisas feitas por Tannen (1982) sobre narração procuram definir um modo "letrado" e um modo "oral" de narrar; por sua vez, e também bem conhecidas, as pesquisas feitas por Chafe (1982 e 1985) procuram mostrar que a carta se caracteriza por um pressuposto muito presente na oralidade, qual seja, o do diálogo, em que o envolvimento com o tema e com o destinatário são, nas produções menos formais, muito fortes, podendo, nesses casos, ser esse gênero textual localizado, numa gradação, em pontos de mínima formalidade em relação a outros gêneros da escrita. Tanto as narrações, nas quais se poderia investigar o aparecimento de um modo "oral/letrado" de narrar, como as cartas, nas quais se poderia investigar um modo "oral/letrado" de dialogar parecem, portanto, conter as condições ótimas de aparecimento, em

textos escritos, de um modo heterogêneo de constituição da escrita a partir desses pólos. Ambas as produções seriam, pois, certamente, fontes de muitas descobertas interessantes nos textos dos vestibulandos.

Contudo, por um lado, fica descartado o estudo das narrações devido a uma opção teórica. Como a narratividade está presente sempre que o homem enuncia, para os objetivos deste trabalho, é mais produtivo considerá-la - enquanto princípio enunciativo e não enquanto tipo (ou gênero) de texto - como uma opção compulsória qualquer que seja o texto estudado. Não se trata, pois, propriamente, de abandoná-la, mas de observar sua eventual presença também nas dissertações.

Por outro lado, não será levado em conta o estudo das cartas em razão do tipo de argumentação predominante nesse gênero. A carta, especialmente da maneira como proposta no vestibular, é um gênero em que o contexto para a argumentação é relativamente bem delimitado, tanto em relação ao tema, quanto em relação ao destinatário. É provável que essa delimitação seja uma das razões do sucesso dessa proposta de texto quanto ao posicionamento pessoal do candidato em relação a temas polêmicos. Como a argumentação dirigida a um destinatário específico implica um pressuposto muito presente na conversação face a face (embora não exclusivo dela), qual seja, o do diálogo, em que o envolvimento com o tema e com o destinatário são, em geral, muito fortes, poderiam ficar muito restritas a esses dois elementos as conclusões sobre o modo de enunciação particular que estávamos destinados a definir.

Sem descartar o envolvimento com o tema e com o destinatário, a dissertação, ao contrário das cartas, é um tipo de texto que, em suas formas orais mais acabadas (pensamos, por exemplo, no caráter dissertativo das

conferências), aparece em manifestações mais formais. Por sua vez, esse modo de argumentação em torno de um tema é, ao mesmo tempo, um dos conteúdos mais freqüentes no ensino da produção escrita formal. Para caracterizar seu registro mais formal, bastaria atermo-nos ao tipo de destinatário que esse tipo de texto constrói na escrita. Não se trata, em geral, de buscar o destinatário, lançando vôo - como seria possível no texto narrativo - basicamente à imaginação de um leitor solitário. Tampouco se trata de dirigir-se a um destinatário identificado individualmente numa carta. Trata-se, ao contrário, de um destinatário difuso, espécie de compilação imaginária de traços, relacionados com o próprio imaginário sobre as instituições reconhecidas como modelares da escrita, em suas manifestações mais formais. Mais do que um destinatário específico, seu leitor responde, em geral, por uma instituição. Podemos mesmo dizer que a dissertação fala com uma instituição, fato que coloca o escrevente em posição de enunciar-se perante a opinião pública, noção cuja vaguidade talvez explique o trânsito, freqüentemente não controlado pelo escrevente, entre a comunhão de idéias suposta na opinião pública e a comunhão de idéias presente no senso comum.

Em decorrência do maior distanciamento do interlocutor, as dissertações parecem ater-se a solicitações típicas dos gêneros mais formais da escrita, tais como envolvimento moderado quanto ao assunto e quanto ao futuro leitor bem como registro mais formal de linguagem. Também a escolha e ordenação mais ou menos explícita dos argumentos e a antecipação (na falta da presença física do interlocutor) quanto a possíveis objeções (apenas supostas, portanto) são propriedades que, embora não-exclusivas desse tipo de texto, aparecem de modo mais pronunciado na dissertação. Com efeito, nesse contexto de emissão

para um destinatário difuso, tais propriedades desempenham o papel de fatores bastante ritualizados da textualidade das dissertações, contribuindo não só para o que comumente se espera em termos de sua coesão e coerência (como devem ser organizadas do ponto de vista formal e semântico), mas principalmente para o que comumente define a aceitabilidade do texto dissertativo (manipulação, por parte do escrevente, de elementos padronizados que ele supõe levarem à cooperação do leitor em relação ao texto). Ao lado desse efeito de textualidade produzido, essas propriedades também atuam, juntamente com o distanciamento do interlocutor, para a produção de um envolvimento moderado com o assunto (defesa moderada de um ponto de vista) e com o futuro leitor (controle do efeito de distanciamento/aproximação com o leitor). Essas características, embora também não-exclusivas nem desse tipo de texto nem da modalidade escrita, dão, ao material a ser analisado, uma conformação bastante favorável à apreensão do modo de constituição dessa escrita no que se refere à conjunção de aspectos da modalidade oral e da modalidade escrita, conjunção que, considerada a partir das representações do escrevente, é um dos elementos-chave na determinação do tipo particular de enunciação que buscamos detectar nos textos dos vestibulandos.

Diante do exposto, foi constituído como *corpus* um conjunto de oitenta e três dissertações do vestibular/1992, realizado em 1º de dezembro de 1991. Esses textos foram selecionados a partir de uma amostra maior do mesmo vestibular, cuja elaboração estatística - de responsabilidade de especialistas ligados à própria Comissão Permanente para o Vestibular - contempla: curso para o qual o candidato concorre, perfil do candidato (idade, sexo, procedência, situação sócio-econômica, curso secundário freqüentado - se particular ou oficial -,

frequência ou não de curso pré-vestibular) e nota obtida na prova de redação. Sabendo que essa amostra maior contempla a variação no aproveitamento dos candidatos, em termos de notas obtidas, tomamos um leque de dissertações que cobre todo o espectro do aproveitamento, desde textos anulados por inadequação ao tema, ao tipo de texto ou à coletânea até textos avaliados com nota máxima. De modo a refletir a tendência estatística que a prova apresentou, o *corpus* estabelecido reúne um número maior de redações com avaliações em torno de um aproveitamento médio. Embora dispuséssemos de dados sobre a caracterização sociolingüística da clientela, tais como idade, sexo, formação escolar etc., preferimos englobar essas variações como manifestações do imaginário sobre a escrita que, de modo geral - em virtude do ensino mais institucionalizado e do prestígio devotado a ela -, circula por toda a sociedade e atinge todo e qualquer escrevente. As diferentes formas pelas quais os escreventes lidam com esse imaginário não foram, porém, desprezadas, uma vez que, em nossa análise, trabalhamos justamente com as representações que o escrevente faz de si mesmo, do interlocutor e da própria escrita, as quais registram, no texto, outras particularidades a respeito da inserção sociolingüística do escrevente, tais como, representações sobre o espaço e o tempo da interlocução, sobre o registro a ser utilizado, sobre a norma, sobre a modalidade. De modo particular, a investigação desse imaginário sobre a escrita está, neste trabalho, diretamente ligada à consideração do dialogismo na linguagem e da conjunção de aspectos do modo oral e do modo escrito de elaboração textual, tomados como indícios da relação sujeito/linguagem na escrita dos vestibulandos.

Não se trata de insistir, é bom que se esclareça, no erro de julgar um fenômeno de linguagem (o imaginário sobre a escrita que circula pela sociedade) pela desconsideração dos interesses particulares e de particularidades lingüísticas dos vários grupos que compõem a sociedade. Pelo contrário, buscamos também alertar para o heterogêneo que constitui a própria norma. Isto é, ao valorizar a representação que o escrevente faz da (sua) escrita, do interlocutor e de si mesmo, tem-se um tipo de individuação da experiência lingüística que não traduz apenas o imaginário que ele, individualmente, faz da escrita, mas um imaginário que é adquirido do grupo de que faz parte, da escola que frequênta, do vestibular que presta... E não há opção metodológica possível para se tratar desse tipo de relação entre oralidade e escrita, isto é, do ponto de vista do imaginário do escrevente sobre a escrita, se se tomar como exigência metodológica o tratamento exaustivo de todo o espectro da sociedade. Até mesmo pelo fato de que, no imaginário do escrevente sobre a escrita, está registrado um tipo particular de relação com a linguagem, consigo mesmo e com o outro. Portanto, parece ser improcedente um tipo de objeção que consistisse em afirmar que não se pode falar do imaginário sobre a escrita que circula pela sociedade, de um modo geral, apenas porque é - como, de fato, se sabe - muito restrito o número de pessoas que chegam a se candidatar a uma vaga na universidade. Como se vê, o fato de contar com um número restrito de pessoas que chega a se candidatar a ter uma prova analisada não impede que se postule um imaginário sobre a escrita. Pode-se mesmo defender que a exclusão ao acesso à universidade é mais um fator que auxilia na fixação de um certo imaginário sobre a escrita, tomada especialmente como fonte de ascensão social e de prestígio. Neste trabalho, buscam-se, porém, não precisamente

ligações do tipo escrita/ascensão social, mas especialmente as marcas lingüísticas desse imaginário, cujo processo de registro escrito contribui para a constituição de um modo heterogêneo de enunciação. Certamente, a consideração desse imaginário contribuirá não só para melhor definir o papel da escrita na sociedade atual, como também para melhor interferir em seu ensino.

No vestibular/1992, o tema associado ao tipo de texto que escolhemos para análise é: *Violência nas tribos urbanas modernas*. Para o desenvolvimento desse tema, acompanham seis diferentes textos (ou fragmentos de textos), compondo uma coletânea. No enunciado da prova, uma observação sobre a coletânea informa: "*os textos foram tirados de fontes diversas e apresentam fatos, dados, opiniões e argumentos relacionados com o tema*" (Cadernos de Questões da 1ª fase do vestibular/1992, realizada em 1º/12/91, p. 2). Além de descrever os textos como similares aos que o candidato está acostumado a ler cotidianamente, ressaltando que "*não representam a opinião da banca examinadora*" (idem, ibidem), a observação prossegue informando que o candidato deve utilizar a coletânea, mas não deve copiá-la.

Ainda quanto à bagagem de informação de que o candidato pode servir-se, é importante observar que o enunciado da prova alerta para a possibilidade de o candidato "*utilizar-se também de outras informações que julgar relevantes para o desenvolvimento do tema escolhido*" (idem, ib.). Portanto, a bagagem de informação trazida pelo próprio candidato é bem-vinda desde que ele obedeça ao requisito de utilizar a coletânea.

Duas letras de música, um trecho de entrevista com o vocalista de um grupo de rock (publicada na Revista Isto é Senhor), um trecho de uma matéria sobre o grupo de rock Gun's N'Roses (publicado na revista Top Metal Band) e dois

fragmentos de textos extraídos de livros compõem um material para leitura cuja característica básica é apresentar pontos de vista divergentes. Destaque-se, também, que os gêneros postos para leitura são bastante acessíveis, com exceção talvez dos fragmentos extraídos dos livros, que poderiam criar alguma dificuldade quanto ao tipo de abordagem que fazem do problema da violência. No geral, a linguagem caracteriza-se pela informalidade, cabendo expressões do tipo: "acertar as pontas", "palavrões cabeludos", "descem o verbo", "um lance de rebeldia". Em um dos fragmentos extraído de livro, pode-se constatar, porém, um vocabulário menos conhecido, como, por exemplo: "engendrando crises sacrificiais suplementares" e "novas vítimas expiatórias". Não parece, porém, que a dificuldade de leitura estivesse no léxico. Além do tipo de abordagem sobre o tema, acredita-se que também a novidade do próprio tema parece ter surpreendido grande parte dos candidatos, que, àquela altura, não contava com informações muito precisas sobre o que se chamava, na proposta, de "tribos urbanas".

* * *

Dando seqüência à contextualização da análise, trataremos, no capítulo 1, da conceituação do modo de enunciação que se constitui a partir da junção entre o oral/letrado e o falado/escrito, ao qual chamaremos modo heterogêneo de constituição da escrita.

No que se refere aos textos produzidos como resposta à proposta de redação acima descrita, eles serão abordados a partir do capítulo 2. Nesse capítulo, exporemos a metodologia utilizada a partir de três eixos que, segundo o que estamos propondo, orientam a circulação do escrevente pelo imaginário sobre a escrita.

No capítulo 3, abordaremos o primeiro desses eixos - o da representação da escrita em sua suposta gênese . Nesse capítulo, procuraremos investigar em que medida o escrevente se prende a um imaginário sobre a escrita, quando ele constitui um modo de enunciação em que a conjunção entre o oral/letrado e o falado/escrito traduz-se, na escrita, como tentativa de transcrição termo a termo de recursos mais típicos de gêneros da expressão oral. Essa investigação será precedida de um apanhado das implicações teóricas da consideração de um tal eixo, no qual procuraremos observar em que medida as reflexões lingüísticas sobre a escrita podem contribuir para desvelar esse modo particular de enunciação. Para tanto, serão utilizadas também as reflexões sobre o modo oral de organização do discurso como uma forma de trazer para o campo da reflexão lingüística a presença do oral no escrito.

No capítulo 4, abordaremos o segundo eixo - o do imaginário sobre o código escrito institucionalizado. Nesse capítulo, serão tratadas as implicações teóricas da consideração de um tal eixo, observando de que modo um tal imaginário pode ter-se sustentado por toda a tradição gramatical e em que medida esse fenômeno se reproduz na escrita dos vestibulandos.

No capítulo 5, abordaremos o terceiro eixo - o da relação do texto do vestibulando com o já escrito/falado e com o já lido/ouvido. Nesse capítulo, procuraremos explorar o dialogismo na escrita do vestibulando, de tal forma que a circulação que ele faz pelo imaginário sobre a escrita possa ser detectada não só como a necessária dialogia estabelecida com outros textos - dialogia que regula qualquer utilização da linguagem -, mas também como um tipo particular de dialogia, aquele que, neste trabalho, é visto como constitutivo da escrita do vestibulando, isto é, que a constitui segundo a circulação imaginária do

escrevente pelos três eixos aqui estabelecidos para análise. Para esse tipo de tratamento, buscamos auxílio nas teorias lingüísticas que tratam do fenômeno da polifonia, tais como as produzidas por Bakhtin, Ducrot e Authier-Revuz.

Na conclusão, apresentaremos um apanhado das discussões consideradas mais relevantes, procurando reintroduzir, no âmbito da prática pedagógica (mas também em outros campos que envolvam a relação sujeito/linguagem), um outro discurso sobre a escrita, de modo a trazer de volta a questão da variação da língua e da heterogeneidade que constitui o escrevente e seu discurso.

Capítulo 1

O MODO HETEROGÊNEO DE CONSTITUIÇÃO DA ESCRITA

I. A TÍTULO DE INTENÇÕES

A delimitação do campo da escrita não é um assunto consensual. Baseados na classificação proposta por Marcuschi (1995), buscaremos problematizar, nas discussões teóricas que se seguem, duas oposições que têm orientado a reflexão sobre a escrita: a oposição entre oral/letrado, por um lado, e a oposição entre falado/escrito, por outro. Segundo Marcuschi, as relações entre oralidade/letramento e fala/escrita são "*fenômenos de fala e escrita enquanto relação entre fatos lingüísticos (relação fala x escrita) e enquanto relação entre práticas sociais (oralidade x letramento)*" (op. cit., p. 11).

Vale ressaltar, ainda nessa classificação de Marcuschi, que, se os fenômenos de fala e escrita dados à observação podem ser vistos enquanto fatos lingüísticos e enquanto práticas sociais, deve-se levar em consideração a íntima relação entre um fato lingüístico e uma prática social. Desse modo, nem o presente trabalho, nem - acreditamos - o próprio Marcuschi negam que todo fato lingüístico se vincula a uma prática social. De nossa parte, a assunção de que os fatos lingüísticos do falado/escrito são práticas sociais e se vinculam, portanto, ao oral/falado será muito útil para que possamos questionar a delimitação do campo da escrita apenas pela constatação óbvia de um material específico - o gráfico - que lhe serve como base semiótica.

Ao assumirmos o falado e o escrito como práticas sociais vinculadas ao letramento e à oralidade, estamos defendendo uma posição que toma como

matéria, em diferentes graus, a existência histórico-social do letramento. É, pois, nessa perspectiva, que defendemos o encontro entre as "*práticas sociais*" do oral/letrado e os "*fatos lingüísticos*" do falado/escrito.

Esse encontro, mesmo sendo testemunhado pela intuição dos falantes comuns³, não tem produzido um acordo entre os estudiosos do assunto. Há os que defendem, quanto a essas *práticas* e quanto a esses *fatos*, uma dicotomia radical [Goody (1979); Olson (1977), por exemplo]; há os que defendem uma autonomia relativa (Vachek, 1989, por exemplo); há os que utilizam a dicotomia apenas como um recurso metodológico na criação de um contínuo tipológico de gêneros textuais, nos quais são observados pontos intermediários localizados entre os extremos do suposto como típico oral, de um lado, e do suposto como típico escrito, de outro [(Tannen (1982); Chafe (1982, 1985); Biber (1988); Marcuschi (1994 b, 1995), por exemplo)]. Há, ainda, aqueles que fazem referências explícitas a um misto entre oral/letrado e falado/escrito [Street (1984) e outros]. Finalmente,

³ A forma como convivem as "*práticas sociais*" do oral e o do letrado aparece na falta de limites precisos entre elas, já que têm em comum o fato de não se confundirem com o ensino formal. Por exemplo: toda pessoa que se orienta pelos sinais de trânsito (o exemplo é de Graff, apud Street, 1984, p. 110) mesmo sem dominar a escrita alfabética, é - no sentido que estamos dando ao termo - uma pessoa letrada. Esse fato mostra que o saber que vem da chamada tradição oral - o modo de acesso a ele, seu conteúdo menos suscetível à institucionalização formal, sua transmissão mais vinculada às práticas cotidianas - pode confundir-se com certos saberes letrados que, embora convencionalizados em signos gráficos, caracterizam-se por um modo de acesso, um conteúdo e uma transmissão desligados de instituições formalmente instituídas, como as escolas, por exemplo. Os limites entre o oral e o letrado ficam ainda menos nítidos se atentarmos para as formas orais ritualizadas. Pense-se, por exemplo, nos provérbios. É sabido que eles dividem com as formas letradas tidas como puras - aquelas provenientes da prática da escrita - tanto o aspecto da permanência no tempo, como o aspecto - talvez menos óbvio no que se refere à escrita - da suscetibilidade às variações. Sobre a partilha deste último aspecto, vale sempre lembrar que também a permanência da escrita não a exime das várias possibilidades de leitura a que o texto escrito está sujeito, dado que o sentido não pertence nem ao produtor nem ao leitor, mas à relação que entre eles se estabelece a partir do que fica registrado no texto.

Por sua vez, o exemplo mais claro da convivência entre os "*fatos lingüísticos*" do falado e do escrito é a reclamação de muitos professores de que o texto de seus alunos sofre muita "interferência" da oralidade. Uma tal afirmação é, segundo o que pensamos, um tipo de percepção da convivência entre o falado e o escrito, portanto não exata ou necessariamente a percepção de um problema do texto. É freqüente também, entre os falantes, a percepção inversa, ou seja, a percepção de traços do escrito - certas construções, certo vocabulário - no falado. É o que cotidianamente ocorre, por exemplo, quando as pessoas rejeitam aqueles interlocutores de fala muito rebuscada, tachando-os de "quererem falar difícil".

há os que procuram conceber a escrita no processo de sua produção (Luria (1988), Vygotsky (1987, 1988), Abaurre (1989, 1990 a, 1990 b, 1994) e Abaurre et al. (s/d, 1995) sobre ritmo da escrita e sobre a aquisição da linguagem escrita; Silva (1991) sobre alfabetização; Chacon (1996) sobre o ritmo da escrita como uma propriedade organizadora do heterogêneo da linguagem).

Neste capítulo, estaremos às voltas com essas diferentes posições acerca do assunto. No entanto, antecipamos, de saída, nossa posição. Inspiramo-nos, de certo modo, no que chamamos a utilização metodológica da dicotomia, feita por autores como Biber e Marcuschi, para propormos não a compartimentação de gêneros em um contínuo (contribuição já dada por esses autores), mas um modo heterogêneo de constituição da escrita, no que nos aproximamos às idéias de Street, de Abaurre, de Silva e de Chacon. Para tanto, criaremos, nós também, um lugar para observação do fenômeno do encontro entre essas práticas. Esse lugar, metodologicamente construído (cf. descrição e exemplificação no capítulo 2), é composto, no presente trabalho, por três eixos de representação da escrita pelos quais - sustentamos - os escreventes de um modo geral (no caso estudado, estudantes em situação de vestibular) circulam em sua prática textual escrita. Os eixos propostos são os seguintes: o da representação que o escrevente faz sobre o que imagina ser a gênese⁴ da (sua) escrita; o da representação que o

⁴ Por falta de melhor denominação, chamamos de representação da "gênese" da escrita ao primeiro eixo que propusemos. Temos consciência do perigo dessa escolha. Não há, naturalmente, um ponto de origem localizável, nem imaginariamente. Nosso objetivo foi referir à expectativa de completude mantida pelo escrevente quanto a evidenciar integralmente uma prática em seu produto, no caso, a prática do registro gráfico do falado em relação ao produto escrito. É nesse sentido que, em determinados momentos, nos sentimos autorizados a descrever a prática do escrevente como uma tentativa de plasmar o falado no escrito, fato que inclui a tentativa de tradução fiel também de fatores pragmáticos envolvidos no ato de enunciação. Em termos das relações escrita/mundo e escrita/falado, a atuação desse eixo de representação impõe uma tentativa de tomar a escrita como representação fiel, seja como símbolo de primeira ordem (relação escrita/mundo), seja como símbolo de segunda ordem (relação escrita/falado). Voltaremos a esse tema no capítulo 3, p. 188-194.

escrevente faz sobre o que imagina ser o código escrito institucionalizado e o da representação que o escrevente faz sobre a dialogia com o já falado/escrito e com o já ouvido/lido.

Embora, neste trabalho, nos limitemos à análise de textos de vestibulandos, acreditamos que a idéia de um modo heterogêneo de constituição da escrita a partir desses três eixos de circulação imaginária seja localizável em qualquer tipo de texto escrito. Portanto, nossa hipótese é que, em diferentes graus e com diferentes possibilidades de adequação ao gênero produzido, essa circulação venha, sempre, de alguma forma marcada. A comprovação que temos - como veremos na análise (capítulos 3, 4 e 5) - refere-se aos textos analisados, em que, embora em diferentes graus e com diferentes níveis de adequação ao tipo de texto dissertativo produzido, foi possível localizar essa circulação imaginária em todos os textos.

Ainda com relação à abrangência dessa circulação imaginária do escrevente, defendemos que nenhum texto escrito se caracteriza por apenas um desses três eixos de representação. É nesse sentido que buscamos as marcas lingüísticas da conjunção entre o oral/letrado e o falado/escrito - ou, como preferimos, entre o oral/falado e o letrado/escrito - tomados enquanto práticas sociais. Acreditamos, portanto, que a investigação do produto escrito permite observar marcas deixadas pela conjunção dessas práticas⁵, marcas que, como vimos nas abordagens intuitivas exemplificadas acima (cf. nota 3), permitem flagrar a presença do oral/falado no letrado/escrito.

⁵ Mais especificações metodológicas sobre encarar o produto escrito como um momento do processo de escrita do escrevente e sobre como determinar as marcas lingüísticas serão dadas no capítulo 2.

No presente trabalho, não nos preocuparemos em resolver a ambigüidade que o escrito mantém em suas relações com o mundo (escrita como símbolo de primeira ordem) e com o falado (escrita como símbolo de segunda ordem⁶). Pretendemos, ao contrário, questionar o papel da escrita como representação para encará-la como um tipo particular de enunciação. Desse modo, as relações que o escrito mantém com o mundo e com o falado serão tratadas no próprio processo de escrita, pois defendemos que, a cada momento, o escrevente se divide quanto ao modo de lidar com essa ambigüidade. A hipótese que buscaremos fortalecer é, como dissemos, a de que o escrevente, em seu processo de escrita, circula por um imaginário sobre a língua - este sim um sentido de representação que interessa perseguir neste trabalho - em suas diferentes manifestações e variedades, imaginário que se particulariza para as situações específicas e concretas de uso da escrita e que se estende aos diferentes e instáveis modos de conceber a relação escrita/mundo e escrita/fala.

II. PASSOS DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo obedecerá aos seguintes passos teóricos: (1) breve revisão sobre letramento e oralidade; (2) das dicotomias radicais à dicotomização metodológica; (3) da dicotomização metodológica ao modo heterogêneo de constituição da escrita; (4) a heterogeneidade na base semiótica do falado e do escrito; (5) referências ao modo heterogêneo de constituição da escrita; (6) conceituação.

⁶ Essa é a posição defendida em Vygotsky (1988). Segundo o autor, o sistema de escrita "constitui um simbolismo de segunda ordem que, gradualmente, torna-se um simbolismo direto. (...) Gradualmente, esse elo intermediário (a linguagem falada) desaparece e a linguagem escrita converte-se num sistema de signos que simboliza diretamente as entidades reais e as relações entre elas" (op. cit., p. 120).

(1) Breve revisão sobre letramento e oralidade

Nesta revisão, será destacada a natureza sócio-histórica de cada uma dessas práticas. Por um lado, procuraremos chamar a atenção - ainda que rapidamente - para a necessária desidentificação do letramento com a alfabetização, bem como para o caráter processual do letramento e sua natureza sócio-histórica. Por outro lado, destacaremos os diferentes gêneros que compõem a oralidade, isto é, buscaremos caracterizá-la não apenas por seu aspecto material, cuja existência fônico-acústica estrita poderia levar o leigo a confundí-la com uma única de suas realizações, a conversação face a face.

Para que possamos assumir, de saída, o uso da palavra "letramento", ora corrente em português, atentemos para a observação de Gnerre:

"entre as principais línguas européias somente o inglês dispõe de uma palavra como l i t e r a c y, que faz referência de forma abstrata a todos os possíveis aspectos de envolvimento social e individual com a prática de escrever. Em outras línguas dispomos de palavras como é c r i t u r e, s c h r i f t, e s c r i t a, s c r i t t u r a, que fazem referência tanto à atividade concreta de escrever quanto ao produto concreto de tal atividade" (op. cit., p. 26-7).

Tfouni (1994), ao mostrar preocupação semelhante com o uso da palavra "letramento", atribui seu amplo emprego em textos técnicos à *"tomada de consciência que se deu, principalmente entre os lingüistas, de que havia alguma coisa além da alfabetização e que era mais ampla, e até determinante desta"* (idem, p. 50). Em virtude de sua crescente polissemia em função de várias posições teóricas adotadas, a autora procura, então, dar contornos mais precisos ao conceito:

"... letramento, para mim, é um processo, cuja natureza é sócio-histórica. Pretendo, com esta

colocação, opor-me a outras concepções de letramento atualmente em uso, que não são nem processuais, nem históricas, ou então adotam uma posição 'fraca' quanto à sua opção processual e histórica. Refiro-me a trabalhos nos quais, muitas vezes, encontra-se a palavra letramento usada como sinônimo de alfabetização." (idem, ib., destaques no original).

Essa questão retorna em Marcuschi (1995) quando o autor trata da relação entre letramento, alfabetização e escolaridade. Marcuschi liga o letramento a "*um processo de aprendizagem*" em "*contextos informais e para usos utilitários*" (op. cit., p. 2). Por sua vez, a escolarização é definida como uma "*prática formal e institucional de ensino*" (idem, ib.) mais ampla do que a "*habilidade restrita*" da alfabetização, que consiste no "*domínio ativo e sistemático*" do ler e escrever e se define "*como apenas uma das atribuições/atividades*" da escola (idem, ib.).

Neste trabalho, será assumido o sentido original do inglês, exposto por Gnerre, salientados os contornos conceituais propostos por Tfouni e Marcuschi. Outras referências serão feitas ao conceito de letramento no decorrer de outras seções. Por ora, em função das discussões que se seguirão, trataremos do conceito de oralidade.

A forma mais evidente de comunicação oral é a da interação face a face, em que a elaboração do discurso é coletiva, dada a participação ativa dos interlocutores. É chamada, nesse caso, de "língua falada", "conversação" ou "discurso falado". A título de esclarecimento, é interessante observar que Marcuschi (1986) define, "conversação" como a primeira e provavelmente a única forma de linguagem "*da qual nunca abdicamos pela vida afora*" (idem, p. 14).

Contudo, há, como sabemos, outros modos de se produzir comunicação oral, cada um dos quais ligado a determinadas práticas culturais. Bakhtin (1992) vincula os gêneros às esferas de atividade humana e, por essa via, define os enunciados como genéricos⁷. Para se ter uma idéia da importância que Bakhtin dá ao papel e à diversidade de gêneros, atente-se para a afirmação seguinte: *"os enunciados e (...) os gêneros do discurso são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua"* (op. cit., p. 285). Portanto, podemos pensar a comunicação oral de acordo com uma gama muito diversa de gêneros, vinculados a práticas específicas da atividade humana.

Ligados ao que normalmente se chama "tradição oral", dispomos, por exemplo, dos modos de comunicação que se materializam em gêneros textuais orais como as máximas, as anedotas, as histórias populares. Ligados a práticas mais marcadamente institucionais como, por exemplo, as da religião ou da pedagogia podemos também citar, entre outros, gêneros como os sermões e as conferências.

Há, finalmente, os modos de comunicação oral à distância, que produzem uma ampla variedade de gêneros, como, por exemplo, as reportagens radiofônicas ou televisuais. As conversas ao telefone constituem um caso particular desses modos de comunicação oral à distância, uma vez que o modo de elaboração do discurso é semelhante ao da interação face a face, pois o número de interlocutores é restrito e há a possibilidade de construção coletiva do discurso, a qual se faz sempre no âmbito das reações imediatas entre os interlocutores. Com exceção das conversas ao telefone, os outros são exemplos

⁷ Como bem observa Barros (1994), *"Bakhtin concebe o enunciado como matéria lingüística e como contexto enunciativo e afirma ser o enunciado, assim entendido, o objeto dos estudos da linguagem"* (op. cit., p.1).

de modos de comunicação oral que fogem aos critérios da interação face a face e/ou da elaboração coletiva do discurso⁸.

Tomemos como exemplo o caso do gênero "reportagem radiofônica ao vivo". O evento discursivo em que ele se constitui exige a produção de um texto minimamente preparado, ainda que não necessariamente "escrito no papel". Há, por exemplo, nesse modo de comunicação oral, a necessidade de contextualização verbal devido à falta de interação face a face, fato estranho aos textos orais em que a situação imediata preenche esse requisito.

Parece, pois, que esse gênero de texto radiofônico apresenta - ao lado de traços da oralidade como o aspecto fônico-acústico e a marca do momento de sua produção - um forte parentesco com o que normalmente se atribui ao modo de elaboração do texto escrito, como, por exemplo, a elaboração solitária do texto, isenta, portanto, das reações imediatas do interlocutor, características da elaboração conjunta própria à interação face a face. Desse modo, podemos dizer que, na reportagem ao vivo, temos exemplo de uma constituição heterogênea e não, como pode parecer à primeira vista, de um típico exemplo de texto oral.

Dando por esclarecido que a oralidade não se reduz a seu aspecto fônico-acústico e que, sobre o suporte desse mesmo material, podemos verificar seu modo heterogêneo de constituição - caso das reportagens radiofônicas ao vivo -, buscaremos situar o problema das dicotomias entre oral/letrado e entre falado/escrito.

⁸ Um estudo desses gêneros de produção oral levaria certamente a interessantes constatações a respeito do caráter escritural de muitas dessas produções, tema que retomará mais de uma vez nas discussões que irão se seguir.

(2) Das dicotomias radicais à dicotomização metodológica

No que se refere à questão das dicotomias radicais entre o oral e o letrado e o falado e o escrito, procuraremos mostrar que elas se sustentam tanto na afirmação de mudanças radicais nos conteúdos e nos modos de interação verbal a partir da uso dos primeiros registros escritos (Goody, 1979)⁹, como na afirmação de um papel decisivo da escolarização, que teria levado a uma crescente autonomia do *texto* (escrito) em relação ao *enunciado* (falado) [Olson, 1977].

Um dos nomes mais importantes na defesa da dicotomia radical é, como dissemos, Goody, embora se possa afirmar que, em relação a restringir o letramento ao aprendizado escolar da escrita, esse autor seja um caso à parte. Tratando de como aparece a razão gráfica a partir da confecção de listas, quadros, fórmulas e receitas, o autor defende "*que a oposição 'oral' e 'escrito' implica (...) diferenças nos meios de comunicação*" e que, a partir dessa oposição, "*os conteúdos e os modos de interação verbal*" também conhecem "*outras mudanças*"¹⁰ (op. cit. p. 71). Com destaque, também Olson, este mais propenso a assimilar o letramento ao papel da escola, se alinha nessa perspectiva quando defende a crescente autonomia do "*texto*" (escrito) em relação ao "*enunciado*" (falado), criando, desse modo, dois pólos opostos na produção verbal. Pode-se dizer que é a partir da criação dessa dimensão entre dois pólos opostos que se desenvolveu a reflexão mais significativa a respeito da relação entre o oral e o letrado tanto na produção de textos escritos, como na produção de textos falados.

⁹ Embora tenhamos recorrido, em vários momentos deste trabalho, à consulta da publicação original em inglês, "*The domestication of the savage mind*", datada de 1977, foi a tradução francesa, datada de 1979, a versão básica utilizada.

¹⁰ Todas as traduções de obras em língua estrangeira são de nossa responsabilidade.

Goody afirma que a palavra escrita "*acrescenta uma importante dimensão às ações sociais*". Ela não substitui, portanto, a fala, assim como esta não substitui o gesto (cf. op. cit., p. 55). Particularizemos nossa observação à questão da preservação do gesto pela fala e da não-eliminação da fala pela escrita, que nos parecem argumentos incontestáveis. Vale notar, a esse respeito, que Goody deixa de mencionar uma terceira possibilidade de relação: a presença do gesto em relação à escrita. Com efeito, se levarmos em conta a atividade de escrita, tomaremos contato com marcas eloqüentes do processo de escrita no texto resultante.

A propósito, Abaurre (1991), ao reclamar maior atenção para o fenômeno do ritmo da "*língua falada*", bem como do "*ritmo que se apresenta no texto escrito*", afirma que o próprio "*gesto rítmico com o qual o texto foi produzido se 'congela' em signos gráficos sobre uma página em branco*" (op. cit., p. 77-8). Essa metáfora, que busca registrar a materialização lingüística do processo de produção da escrita e que pode ser estendida para o papel do ritmo da escrita no que se refere a organizar o heterogêneo da linguagem [cf. Chacon (1996)], não desdiz em nada o fato de que a escrita "*acrescenta uma importante dimensão a muitas ações sociais*" (Goody, idem, ib.). Põe, no entanto, em circulação a atividade do sujeito que produz linguagem e, por essa via, não só permite ver o caráter não-substitutivo da escrita em relação à fala, como também permite observar vestígios dessa atividade no próprio texto escrito. Sobretudo, a consideração desse "*gesto*" introduz, no produto escrito, a presença de traços prosódicos e, portanto, semânticos. Desse modo, pode-se supor que Goody daria certamente uma outra direção a sua argumentação se

considerasse apenas como aparente o apagamento do processo da escrita no produto escrito.

Uma outra observação do autor na direção da defesa de uma dicotomia radical¹¹ é a que questiona o caráter reprodutivo da escrita em relação à fala. Segundo Goody, "*a escrita transforma nitidamente e de várias maneiras a própria natureza da prática da linguagem*" (idem, p. 143). Nada a contestar também quanto a esse fato se se deixa de lado a presença constante do produtor de linguagem no seu produto. Se esta presença é, ao contrário, considerada - pelo menos como particularizadora dos processos de escrita nos quais se insere como sujeito -, já não se tratará mais de observar apenas a relação entre falado e escrito, mas a relação entre sujeito e linguagem (cf. Abaurre et al., 1995, p. 40). O ineditismo (considerados os processos de escrita nos quais se insere o sujeito¹²) e o já-dado dessa relação é que seriam, pois, em conjunto, o fator transformador das práticas da linguagem, uma vez que estão ligados aos usos (tanto da fala quanto da escrita), os quais - é uma das hipóteses que pretendemos levantar aqui - não são apenas variados, mas submetidos às particularidades históricas de seus acontecimentos, incluindo aproximações de falas a escritas.

Vejamos, neste ponto, a referência à dicotomia radical entre o falado e o escrito feita por Olson. Optamos por discutir sua posição por um viés que nos

¹¹ Preocupado com o ensino de redação, Câmara Jr. (1972) assume posição semelhante à de Goody quanto à mudança no modo de pensar pela fala e pela escrita. O autor se refere, por exemplo, a saber "*pensar em termos de língua escrita*" (op. cit., p. 76). A própria metodologia que sugere para a produção do texto escrito, caracterizada por procedimentos essencialmente gráficos, mereceria maior atenção no momento de sua aplicação. Embora nem professores nem alunos se apercebam do fato, estes últimos são orientados a se utilizarem de recursos gráficos apenas como reprodução técnica. Desse modo, o escrevente pouco pode explorar as propriedades específicas desses recursos, como, por exemplo, seu caráter prospectivo, pressuposto na elaboração do *plano de redação*, ou seu caráter de reversão, pressuposto na idéia de *rascunho*.

¹² Ineditismo não significa aqui originalidade ou criatividade. Defendemos apenas que marcas da "*individuação*" histórica do sujeito podem ser vistas como dados de ineditismo. A noção de "*individuação*", tomada de Veyne (1983), será discutida no capítulo 2.

permita mostrar como essa assunção está presente nos estudos lingüísticos por meio de uma inversão entre a proposta teórica de partida (preferência pelo oral) e os procedimentos práticos efetivamente cumpridos (recurso subliminar à escrita). A referência à dicotomia radical entre fala e escrita que escolhemos foi retirada de um contexto em que Olson discute a pertinência da teoria de Chomsky quanto a sua aplicação para a linguagem em geral ou apenas para uma de suas modalidades. O autor faz uma *"conjetura"* acerca do fato de que a teoria de Chomsky se aplicaria apenas à *"prosa escrita explícita"*, uma vez que os falantes *"raramente confinam suas representações à informação convencionalizada no texto"*, de onde conclui que a controvérsia entre sintaticistas e semanticistas *"se reduz às hipóteses de que a língua é apropriadamente representada em termos de significados de sentenças ou em termos de significados de falantes"* (idem, p. 271).

A oposição que o autor faz entre *"significados das sentenças"* e *"significados dos falantes"* revela a dicotomia que a sustenta, a saber, a dicotomia radical entre o escrito e o falado ou, nos termos do autor, entre *"texto"* e *"enunciado"*. A questão por meio da qual Olson especula sobre a teoria gerativo-transformacional é uma questão central, a do sentido. É interessante observar que, sabendo ser baseada essa teoria em princípios tidos como universais, Olson não questiona propriamente essa universalidade, mas simplesmente procura transferir¹³ seus pressupostos para o domínio da escrita, a

¹³ A propósito da transferência de princípios universais para o domínio da escrita, Vachek [1989 (1974), p. 25-34] toma emprestado, para título de seu artigo, o nome de um capítulo de um livro de Householder (1971), justificando que *"o próprio título do capítulo [A primazia da escrita] é apto para chocar o ortodoxo, foneticamente propenso"* (op. cit., p. 26). Vachek opta por uma indagação: *"A primazia da escrita?"*, na mesma medida em que busca relativizar a posição de Householder quanto a postular, no lugar das formas subjacentes artificiais de Chomsky, uma forma *"mais realista"* representada pelas *"formas gráficas das palavras como pontos de partida dos quais o usuário da língua obtém suas formas fonológicas"* (idem, p. 31). Vachek explica que, para Householder, deve ser dado ao componente gráfico, nas comunidades com escrita, um lugar de prioridade no processo

partir do qual - para retomarmos a questão do sentido - pode-se pensar em tipos universais de *"significados de sentenças"*. É claro que Olson já conta, nesse ponto de sua argumentação, com uma especificação do tipo de escrita: a alfabética. Para ele, o sistema de escrita alfabética dá *"o primeiro passo na direção de tornar a língua explícita"*. Essa explicitude, segundo o autor, é obtida, num primeiro momento, em *"nível grafêmica"*, pois, dispendo de *"um signo distintivo para cada um dos sons representados"*, conta *"muito menos com o conhecimento prévio e expectativas do leitor do que outros sistemas de escrita"* (idem, p. 270). O segundo passo na direção da explicitude se deu, ainda segundo o autor, *"no nível semântico, ao permitir que uma dada sentença tivesse uma única interpretação"*. O percurso histórico na direção da explicitude do sentido proposto por Olson começa, portanto, com o aperfeiçoamento do sistema alfabético pelos gregos. Estes desenvolvem o *"estilo escrito"* que vai - pela influência da invenção da imprensa - dar na *"técnica ensaística"* britânica. Como resultado, foi obtida *"uma forma de linguagem especializada em servir às exigências do texto autônomo, escrito, formalizado"* (idem, ib.).

Por postular que a escrita alfabética prescinde da participação do leitor na construção do sentido, Olson se permite associá-la à explicitude, deixando a

gerativo, acima do componente fonológico. Ainda segundo Vachek, na visão de Householder, *"mesmo algumas das línguas não-registradas (embora certamente não em todas) possuem uma base gerativista que tem a mesma função nelas que a norma escrita em línguas de cultura. (...) Tal base é fornecida, em línguas não-registradas, por um certo estilo falado que goza de considerável prestígio e que serve os falantes como um tipo de padrão referencial"* (idem, p. 32).

Vachek busca relativizar essa posição, restringindo-a às comunidades lingüísticas letradas e a falantes que dominem perfeitamente a língua escrita. Apenas nesse caso, um tal falante *"visualizará primeiro a forma gráfica da palavra a ser gerada e, só então, será passada para sua forma fonológica"* (idem, p. 31). Contudo, destaca que *"geneticamente (tanto filogenética como ontogeneticamente), não pode haver dúvida quanto à prioridade da palavra falada"* (idem, ib.). E conclui com o postulado funcionalista de que a prioridade de uma forma sobre outra vai depender da reação do usuário da linguagem: se a reação desejada deve ser rápida e imediata, então é provável que a forma fonológica venha em primeiro plano; inversamente, *"se se deseja reagir de um modo documental e preservável, então a forma gráfica pode ter probabilidade de obter prioridade em relação à forma fonológica"* (idem, ib.).

opacidade do sentido por conta dos "*significados dos falantes*". Por esse artifício, pode, então, transferir a universalidade pretendida pela teoria gerativo-transformacional para o domínio da escrita, isto é, para uma forma especializada de linguagem explorada pelos "*ensaístas britânicos*" e "*formalizada pelos positivistas lógicos*"; ou, mais precisamente, para "*a estrutura da prosa escrita autônoma*", que chama "*texto*" (idem, p. 272).

Nossa posição quanto a essa transferência, bem como quanto à própria universalidade pretendida por essa teoria é de discordância. A importância que atribuímos à relação histórica entre sujeito e linguagem, registrada no processo de escrita, evidencia uma posição contrária à explicitude e à autonomia do texto, bem como à universalidade pretendida por esse tipo de teoria. No que se refere à ênfase na escrita, adotada, mas não reconhecida, pela própria Lingüística, pretendemos salientar apenas que esse dado vem comprovar o trabalho híbrido de boa parte dos lingüistas em relação à idéia de uma dicotomia radical entre o falado e o escrito. Explícita de um modo na teoria (preferência pelo oral), a dicotomia é recolocada de um outro modo na prática, em que fica implicado o uso de recursos enraizados na escrita.

Portanto, por menos que se possa concordar com a posição de Olson, é possível admitir em sua argumentação alguma parcela de verdade quando ele estabelece uma relação entre a teoria gerativo-transformacional e a escrita. Por caminhos diferentes (entre si, e em relação ao da tendência autonomista de Olson), Biber¹⁴ e Abaurre chegam a conclusões semelhantes quanto à influência da escrita nas pesquisas lingüísticas.

¹⁴ Biber (1988), ao comentar que a lingüística estrutural (na qual inclui a teoria gerativo-transformacional) tem sido inconsistente quanto a considerar a primazia da fala sobre a escrita, mostra que há um hiato entre teoria e prática na pesquisa sintática. De acordo com o autor, embora a escrita seja desconsiderada na teoria, na prática é a fala que é desconsiderada como não-sistemática e não-representativa da verdadeira estrutura da

O questionamento de Abaurre aponta, basicamente, para a possibilidade de se mostrar a não-espontaneidade da consciência da estrutura fonológica segmental. A autora lembra que, se realmente se chegar a essa conclusão, a universalidade das "*representações fonológicas subjacentes*" proposta especialmente pelos "*modelos de inspiração mentalista (como a Fonologia Gerativa)*" poderia ser posta em questão, uma vez que "*esses constructos teóricos*" se baseiam "*fortemente na noção de segmento*" (idem, p. 12-3, destaque no original). Eis, portanto, na noção de segmento, o exemplo de um modelo fonológico baseado na escrita, mais precisamente, baseado num tipo de representação digitalizada típico da escrita alfabética¹⁵.

língua. Biber chama a atenção para o paradigma gerativo-transformacional, em que as intuições gramaticais - dados, segundo o autor, fundamentais para a análise - coletadas por meio de dedução verbal são mais próximas à escrita do que à fala. E conclui que, embora os dados para análise não sejam tomados "*nem da fala real nem da escrita real, eles são, em sua forma, muito mais próximos da escrita estereotípica do que da fala*" (op. cit., p. 7).

¹⁵ A propósito da segmentação, valeria lembrar o procedimento lingüístico da discretização a ela associado. Em primeiro lugar, é preciso entender que se, em sua relação semiótica, a linguagem verbal dá forma ao mundo bio-social e às relações entre os homens, no sentido de discretizá-los e tornar possível sua discursivização, bem diferente, porque metalingüística, é a atitude analítica do lingüista, que busca quebrar a continuidade por meio da qual percebemos a própria linguagem.

A referência feita à noção de segmento, proveniente da digitalização própria da escrita alfabética, é ilustrativa dessa atitude analítica. Como sabemos, embora essa herança da escrita não tenha sido sempre percebida pelos lingüistas, ela tem gerado, nos lingüistas, uma espécie de obsessão pela discretização. O relativo abandono a que, por um bom tempo, foram relegados, por exemplo, os chamados traços supra-segmentais, revela - pela dificuldade imposta à segmentação - um tipo de atitude em relação ao material lingüístico. Na sua própria denominação, pode-se observar a imputação de um caráter de acréscimo em relação ao que realmente seria passível de discretização e, portanto, de interesse analítico - os segmentos. Esse questionamento, já um tanto antigo, pode iluminar, porém, a mesma obsessão discretizante em outras dimensões da linguagem, mesmo em perspectivas talvez menos marcadamente estruturalistas, como, por exemplo, a classificação sociolingüística das variedades de uma língua, em que, de acordo com o número de fatores sociais escolhidos, podemos chegar a um número determinado (às vezes, excessivo) de variedades discretas. A atitude discretizante e o limite que o próprio analista dá ao procedimento de discretização revelam um tipo de investigação marcado por uma visão globalizante e homogeneizadora do material de análise, cuja positividade, assim construída, permitiria ao analista ter acesso às partes constituintes. No caso da língua, essa relação com o material de análise, se não levou sempre a excluir de consideração os fatos particulares marcados pela relação histórica sujeito/linguagem, pelo menos deixou que se reintroduzisse, no método adotado, esse procedimento de exclusão do fato particular.

Num tom diferente e tratando especificamente da escrita, Marcuschi também critica a "*forma globalizante de ver a escrita*": próprio dos que defendem a autonomia da escrita, esse modo de ver se equivoca ao afirmar a existência de fenômenos sociais homogêneos e globais como o das supostas "*sociedades letradas*", em vez de atentar para a existência de "*grupos letrados*", representados por "*elites que detêm o poder social*" (1995, p. 5).

Essa recusa à universalização pela recusa à espontaneidade na representação fonológica mostra estar em jogo uma convenção - a da escrita alfabética - e não uma realidade psicológica tomada no nível abstrato das representações. Não se trata, pois, neste caso, de aproximar a universalidade pretendida pela gramática gerativo-transformacional ao domínio da escrita, como queria Olson, mas de detectar um expediente da escrita alfabética (o caráter descontínuo pelo qual ela representa a continuidade acústica dos enunciados) tomado - mas não reconhecido - pelos gerativistas como modelo de representação. Ainda que obliquamente, reaparece, nesse modelo de representação, a exclusividade da escrita na construção do objeto de estudo do lingüista. Não deixa de ser, porém, uma importante forma de emergência da dicotomia radical entre o falado e o escrito. Talvez mesmo uma indicação de que a dicotomia radical não se sustenta.

Propomos, neste ponto, um consenso provisório sobre a dicotomia entre o oral/falado e o letrado/escrito. Parece ser necessário que, de um ponto de vista metológico, reconheçamos a diferença, mas não a oposição radical entre o oral/falado e o letrado/escrito. Não cabe, portanto, atribuir primazia¹⁶ à fala ou à escrita, como insistem em fazer vários estudiosos. No consenso provisório que estamos propondo, podemos pensar a relação entre o falado e o escrito explorando a posição de Himes e de outros pesquisadores que estudaram o que chamam a *competência comunicativa*, posição descrita por Biber pela comparação com a noção de *competência gramatical*. Esta última, diz o autor, refere-se à "*estrutura lingüística dos enunciados gramaticais*" (incluindo fatos de ordem fonológica, sintática e semântica), enquanto a *competência*

¹⁶ Ver a respeito Marcuschi (1995, p. 1) e a retomada que fazemos desse autor na seção seguinte (cf., aqui mesmo, p. 50-1).

comunicativa se refere "à forma e ao uso de toda a língua - incluindo a fala e a escrita" (op. cit., p. 7-8).

Interessa extrair da idéia de *competência comunicativa* não a suposta centralidade nem a possível neutralização de um sujeito por um tipo de universalização próprio a uma dada cultura, mas o reconhecimento mesmo da relação histórica entre sujeito e linguagem, presente na heterogeneidade das várias culturas e, mais particularmente, nas suas práticas faladas ou escritas. Nesse sentido, e pensando no texto escrito, é importante que estabeleçamos um consenso a partir da idéia de que o texto varia de acordo com o grau de convivência entre o oral/falado e o letrado/escrito, convivência que se ancora nas representações que o sujeito faz de sua própria prática lingüística.

A título de exemplo, observemos, em texto de nosso *corpus*, como as representações que o sujeito faz sobre a (sua) escrita estão marcadas em seu texto:

"Nossa Criação

"Os jovens por não terem formação intelectual por desinterece de ambos os lados tanto de si próprio quanto por parte de seus governantes no caso do Brasil.

"Não conseguem expressar sua revolta de forma criativa, convincente e global" (Texto 04-199).

Sem entrarmos em detalhes sobre a escrita deste vestibulando, podemos dizer que nela convivem percepções do oral/falado com percepções do letrado/escrito¹⁷. Destacaremos como uma percepção do oral/falado a constituição desse fragmento a partir de uma única "*unidade de comunicação*"- conceito utilizado por Marcuschi (1986, p. 61-2)) para referir-se a um conteúdo

¹⁷ É preciso, porém, tomar o fragmento citado como um típico produto da escolarização, fato que nos leva a enfatizar a ligação - muito presente em nosso material de análise - entre as *práticas* menos formais do oral/letrado e o domínio formal da escrita instituído pela escola.

conversacional expresso numa unidade que pode ser diferente da unidade sintática da frase. A percepção de uma só unidade de comunicação constituída pela junção dos dois parágrafos é inegável para qualquer falante da língua portuguesa. Daí, a facilidade com que qualquer leitor poderia rejeitar a divisão proposta. Essa divisão em parágrafos, portanto, não tem a ver com uma percepção, por parte do escrevente, de dois blocos temáticos separados. Pelo contrário, ela está relacionada, segundo o que pensamos, a uma percepção particular que o escrevente tem da escrita. O conhecimento, adquirido na escola, de que o texto escrito deve ser separado em parágrafos parece ser, nessa passagem, o que orienta a disposição das idéias desse escrevente no papel. Se observarmos a tripla subordinação¹⁸ que se intercala, no primeiro parágrafo, entre o sujeito e o verbo [“(1ª) *por não terem formação intelectual* (2ª) *por desinterece de ambos os lados* (3ª) *tanto de si próprio quanto por parte de seus governantes no caso do Brasil*”], talvez possamos propor um condicionamento lingüístico para essa divisão em dois parágrafos. Do ponto de vista do escrevente, parece que a extensão e a complexidade da sentença justificariam essa divisão. Esse condicionamento lingüístico, confirmando, no texto do escrevente, uma imagem

¹⁸ Se levarmos em conta, nesse fragmento, a referência aos textos da coletânea (proposta para ser lida e utilizada no momento da prova), a tripla subordinação a que nos referimos poderia ser vista como uma inserção tópica característica do texto oral, ligada à exigência de utilização da coletânea. O escrevente procura cumprir essa exigência por meio desse tipo de inserção na tentativa de estabelecer o diálogo com o interlocutor que constrói para seu texto. Com efeito, em seu estudo sobre a *inserção* em discurso dialogado, Jubran (1993) afirma que “a fala dialogada (...) tende a apresentar caracteres de discurso não previamente planejável e, portanto, muitas vezes ruptor de estruturas canônicas” (op. cit., p. 71). No caso, a unidade tópica é o produto da redefinição do segmento gramatical “sentença complexa”, transformando uma causa em um tópico à parte. Pode-se, então, observar dois tópicos concorrentes: (a) “os jovens não sabem expressar sua revolta”, que começa no primeiro parágrafo e termina no segundo, porém tomado este último como independente; (b) “a culpa é o desinteresse pela formação intelectual por parte dos próprios jovens e do governo”, que é a “*inserção, responsável pela divisão do tópico em segmentos não-contíguos*” (idem, p. 64). Em termos argumentativos, a inserção feita pelo escrevente pode ser vista, ao mesmo tempo, como uma forma de trazer, colaborativamente, a posição que julga ser a de seu interlocutor e como uma tentativa de alçamento para essa posição. Por sua vez, a separação em parágrafos proposta pelo escrevente, tomada do ponto de vista dos procedimentos de articulação do discurso dialogado, pode ser vista como uma tentativa de reprodução gráfica de um modo de processamento característico do texto oral.

que supõe como necessária a complexidade da escrita, não muda, porém, o tipo de critério gráfico que o escrevente está utilizando na elaboração de seu texto.

Como se vê, o escrevente trabalha com um modo heterogêneo de constituição da escrita, ora articulando percepções do que imagina ser o oral/falado, ora articulando percepções do que imagina dever ser o letrado/escrito. Parece não haver razão, portanto, para propormos uma dicotomia radical entre esses pólos.

(3) Da dicotomização metodológica ao modo heterogêneo de constituição da escrita

A questão da dicotomia como recurso metodológico será vista como se sustentando no fato de que letramento não se restringe nem à alfabetização nem à escolarização. Por tratar-se de um *processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita*, distancia-se tanto de uma preocupação voltada para o *domínio ativo e sistemático das habilidades de ler e escrever* - própria da alfabetização - como de uma preocupação restrita a uma *prática formal e institucional de ensino* - a da escola - (cf. Marcuschi, 1995, p. 2).

Foi, em parte, pela crítica a essas aproximações estritas e pela afirmação das diferenças, mas não da dicotomia¹⁹, entre as "*práticas sociais*" do oral e do letrado, que vários estudiosos vislumbraram a possibilidade de propor a dicotomia entre os "*fatos lingüísticos*" do falado e do escrito também como um recurso metodológico. Tais *fatos lingüísticos* passam assim a ser tratados por esses

¹⁹ A propósito, Berruto (1974) afirma que a contraposição entre escrito e falado é muito menos dicotômica do que parece. Segundo o autor, se a oposição entre escrito e oral freqüentemente corresponde à oposição formal-informal, no sentido de que o escrito é formal (cuidado e elaborado) e o falado é informal, podem ocorrer, porém, ainda com bastante freqüência, uma escrita informal e uma fala formal (cf., op. cit., p. 78).

estudiosos²⁰ não unicamente em termos do sistema, mas, sobretudo, em termos de seu uso. Em uma das principais vertentes desse tipo de reflexão, a noção central passa a ser a de gênero textual, fato que se justifica não só em termos da possibilidade de acesso a acontecimentos enunciativos que se materializam no texto, mas também em termos da observação de seus correlatos sistêmicos, uma vez que a língua guarda nos enunciados genéricos a memória das esferas de atividades em que eles se originaram²¹.

Partindo da postulação de Olson, a relativização da oposição radical entre o oral e o letrado consiste em tomar os pólos do oral e do letrado como opostos para propor entre eles uma série de relações que podem terminar por colocar em xeque a própria dicotomia. O procedimento básico da utilização metodológica da dicotomia entre o oral e o letrado é negar uma oposição binária entre o oral e o letrado para, em seu lugar, propor a idéia de um contínuo. Sugerido em Olson - autor que, como adiantamos, se tornou uma das fontes primárias no que se refere ao estudo das relações entre oralidade e escrita -, esse contínuo estaria no intervalo entre o que ele chama de "enunciado" (oral) e o que ele chama de "texto" (escrito).

No Brasil, o reconhecimento desse contínuo tem sido defendido, entre outros estudiosos, por Marcuschi (cf. 1994 b, 1995). Curiosamente, essa idéia tem se constituído no contraponto mais pertinente à idéia da autonomia do "texto" (escrito) em relação ao "enunciado" (oral) proposta pelo próprio Olson (op. cit.).

Pesquisadores como Tannen (1982) e Chafe (1982, 1985) são duas referências importantes quanto à consideração desse contínuo, cuja postulação

²⁰ Estaremos omitindo o tratamento da relação entre o oral e o escrito do ponto de vista da história do aparecimento da escrita. Conferir, a respeito, Havelock (1996).

²¹ Pense-se, a propósito, na sugestão feita por Pêcheux quanto à relação entre os conceitos de *campo semântico* e de *subcódigo* ao mostrar que eles antecipavam, no sistema, sua proposta de regiões marcadas pelo domínio particular do discurso (cf. Pêcheux, 1990 a).

não aparece propriamente em função da dicotomia entre oral/letrado, mas em críticas que fazem a uma suposta autonomia entre o oral e o escrito. Com efeito, ao explorarem as relações entre a língua oral e a língua escrita, retificam, cada um a seu modo, a proposição de Olson de que a técnica ensaística britânica, desenvolvida a partir do surgimento da imprensa, teria historicamente constituído uma modalidade escrita inteiramente autônoma em relação à língua oral.

Preocupada diretamente com a questão da dicotomia, Tannen opta por chamar a atenção para o problema já no título de um de seus trabalhos *"O mito da oralidade e do letramento"* (1982). Segundo a autora, *"não é oralidade vs letramento per se que é a distinção chave"*. Ela adota outros critérios para a definição de uma oposição e conclui que a distinção chave está ligada à ênfase no *"foco relativo no envolvimento vs conteúdo"* (op. cit., p. 37).

Tannen constrói sua retificação da postulação de Olson quanto à autonomia do texto escrito ao mostrar que as convenções sociais impõem aos usuários da língua estratégias associadas, preferencialmente, ou com a expressão oral da linguagem, ou com sua expressão escrita ou com ambas as modalidades de expressão verbal. Enfatizando a propriedade da lexicalização como fundamental para a expressão escrita, a autora procura recusar dois mitos quanto ao letramento: (a) o de que *"escrever é descontextualizado"*; (b) o de que *"o discurso focalizado no texto é encontrado somente na escrita"* (op. cit., p. 41).

Pode-se dizer que a persistência desses mitos deve-se, em grande parte, ao modo como tem sido encarada aquela propriedade básica da escrita apontada pela autora: a da lexicalização. Ao forjar uma atitude específica em relação à mensagem escrita, voltada a uma fixação em seu conteúdo, esse recurso marcaria, segundo a visão criticada, uma focalização no texto,

contrariamente ao que, de fato, ocorre na língua falada, em que a atitude em relação à mensagem é - como lembra a própria autora - inseparável da atividade da fala. Como sugere Tannen, o envolvimento interpessoal enfatizado na fala pode, pois, constituir-se em um dos fatores que levam a enrijecer o preconceito segundo o qual a língua oral levaria a desprezar o texto para focalizar-se basicamente na contextualização da situação imediata do discurso. A assumir-se essa posição - chama a atenção a autora - poder-se-ia pensar na afirmação de Olson, por exemplo, de que, na fala, "*o sentido está no contexto*" (apud Tannen, *Idem*, p. 39). A outra face desse mesmo preconceito, subdividido pela autora nos dois mitos acima expostos, corresponde, como se adiantou, ao fato de que, na escrita, a ênfase no conteúdo tem sido entendida como uma propriedade segundo a qual a língua escrita levaria a desprezar a contextualização em favor do próprio texto. A se conceber a escrita como descontextualizada, poder-se-ia afirmar - adverte a autora -, ainda com Olson, que, na escrita, "*o sentido está no texto*" (apud Tannen, *idem*, *ib.*).

Essa suposta descontextualização da escrita baseia-se, como se vê, numa idéia de texto totalmente desvinculada da interlocução que ele sempre e necessariamente estabelece. Nas palavras de Marcuschi, atento a uma noção de contexto voltada para as condições pragmáticas e cognitivas, o texto estaria sendo visto "*como produto ou artefato a ser dissecado*" e não como processo (1994 *a*, p. 4 e 5). A propósito, Marcuschi afirma que a contextualização não pode caracterizar apenas uma única modalidade do uso da língua, uma vez que, tendo o uso da linguagem um modo pragmático de existência, a contextualização é "*intrínseca ao próprio processamento lingüístico em geral*" (*idem*, p. 10).

Ainda no que se refere à retificação encaminhada por Tannen a respeito de uma suposta autonomia do texto escrito, sua contribuição quanto a evidenciar a ilusão dessa autonomia complementa-se pelo que a autora mostra ser uma questão de ênfase no conteúdo, maior na escrita porque tal ênfase está ligada ao recurso da lexicalização, mais próprio da escrita. Mas não se trata, desta feita, de opor, por meio do grau de atenção dado ao conteúdo, ênfase no texto (suposta como típica da escrita) a ênfase no contexto (suposta como típica da oralidade). Justamente por se tratar de uma questão de grau de atenção ao conteúdo, não se justificaria a definição sugerida por Olson de duas entidades autonomamente constituídas, isto é, não se justificaria a proposição de uma tendência histórica de passagem do enunciado ao texto.

Chafe (1982 e 1985), ao explorar a variável do estilo, também relativiza a afirmação de Olson. Para tanto, propõe categorias gerais para o estabelecimento das diferenças entre oralidade e escrita, tomando por base, do material que investigou, em especial o que considera como "*extremos da língua falada e da língua escrita: conversação à mesa de jantar* [formalidade mínima investigada] e *prosa acadêmica* [formalidade máxima investigada]" (1985, p. 122). É importante lembrar que, nesse trabalho, o autor utiliza também exemplos de conferências e de cartas. Se não bastasse a indicação de um contínuo no próprio *corpus*, o autor explicita sua preocupação com um exame mais detalhado desses estilos mais formais de fala (caso das conferências, por exemplo), bem como com o exame de estilos mais descuidados de escrita (caso das cartas, por exemplo).

Essa preocupação com estilos mais formais, é de se supor, tem a ver também com a relativização da autonomia do texto frente à suposta

dependência contextual do enunciado. Ela está manifestada nas próprias categorias obtidas, segundo Chafe aplicáveis especialmente aos estilos de fala e escrita localizados respectivamente nos extremos de mínima e de máxima formalidade por ele estudados. Para o autor, é particularmente relevante o fato de que os falantes interagem com seus ouvintes diretamente, enquanto que os escreventes não o fazem com seus leitores. Dessa distinção, Chafe conclui sobre o maior distanciamento do escritor do que do falante em relação a suas audiências. Assim, ao distanciamento, próprio da escrita, corresponderia o envolvimento, próprio da fala. A esse respeito, mais uma vez o autor evidencia a relativização das formulações de Olson, à medida que, ao tratar da "literatura oral", mostra que, em "*língua ritual*", as peças ritualísticas orais tendem a apresentar certas características que ele entende como mais próprias à escrita, como, por exemplo, a do distanciamento, uma vez que, no caso da "*língua ritual*", a interação com a audiência é reduzida ao mínimo.

Com a particularidade do olhar do antropólogo, também Street (1984) aborda diretamente a relação entre o oral e o letrado, bem como a intervenção da escolarização e da alfabetização formais numa aldeia do Irã. Fazendo fortes críticas à dicotomia oral *versus* letrado, o autor divide os estudos sobre a escrita em dois modelos básicos: o modelo que encara a escrita como autônoma - ao qual liga, entre outros, mas de um modo especial, Olson e Goody - e o modelo '*ideológico*', que encara o letramento "*em termos de práticas sociais concretas*", teorizando-o "*em termos das ideologias em que diferentes letramentos estão embutidos*" (op. cit., p. 95).

Ao modelo chamado '*ideológico*', o autor liga (entre outros) Graff, historiador social que teve publicado, em 1979, o livro "*O mito do letramento*"

[*The literacy myth*] sobre o estudo de diferentes grupos profissionais e étnicos do século XIX em cidades do Canadá. A partir desse estudo, Graff concluiu que o letramento "*correlaciona-se com a estratificação social continuada*" (apud Street, idem, p. 105) desmitificando a idéia, que Street atribui também - mas não só - aos "autonomistas", de que o letramento levaria ao "*desenvolvimento social, civilização e mobilidade social*" (idem, p. 10). Street, ainda de um modo especial, liga, ao modelo 'ideológico', Clanchy, historiador que descreveu a mudança "*da memória para o registro escrito na Inglaterra medieval de modo a realçar a natureza social e ideológica da prática de letramento*". Essa mudança fica facilitada, segundo Clanchy, "*pela continuada mistura ["mix"] dos modos oral e letrado*"; mistura que teria levado as formas escritas a serem "*adaptadas à prática oral*" mais do que a imporem a ela uma mudança radical (apud Street, p. 10). Além desses dois historiadores, vale destacar um antropólogo, também ligado ao modelo que Street chama "*ideológico*". Trata-se de Parry, cujo trabalho de campo em Benares (Índia) mostra, segundo Street, que, a exemplo da Inglaterra medieval, "*o desenvolvimento da escrita toma lugar dentro de um sistema oral de pensamento e isto pode continuar a dominar os usos de letramento*" (idem, p. 98). Nas palavras de Parry, "*muito da literatura sagrada da Índia foi composto de uma forma e com uma redundância que foi claramente planejada para facilitar a memorização e a repetição fiel*" (apud Street, idem, p. 99).

Podemos dizer que, em Street, vemos mais do que a dicotomização metodológica que vem sendo destacada na seqüência da presente exposição. O autor procura mostrar que, na aldeia do Irã em que realizou seu trabalho de campo, a escrita comercial surgida na década de 70 é um misto ["mix"] entre o

oral e o letrado, com claro aproveitamento do letramento adquirido junto à escola religiosa local. Ao mostrar as raízes culturais desse letramento, o autor se sente autorizado a colocar, no centro da dicotomia oral *versus* letrado, não uma divisão que levasse, por exemplo, a afirmações sobre o desenvolvimento cognitivo de um povo, mas, ao contrário, uma questão política. Segundo o autor, ao mesmo tempo em que é necessário negar a dicotomia para evitar discriminações do ponto de vista cognitivo (estas também com implicações sociais óbvias), é preciso cuidar de criar *"instituições que possibilitem às pessoas adquirirem o que elas dizem que querem e não o que os professores, os [teóricos da alfabetização] radicais (...) acham que elas querem"* (idem, p. 226). Mas, além da existência dessas instituições, acrescenta o autor que, a longo prazo, essa questão política envolveria *"mudanças, no nível da ideologia, dentro das próprias instituições"* e que *"um passo nessa direção seria dado pela disseminação do modelo 'ideológico' de letramento (...) entre as pessoas responsáveis pela organização desses estabelecimentos, assim como entre as pessoas que, neles, estão engajadas no dia-a-dia do ensino de letramento"* (idem, p. 227-8).

Vemos, portanto, que, embora a dicotomização metodológica esteja de alguma forma presente, a argumentação desse autor dirige-se diretamente à tematização crítica da dicotomia, tomada, desse modo, pelo autor mais como objeto de reflexão e menos como um recurso propriamente operatório. De qualquer maneira, o que interessa destacar é que, num campo em que o consenso parece difícil, há alguma convergência na direção de uma abordagem que toma como matéria - em diferentes graus - a existência histórico-social do letramento, percebida já por Luria (1988) ao tratar da pré-escrita infantil

como *"uma função [psicológica] que se realiza, culturalmente, por mediação"* (op. cit., p. 144) e interpretada por Marcuschi em termos da relação entre práticas sociais (oralidade/letramento) e fatos lingüísticos (fala/escrita).

Para encerrar as referências aos argumentos contrários à dicotomia radical entre o oral e o letrado com uma reflexão mais voltada para o campo da literatura, Maingueneau (1993) defende que a dicotomia radical pode resultar em uma fonte de equívocos *"à medida que mistura distinções situadas em planos diferentes"*. A inconsistência de critérios deve-se, para o autor, ao embaralhamento de tais *"planos diferentes"*, destacando-se: o plano dos enunciados orais e o dos enunciados gráficos, em que se opõem *"dois meios de transmissão, as ondas sonoras e os signos gráficos"*; o plano dos enunciados dependentes e o dos enunciados independentes do contexto não-verbal; o plano dos enunciados de estilo escrito e o dos enunciados de estilo falado; o plano dos enunciados mediatizados e o dos não-mediatizados; o plano dos enunciados estáveis e o plano dos enunciados instáveis. O autor segue sua exposição, argumentando que um dos pressupostos comumente vigentes é tomar o *"literário"* - sua preocupação principal na obra - como sendo, ao mesmo tempo, gráfico, independente do contexto não-verbal, estilo escrito, mediatizado e estável. Contra esse pressuposto, o próprio autor argumenta que o *"literário"*: é também oral; dependente do contexto (recriado); pode reproduzir estilo falado; e que, se o *"literário"* é também oral, então o oral também pode ser mediatizado (op. cit., p. 86-7).

A partir da dicotomização metodológica entre o oral/letrado que acabamos de ver, interessa, neste ponto, particularizar a discussão da dicotomização metodológica para os *"fatos lingüísticos"* do falado e do escrito.

Como adiantamos, na dicotomização metodológica, tomam-se os pólos como opostos para propor entre eles uma série de relações que podem terminar por colocar em xeque a própria dicotomia.

Iniciemos retomando o exemplo citado na seção anterior:

"Nossa Criação

"Os jovens por não terem formação intelectual por desinterece de ambos os lados tanto de si próprio quanto por parte de seus governantes no caso do Brasil.

"Não conseguem expressar sua revolta de forma criativa, convincente e global" (Texto 04-199).

Como vimos, esse é um exemplo que mostra o que estamos chamando de modo heterogêneo de constituição da escrita pela conjunção do oral/letrado com a escrita formalmente ensinada na escola. Já vimos que ele evidencia o jogo entre uma percepção típica do oral/falado (a de que existe aí uma única *unidade de comunicação*) e a percepção típica do letrado/escrito (divisão dessa *unidade* em dois blocos, como busca de uma forma sintática adequada ao critério gráfico da separação em parágrafos). Esse modo heterogêneo de constituição leva-nos a propor - na linha que assume Street para o oral/letrado - um processo de mixagem, isto é, um processo de agrupamento do heterogêneo dos *fatos lingüísticos* do falado e do escrito. Nossa posição - a exemplo do que mostramos com relação à posição de Street - foge tanto à postulação de uma dicotomia radical, como à assunção de um trabalho específico com a dicotomização metodológica. Estamos mais preocupados em evidenciar o uso da dicotomia como um recurso metodológico para nos permitirmos, nós também, a criação de um espaço para observação do fenômeno de agrupamento do heterogêneo, segundo o que pensamos, característico do

modo de constituição da escrita. Esse espaço de observação será comentado em detalhe, como ficou dito, no capítulo 2.

Como uma primeira contribuição para a relativização da dicotomia radical entre o falado e o escrito na direção da dicotomização metodológica, Marcuschi busca enfatizar o estudo do uso da língua e do processo comunicativo em que o texto se constitui (1994 b, p. 4 e 5). Ao mesmo tempo, o autor problematiza o uso de dicotomias como oral *versus* letrado, procurando redefini-las e alertando para o fato de que elas são, sobretudo: *"fruto de uma observação fundada na natureza das condições empíricas de uso da língua (envolvendo planejamento e verbalização) e não de características dos TEXTOS PRODUZIDOS"* (op. cit., p. 7, destaque nosso).

Tannen e Chafe são também autores que defendem essa nova visão da dicotomia. Porém, o exemplo mais acabado desse procedimento é o de Biber (1988).

A dicotomia é colocada de forma direta quando Biber diz: *"segundo Tannen (...), uso o termo 'oral' para referir à fala típica e 'letrado' para referir à escrita típica"* (op. cit., p. 44). Contudo, essa decisão, por ser apenas de natureza operatória, não encontra correspondente, em seu trabalho, na realidade empírica do volumoso conjunto de dados que analisa. O autor adota uma perspectiva que ele próprio avalia como sendo, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. Quantitativa, porque trabalha com o levantamento de traços lingüísticos em diferentes gêneros textuais e sua variação de acordo com seis diferentes dimensões²² - *"contínuo[s] de variações [lingüísticas] mais que pólos*

²² A idéia de um contínuo entre os pólos opostos do falado e do escrito aparece em cada uma das seis dimensões que o autor propõe: na dimensão 1, os traços lingüísticos que constituem os pólos desse contínuo são *"produção envolvida"* versus *"produção informacional"*; na dimensão 2: *"preocupação narrativa"* versus *"preocupação não-narrativa"*; na dimensão 3: *"referência explícita"* versus *"referência dependente da situação"*;

discretos" (idem, p. 38), em cujas ordenadas os gêneros textuais se localizam de acordo com padrões de coocorrência constantes entre traços lingüísticos. Qualitativa, porque cabe ao pesquisador interpretar os dados estatísticos obtidos por meio de programas específicos de contagem de traços e cruzamento de dados. Lembrando o caráter metodológico da exploração de pólos opostos em dimensões, o autor demonstra que, isoladamente, a dimensão 1 (contínuo de traços entre a produção informacional *versus* a produção envolvida) é uma distinção fundamental entre *"os tipos de discurso orais e letrados"*. Alerta, porém, que *"caracterizações de similaridade ou de diferença com respeito a qualquer dimensão isolada são inadequadas e freqüentemente imprecisas"* (idem, p. 168).

Identificadas e interpretadas as dimensões lingüísticas, Biber busca estabelecer as *"relações"* (idem, p. 19) que os diferentes gêneros textuais mantêm entre si. Para tanto, focaliza os textos sob um ângulo multifidimensional - comparação simultânea dos textos com respeito a todas as dimensões -, modo pelo qual procura especificar as semelhanças lingüísticas entre os gêneros, bem como a extensão em que são semelhantes.

Em vários momentos de seu trabalho, fica patente a consideração metodológica da dicotomia: defende a idéia de que a distinção absoluta entre o falado e o escrito é uma questão *"não central para as relações entre textos falados e escritos"*, deslocando a relação entre fala e escrita para o domínio do texto (op. cit., p. 25); define dimensão como *"um contínuo de variações mais que pólos discretos"* (idem, p. 38, destaque nosso); chama de *"definição operatória"* a definição de discurso oral e letrado (idem, p. 161, destaque nosso); afirma que

na dimensão 4: *"expressão clara de persuasão"*, isto é, *"grau em que a persuasão é claramente marcada"*; na dimensão 5: *"informação abstrata"* versus *"informação não-abstrata"*; dimensão 6: *"elaboração informacional on-line"*, isto é, grau de elaboração informacional em função das restrições da produção em tempo real (idem, p. 104-115).

"mesmo as noções de textos 'orais' e 'letrados', tomadas para representar a fala e a escrita típicas, são construtos multidimensionais." (idem, ib., destaque nosso).

Podemos concluir, portanto, com o autor, que há, no cruzamento das várias dimensões, grandes surpresas em relação às expectativas normalmente mantidas quanto à caracterização lingüística de vários gêneros textuais do inglês. As relações multidimensionais provam sobretudo que não são dicotomias absolutas as que definem as várias dimensões. Nesse sentido, podemos dizer que o reconhecimento metodológico da dicotomia passou de um uso operatório para a própria contestação de sua validade em termos empíricos, dado que o que conta como resultado da análise não são as dimensões isoladas, mas os gêneros textuais, definidos em termos de *"relações multidimensionais"* e dispostos num contínuo.

Variações do que se está chamando dicotomização metodológica estão presentes também em trabalhos de Abaurre (1990 b), Tfouni (1994) e de Marcuschi (1994 b; 1995).

Abaurre, ao referir-se ao *"trabalho seminal de Olson"*, destaca a visibilidade do contínuo que se tornou possível a partir das proposições daquele autor e afirma o interesse metodológico da dicotomia. No entanto, ao destacar o interesse metodológico ligado aos *"limites desse contínuo"*, primeiro relativiza a possibilidade afirmada de vincular esses pólos a modalidades faladas ou escritas (*"[é matéria para pesquisas de interesse] definir até que ponto se podem vincular essas duas categorias"*). Em seguida, relativiza o emprego da dicotomia em função da realidade sociocultural, sugerindo que o grau de vinculação das duas categorias pode variar em *"diferentes culturas"* (idem, ib., destaque nosso).

Tfouni, preocupada com um dos pólos da dicotomia, mais precisamente preocupada em recusar a identificação entre letramento e escolaridade, alerta que *"o letramento pode atuar indiretamente, e influenciar até mesmo culturas e indivíduos que não dominam a escrita"* (op. cit., p. 54). Para a autora, embora o letramento seja um *"processo mais amplo do que a alfabetização"*, ele *"está intimamente relacionado com a existência e influência de um código escrito"* (idem, ib.). Destaquemos, em primeiro lugar, na reflexão da autora, a associação entre o letrado e o escrito. Notemos também, que, embora o pólo do oral/falado esteja implicado, a dicotomia reaparece considerada e novamente apenas com função operatória, desta feita visando a uma maior precisão das noções - ideologicamente marcadas - de letramento e de alfabetização.

Ainda de modo operatório - e filiando-se, de certa forma, à proposta de Biber quanto ao deslocamento da relação entre o falado e o escrito para o domínio do texto e quanto à consideração de um contínuo - , Marcuschi (1994 b) defende a idéia da dicotomização metodológica pela postulação de que, no texto escrito, a contextualização está ligada aos gêneros textuais, os quais, sujeitos a diversas formas de contextualização, constituem um *"continuum de uma tipologia de formas textuais"* (idem, p. 6, destaque no original). Segundo o autor, a postulação de um *"continuum"* visa localizar as diferenças *"num quadro de relações dinâmicas e evitar a dicotomia estanque"* (idem, ib.). Numa outra alusão à dicotomia, feita em tom mais programático do que metodológico, o autor defende que a tarefa dos estudiosos não é a de *"identificar primazias"* entre oralidade e escrita, mas a de *"esclarecer a natureza das práticas sociais que envolvem o uso da língua (escrita e oral) de um modo geral"* (1995, p. 1).

Nesse trabalho de 1995, o autor volta ainda ao tema para dizer que *"tanto a fala como a escrita se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de dois contínuos sobrepostos"* (op. cit., p. 14)²³. E, ao reforçar a idéia da contextualização ligada a gêneros textuais, opta por ver as diferenças entre fala e escrita na perspectiva de seu uso e *"não do sistema"*²⁴ (idem, p. 15, destaque no original). Conclui dizendo que *"central" é "a eliminação da dicotomia estrita e a sugestão de uma diferenciação gradual ou escalar"* (idem, ib.).

Não nos deteremos naquelas perspectivas que optam por ver as diferenças entre fala e escrita na perspectiva do sistema. Vale mais lembrar, que, se a perspectiva funcionalista de filiação estruturalista direta, como a de Vachek, por exemplo, não dá conta da relação fala/escrita²⁵, mesmo em outras

²³ É interessante observar como a idéia de um contínuo está presente na noção de registro exposta por Berruto (op. cit.). Segundo esse autor, o registro (*variedade funcional, propriamente contextual*), diferentemente do subcódigo (*variedade funcional-contextual, com um sentido mais referencial*), não possui um léxico especial que o identifique. Ainda contrariamente aos subcódigos, os registros não são enumeráveis, mas, ao contrário, *"se dispõem em uma espécie de contínuo"*, ao longo de uma escala que vai de uma mínima a uma máxima atenção para com o valor formal da mensagem, caracterizando-se pela utilização de certos elementos do código (especialmente variantes em nível fonológico e morfosintático) mais do que de outros (idem, p. 70-2).

²⁴ No que se refere ao funcionamento da relação entre o falado e o escrito no âmbito do sistema, Vachek, em artigo de 1987, defende explicitamente a complementação funcional entre enunciados falados e escritos (definida segundo a adequação de cada tipo a diferentes situações), bem como a correspondência estrutural, sem a qual, segundo o autor, o *"usuário da língua acharia extremamente difícil passar de uma norma à outra"* (1989 (1987), p. 199). Tomando, portanto, fala e escrita como duas normas sistêmicas, Vachek procura mostrar uma *"autonomia relativa"* da *"norma escrita"* em relação à *"norma falada"*, sobrevivendo entre ambas especialmente uma diferença de funções: à *"norma falada"* caberia *"responder a um dado estímulo (...) de um modo dinâmico, isto é, rápida e prontamente"*; à *"norma escrita"* caberia *"responder a dado estímulo (...) de um modo estático"* [1989 (1949), p. 2]. Vale notar que em sua tentativa de legitimar a pesquisa lingüística no domínio da escrita, fica por resolver o problema criado pela dicotomia língua/fala, por meio da qual Saussure deixou em aberto a questão do uso da língua.

Um esclarecimento bibliográfico: a obra de Vachek que estamos utilizando reúne dezenove artigos de várias épocas, o mais antigo dos quais, datado de 1939, aparece com revisão feita em 1987, ano dos mais recentes artigos compilados. No presente trabalho (a exemplo do que fizemos na p. 30, nota 13), todas as citações obedecerão ao ano da compilação (1989), seguido do ano da publicação original de cada artigo: [1989 (ano tal)].

²⁵ Preso à relação entre *"norma falada"* e *"norma escrita"*, Vachek deixa de lado determinações importantes ligadas ao uso da língua como, por exemplo, aquelas em que a eficácia do caráter funcional fica à deriva das representações que o sujeito faz acerca de si mesmo, de sua atividade, do que tematiza e de seu interlocutor.

perspectivas, voltadas para o uso e não para o sistema, a fixação exclusiva de traços situacionais ou lingüísticos não dá conta de todos os gêneros escritos e falados (cf. Biber, op. cit., p. 36). Desse modo, segundo Biber (idem, p. 37-42), diferenças situacionais como:

- a) *canal físico* - por exemplo: auditivo ou visual; subcanais prosódicos e paralinguísticos ou léxicos e sintáticos;
- b) *tipo de uso cultural* - por exemplo: em casa ou na escola;
- c) *relação entre os participantes comunicativos* - por exemplo: conhecimento partilhado, negociabilidade do objeto e do tópico comunicativo, conhecimento de mundo cultural partilhado;
- d) *relação dos participantes com o contexto externo* - por exemplo: extensão de espaço e de tempo partilhado;
- e) *relação dos participantes comunicativos com o texto* - por exemplo: grau de permanência do texto, velocidade da produção e da compreensão;
- f) *propósito* - por exemplo: ideacional ou pessoal, interpessoal ou contextual;

bem como diferenças funcionais utilizadas em pesquisas anteriores a sua, tais como:

- a) *elaboração informacional e referência explícita independente da situação*;
- b) *interação, expressão de sentimentos pessoais e referência direta à situação externa*;
- c) *integração e distanciamento*;
- d) *fragmentação e envolvimento*;

não permitem - se tomadas isoladamente - avançar muito em termos da relação falado/escrito.

Para justificar sua posição, Biber, negando diferentes generalizações lingüísticas globais feitas por outros pesquisadores a partir de traços como os enumerados acima, insiste em que *"nenhuma dessas generalizações é verdadeira para todos os gêneros escritos e falados"* e alerta que, se *"a maioria delas são caracterizações da fala e da escrita típicas"*, algumas sequer à fala e à escrita típicas se aplicam (idem, p. 47).

Dentre as importantes questões levantadas por Biber, destacamos uma última recomendação, com a qual concluímos este tópico a respeito da recusa da dicotomia radical entre falado e escrito. Trata-se da mudança de objeto de análise - da *língua* para o texto: *"nenhuma decisão a priori"* (queremos entender: válida para a *língua* como um todo) pode ser feita no sentido de determinar *"que todos os textos falados devam ser agrupados juntos como opostos a todos os textos escritos"* (idem, p. 160). Essa atenção ao texto interessa de modo especial ao nosso trabalho, uma vez que nos abre a possibilidade de observar o modo heterogêneo de constituição da escrita em tipos de textos particulares (em nosso caso, nas dissertações). Se, como vimos, fatores situacionais, funcionais e lingüísticos, tomados isoladamente, não permitem uma amostragem da relação efetiva entre os diversos gêneros, buscaremos observar esse modo heterogêneo de constituição da escrita já em sua própria base semiótica.

(4) A heterogeneidade na base semiótica do falado e do escrito

Procuraremos mostrar, neste ponto, que os materiais significantes (fônico-acústicos e gráfico-visuais) não servem como critério definitivo para marcar a diferença entre o falado e o escrito. Mantida, uma vez mais, a distinção entre o falado e o escrito, será questionada, porém, a atuação isolada desses materiais significantes no processo da escrita. Na falta de uma tal pureza, buscaremos

questionar a aparente independência na atuação desses dois materiais significantes, mostrando o modo heterogêneo de constituição da escrita a partir de sua base semiótica.

Não trataremos aqui da base semiótica do oral e do letrado. Mais do que a obviedade de os materiais significantes coincidirem tanto no oral e no falado como no letrado e no escrito, a exclusão dessa abordagem tem a ver com a percepção, menos óbvia, talvez, de que a base semiótica do letrado pode variar muito quanto à espécie de grafismo. A economia de palavras e o predomínio de ícones nos sinais de trânsito - o exemplo, já mencionado aqui, é de Graff, citado por Street (op. cit., p. 110) - indica que existem diferentes formas de utilização da matéria gráfico-visual. Como não se pretende, neste trabalho, focar outros tipos de letramento, fica justificada a restrição às convenções da escrita alfabética e a sua matéria gráfico-visual em confronto com a matéria fônico-acústica.

(A) A base semiótica vista como coadjuvante

Não são poucas as restrições quanto ao alcance explicativo dado ao material significante - fônico-acústico ou gráfico-visual - que dá base semiótica ao falado e ao escrito.

Biber (1988), por exemplo, inclui o canal físico (auditivo ou visual) e o que chama de subcanais (prosódicos e paralingüísticos ou lexicais e sintáticos) entre as diferenças situacionais em que outros pesquisadores têm assentado distinções - discutíveis, segundo o autor, mesmo no que se refere às ocorrências mais típicas - entre o falado e o escrito.

Também Street (1984), mesmo reconhecendo que *"o controle social freqüentemente foi exercido por meio do controle dos materiais associados [às*

tecnologias, estas, por sua vez, associadas às diferentes formas de letramento]”, ressalta, porém, que o letramento “*é mais que apenas a 'tecnologia' na qual ele é manifesto*”. E contrapondo-se à posição de Goody, que toma o “*letramento como a 'tecnologia do intelecto'*”, sustenta que o letramento extravasa os limites do material que dá base à tecnologia.

As posições defendidas por esses autores refletem o estado da discussão das relações entre oral/letrado e falado/escrito. As dicotomias radicais entre esses pólos careciam de comprovação empírica e, de modo especial, Street e Biber, embora por caminhos muito diferentes, mostram que elas são uma ficção ou, como procuramos classificar, dão pistas de que elas podem funcionar apenas como um recurso metodológico. Essa é, talvez, a principal razão para reclamarem mais cuidado na consideração das diferenças, especialmente daquelas diferenças que parecem ser as mais óbvias, como é o caso da base semiótica.

(B) A base semiótica protagonizando

Apesar dos fortes argumentos desses autores, interessa ao encaminhamento teórico deste trabalho também a consideração de posições que reconhecem - de modo afirmativo - a importância da base semiótica do falado e do escrito. Serão trazidas, em primeiro lugar, contribuições diretamente ligadas ao modo como a questão pode ser vista da perspectiva da Semiótica. Para tanto, será abordada a base semiótica em observações feitas por Cañizal & Lopes, Verón, Maingueneau, Vachek, Silva e Rossi-Landi.

Em prefácio à obra de Verón (1980), no momento em que apresentam o pensamento do autor sobre a questão do ideológico como “*o traço deixado pela origem social dos discursos*”, Cañizal & Lopes lembram que, para Verón, o

texto *"não se restringe à escrita, nem a uma matéria significativa homogênea"*. E prosseguem descrevendo o pensamento de Verón sobre a maior parte dos textos, afirmando que os textos com que temos contato diariamente apresentam-se, em geral, como *"um 'feixe' de significantes material e substancialmente heterogêneos, escrita-imagem, escrita-imagem-som, e assim por diante ..."* (op. cit., p. 4).

Vale ressaltar, novamente no relato de Cañizal & Lopes, que o *"discurso"* é produzido por operações que descrevem um *"texto-objeto"* como *"um feixe de matérias significantes heterogêneas"*, as quais, por sua vez, são descritas por *"operações de investimento de sentido"* (idem, ib.).

Por sua vez, procurando delimitar a tarefa do semiólogo, Verón alerta de início:

"Os discursos sociais são objetos semioticamente heterogêneos ou 'mixtos', nos quais intervêm, ao mesmo tempo, várias matérias significantes e vários códigos. O próprio discurso lingüístico não é nunca monocódico: quer se trate da escrita ou do discurso falado, há sempre regras paralingüísticas que não podem ser reduzidas apenas ao código da 'língua'. Isto se aplica aos discursos que circulam no nível das 'comunicações de massa', mas também à comunicação interpessoal, sempre constituída por 'pacotes' de comportamento-e-fala." (idem, p. 78-9).

Em seguida, o autor recomenda como a primeira tarefa do semiólogo a de *"deslindar esta complexidade, delimitando os códigos e sua maneira diferencial de trabalhar as matérias significantes"* (idem, p. 79).

A propósito do trabalho com *"matérias significantes"*, convém lembrar, ainda com Verón, que a matéria em si não é um dado pertinente à semiologia, mas sua pertinência se dá quando ela está sujeita a um investimento semiótico,

tornando-se uma "*matéria significativa*" (idem, p. 65-6). O investimento semiótico de uma matéria é regulado, segundo o autor, por um conjunto de "*regras constitutivas*", que, para o autor, seriam "*uma espécie de discurso 'preliminar'*", situado no limite entre "*o discurso semiótico*" e o "*pré-semiótico*". E, também aqui, a idéia de um "*continuum*" parece ser produtiva: ao propor "*quatro dimensões*²⁶ para dar conta do nível de análise habitualmente referido em termos apenas da dicotomia digital/analógico". Verón lembra que não se trata de oposições binárias, podendo-se, pois, contar com a presença de "*valores intermediários*" (idem, p. 66).

De particular interesse para este trabalho, que se ocupa de textos escritos, é o investimento semiótico da matéria gráfica. O próprio Verón localiza esse tipo de investimento semiótico a partir dessas regras constitutivas. Segundo o autor, os "*sistemas ditos 'gráficos'*" seriam constitutivamente substitutivos, não-arbitrários, teriam o traço da similaridade e poderiam se apresentar ora sob o traço da continuidade (típico dos sistemas gráficos figurativos), ora sob o traço da descontinuidade (típico dos sistemas gráficos não-figurativos) [idem, p. 74].

Como mostra o traço da continuidade, não se podem identificar, de maneira genérica, as diferentes possibilidades fornecidas pelo grafismo. É, pois, útil observar como, mesmo dentro dos sistemas gráficos, o material que se investe de significado pode variar²⁷.

²⁶ São as seguintes dimensões propostas pelo autor: *descontinuidade/continuidade*, de acordo com o grau de possibilidade de "*se isolar unidades discretas na matéria significativa*"; *arbitrário/não-arbitrário*, de acordo com o grau de motivação ou não-motivação, tomadas no sentido saussuriano; *similaridade/não-similaridade*, de acordo com o grau de '*semelhança*', no sentido do "*critério de 'semelhança' do qual habitualmente se fala quando se trata de códigos analógicos*"; e *substituição/contigüidade*, de acordo com o grau de "*contigüidade empírica*" entre os elementos ligados (idem, p. 66).

²⁷ É o que Ginzburg (1991) permite concluir quando trata dos diferentes graus de abstração intelectual em três possibilidades de investimento semiótico: as pegadas (que "*representam um animal que acabou de passar*"), o pictograma (em que a representação indica "*um enorme avanço em direção à abstração intelectual*") e a escrita alfabética (que

Desse modo, podemos, a partir da caracterização dos traços genéricos dos sistemas gráficos dada por Verón, especificar que, dentro dos sistemas gráficos, há variações dessa matriz globalmente proposta. Esse talvez seja o caso da escrita alfabética, que parece ser constitutivamente substitutiva, arbitrária e apresentar o caráter da não-similaridade e da descontinuidade²⁸.

Contudo, também nesse caso específico, a aplicação de traços genéricos ao sistema alfabético como um todo, tem suas limitações. Em outras palavras, a determinação de uma matriz de traços constitutivos aplicada ao sistema de uma maneira global não dá conta dos modos concretos de sua utilização. Que fique ressaltado, portanto, que, mesmo que essa matriz de traços possa ser tomada como válida para o sistema alfabético de uma maneira global, não pode ser aplicada, de modo estático, a todo o processo de utilização da escrita por sujeitos concretos. Exemplos mais claros dessas variações são a pré-escrita infantil, que parece, em alguns momentos, apresentar o caráter da similaridade²⁹, e os sinais gráficos de pontuação, que, agregados tardiamente ao sistema alfabético de escrita, revelam também uma preocupação com a representação da percepção acústica dos enunciados (percepção mais analógica do que digital), tendendo, portanto, a marcar o caráter da similaridade³⁰. A presença do traço da similaridade em outros casos de escrita adulta será retomada no capítulo 3.

Uma discussão paralela à do investimento semiótico de um material é aquela feita a respeito do meio. Maingueneau, baseando-se em Régis Debray,

representaria um modo ainda mais sofisticado de exercer a abstração intelectual] [op. cit., p.101].

²⁸ Note-se que, se se pode afirmar que a escrita alfabética é descontinua sob o aspecto da correspondência fonema/grafema ou sob o aspecto da segmentação palavra/grupo de força e/ou grupo tonal, ela pode ser considerada contínua quanto a seu papel de construir textos. Chacon (1996), ao associar esses traços com o ritmo da escrita, fala no jogo continuidade/descontinuidade como característico da escrita.

²⁹ Veja-se, a esse respeito, Luria (1988) e Abaurre (1991b, sobre a escrita icônica).

³⁰ Conferir Abaurre (1991a e 1991b) sobre ritmo da escrita e Chacon (1996), sobre o papel dos sinais de pontuação na caracterização do ritmo da escrita.

afirma: "a transmissão do texto não vem depois de sua produção, a maneira pela qual ele se institui materialmente faz parte integrante de seu sentido" (op. cit., p. 84, destaque no original). É útil reter, portanto, com Maingueneau, que "as mediações materiais³¹ não se vêm acrescentar ao texto como uma 'circunstância' contingente, elas intervêm na própria constituição de sua 'mensagem'" (idem, p. 85).

Em seus estudos sobre a escrita, embora defendendo uma autonomia relativa do que chama "norma escrita" em relação ao que chama "norma falada", também Vachek destaca características típicas do material gráfico-visual que merecem ser lembradas. Interessa comentar aqui a hierarquização que pode vir registrada no enunciado impresso por seu "aspecto material". Segundo o autor, pode-se ter uma "importante significância icônica" pelo tamanho dos tipos utilizados [1989 (1979), p. 50]. A esse respeito, Vachek faz uma importante inversão: certos tipos de circunlóquios, de modo geral atribuídos ao modo escrito de recontextualizar o falado, podem - ao contrário do que se pensa - corresponder a recursos gráficos simples na escrita e ser obrigatórios no modo falado de expressão. A "significância icônica" do tamanho dos tipos, por exemplo, a partir da qual se convencionou que a informação principal vem num tipo maior, é uma espécie de hierarquização gráfica, que, nos enunciados

³¹ Podemos pensar em "mediações", no plural, mesmo numa única modalidade. Pense-se, por exemplo, no grafismo do falado (pense-se na fala lenta) e na necessária recuperação de uma audibilidade no escrito (condição para a sua compreensibilidade). De diferentes maneiras, vários autores abordam a questão da audibilidade na escrita. Cf., por exemplo, Quirk et al. (1985, p. 1446), quando esses autores tratam dos sinais de pontuação. Cf. também Chacon (op. cit., p. 158 e segs.) quando vincula pontuação e enunciação. Destaquem-se, ainda, as formulações dadas à questão por Câmara Jr. e por Abaurre. Câmara Jr., ao tratar da situação do leitor diante do texto escrito, afirma: "[no leitor] atua a memória visual coordenada com uma audição mental que os símbolos gráficos evocam" (1972, p. 73). Essa audição mental não pode ser confundida, porém, com uma "pronúncia específica" registrada no texto escrito: "é o ato de leitura de uma forma escrita que confere substância fônica a um conjunto de símbolos". Desse modo, "essa pronúncia da palavra escrita dependerá de uma interpretação do leitor, que terá como referência a variedade de português da qual é falante nativo" [cf. a formulação de Abaurre (1990 a, p. 194)].

falados, "só pode ser induzida por meios secundários (por exemplo, através de frases como 'Por meio de nota de rodapé, poderia ser acrescentado...', ou 'Em conexão com o que acabou de ser dito, poucos detalhes podem ser de interesse...' etc.)" [idem, p. 51].

Um outro recurso ligado ao material gráfico-visual atua, segundo Vachek, na bidimensionalidade (lateralidade/verticalidade) do enunciado escrito. Trata-se do que o autor, ao abordar certos aspectos gráficos redundantes, chama "zeros gráficos, isto é, espaços vazios entre palavras escritas (ou impressas) no contexto gráfico" [1989 (1987e), p. 152]]. Vachek descreve esse recurso como um recurso facilitador³² da decifração da mensagem escrita, lembrando que sua "ocorrência relativamente tardia" é bem conhecida pelos paleógrafos, uma vez que "documentos pré-históricos (...) em regra carecem desses espaços vazios entre as palavras" (idem, p. 153).

Uma particularização importante, no que se refere aos espaços em branco, é dada por Silva (1991), desta feita de um ponto de vista lingüístico. Tratando da escrita espontânea da criança, marcada, segundo o autor, pela expressividade própria da linguagem oral, Silva mostra que, mesmo quando a criança já sabe "como funciona o sistema alfabético", ela pode desconhecer as suas "convenções", como é o caso da utilização dos espaços em branco. A criança pode não dominar, portanto, "que os critérios para a colocação dos espaços em branco entre palavras são baseados nas classes morfológicas, o que requer uma reflexão metalingüística que ela ainda não está apta a fazer" (op. cit., p. 27). Os resultados da análise sobre a escrita da criança obtidos por Silva

³² Na mesma linha da facilitação, Câmara Jr. (1972) destaca que "a distribuição do texto no papel concorre para tornar a leitura mais fácil e mais atraente" e descreve as 'pausas visuais' dos espaços em branco como fatores de atração do texto, onde os olhos podem "deter-se e repousar" (op. cit., 86).

mostram que a criança ora representa *"unidades e cortes semelhantes aos da linguagem oral"*, ora representa *"unidades da escrita convencional ou aspectos que as caracterizam"*, movimento mais ou menos compatível com a alternância entre *"hipo-segmentações"* e *"hipersegmentações"*. Tais resultados estão, na análise feita por Silva, diretamente ligados à consideração do material gráfico-visual trabalhado pelas crianças, em particular à exploração lingüístico-enunciativa que a criança faz no preenchimento dos espaços em branco na escrita. Vale ressaltar, de passagem, que o tipo de alternância de critérios que a criança utiliza nesse preenchimento - ora valendo-se de sua representação dos cortes da linguagem oral, ora valendo-se de sua representação das unidades da escrita convencional - interessam de perto à hipótese que defendemos aqui, a saber, a de que, mesmo na escrita adulta, é a circulação imaginária que o escrevente faz por certos eixos de sua representação da escrita que dão a medida para uma configuração particular do texto.

A título de conclusão dessas discussões, cujos protagonistas reconhecem e defendem um papel específico para o material significativo da escrita, será trazida a contribuição de Rossi-Landi (1985). Segundo o autor, *"normalmente, sabe-se quando se está falando"*, mas freqüentemente *"não se percebe que se está emitindo continuamente mensagens de outro tipo, que pertencem a sistemas diferentes"* (op. cit., p. 111).

Interessa destacar que o material significativo que dá base às comunicações verbais é ele próprio uma das *"mensagens de outro tipo"* que compõem a comunicação verbal e que se emitem sem que sejam percebidas. O próprio autor afirma: *"a corporeidade das mensagens verbais está em seus*

veículos signícos: indispensáveis, mas relevantes apenas na medida em que veiculam algo" (idem, p. 114).

Não se pode, portanto - adverte Rossi-Landi -, assumir a corporeidade das mensagens verbais como "*produção e consumo de objetos*", mas apenas à medida que veiculam algo, isto é, apenas como "*produção e consumo de mensagens*". Ainda segundo o autor, assimilar o material signíco a "objeto" seria "*uma forma (...) de naturalismo: uma porção do social seria considerada como natural, ou uma porção do apenas-social como social-natural*" (idem, p. 115). Exemplo de assunção do material signíco como *objeto* são as rasuras em textos manuscritos, normalmente desconsideradas pelo leitor. No entanto, as mesmas rasuras, se vistas do ângulo do procedimento de reformulação do discurso, serão produtivamente consideradas como veiculadoras de *mensagens*³³.

Levar em conta o material signíco no acontecimento discursivo é o que, em outras palavras, defende Rossi-Landi. Destaquemos, pois, que, desse ponto de vista, o material gráfico só é relevante no estudo da escrita se considerado o seu modo de funcionamento, isto é, se considerado na negociação³⁴ (em seu "*valor de troca*") que a enunciação (no caso, pela escrita) pressupõe. Visto dessa perspectiva, seria pertinente considerá-lo como um elemento fundamental no processar-se da escrita, tanto em sua aquisição como em seu uso convencional. Desse ponto de vista, as posições que descartam o material signíco por tomá-lo apenas em sua função (como uma "*circunstância contingente*"), nas palavras de Maingueneau sobre as "*mediações*

³³ Conferir, a respeito, Abaurre et al. (1995).

³⁴ Com a idéia de "negociação", pretendemos dar conta do fato de que, na relação entre produção e recepção do texto, há sempre aspectos homogêneos (sobre os quais se estabelece a própria negociação) e variações possíveis (em função dos quais o texto pode ganhar diferentes efeitos de sentido).

materiais") seriam, sob esse aspecto, consideradas como insuficientes, à medida que só o reconheceriam como "objeto" e não como "mensagens" (isto é - também na formulação de Maingueneau -, não como "mediações [que] intervêm na própria constituição [da] 'mensagem'").

(C) A base semiótica na atividade da escrita: argumento para a recusa da dicotomia entre o falado e o escrito

Em pelo menos dois momentos da exposição acima a questão da base semiótica foi abordada em seu modo de ocorrência na atividade da escrita. Mencionamos, por exemplo, que há ocasiões - como na escrita infantil, com Silva (1991), ou no uso dos sinais de pontuação, com Chacon (1996) - em que a escrita alfabética tende a apresentar o traço da similaridade, isto é, tende a associar seu modo digital de representação a um modo mais analógico, icônico. Mencionamos também que, no processo de aquisição da escrita, a criança explora o preenchimento dos espaços em branco em suas tentativas de articular a linguagem oral e as convenções próprias da escrita.

Passaremos, neste ponto, a abordar mais diretamente a importância que vários autores atribuem à base semiótica da escrita no sentido de que a consideração do material significante pode aproximar o falado do escrito e levar à recusa de uma dicotomia radical. Será considerado, em especial, o papel do gesto na escrita. Para tanto serão citados Householder (apud Vachek), Vygotsky, Luria, Abaurre e Chacon.

Householder refere-se à importância da consideração de gestos que se ligam à grafia em estudos de afasia. O relato dessa recomendação do autor é feito por Vachek: "...há pacientes que só são capazes de pronunciar uma palavra

depois de terem indicado no ar sua forma gráfica pelo gesto da mão" [1989 (1974), p. 31].

À primeira vista, poder-se-ia alegar que o que interessa nesse processo é a palavra finalmente pronunciada, uma vez que é ela que vai, definitivamente, resolver o problema da interação. Encará-lo, porém, como um dos elementos não-verbais co-atuantes na enunciação pela escrita, portanto como material significativo interveniente no acontecimento discursivo do enunciado escrito, será seguramente o caminho mais produtivo.

Essa maneira de encarar o gesto no ato de escrever nada tem a ver, como bem lembra Rossi-Landi (cf. acima), com a "naturalidade" do gesto físico em si. Como tal, ele pôde ter uma gama de movimentos tão diversificada que pode inviabilizar a interpretação. Não importa, portanto, o gesto em si, mas o gesto significativo. A naturalidade que se pode atribuir a ele é a naturalidade de um comportamento, que é, porém, integralmente social, porque interpretável sistematicamente como uma convenção.

O mesmo investimento semiótico do gesto pode ser visto em algumas afirmações de Vygotsky (1988). No contexto do *"desenvolvimento pré-histórico"* da escrita infantil, esse autor inclui também o gesto como matéria significativa a ser considerada na escrita. Vygotsky estabelece como primeira tarefa da investigação científica revelar a *"pré-história da linguagem escrita"*, lembrando que *"essa história começa com o aparecimento do gesto como um signo visual para a criança"* (op. cit., p. 121). A importância dessa primeira tarefa está ligada ao papel que o autor atribui ao gesto, tido como *"o signo visual que contém a futura escrita da criança"*, de tal modo importante que, freqüentemente, seriam os *"signos escritos (...) simples gestos que foram fixados"* (idem, ib.).

De nossa parte, no presente trabalho, nossa hipótese é que na escrita adulta - no nosso caso, a dos vestibulandos -, o escrevente constrói dimensões conversacionais e argumentativas, bem como elementos da situação imediata de enunciação, por meio de gestos que supõe plasmados nas projeções espaciais, lingüisticamente marcadas, que faz em seu texto. O uso dos demonstrativos, na chamada remissão exofórica, é exemplo de uma projeção espacial lingüisticamente marcada no texto escrito. Há, em nosso *corpus*, casos em que, ao abordar o tema "*Violência nas tribos urbanas modernas*", o escrevente se refere a "*essas gangs*" sem as ter mencionado previamente em seu texto, contando não só com o conhecimento que supõe partilhado com o seu leitor, mas também com a projeção espacial (no espaço gráfico) do gesto efetivo dessa partilha (o de apontar para a situação concreta de enunciação).

Esse tipo de recurso está, ainda uma vez, ligado ao que Vygotsky chama de "*desenvolvimento pré-histórico*" da escrita infantil. Segundo o autor os gestos se ligam à origem dos signos escritos tanto no domínio dos "*rabiscos das crianças*" como na esfera de atividade dos "*jogos das crianças*". Nos rabiscos, os traços seriam somente "*um suplemento*" à "*representação gestual*", no sentido de dramatizar por gestos o que deveria ser mostrado por desenhos. Nos jogos, é "*a utilização de alguns objetos como brinquedos e a possibilidade de executar, com eles, um gesto representativo*" que permite atribuir "*a função de signo ao objeto*" e lhe dar significado. Vygotsky acrescenta que "*toda atividade representativa simbólica é plena desses gestos indicativos...*" (idem, p.121-3).

Também Luria, em "*trabalho pioneiro*" (cf. Vygotsky, idem, p. 11) sobre o desenvolvimento da escrita na criança, deixa entrever, em sua conceituação de escrita, como certos "*estímulos*" ou "*insinuações particulares*" podem tornar-se um

"signo auxiliar", isto é, um signo *"cuja percepção leva a criança a recordar a idéia (...) a qual ele se refere"* (1988, p. 144). O tema do material significativo volta, portanto, a ser tocado. Vejamos como o autor desenvolve a conceituação do processo de escrita: *"o escrever pressupõe (...) a habilidade para usar alguma insinuação (por exemplo, uma linha, uma mancha, um ponto) como signo funcional auxiliar* (idem, p. 145). Linhas, manchas ou pontos poderiam, portanto, ser vistos como um investimento mais típico da chamada *"escrita sintética"*. Em outras palavras, a criança estaria seguindo o caminho de uma escrita em que *"um sinal ou um grupo de sinais visa sugerir (...) toda uma frase"*, tratando-se, segundo Martins, de uma *"escrita de idéias"* (1957, p. 26). Desse modo, poder-se-ia pensar na possibilidade de que os traços de similaridade (iconicidade) e de contigüidade empírica (no caso, entre o sinal gráfico e o sentido da frase), propostos por Verón, estariam atuando nesse investimento semiótico a partir do plano do conteúdo. A presença do gesto parece, portanto, já suficientemente clara na idéia de signos auxiliares (linhas, manchas ou pontos) de Lúria. Ela se confirma, porém, na observação acima citada de Vygotsky de que os rabiscos e os gestos *"estão ligados à origem dos signos escritos"*.

Ainda no que se refere à consideração do material significativo presente na escrita (no sentido de mostrar que esse material pode aproximar o falado do escrito e levar à recusa de uma dicotomia entre essas duas modalidades), Lúria afirma que a criança apresenta muito cedo uma tendência à *"diferenciação rítmica"*, ao anotar palavras ou frases, fazendo corresponder *"linhas curtas"* a palavras ou frases curtas e *"linhas longas com um grande número de rabiscos"* a palavras ou frases longas. A esse tipo de escrita, baseada na diferenciação rítmica, Lúria chama *"escrita ritmicamente reprodutiva"*. Vemos, desta feita, que,

ao contrário da hipótese levantada acerca da *"escrita sintética"*, em que o investimento semiótico parecia partir do plano do conteúdo, a *"escrita ritmicamente reprodutiva"* toma como ponto de partida o plano da expressão³⁵.

Partindo da idéia de Luria de uma *"escrita ritmicamente reprodutiva"*, Abaurre (1991) propõe o ritmo como uma categoria fundamental da escrita. A imagem proposta pela autora para caracterizar como o ritmo se imprime na escrita - já citada neste trabalho (cf. p. 28) - é a do *"gesto rítmico"* congelado em signos gráficos. Constatamos, pois, nessa formulação, a referência a três materiais significantes que atuam na escrita: o gesto, o material fônico-acústico (ritmo) e o material gráfico.

Esse conceito de *"ritmo da escrita"* proposto por Abaurre foi desenvolvido por Chacon (1996) ao analisar textos de vestibulandos. Para tanto, o autor toma os sinais de pontuação como ponto de partida de observação do ritmo da escrita e, baseado na crítica à concepção do ritmo da linguagem como regularidade, feita por Meschonnic, assume a idéia de uma descontinuidade/continuidade resultante da alternância que caracteriza o ritmo da linguagem como um dos traços fundamentais do ritmo da escrita. Sobre o papel do ritmo da escrita, o autor afirma que:

"ao organizar a linguagem num ato enunciativo, o ritmo, ao mesmo tempo em que a fragmenta em unidades multidimensionais, promove sua integração num fluxo discursivo (visto, este último, num movimento entre o que é produto e o que é processo na atividade verbal)" (op. cit., p. 257).

³⁵ Sobre a ênfase no plano da expressão, Chacon (1996) mostra que *"na escrita ritmicamente reprodutiva"* a criança estaria refletindo *"propriedades da substância da expressão que lhe começam a ser significativas e que serão incorporadas a sua produção gráfica noutro domínio que não o da dimensão segmental da escrita alfabética. Em outras palavras, esse tipo de escrita caracterizaria "a tentativa da criança de refletir, em seus rabiscos reflexivos, tão somente algumas propriedades da configuração fônica das palavras e sentenças que ouve"* (op. cit., p. 77).

Essa observação não vai sem que, previamente, o autor destaque a presença do falado no escrito iniciada pela pontuação. Para Chacon, a pontuação teria esse papel, uma vez que *"revela tentativas de reprodução da língua falada"* e *"funciona como um recurso de interpretação para o texto escrito"* (idem, p. 250).

Podemos observar que o papel do gesto como um dos elementos não-verbais co-atuantes na enunciação pela escrita está ligado a outros materiais significantes, como os sinais gráficos de pontuação e as marcas fônico-acústicas ligadas aos padrões rítmico-entonacionais. Constatamos, pois, que o feixe de materiais significantes está perfeitamente integrado no modo pelo qual a escrita se processa. Por sua vez, o caráter integrador do ritmo da escrita, que, vimos acima, institui o *"fluxo discursivo"* como o *"movimento entre o que é produto e o que é processo na atividade verbal"* (Chacon, op. cit., p. 257) traz à consideração a atividade do sujeito que produz linguagem. O ritmo da escrita não é, pois, uma pura forma, mas a impressão de um gesto de alcance multidimensional - ao mesmo tempo fonológico, sintático, semântico-pragmático e enunciativo - registrado por parte do sujeito desde o momento de sua enunciação pela escrita. Ainda nas palavras de Chacon (idem, p. 78) - retomando Luria (1988) - *"se a escrita se caracteriza por ser rítmica é porque, em sua gênese, está 'um reflexo do ritmo da frase pronunciada no ritmo do signo gráfico'"*. Dessa perspectiva, podemos dizer que o *"gesto rítmico"* fixa, no produto escrito, a participação do sujeito a partir da manipulação dos materiais significantes de que dispõe.

Admitir que as atividades comunicativas operam sempre a partir de um feixe de materiais significantes encontra, portanto, também na idéia de ritmo da escrita, um argumento forte. Integrar, na atividade enunciativa, as várias

dimensões da linguagem corresponderia, no que se refere à base semiótica, a integrar também várias matérias significantes.

* * *

Procuramos mostrar, neste percurso, que a consideração da base semiótica como fator de distinção entre o falado e o escrito não pode ser nem simplesmente admitida, nem simplesmente descartada como óbvia. A maior parte das formulações trazidas para discussão não foi feita, como pudemos ver, diretamente para mostrar nem uma coisa nem outra. De qualquer modo, enfatizamos, a partir delas, a recusa à obviedade da distinção entre o falado e o escrito. Procuramos mostrar que a complexidade dessa recusa fica evidenciada pela participação de signos não-verbais e de suas bases semióticas na matéria escrita. Dado que o material a ser tomado para análise é a produção escrita de vestibulandos, enfatizamos apenas a vinculação de aspectos fônico-acústicos a aspectos gráfico-visuais e não a vinculação na direção contrária. Mantida a distinção entre o falado e o escrito, questionamos, porém, a atuação isolada de seus materiais significantes no processo da escrita, isto é, questionamos a sua pureza. Na falta de uma tal pureza, não se pode admitir uma simples oposição entre dois materiais significantes independentes, nem, por essa via, a dicotomia radical entre as duas formas de enunciação.

(5) Algumas percepções do modo heterogêneo de constituição do oral/falado e do letrado/escrito

Na exposição a ser adotada neste tópico, faremos um apanhado, nos autores estudados, daquelas suas percepções que nos levam a postular um modo heterogêneo de constituição da escrita. Para tanto, essas percepções serão organizadas na seguinte ordem: em primeiro lugar, buscaremos a idéia de

uma mixagem entre o oral e o letrado; em seguida, essa idéia será buscada na relação entre o falado e o escrito; finalmente, buscaremos captar essa constituição heterogênea num fator determinante para o seu aparecimento em todas as outras circunstâncias, qual seja, a presença do sujeito no processo de sua produção escrita.

(A) Percepções do modo heterogêneo de constituição do oral e do letrado

Consideramos que a posição de Tannen (1982) já tenha sido suficientemente esclarecida. Quando a autora propõe o oral como típico falado e o letrado como típico escrito, fica clara a percepção que ela tem de outras possibilidades como não típicas, portanto, heterogêneas.

No que se refere à posição de Chafe (1982, 1985), valeria acrescentar ainda uma palavra. Quando esse autor trata do que entende como paradoxal na expressão "*literatura oral*", torna-se bastante elucidativa sua percepção para a discussão que ora desenvolvemos sobre a idéia de um modo heterogêneo de constituição da escrita. A utilização que dela estamos propondo no presente trabalho é uma tentativa de dar nome a certos encontros entre características da expressão oral da linguagem e características de sua expressão escrita no processo da escrita.

Podemos confirmar a pertinência dessa percepção a partir do paralelo entre os tais usos literários da oralidade comentados por Chafe - o autor destaca a contradição interna, quanto à etimologia, presente na expressão "*literatura oral*" - e certos usos literários da escrita. Ou seja, em termos culturais mais amplos, essa fala escriturizada (aquela que, ritualizada, permanece no tempo) que Chafe localiza na literatura oral tem um paralelo interessante na preocupação

mostrada por Manuel Rui, escritor e poeta angolano contemporâneo, quanto à passagem das matrizes culturais autóctones ao que se convencionou chamar de cultura letrada. Diz o escritor:

"E agora o meu texto, se ele trouxe a escrita? O meu texto tem que se manter oraturizado e oraturizante. Se eu perco a cosmicidade do rito, perco a luta. (...) e eu não posso retirar do meu texto a arma principal: a identidade." (apud Secco, 1993, p. 60).

Tanto na linguagem dita "ritual" da literatura oral comentada por Chafe como no uso literário da linguagem escrita discutido por Manuel Rui (em que o autor propõe o registro de processos de oralidade que resgatariam os ritos de constituição e a identidade - "*as matrizes culturais autóctones*" - do texto), observa-se o modo heterogêneo de constituição da oralidade e da escrita³⁶.

Há autores que identificam esse modo heterogêneo de constituição pelo uso da palavra "misto" ("*mix*") para designar a relação entre práticas orais e práticas letradas. Como vimos, para Clanchy (apud Street, 1984, cf., aqui mesmo, p 43) esse misto significa, em especial, o modo pelo qual as formas escritas foram adaptadas à prática oral. Nessas adaptações das formas escritas às práticas orais, constatamos uma percepção do modo heterogêneo de constituição da escrita.

³⁶ Há, no entanto, no que se refere a esse modo heterogêneo de constituição da escrita, uma diferença de atitude institucional com relação a modos de expressão como o exemplificado por Manuel Rui e como o que se pode encontrar em textos escritos de vestibulandos, por exemplo. No caso de Rui, o espaço do literário parece acomodar sem problemas uma escrita heterogênea. Essa diferença de atitudes institucionais coloca, na verdade, um outro problema: o de se saber em que medida a emergência dessa heterogeneidade é tida como adequada aos contextos pelos interlocutores. No vestibular, por exemplo, como foi visto na introdução deste trabalho, o candidato se confronta com um conjunto de solicitações institucionais entre as quais se situam as exigências de adequação de seu registro de linguagem à modalidade escrita da língua padrão, portanto a um imaginário sobre uma dada região da língua. Já no caso de uma reportagem radiofônica, a exemplo do texto literário, a emergência de seu modo heterogêneo de constituição parece ser admitida sem problemas.

Com efeito, a propósito da afirmação de Clanchy, Street afirma que as pessoas que hoje seriam consideradas como não-letradas não podiam ser assim classificadas na Inglaterra medieval, pois, naquela época, participavam regularmente da prática letrada seja por "*ouvir / 'ler'* ", seja por "*compôr / 'escrever'* ". Portanto, lia quem ouvia a leitura e escrevia quem compunha e ditava, práticas que, ao manterem a persistência dos modos orais ao lado dos modos escritos e do uso de formas orais nos modos letrados, possibilitaram a mudança da "*memória para o registro escrito*" (op. cit., p. 120).

Esse tipo de letramento ligado à vida prática é melhor exemplificado pelas falhas que o ensino do letramento tradicionalmente passado nas escolas apresenta, tanto quanto à leitura como quanto a certos tipos de uso da escrita na vida diária. No que se refere aos tipos de uso da escrita na vida diária, Street mostra que, em certos casos, a escola não cobre as habilidades letradas que as práticas sociais requisitam e que, em outros casos, não se reconhecem habilidades letradas onde elas já existem.

Para ilustrar cada um desses aspectos recorreremos a dois exemplos do mesmo autor. Ilustrando o primeiro caso, pode-se citar, com Street, o exemplo de um folheto de instruções aos professores, feito pela ALBSU (Adult Literacy and Basic Skills Unit - instituição do Reino Unido), para orientá-los quanto a certas habilidades não trabalhadas na escola. Há, segundo a ALBSU, uma discrepância entre o letramento passado nas escolas (que enfatizam a associação de letras a sons) e a habilidade de "*preencher um formulário*", esta envolvendo a distribuição de informação num quadro e, evidentemente, constituindo-se numa habilidade socialmente requisitada. Essa discrepância vem destacar que essas "*habilidades sociais (...) são freqüentemente mais um aspecto latente do que um*

aspecto explícito na prática de letramento" (idem, p. 222-3). Nesse caso, somos levados não só a estender o conceito de letramento, como também a problematizar, na escolarização, o já problemático processo de confinamento dos saberes informais da oralidade, uma vez que, na verdade, a escola trabalha, inadvertidamente, com letramentos não-explicitos.

Ilustrando o segundo caso, Street cita a noção de *"letramento oculto"*, elaborada por Heath. Segundo o autor, a lingüista americana elaborou essa noção para dar conta das diferentes atitudes em relação à leitura e ao letramento de modo geral por parte de crianças provenientes de diferentes comunidades. Essas atitudes estariam ligadas a práticas de letramento reforçadas ou desencorajadas (*"letramento oculto"*) nos diferentes tipos de interação com adultos fora da escola (op. cit., p. 121-5 e p. 157). Neste último caso, somos levados a reconsiderar a extensão do que se chama tradição oral, uma vez que certas habilidades letradas são trazidas justamente de fora da escola, ou seja, justamente do espaço a que, de modo geral, se atribui, indiferenciadamente, o predomínio da tradição oral.

Já comentados aqui (cf. p. 43-4), os relatos que Street faz de seu próprio trabalho e do trabalho de Parry apontam também para a percepção de um modo heterogêneo de constituição do oral e do letrado. A escrita comercial estudada por Street na década de 70, no Irã, se enraíza culturalmente num tipo de letramento já obtido na escola religiosa local. Segundo o autor, esse letramento não se atém diretamente à "decodificação" dos signos gráficos, mas, principalmente, à leitura da distribuição do texto na página, utilizada essa leitura do leiaute como recurso para a recitação. Por sua vez, Parry mostra que, além de se desenvolver no interior de um sistema oral de pensamento, grande parte da

literatura sagrada da Índia - lugar de sua pesquisa - foi composta de tal forma que ficasse facilitada a memorização e a repetição fiel. Preocupar-se com a memorização, com a recitação, com a repetição fiel significa, para Street, enfatizar, no material escrito, traços da oralidade.

Por outro lado, há conjeturas sobre o fato de que, mesmo em línguas sem escrita, existe um estilo falado dotado de prestígio que serviria como um tipo de referencial para o grupo. Um exemplo é a conjetura feita por Householder. Segundo relato feito por Vachek, esse estilo funciona "*em algumas comunidades lingüísticas (...) como um tipo de vínculo lingüístico de grupos étnicos menores, dialetalmente mais diferenciados; em outras é um meio de culto religioso ou é usado quando da memorização de tradições históricas, leis tribais, mitos etc.*". E, mencionando uma ironia de Householder: "*esse estilo oral em tais comunidades lingüísticas executa uma função análoga àquela da Académie Française*" [1989 (1974), p. 32].

Finalmente, de um ponto de vista inverso, a saber, o de verificar a presença do letramento na própria oralidade, é também interessante acompanhar, ainda com Vachek, sua referência ao "*estilo explícito*" de Jakobson e Halle, ao qual Vachek chama de "*estilo lento de fala*", tomado como "*padrão referencial*" para interpretar fonologicamente os sons. Ao tomá-lo como referência, o autor justifica, dizendo que os "*traços gráfico-sonoros*" ("*sonographic traces*") permitem um grau de precisão e distintividade na implementação dos fonemas individuais que é maior no "*estilo lento*" do que no "*estilo allegro*"³⁷. A postulação de um grafismo no fluxo temporal da fala nada mais é do que uma

³⁷ Trata-se da sensação de movimento que, na fala, é uma percepção da distintividade do som variando com a velocidade; que, no solfejo, é gesto e que, pelo menos na escrita infantil, pode ser um dos elementos da "*escrita ritmicamente reprodutiva*" de Lúria (ver, aqui mesmo, p. 66-7).

percepção de que, a exemplo das práticas letradas, as práticas orais apresentam um modo heterogêneo de constituição.

(B) Percepções do modo heterogêneo de constituição do falado e do escrito

As percepções do modo heterogêneo de constituição do falado e do escrito são um tanto diferentes das percepções anteriores. Ao reconhecerem, nos "*atos lingüísticos*" do falado e do escrito, uma constituição heterogênea, autores como Biber (1988) e Marcuschi (1995) caracterizam-na pela combinação de traços, ora mais próximos do que operatoricamente propõem como o falado, ora mais próximos do que operatoricamente propõem como o escrito, trabalhando, desse modo, com a idéia de um contínuo. Como adiantamos (cf., aqui mesmo, p. 38), numa tal perspectiva, a noção de gênero - que não é apenas um recurso operatório - passa a ser a noção forte. É sempre em relação ao gênero que a heterogeneidade se agrupa ou se distribui. À heterogeneidade de traços que se agrupam em cada gênero se acrescenta a heterogeneidade de gêneros que se distribuem no contínuo.

É notório o maior refinamento alcançado na definição desses gêneros à medida que levam em consideração, simultaneamente, suas características lingüísticas, situacionais e funcionais. Por um lado, é contemplada boa parte dos traços lingüísticos e situacionais que serviram sempre às oposições radicais entre o falado e o escrito; por outro lado, são contemplados os traços funcionais que sempre serviram às restrições de uso, inspiradas, em certa medida, nos mesmos traços situacionais e, em certa medida, nos espaços sociais nos quais se distribuem e/ou se sobrepõem o falado e o escrito. O efeito desse refinamento é a moderação ao se tratar dessa oposição, de tal modo que afirmações radicais

como a que se pode encontrar em Reboul (1980) referindo-se ao que seria "*o puro escrito e a pura fala*" (op. cit., p. 145) tornam-se difíceis de sustentar.

Ainda a propósito das percepções, nos autores estudados, de um modo heterogêneo de constituição da escrita, abordaremos o aspecto talvez mais polêmico das relações entre as práticas orais/faladas e letradas/escritas, a saber, o equívoco de que o escrito "representaria" o falado.

Uma forma de questionar o papel da escrita como representação é a de evitar o falso problema que consiste em optar por uma de duas relações possíveis da escrita: sua relação com o mundo (ou seja, a escrita tomada como símbolo de primeira ordem) ou sua relação com o falado (ou seja, a escrita como símbolo de segunda ordem). Evitar esse falso problema é, para nós, tratar a escrita como um tipo particular de enunciação. Ou seja, é observar as relações que o escrito mantém com o mundo e com o falado no próprio processo de escrita, explorando as possíveis flutuações do escrevente quanto ao modo de lidar com essa ambigüidade. Nossa hipótese é, como adiantamos, a de que o escrevente, em seu processo de escrita, circula por um imaginário sobre a língua em suas diferentes manifestações e variedades, imaginário que se particulariza para as situações específicas e concretas de uso da escrita e que se estende aos diferentes e instáveis modos de conceber a relação escrita/mundo e escrita/fala. Esse é o sentido de representação que estaremos utilizando neste trabalho.

Pensar a escrita simplesmente como representação do falado é não considerar que há uma extensa gama de ruídos significativos, mas não lexicalizados, que são inapreensíveis por uma representação segmentalizada. Ficariam, portanto, fora dessa suposta "representação" todos os tipos de transição

entre as articulações-alvo, isto é, ficariam fora todas aquelas transições presentes no contínuo dos sons que demarcam acomodações dos gestos articulatórios.

A pontuação, se admitida como uma tentativa de "representação" dos contornos rítmico-entonacionais, não passaria também de um recurso imperfeito. Portanto, os traços prosódicos só podem ser registrados na escrita por meio de recursos que os articulem a outras dimensões da linguagem³⁸. Mas, ao buscar a articulação entre os traços prosódicos e essas outras dimensões da linguagem, cada escrevente pode variar muito a conformação dada ao falado na escrita. Esse tipo de apreensão a que todo escrevente está sujeito - e que deve ser melhor compreendido pelos estudiosos (cf. Abaurre, 1990 b) - deve, portanto, ganhar contornos bastante idiossincráticos, pois está marcado, entre outras coisas, no que Tannen (op. cit.) generaliza como sendo a propriedade da lexicalização, segundo a autora, básica na escrita³⁹.

³⁸ Pode-se dizer, com base no aspecto segmental da escrita, que ela apanha apenas o que é "sentido" como divisível na oralidade, incluindo apenas os padrões rítmico-entonacionais assinalados por pontuação específica, como, por exemplo, as declarações, as interrogações e as exclamações. Mas, como se sabe, a prosódia de maneira geral não é passível de apreensão termo a termo, mesmo porque não pode ser fixada como um segmento. Vale, pois, a pena insistir nesse problema, que tem provocado, entre os próprios lingüistas, importantes críticas ao modo pelo qual - segundo o que defendemos, em virtude de uma visão do escrito como "representação" do falado - os sons da linguagem têm sido abordados: "*Sons da linguagem não são letras da escrita ortográfica (nem da transcrição fonética), sons da linguagem não são apenas os segmentos fonéticos dos itens lexicais, o correspondente aos fonemas. Os sons da linguagem são todos aqueles elementos fonéticos presentes na fala e que a moldam para carrear os significados*" (Cagliari, 1992, p. 50).

³⁹ Ainda sobre a questão da prosódia, pode-se dizer que, se há uma tendência de substituição da prosódia pelo léxico na escrita, é ilustrativo observar o movimento em sentido contrário que acontece nos enunciados falados. Como mostra Cagliari (1992), há, no falado, a possibilidade de se substituir a lexicalização pela prosódia, produzindo-se, por meio desta última, efeitos de adjetivação ou de adverbialização ou fazendo-a ocupar, por exemplo, o lugar de certas conjunções. É curioso observar que esse recurso à prosódia é mais comum na "*linguagem oral mais espontânea*" - o autor cita a linguagem das crianças - do que na "*fala mais formal*", uma vez que, segundo o autor, "*nossa cultura exige [que] a prosódia [reduza-se] ao essencialmente indispensável*" (op. cit., p. 55). A menor ênfase na prosódia em ocorrências de "*fala mais formal*" indica uma presença - também cultural - do escrito no falado, presença mais sensível nos registros formais. A propósito, o mesmo autor nos lembra de que "*as pessoas aprendem a ler na escola 'dominando suas emoções', tendo o mais 'neutramente' possível (...)*". E conclui: "*a nossa tradição escolar foi tão longe que as pessoas na nossa cultura sentir-se-iam incomodadas se alguém lesse como se dissesse, de verdade, o que a leitura transmite*" (idem, p. 60).

Para o que interessa no momento é suficiente destacar que há, tanto no falado como no escrito, uma realização menos evidente da linguagem, que não é apreensível nem pela consideração do aspecto fônico-acústico⁴⁰ dos enunciados falados, nem pela consideração do aspecto gráfico-visual da escrita, nem pela consideração de seus diferentes tipos de elaboração do texto (falado ou escrito), nem pela consideração de seus recursos tidos como mais típicos (lexicalização, na escrita; e prosódia, na fala - embora não-exclusivos⁴¹). Essa realização menos evidente da linguagem tem a ver com a relação que se estabelece entre o sujeito e a linguagem. Marcada por pistas lingüísticas específicas, é ela que orienta o grau de convivência entre o oral/falado e o letrado/escrito, bem como define o modo heterogêneo de constituição de cada uma dessas modalidades.

A imagem que o escrevente faz da língua atua, portanto, nesse modo de constituição da escrita e pode ser melhor compreendida a partir do estudo de Chafe (1982) sobre o fator velocidade, por ele proposto como uma das diferenças fundamentais no processo do falar e do escrever. Chafe estabelece propriedades funcionais específicas para o que define como oralidade e como escrita: a maior rapidez da fala impõe-lhe o traço da fragmentação; o processamento mais lento da escrita caracteriza-a pelo traço da integração. Integrar consistiria, pois, em *"incorporar elementos adicionais em uma unidade de idéia"* por meio de uma variedade de instrumentos sintáticos, tais como: *a nominalização, o uso de participios, o uso de adjetivos atributivos, os sintagmas*

⁴⁰ Abaurre (1990 b) mostra que foi indevido - mesmo com relação à organização do próprio falado - o abandono da análise das estruturas lingüísticas em outros níveis que não o fonológico, privilegiado pelo *"evidente vínculo do fônico com a oralidade"* (op. cit., p. 4).

⁴¹ Embora a prosódia só apareça na escrita através da articulação com outros planos, por exemplo, o próprio léxico, mas também a sintaxe, ela é, em alguma medida, recuperável nos enunciados escritos e não pode ser vista, portanto, como exclusiva dos enunciados falados.

coligados, as séries (enumerações), as seqüências de sintagmas preposicionais, as orações completivas e as orações relativas (idem, p. 37-44)⁴².

Nos textos escritos a serem analisados, ocorrências desse tipo, em diferentes dimensões da linguagem, serão consideradas como produto das atitudes dos escreventes em relação ao evento de linguagem particular caracterizado pelo vestibular. Essas atitudes, enquanto desencadeadoras dos procedimentos de integração e de fragmentação, serão tomadas como diferentes maneiras de se recorrer à memória⁴³, as quais determinam as estruturas escolhidas e resultam em "surpresas" quanto às marcas lingüísticas presentes no texto (não só no caso estudado dos textos escritos, mas também nos textos falados).

Parece, portanto, mais fiel ao modo de funcionamento da relação falado/escrito a hipótese de que - desde sua matéria gráfica, como vimos na seção 4 - a escrita se realiza por um modo heterogêneo de constituição, caracterizando, em função das representações do escrevente, sintaxes próprias e tipos particulares de enunciação. Desse modo, entendemos a especificidade da enunciação escrita como o processo pelo qual sua constituição heterogênea evidencia a relação do sujeito com a linguagem. Como última observação, nossa busca de referências ao que estamos definindo como o modo heterogêneo de constituição do falado e do escrito não poderia deixar de

⁴² É importante ressaltar, porém, que Biber, como foi visto acima (cf. p. 51-3), coloca problemas quanto às marcas lingüísticas que, com base nos critérios da integração e da fragmentação, poderiam ser propostas para caracterizar o falado e o escrito. Ao testar a dimensão da "elaboração informacional on-line", mostra que vários padrões de "subordinação que são tipicamente associados com elaboração informacional" co-ocorrem com marcas normalmente associadas com "tipos de discurso não-planejados e informais" (op. cit., p. 113). Apesar das descobertas de Biber, inclinadas a mostrar mais aproximações do que distanciamentos entre o falado e o escrito, é interessante manter, porém, os critérios da integração e da fragmentação como referenciais para tipos de textos determinados.

⁴³ Esta sugestão, feita pela professora Maria Bernadete Marques Abaurre em uma das sessões de orientação, foi particularmente significativa e merece crédito explícito.

mencionar como esse modo de constituição é percebido no ensino de língua materna. Apenas para exemplificar, selecionamos dois autores: Vanoye (1986) e Lopes (1993).

A percepção de Vanoye pode ser detectada na crítica que esse autor faz à *"produção de mensagens mistas ou espúrias"* a que são levados os alunos pelos exercícios escolares. O autor classifica tais *"mensagens mistas ou espúrias"* como *"orais na emissão e escritas na estrutura sintática e lexical"* (op. cit., p. 43). Independentemente de sua posição - mais inclinada à dicotomia radical - e dos critérios utilizados para descrever o problema - voltados, genericamente, à *"estrutura sintática e lexical"* e não, como vimos acima, aos movimentos em direções opostas da lexicalização (no escrito) e da prosódia (no falado) -, há, nessa formulação, uma clara percepção de um modo heterogêneo na produção de enunciados escritos. No que se refere ao julgamento negativo dirigido, sem maiores precisões, à heterogeneidade na produção escrita, podemos dizer que se torna injustificado se admitirmos o modo heterogêneo de constituição como definidor do falado e do escrito.

Em Lopes, a existência desse modo heterogêneo fica sugerida em artigo sobre o uso do texto literário e do texto de massa no ensino de língua portuguesa. O autor chega a oito variedades⁴⁴ da língua portuguesa falada no Brasil e, sem perder de vista a fixação da *"norma culta"* e do *"registro formal"* como *"a língua"*

⁴⁴ Lopes trabalha com três noções - a de norma (cultura ou popular), a de registro de comunicação (formal ou informal) e a de modalidade de manifestação (fala ou escrita) - para combiná-las em *"oito variedades discursivas de base do Português do Brasil: (1) fala culta formal, (2) fala culta informal, (3) fala popular formal, (4) fala popular informal, (5) escrita culta formal, (6) escrita culta informal, (7) escrita popular formal, (8) escrita popular informal"* (idem, p. 29). A partir da oposição entre norma culta e norma popular, o autor introduz a noção que interessa mais de perto a este trabalho, a saber, a noção de norma *"média"*. Eis, portanto, no plano das normas, uma percepção do que estamos categorizando como modo heterogêneo de constituição da escrita: localizável, segundo o autor, *"na gramaticalidade da língua que serve de meio de expressão para o mass media, o jornal, o rádio, o cinema, o best seller, o livrinho paradidático, a HQ e, sobretudo, a televisão"* (idem, p. 28).

ensinada na escola, lembra que, apesar de essas oito variedades coexistirem em nosso dia-a-dia com uma *"extensa série de outras variedades de línguas-objeto e de metalínguas elaboradas para fins específicos"* (idem, p. 29), elas são normalmente desconsideradas no ensino de língua portuguesa. Lopes salienta, ainda, que o *"texto de massa"* - o *"português médio"* - vem sendo utilizado, nas aulas de língua, não como objeto de estudo, mas como o substituto do *"discurso científico"* e do *"discurso artístico"* (idem, p. 32-3). Para o que vamos discutir neste trabalho, interessa refer, em particular, que já se dispõe de uma *"norma média"*, correntemente empregada nas escolas. Seria, portanto, o caso de indagar como essa norma média se efetiva em textos escritos de vestibulandos. Por ora, a resposta parece apontar para um modo heterogêneo de constituição da escrita.

(C) **Percepções sobre a idéia de um modo heterogêneo de constituição da escrita pela consideração da atividade do sujeito**

Acreditamos poder dizer que o percurso seguido até este ponto mostra a possibilidade de se propor um modo heterogêneo de constituição do oral/falado e do letrado/escrito. A própria base semiótica da escrita aponta para a atuação de um feixe de matérias significantes, envolvendo, pelo menos, a presença previgorante do gesto e a fossilização do próprio material fônico-acústico (não somente segmental) ao lado do material gráfico.

Faz-se necessário, porém, introduzir algumas diretrizes sobre o que vamos entender por esse sujeito que escreve. Como definição provisória, será utilizada a caracterização do escrevente proposta por Barthes (1970). Para esse autor, *"o projeto de comunicação"* do escrevente é *"ingênuo"*, pois, ele *"não admite que*

sua mensagem se volte e se feche sobre si mesma e que se possa ler nela, de modo diacrítico, outra coisa além do que ela quer dizer" (op. cit., p. 36).

Se, por um lado, será assumido, neste trabalho, que o escrevente não chega a atingir a dimensão diacrítica de sua escrita, por outro, enquanto objeto de estudo, seu texto será tomado justamente como sintomático de uma relação entre oral/letrado e falado/escrito que passa pelo escrevente e o constitui como tal. Ou, para continuar com Barthes, seu texto escrito será tomado como um texto que fala e que se fala (idem, p. 28). No entanto, só o faz porque esse trabalho tem a natureza de uma prática social, cujo exercício se dá por meio de sua inserção histórica; inalienável, portanto: (a) de sua atividade sempre simbólica (o "como" diz); (b) de seu(s) interlocutor(es) ["para quem" diz]; e (c) do processo histórico em que se insere.

Vale acrescentar que, no que se refere especificamente à noção de texto e na tentativa de dar conta tanto de seu processo de produção como de seu processo de recepção, o texto será visto, neste trabalho, como prática de textualização⁴⁵. Tencionamos, com a consideração desse processo, que também o leitor⁴⁶ seja considerado a partir das condições históricas de sua leitura.

⁴⁵ Encaramos a prática de textualização não simplesmente como "produção textual", isto é, não simplesmente no sentido em que há um produtor de texto que, como fonte e origem do dizer, se antecipa ao próprio texto. Assumimos que o sujeito-escrevente e seu texto se constituem no processo de textualização, processo no qual - acreditamos - é difícil saber "onde passa a fronteira entre o texto e o 'antes do texto'" (Maingueneau, 1993, p. 47). Do ponto de vista do efeito prático de uma tal concepção, pode-se dizer que ela evita que o professor se coloque fora do processo de textualização, o que pode contribuir com novos parâmetros para a avaliação do próprio texto.

A noção de textualização aqui apresentada deve um crédito ao professor Eduardo Caill que, no mini-curso "*Letramento e Prática de Textualização*", aplicou-a ao processo de aquisição da escrita. O mini-curso foi ministrado no II Encontro sobre Língua Falada e Escrita, realizado na Universidade Federal de Alagoas, em Maceió, no período de 20 a 23/11/95.

⁴⁶ O fato de o leitor nem sempre ser o interlocutor concreto original de um texto não muda em nada a sua relação histórica com o texto. Uma carta criminosamente interceptada, por exemplo, encontrará, no próprio acontecimento desse crime, alguma razão histórica para uma inédita - casual e inesperada, do ponto de vista do missivista - relação de sentido. A respeito da relação entre aspectos homogêneos e variações possíveis na leitura do texto, conferir, aqui mesmo, p. 62, nota 34.

Acreditamos que, assim concebido, nem o texto poderá ser visto como totalmente aberto a qualquer tipo de interpretação - recomendação de Marcuschi (1994, p. 5) - nem poderá ser visto como um produto acabado desde a sua produção - observação feita por Beaugrande (apud Marcuschi, idem, p. 4).

Prosseguindo no estabelecimento de diretrizes sobre o que se vai entender como o sujeito que escreve, será trazida à discussão a relação entre fala social primária, fala interior e escrita proposta por Vygotsky (1987).

O estudo que Vygotsky faz do que chama "*fala interior*" mostra como, da exterioridade de uma "*fala social primária*", o diálogo é introjetado no domínio do sujeito. Dessa "*percepção mútua*" própria do diálogo, decorre, segundo o autor, "*uma 'comunicação' praticamente sem palavras, até mesmo no caso dos pensamentos mais complexos*" (idem, p. 124), constituindo uma "*fala abreviada*" ou, numa outra expressão do autor, uma "*fala interior*".

Seria, pois, o caso de se pensar em que medida as práticas de letramento - nem sempre explícitas, como se viu com Heath a partir de Street (cf., aqui mesmo, p. 73) - e o falado e o escrito com que se toma contato numa sociedade letrada antes da alfabetização participam desse processo de interiorização. Vygotsky menciona a escrita apenas a partir da escolarização, portanto num momento posterior ao desenvolvimento da fala interior:

"A escrita exige um trabalho consciente porque a sua relação com a fala interior é diferente da relação com a fala oral. Esta última precede a fala interior no decorrer do desenvolvimento, ao passo que a escrita segue a fala interior e pressupõe a sua existência (o ato de escrever implica uma tradução a partir da fala interior)." (idem, p. 85-6).

A própria hipótese de Vygotsky, contudo, dá margem a pensar que, a se considerar o letramento "*oculto*" e não apenas a escrita escolarizada, a fala interior seria precedida, em alguma medida, também pela escrita. Considerada essa possibilidade, tanto a "*fala oral*" quanto "*a escrita*" manteriam relação com uma "*fala interior*" constitutivamente heterogênea. Mas, como alerta Vygotsky, "*o funcionamento interno do pensamento e da linguagem está oculto à observação direta*" (idem, p. 131).

Com relação à "*fala interior*", ela só é observável, segundo o autor, "*por meio da fala egocêntrica*", que é "*uma fala vocalizada e audível, isto é, externa em seu modo de expressão, mas ao mesmo tempo fala interior em função e estrutura*" (idem, p. 114). Porém, dado que, ainda segundo o autor, a fala interior "*funciona como rascunho [mental] não apenas na escrita, mas também na fala oral*" (idem, p. 124), poder-se-ia pensar em mais uma possibilidade de observação após o declínio da fala egocêntrica. Desta feita, a fala interior, constitutivamente heterogênea - como se está propondo aqui - seria, então, passível de observação nas "traduções" implementadas pelas enunciações (faladas ou escritas) concretas de sujeitos particulares. Logo se vê que o interesse se desloca da fala interior para os enunciados escritos. Não é, pois, a própria fala interior - inapreensível em si mesma - que se poderia então observar, mas, ao contrário, como o seu modo heterogêneo de constituição pode aparecer - em retorno - nas produções escritas.

Uma importante percepção sobre a idéia de um modo heterogêneo de constituição da escrita pela consideração da atividade do sujeito⁴⁷, embora não

⁴⁷ A apreensão lingüística dessa atividade do sujeito é tratada por Abaurre (1992) por meio do conceito de "saliência". Segundo a autora, na escrita infantil, a criança pode marcar um fragmento como saliente tomando por referência seu caráter conceitual, fônico ou conceitual e fônico ao mesmo tempo. Em Silva, a apreensão da atividade do sujeito é feita especialmente por meio da saliência fônica. O autor mostra que as hipo-segmentações na

formulada propriamente nesses termos, vem de Silva a partir da análise de textos de crianças. O autor propõe que o sistema de escrita da criança se organiza pela atuação de dois tipos de representação: "*para a estrutura da cartilha, uma representação convencional (já incorporada)*" e "*para a expressividade da linguagem oral, outra, mais idiossincrática*" (1991, p. 73-4). Eis, portanto, em pesquisa fartamente documentada, um tipo de emergência do modo heterogêneo de constituição do oral/letrado e do falado/escrito visto da perspectiva da atuação de sujeitos particulares.

Uma última palavra sobre essa questão é de ordem metodológica e se reflete em toda a discussão feita até o momento. Em relatório sobre o projeto integrado de pesquisa "*A relevância teórica dos dados singulares na aquisição da linguagem escrita*", Abaurre et al. questionam a postulação de um "*caminho natural da oralidade para a escrita*" (1995, p. 38). E a respeito do poder explicativo da própria relação oralidade/escrita, as autoras afirmam que é preciso:

"deslocar a explicação de um lugar mais ingênuo - a questão da relação oralidade/escrita, até hoje muito mal compreendida, aliás... - para o lugar onde pode efetivamente ser buscada a explicação para essas ocorrências: a relação continuamente tensa e cambiante entre o sujeito e a linguagem" (op. cit., p. 40).

Na mesma linha da recusa de uma visão da relação oralidade/escrita como "interferência" de uma modalidade na outra e buscando explicações também na relação sujeito/linguagem, entendemos, com as autoras, que não

escrita infantil estão ligadas à percepção da pronúncia de grupos tonais e de grupos de força, os quais "*podem atuar como um referencial importante para a criança na definição de suas unidades de escrita*". Já as hipersegmentações podem associar dois tipos de saliência: a do caráter segmental da escrita e a da própria saliência fônica, isto é, a da percepção de um "*componente fônico da fala*" (1991, p. 74).

importa "a direção do movimento (...) se da oralidade para a escrita ou de idas e vindas do oral para o escrito" (idem, ib.). O importante é poder constatar que determinado fato revela um embate significativo do sujeito com a linguagem para que se possa evidenciar a solução lingüística encontrada pelo escrevente como um fato discursivo relevante para a análise. No nosso caso, estaremos buscando fatos relevantes da relação oralidade/escrita a partir da imagem que o escrevente faz da língua em suas diferentes manifestações e variedades, imagem que será vista, mais especificamente, em situação de uso da escrita.

Neste ponto, já estamos em condições de propor uma conceituação sobre o modo heterogêneo de constituição da escrita.

(6) Conceituação

Destacaremos, inicialmente, que a realidade a que se refere a expressão "modo heterogêneo de constituição da escrita" não tem a ver com avaliações estereotipadas sobre a escrita, especialmente com aquelas avaliações que tomam como parâmetro um modelo abstrato - literário ou não - de boa escrita. Não se trata, pois, de uma apreciação negativa. Pelo contrário: a consideração desse modo heterogêneo pode ser útil como uma contraposição ao preconceito comum com que se tomam as produções escritas consideradas como menos integradas a um padrão tido como legítimo. É bom lembrar que mesmo este último deve também ser concebido, em seu grau próprio, como produto do mesmo modo heterogêneo de constituição.

Conforme adiantamos, evitaremos apanhar a relação entre o falado e o escrito como uma questão de interferência - fato que traria, implícita, a consideração de ambas as modalidades como puras. Buscaremos, ao contrário, observar o modo heterogêneo de constituição da escrita na relação que o sujeito

mantém com a linguagem, ou seja, levando em conta as representações que o escrevente constrói sobre a (sua) escrita, sobre o interlocutor e sobre si mesmo.

A prática de textualização do vestibulando será vista em função dos três eixos que propusemos como espaço para observação. Consideramos, portanto, que essa prática se dá a partir da alternância entre a imagem sobre o modo de constituição da escrita (representação de sua gênese⁴⁸), sobre o papel institucional da escrita (representação do código institucionalizado) e sobre o já falado/ouvido e escrito/lido (representação das posições enunciativas assumidas/atribuídas na heterogeneidade que caracteriza toda prática lingüística⁴⁹); e põe em circulação regiões mais ou menos precisas para o território composto pelo oral/falado e letrado/escrito. Com maior ou menor grau de consciência, o escrevente opera, portanto, a sua maneira, com uma delimitação desse território.

Modo heterogêneo de constituição da escrita é, pois, uma particularização, para o domínio da escrita, do encontro das práticas orais/faladas e letradas/escritas, considerada, ao mesmo tempo, a dialogia com o já falado/ouvido e com o já escrito/lido. Esse encontro, que está presente nas duas modalidades, embora registrado localmente, é regulado pelas instituições; tipicamente particular, é, no entanto, historicizado. Desse modo, em

⁴⁸ Sobre a escolha da palavra "gênese", conferir, aqui mesmo, p. 20, nota 4.

⁴⁹ A dialogia, vista como um princípio presente na linguagem, se distingue da polifonia e permite observar a prática lingüística a partir de sua heterogeneidade. Segundo Barros (1994), *"os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais; podem, no entanto, produzir efeitos de polifonia, quando essas vozes ou algumas delas deixam-se escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir"* [(op. cit., p. 6); conferir também, a respeito, Brait (1994, p. 14-15)]. É, pois, o caráter dialógico da linguagem que permite encarar o texto em sua heterogeneidade, razão pela qual o terceiro eixo de circulação imaginária que estamos propondo funciona como o móvel de todas as alternâncias com os demais eixos, possibilitando a apreensão da leitura feita pelo vestibulando antes e no momento da prova (leitura do tema e da coletânea de textos), bem como possibilitando, pelo diálogo que o escrevente estabelece com o já falado/escrito, observar as flutuações de seu texto quanto a sua circulação pelos dois outros eixos de representação da escrita.

determinados momentos do processo de escrita e de acordo com as circunstâncias em que se pratica a textualização, os escreventes expõem esse movimento de maneira privilegiada. Portanto, nosso interesse não é observar o texto em si como mais próximo ou mais distante do oral/falado e do letrado/escrito, mas, ao contrário, é captar, por meio das marcas desse modo heterogêneo de constituição da escrita, a representação que o escrevente faz de si mesmo, da (sua) escrita e de seu interlocutor. Ou seja, mais que o produto gerado, importam os processos pelos quais o sujeito é levado a assumir uma prática lingüística e a marcar-se nela de um certo modo.

Capítulo 2

COMO APREENDER O IMAGINÁRIO SOBRE A ESCRITA: TRÊS EIXOS DE REPRESENTAÇÃO

Na Introdução deste trabalho, nos preocupamos basicamente em caracterizar o evento de linguagem que cerca a produção das redações e o tipo de texto escolhido para análise.

No Capítulo 1, estabelecemos um corpo de noções a partir do qual fixamos as orientações teóricas básicas do trabalho. Como síntese, chegamos à conceituação de um modo heterogêneo de constituição da escrita.

Neste ponto, considerando um evento específico de linguagem - o exame vestibular - e o tipo de texto produzido - a dissertação -, buscaremos situar a produção dos vestibulandos quanto à apreensão de possíveis marcas lingüísticas que caracterizem o modo heterogêneo de constituição da escrita como o grau de convivência do oral/falado com o letrado/escrito.

Para tanto, apresentaremos: (1) a descrição da metodologia utilizada na análise e (2) um exemplo a partir da análise de um texto. Serão deixados para os capítulos seguintes o tratamento das implicações teóricas específicas a cada um dos três eixos apontados no capítulo anterior e a análise detalhada de cada uma dessas três formas de emergência do modo heterogêneo de constituição da escrita, as quais, segundo o que pretendemos demonstrar, caracterizam de modo privilegiado a representação que, em seus textos, os sujeitos fazem sobre o interlocutor, sobre a escrita e sobre si mesmos na qualidade de escreventes. Por

questão de simplificação, salvo em ocasiões em que pretendermos destacar o jogo de representações envolvendo o escrevente, o interlocutor e a escrita, na seqüência deste trabalho, esse mesmo jogo será referido apenas como a imagem que o escrevente faz da (sua) escrita.

1. RASTROS DA INDIVIDUAÇÃO DOS SUJEITOS

A hipótese que orienta as opções metodológicas a serem expostas neste capítulo é a de que as dissertações produzidas pelos vestibulandos captam a circulação que o escrevente faz pelo imaginário sobre a constituição da escrita, evidenciando, por meio de marcas lingüísticas, uma enunciação dividida tanto no que se refere ao modo de emergência da escrita como no que se refere ao modo de constituição de seu interlocutor e de sua própria constituição como escrevente.

Determinados pontos do processo de produção da escrita parecem ser mais visitados nessa divisão do escrevente. Três deles merecerão destaque especial e serão tratados como três eixos que orientam a circulação do escrevente pelo imaginário sobre a escrita.

O primeiro deles, já referido no capítulo anterior, é o do modo de constituição da escrita em sua suposta gênese. Refere-se aos momentos em que, ao apropriar-se da escrita, o escrevente tende a tomá-la como representação termo a termo da oralidade, situação em que tende a igualar esses dois modos de realização da linguagem verbal.

Em contraposição a essa tentativa de representação da escrita, um segundo eixo privilegiado é o que caracteriza a apropriação da escrita em seu

estatuto de código institucionalizado. Inversamente à concepção da escrita em sua suposta gênese, o escrevente toma, nesse caso, como ponto de partida, o que imagina ser um modo já autônomo de representar a oralidade.

O terceiro e último eixo que será destacado quanto à circulação do escrevente pelo imaginário sobre o modo de constituição da escrita é o da relação que seu texto mantém com o já falado e com o já ouvido bem como com o já escrito e com o já lido. Por meio dessa relação, o escrevente põe-se em contato não só com tudo quanto teve de experiência oral⁵⁰, como também com a produção escrita em geral e com uma produção escrita particular - a da coletânea de textos (ou de fragmentos de textos) que deve ler durante a prova.

Pretendemos demonstrar que esses três aspectos da constituição da escrita caracterizam, além da divisão enunciativa do escrevente, três diferentes momentos de representação dos interlocutores constituídos e do tema abordado pelo escrevente ao estabelecer este último uma interlocução por meio da escrita. Esse tipo de preocupação traz de volta a recomendação de Abaurre et al (1995) a respeito da necessidade de se deslocar a explicação dessas ocorrências *"de um lugar mais ingênuo"* ligado à *"questão da relação oralidade/escrita"* para *"o lugar onde pode efetivamente ser buscada a explicação para essas ocorrências: a relação continuamente tensa e cambiante entre o sujeito e a linguagem"* (cf., aqui mesmo, p. 85).

A proposição desses três eixos é, pois, um dos recursos metodológicos pelos quais procuramos deslocar a explicação do modo heterogêneo de constituição

⁵⁰ Faz parte do *Manual do Candidato* um questionário no qual o candidato deve indicar suas fontes de informação. Uma das alternativas que constam como possibilidade de resposta é a informação via TV.

da escrita do "lugar mais ingênuo" da "relação oralidade/escrita" para o da relação "entre o sujeito e a linguagem" (idem, ib.).

Como a atuação conjunta desses três eixos passa necessariamente pela imagem que o escrevente faz da (sua) escrita, não podemos esperar que haja, no material analisado e em estado puro, um texto definido por qualquer uma delas isoladamente. Ou seja, a enunciação pela escrita impõe ao escrevente várias limitações simultâneas ligadas às hipóteses que ele faz sobre essa sua prática, limitações que poderiam ser descritas como um jogo de aceitação e recusa: (a) o escrevente aceita a escrita como convenção exaustiva, mas ela se recusa a sê-lo, no sentido em que é freqüentemente atingida, desde o oral/falado, por novas intervenções em sua individuação⁵¹ histórica; (b) o escrevente a aceita como possibilidade de alçamento do indivíduo aos discursos estabilizados⁵² das instituições, mas ela se recusa a sê-lo, no sentido em que joga com "variedades de registro invariantes: o formal e o informal" (Lopes, 1993, p. 29) que caracterizam um aspecto da estabilidade instável de sua existência sócio-histórica; e (c) o escrevente tende a aceitá-la como ato inaugural, mas ela se recusa a sê-lo, no sentido em que é ligada ao já escrito(falado)/lido(ouvido) e, portanto, sujeita à emergência incontrolável da heterogeneidade típica das práticas sociais. Atuando em diferentes direções e mesmo em direções contraditórias, essas limitações estão presentes no ato de apropriação da escrita e exprimem bem a dificuldade de posicionamento do escrevente nesse ato, determinando o seu modo heterogêneo de constituição.

⁵¹ O conceito é de Veyne (1983) e será comentado na seqüência da exposição.

⁵² Trata-se de discursos "em que existe (...) uma instituição (científica, jurídica etc.) à qual podem-se referir os textos" (Pêcheux, 1990a, p. 68). Conferir também nota de Gadet et al (idem, p. 153).

Dados esses três eixos e as limitações a eles ligadas, podemos observar o funcionamento de cada um deles em relação aos restantes. Se se destaca como definidor de um texto o caráter "genético" das intervenções individuadas, a atuação desse primeiro eixo em relação aos dois outros, nos atos de apropriação da escrita por parte do escrevente, pode ser definida como o aparecimento do modo heterogêneo de constituição da escrita pela determinação, na escrita, de lugares específicos para o oral/falado.

Por sua vez, quando se destaca o aspecto institucional da escrita, representado pelo segundo eixo e ligado à expectativa do escrevente de se alçar aos discursos estabilizados das instituições, sua atuação em relação aos dois outros eixos orienta o aparecimento do modo heterogêneo de constituição da escrita, determinando a atribuição, por parte dos escreventes, de lugares específicos para o letrado/escrito supostos como institucionalmente marcados.

Por fim, quando se toma como definidor o aspecto da heterogeneidade do ato da escrita, a atuação desse terceiro eixo em relação aos dois outros orienta o aparecimento do modo heterogêneo de constituição da escrita, determinando lugares específicos para o próprio escrevente de acordo com o grau de reconhecimento que manifesta em relação ao fato de estar-se colocando numa prática social. Ao mesmo tempo, o grau de evidência quanto ao reconhecimento de que seu ato não é inaugural, move sua apropriação da escrita na direção do estabelecimento de lugares específicos também para seu interlocutor e para a escrita (ênfatizando ora o oral/falado, ora o letrado/escrito).

É importante ressaltar, como forma de enfatizar o que procuramos fazer no capítulo anterior, que a referência a um modo heterogêneo de constituição da escrita não é uma apreciação negativa nem tem nada a ver com avaliações

estereotipadas sobre a escrita, especialmente com aquelas avaliações que tomam como parâmetro um modelo abstrato de boa escrita. Trata-se, como melhor evidencia o cruzamento dos três eixos expostos acima, de uma enunciação dividida, que mostra não uma inadequação a um modelo, mas a tentativa - em parte não-consciente - de reprodução de vários modelos. Em outras palavras, marca uma resposta a modos de *individuação* a que o sujeito está exposto em sua experiência com a linguagem.

Portanto, a consideração, nos textos analisados, dos "rastros" da individuação do sujeito está vinculada tanto ao modo como os fatos lingüísticos serão apreendidos na análise ("rastros") como ao modo pelo qual estamos entendendo o sujeito da linguagem ("individuação"). Isto é, trata-se de apanhar, em pistas lingüísticas locais, um modo de constituição desse sujeito. Tanto esse tipo de pista, quanto o sujeito assim concebido estão referidos à hipótese da circulação dialógica do escrevente e, portanto, só possuem individualidade em relação ao conceito de dialogia. Em outras palavras, são fatos individuais porque são individuados, no mesmo sentido em que, para Veyne (1983):

"A História pode ser definida como o inventário explicativo não dos homens ou das sociedades, mas daquilo que há de social no homem, ou, mais precisamente, das diferenças manifestadas por este aspecto social" (op. cit., p. 46).

Desnecessário lembrar tudo quanto as teorias lingüísticas que estudam a complexidade enunciativa já mostraram sobre a presença do social no sujeito da linguagem, a começar de Benveniste (1976). No campo da psicologia social, já foi citada a concepção dialógica intrínseca do *pensamento verbal* em Vygostky (cf., aqui mesmo, p. 83). Ainda no cruzamento com uma psicologia social, seria dispensável também lembrar a teoria da(s) heterogeneidade(s) enunciativa(s),

cuja formulação mais pertinente ao que estamos discutindo é a que Authier-Revuz (1990), ao retomar a teoria de Bakhtin sobre a dialogização interna ao discurso, propõe acerca da constituição do sujeito como um *"centro exterior constitutivo"* (op. cit., p. 27).

Desse modo, os rastros da individuação do sujeito são levados em conta não por serem essas pistas e esse sujeito singulares, no simples sentido de serem constatáveis - como julga o senso comum -, ou no sentido de serem passíveis de uma localização individual concreta. Sua individualidade é individuação, mais uma vez no sentido atribuído por Veyne à história:

"...a História é ciência das diferenças, das individualidades, mas tal individuação é relativa à espécie escolhida; pode oscilar entre 'Atenas' e a 'cidade grega', ou mesmo a 'cidade antiga', em geral" (idem, p. 47).

Trabalhamos, pois, com a idéia de individuação tanto no tratamento do sujeito como na abordagem das pistas lingüísticas deixadas por ele. Particularizemos, por um momento, a discussão em torno do sujeito. Evitamos, com a idéia de individuação, tanto a idéia de sujeito assujeitado como a idéia de indivíduo. Embora não tenhamos a pretensão de criar uma nova concepção de sujeito, recusamos também uma concepção que pretenda ser uma média das duas outras. Tanto é verdade que, se rejeitamos integralmente a idéia de sujeito da linguagem como indivíduo, já que não é a singularidade factual, circunscrita a si mesma, que enuncia, mantemos um aspecto, que consideramos fundamental, da concepção do sujeito assujeitado. Trata-se da presença do outro como constitutiva do sujeito, em nosso estudo marcada pelas idéias de heterogeneidade e de representação, as quais, no sentido em que as estamos

utilizando, dão pistas da divisão enunciativa do sujeito e das formas discursivas que identificam o sujeito a grupos. Numa outra formulação de Veyne (1971), também voltada aos estudos históricos, o autor afirma que não é a individualidade dos eventos em si que interessa à história: " [a história] *busca compreendê-los, isto é, busca encontrar neles um tipo de generalidade ou, mais precisamente, de especificidade*". E reafirma: "*passa-se da singularidade individual à especificidade, isto é, ao indivíduo como inteligível (é por isso que "específico" quer dizer ao mesmo tempo "geral" e "particular")*" (op. cit., p. 48).

Retomando a citação anterior em destaque: se a "*indivisão é relativa à espécie escolhida*", no presente trabalho, a "*espécie escolhida*" é a divisão enunciativa do sujeito. É, pois, o aspecto dialógico da constituição do sujeito que transforma as pistas e o sujeito em individualidades. O estatuto metodológico atribuído ao conceito a que Veyne chama de "*espécie escolhida*" pode ser equiparado ao estatuto metodológico atribuído por Abaurre (1992) ao que a autora chama "*regularidades subjacentes*" aos dados *cambiantes de sujeitos singulares* (op. cit., p. 39). Filiando sua reflexão ao pensamento de Ginzburg, reitera a necessidade de se atentar para o detalhe indiciativo, aparentemente irrelevante, mas que, na verdade, é "*o elemento fundamental para se atingir o grau (...) da adequação explicativa*" (op. cit., p. 41).

Vem de Caprettini (1991) - outra referência de Abaurre sobre esse tema - uma formulação, também bastante clara, sobre a importância das hipóteses na "*incessante redefinição das molduras que estruturam e enquadram um evento*":

" (...) o status semiótico de um fato observado é determinado pelas hipóteses: o valor sintomático de certo elemento da realidade, seu valor referencial, deriva da decisão - tomada como conjectura - de considerá-lo pertinente" (op. cit., p. 152).

Já podemos perceber pelo exposto uma certa direção metodológica adotada neste trabalho. Explicitando-a, ainda mais, podemos dizer que, no que se refere especificamente às pistas lingüísticas a serem buscadas pela análise, a metodologia utilizada sustenta-se em dois modos de percepção do material: o primeiro, afinente ao modo de apreensão da história do texto, baseia-se no que Ginzburg (1989; 1991) chama de "*paradigma indiciário*"; o segundo, sustentado nesse método, refere-se ao modo de apreensão das marcas lingüísticas dessa constituição histórica.

Como forma de destacar - ainda mais especificamente - a orientação teórica em Lingüística que dá base à busca dos pistas lingüísticas, o item abaixo tratará de explicitar - ainda que resumidamente - dois dos enfoques que estarão mais presentes nesta etapa do trabalho. Em seguida a esse item, será abordado o modo pelo qual o paradigma indiciário será utilizado.

O enfoque lingüístico

Duas vertentes dos estudos lingüísticos estão fortemente presentes nesta etapa do trabalho. Por um lado, estudos sobre a língua falada e sobre os mecanismos de produção do texto em geral, especialmente dos elementos tidos como responsáveis pela atribuição de textualidade às seqüências lingüísticas. Por outro lado, à tentativa de apreensão, no material, de traços da interação face a face e à tentativa de descrição mais formal da organização do texto, será dado o cunho de uma abordagem enunciativa que dê conta da circulação do escrevente pelo imaginário sobre o modo de constituição da escrita, sobre o próprio modo de o escrevente constituir-se como tal na escrita, bem como a seu interlocutor.

Portanto, o tratamento dado ao modo heterogêneo de constituição da escrita parte de uma descrição empírica dos textos, tomados como produtos da língua posta em discurso, e busca, ao mesmo tempo, considerar certos pressupostos ligados a um outro aspecto da discursivização, qual seja, o modo de assunção do discurso pelo escrevente, consideradas as representações que ele faz sobre esse seu papel, sobre a oralidade e sobre a escrita, bem como a mobilidade que adquire em função de sua divisão enunciativa.

Em termos de referências teóricas de fundo que orientam essa abordagem dos dados, consideramos, na tomada dos textos, uma visão benvenistiana de enunciação - língua assumida como exercício pelo indivíduo -, mas, ao mesmo tempo, adotamos, no exercício desse sujeito constituído como escrevente, a assunção de sua circulação dialógica pela imagem que faz sobre o seu papel de escrevente, sobre a região do oral/falado e sobre a região do letrado/escrito - numa visão de enunciado assumida por Bakhtin (1992), para quem:

"...um enunciado é sulcado pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos falantes e pelos matizes dialógicos, pelas fronteiras extremamente tênues entre os enunciados e totalmente permeáveis à expressividade do autor" (op. cit., p. 318).

O conhecimento que permite reconhecer a flutuação do escrevente está também, em parte, relacionado com os diferentes modos de planejamento do texto oral e do texto escrito. Tal conhecimento, porém, freqüentemente deixa de atuar na produção escrita efetiva, pondo o escrevente em situação de variar o grau de convivência entre oral/falado e letrado/escrito em função de seu envolvimento com o assunto abordado ou com o destinatário a que se dirige. Desse modo, o diálogo que, por meio de uma abordagem temática, o

escrevente procura estabelecer com a instituição à qual está se dirigindo termina por colocá-lo numa posição indefinida, freqüentemente caracterizando-o como usuário do código escrito - código a que teve acesso especialmente por meio da escola -, sem, no entanto, deslocá-lo inteiramente de sua posição de usuário da língua falada, fato que, em parte, também explica o modo heterogêneo de constituição de sua escrita. Esse trânsito, embora fique bastante evidente para o analista, é menos diretamente controlável pelo escrevente, e traz novamente à tona o imaginário acerca dessas modalidades e do papel de escrevente. A esse respeito, adverte, ainda uma vez, Bakhtin:

"O enunciado do outro e a palavra do outro, conscientemente percebidos e distinguidos em sua alteridade, e introduzidos em nosso enunciado, incutem-lhe algo que se poderia qualificar de irracional do ponto de vista do sistema da língua, e em particular, do ponto de vista da sintaxe. A inter-relação que se estabelece entre o discurso do outro assim inserido e o resto do discurso (pessoal) não tem analogia com as relações sintáticas existentes dentro dos limites de um conjunto sintático simples ou complexo (...) Em compensação, essas inter-relações têm analogia (sem serem, é evidente, idênticas) com as relações existentes entre as réplicas do diálogo" (op. cit., 317-318, destaques nossos).

Como permite entrever Bakhtin, o fator condicionante do aparecimento dessas marcas é seu caráter de réplica. Trata-se, pois, de um fator ligado ao enunciado (gênero utilizado, destinatário constituído, tema abordado) e não propriamente ao sistema da língua. Esse caráter responsivo do texto põe o escrevente, uma vez mais, em circulação pelo imaginário sobre o oral/falado e o letrado/escrito e o constitui como escrevente. É como tal que, dirigindo-se a um destinatário difuso - embora projetado a partir da instituição que propõe o

vestibular - vê sua apropriação da escrita se situar entre o que lhe foi dado conhecer sobre ela e o que acredita trazer de inédito na intervenção que faz a partir do seu jeito próprio de falar (mais propriamente, um dado de ineditismo de sua individuação histórica).

Essa indecisão tem a ver com uma propriedade fundamental, embora bastante óbvia, da interlocução produzida por meio da escrita. Trata-se da já citada constituição da figura enunciativa do escrevente, que põe a língua em exercício, mas sem produção vocal na linearidade do tempo. Esse dizer sem falar impõe-lhe a busca da escrita em duas direções: (a) nas relações sintático-semânticas próprias à construção do enunciado, por meio das quais busca traduzir sua voz para as articulações lógicas do pensamento, tal como mais ou menos ensina a prática escolar tradicional; (b) no modo conversacional de elaboração do discurso, sobre o qual supõe ter domínio metalingüístico, como se fosse possível reunir todo o modo conversacional de planejamento do discurso - pausas, preenchimento de pausas, partículas de planejamento etc. - numa marca gráfica de entonação ou de pausa específica, simplificações muito freqüentes no material sob análise.

Desse modo, o aspecto da reprodutibilidade de uma prática tanto quanto o dado de ineditismo de uma individuação histórica aparecem, segundo o que pretendemos demonstrar, sempre que o escrevente alterna sua representação da/na escrita como código já institucionalizado, como constituindo sua gênese e/ou como relação com o já falado/ouvido bem como com o já escrito/lido. A alternância entre esse tipo de reprodução e de ineditismo, mostrada no modo heterogêneo de constituição da escrita, pode também ser vista como a *"coexistência e ultrapassagem entre discursos"*, modo pelo qual, segundo

Possenti (1995), "*a história* [no presente caso, a história da emergência do modo heterogêneo de constituição da escrita] *freqüentemente se faz de pequenos fatos, pequenos atos que produzem pequenas alterações do que há, de usos diversos e eventualmente não previstos das mesmas coisas*" (op. cit., p. 53-4).

O uso do paradigma indiciário na análise de textos de vestibulandos

Entre optar por uma análise que quantificasse as ocorrências das marcas obtidas ou por buscar propriedades mais gerais que possibilitassem maior mobilidade no tratamento das freqüentes flutuações do escrevente em relação ao modo de construção do texto, optamos pela segunda alternativa. A própria hipótese de partida orienta essa escolha. Trata-se de reunir um conjunto de pistas lingüísticas em rubricas mais gerais (*regularidades*) que dêem conta de captar, no processo de escrita do escrevente, certos momentos de sua circulação dialógica pela imagem que ele faz das relações entre oral/falado e letrado/escrito na constituição de sua escrita, na de seu interlocutor e na sua própria como escrevente. A partir desse trabalho de detecção e de classificação das pistas lingüísticas e de seu funcionamento no processo de escrita do escrevente, esperamos poder chegar à caracterização lingüística de um modo heterogêneo de constituição da escrita dos vestibulandos.

Para captar as marcas lingüísticas associadas à variação dessa representação, impõe-se um tratamento cuja necessária mobilidade permita, ao mesmo tempo, estabelecer certas propriedades axiais desse fenômeno - para tanto foram propostos os três eixos de circulação acima expostos - e olhar para suas ocorrências particulares não como fugas a um padrão único, mas como o processo incessante de (re-)produção de padrões, ligados aos diferentes gêneros

textuais específicos da escrita. No sentido de Foucault (1971), essa (re-)produção pode ser entendida como um *"comentário"*, que, segundo o autor, se constitui pelo *"desacordo entre texto primeiro e texto segundo"* e que, se, por um lado, *"permite construir (e indefinidamente) discursos novos"*, por outro lado, tem por função *"dizer e n f i m aquilo que estava articulado silenciosamente / á - e m -- b a i x o"*, ou, em outra formulação do autor, traz o *"novo"* não *"no que é dito, mas no acontecimento de seu retorno"* (op. cit., p. 27-8). A (re-)produção - como o *"comentário"* - não é, pois, a repetição, mas traz o que é repetível. No caso estudado, trata-se de um processo de (re-)produção de um padrão ligado - como ficou sugerido na descrição do evento vestibular (cf. Introdução, p. 3-8) - a um momento privilegiado de evidenciação do imaginário que cerca a utilização de um dado registro (o formal) de linguagem, de uma dada modalidade (a escrita) e de uma dada norma (a culta) solicitadas na prova.

Acreditamos poder eliminar, por meio dessa escolha metodológica, tanto uma abordagem quantitativa, quanto uma preocupação freqüentemente vinculada a esse tipo de abordagem: a da observação do material enquanto produto - lugar do retorno das clássicas oposições entre padrão/desvio, regra/exceção, acerto/erro. Desse modo, embora o material analisado não permita uma verticalização da pesquisa, no sentido de tomarmos o processo de desenvolvimento da escrita de cada indivíduo, a abordagem procura - a partir da caracterização precisa de um momento e de um espaço social privilegiados no que se refere à requisição da escrita como canal - determinar, pelo agrupamento de pistas lingüísticas, algumas propriedades que permitem caracterizar, nesse momento do processo, o tipo de representação do escrevente sobre a (sua) escrita. O tratamento que procuramos dar ao material caracteriza,

portanto, um modo particular de estudar o processo da escrita. Partindo de ocorrências locais de marcas lingüísticas que denunciem a divisão enunciativa do escrevente, buscamos reunir essas marcas em rubricas mais gerais (*regularidades*) até chegar a propriedades mais características desses textos, visando a uma abordagem globalizada do problema.

Até o momento, foram feitas, portanto, duas intervenções metodológicas: uma de natureza afirmativa e uma de natureza negativa. O primeiro tipo de intervenção consistiu em propor três eixos que, no processo de produção do texto, regulam a apropriação da escrita e, portanto, o próprio aparecimento das marcas lingüísticas a serem consideradas como relevantes na análise. Por sua vez, na intervenção de natureza negativa, foram excluídas a abordagem quantitativa e o tratamento dos textos segundo dicotomias como norma/desvio, regra/exceção, acerto/erro, evitando, nesse sentido, a consideração dos textos como produtos finais de um processo.

Cabe, neste ponto, dar mais determinações sobre o tipo de análise qualitativa que pretendemos adotar. Como já adiantamos, a metodologia, no que se refere especificamente às pistas lingüísticas a serem buscadas pela análise, sustenta-se no que Ginzburg chama "*paradigma indiciário*". O autor procura dar uma configuração mais precisa a esse método milenar ao mostrar a convergência entre Morelli⁵³, Holmes⁵⁴ e Freud⁵⁵:

⁵³ Morelli foi um historiador de arte italiano que utilizou, pela primeira vez, o método indiciário para a atribuição correta de obras não-assinadas ou repintadas. Segundo Wind, os livros de Morelli "*estão salpicados de ilustrações de dedos e orelhas, cuidadosos registros das minúcias características que traem a presença de um determinado artista, como um criminoso é traído pelas suas impressões digitais*" (apud Ginzburg, 1989, p. 144-5).

⁵⁴ Da dupla Holmes-Watson, ficção de Conan Doyle que "*representa o desdobramento de uma figura real: um dos professores do jovem Conan Doyle, famoso pelas suas extraordinárias capacidades diagnósticas*" (Ginzburg, op. cit., p. 151).

⁵⁵ Segundo Ginzburg, a leitura feita por Freud dos ensaios de Morelli, representaram para o jovem Freud "*a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores*" (op. cit., p. 149). Entre outras razões, porque "*esses dados marginais, para Morelli, eram reveladores porque constituíam os momentos em*

"Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)" (1989, p. 150).

"Como se explica essa tripla trilogia? A resposta, à primeira vista, é muito simples. Freud era um médico; Morelli formou-se em medicina; Conan Doyle havia sido médico antes de dedicar-se à literatura. Nos três casos, entrevê-se o modelo da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo" (idem, p. 151).

"Mas não se trata simplesmente de coincidências biográficas. No final do século XIX - mais precisamente, na década de 1870-80 -, começou a se afirmar nas ciências humanas um paradigma indiciário baseado justamente na semiótica. Mas as suas raízes eram muito antigas" (idem, ib.).

A utilização do método indiciário para a análise de textos de vestibulandos se assenta em passos metodológicos pontuais já dados no decorrer de nossa exposição, embora não explicitados como tais. Três desses passos, ao mesmo tempo em que refutam a abordagem quantitativa dos dados - segunda intervenção metodológica efetuada neste trabalho -, são, de certo modo, integrantes da primeira grande intervenção metodológica, aquela que propõe três eixos para observação da circulação que o escrevente faz pelo (seu) imaginário sobre a escrita. Esses três passos metodológicos pontuais serão retomados, desta feita a fim de serem defrontados com o método indiciário que estamos propondo. São eles: (a) o tratamento do oral/falado e do letrado/escrito

que o controle do artista, ligado à tradição cultural, distendia-se para dar lugar a traços puramente individuais, 'que lhe escapam sem que ele se dê conta' (Morelli). Ainda mais do que a alusão, não excepcional naquela época, a uma atividade inconsciente, impressiona a identificação do núcleo íntimo da individualidade artística com os elementos subtraídos ao controle da consciência" (idem, p.150).

- em sua heterogeneidade - como práticas sociais intimamente ligadas entre si e inalienáveis da relação sujeito/linguagem; (b) a opção pela consideração da imagem que o sujeito faz da escrita; (c) a consideração de pistas lingüísticas (sintomas do processo de escrita) em vez do estabelecimento de categorias (generalizações tomadas como evidências oferecidas pelo produto da escrita).

No que se refere ao tratamento do oral/falado e do letrado/escrito como práticas sociais, adiantamos apenas que a justificativa para essa opção estava ligada ao tipo de material a ser analisado. Consideramos que a abordagem que trabalha simplesmente com a relação entre fatos lingüísticos, isto é, entre o falado e o escrito entendidos de maneira estrita, poderia terminar por reduzir a prática de escrita dos vestibulandos apenas¹ como mais um fator de escolarização da língua. Para evitar esse risco, as práticas sociais orais e letradas foram tomadas como constitutivas dos fatos lingüísticos do falado e do escrito e, em particular, das práticas de escrita.

Na qualidade de um passo metodológico importante, no entanto, essa aproximação não significa uma simples sobreposição de dois fatos vistos de forma dicotômica. Trata-se, na verdade, de uma abertura para a observação do modo heterogêneo de constituição da escrita, uma vez que as práticas sociais estarão sendo captadas pelas marcas que elas imprimem no material lingüístico (no caso em questão, as marcas do letrado no escrito e no falado e as marcas do oral no falado e no escrito). Dito de outra maneira, defendemos que, nesse modo heterogêneo de constituição, podem ser reconhecidas as marcas do que Street (1984) chama um *"processo social"* em contraposição à intangibilidade que o autor atribui ao letramento quando tomado em si mesmo. Segundo esse autor:

"nenhum traço material serve para definir o letramento em si mesmo. É um processo social, em

que tecnologias particulares, socialmente construídas, são usadas no interior de sistemas institucionais particulares para propósitos sociais específicos” (op. cit., 97).

A esse respeito, é esclarecedora também a formulação de Verón (1981) sobre a apreensão de traços lingüísticos deixados pelas condições de produção do discurso:

“‘Processo de produção’ é apenas o nome do conjunto de traços que as condições de produção deixaram no textual, na forma de operações discursivas. (...) um fenômeno extratextual merece o nome de condição de produção de um discurso se e somente se deixou traços no discurso” (op. cit., 106, destaque no original).

Tal postulação, embora proponha o texto como objeto empírico, não o isola de sua exterioridade:

“Essa noção de texto não pressupõe qualquer princípio de unidade ou de homogeneidade de tal objeto, muito pelo contrário, um ‘feixe textual’ qualquer, descoberto no social, é, deste ponto de vista, lugar de manifestação de uma multiplicidade de traços decorrentes de diferentes ordens de determinação” (idem, p. 107, destaque no original).

Com efeito, é no texto do vestibulando que buscaremos os traços lingüísticos de sua circulação dialógica pelo imaginário sobre a escrita. Nessas marcas textuais serão buscadas as impressões que os processos sociais deixam no material lingüístico. Em outras palavras, buscaremos, nessas marcas, o múltiplo cruzamento entre o escrito/falado e o letrado/oral, num modo heterogêneo de constituição que não faz mais do que denunciar a relação entre língua e história.

A relação desse passo metodológico com a assunção de um paradigma indiciário está no fato de que *"a localização histórica"* de um modo heterogêneo de constituição da escrita é - a exemplo do que Verón propõe acerca da fundação de uma disciplina - *"um produto do processo de reconhecimento"* (idem, p. 119). Esse *"processo de reconhecimento"* pode ser localizado, num uso declaradamente indiciário, no seguinte *"princípio metodológico preliminar e geral"* enunciado por Abaurre et al (s/d):

"Buscar explicitar, durante os vários passos de cada investigação, os critérios que nos levam a selecionar detalhes e indícios considerados relevantes para as nossas análises" (op. cit., p. 13, destaque no original).

Como vemos, as pistas lingüísticas não se oferecem espontaneamente ao desejo do analista. A exemplo dos caçadores, é preciso, segundo Ginzburg, *"dar sentido e contexto ao traço sutil"* (1991, p. 98).

Quanto ao segundo passo metodológico adiantado, mas não explicitado, a saber, a opção pela consideração da imagem do sujeito sobre a escrita e sua relação com o paradigma indiciário, trata-se de uma tentativa de atribuir uma posição de destaque à questão da representação que o escrevente faz sobre a escrita. Procuramos, desse modo, tomar como ponto de partida para a reflexão a representação do escrevente sobre a escrita em lugar da representação que Gnerre (1985) caracteriza como *"elaborada por minorias letradas ligadas ao poder político e econômico"* (op. cit., p. 34).

A influência da escrita é tão sentida no momento atual que já se pode até mesmo dizer que vivemos hoje os prenúncios de uma época da comunicação pós-escrita. Mas, afora essa visão prospectiva e a efetiva exposição das pessoas à

escrita que ela denota, bastaria lembrar que a atividade de escrita que resultou no material analisado neste trabalho pressupõe, por parte dos vestibulandos, um contato freqüente, durante pelo menos onze anos de escolarização, com a escrita. Só esse dado já seria impeditivo da atribuição de um caráter genuíno à representação da escrita pelos escreventes. Ainda mais se atentarmos para o importante fator da *"escolarização da língua"* apontado por Suassuna (1995, p. 43), processo que a autora critica como permanecendo no *"procedimento dogmático e prescritivo"* da *"imposição do certo e errado"* (idem, p. 32) e em que o *"saber escrever a própria língua"* ainda é tomado por alguns gramáticos como *"parte dos deveres cívicos"* (Almeida, apud Suassuna, idem, ib.) e como *"excelente processo de estimular o civismo"* (Cunha, apud Suassuna, idem, p. 33). Portanto, nada é tão genuíno nessa representação da escrita depois de onze anos de escolarização. Contudo, como já foi fartamente discutido no capítulo 1, não é apenas o ensino formal que lida com processos de letramento e a esses anos de escolarização devem ser somadas as diferentes idades de letramento com que cada escrevente convive na história de sua experiência com a linguagem. Goody (1979) adverte, por exemplo, para o descompasso vivido pelas pessoas em função de mudanças tecnológicas:

"...basta considerar as mudanças atuais nos países em desenvolvimento, em que a passagem do neolítico à ciência moderna se concentra no espaço de uma vida humana. Criada como 'bricoleur', a criança torna-se um engenheiro. Não sem dificuldades, que, entretanto, não se situam [no] nível de oposição global entre tipos de pensamento ou de mentalidades selvagens e domésticas, mas em um nível muito mais concreto" (op. cit., p. 46).

É bastante provável, portanto, que os textos analisados sejam extremamente ricos no que se refere a essas histórias - não apenas lineares, mas sobrepostas umas às outras - registradas por escrito. É bastante provável também que o analista se interesse pelo trabalho de recuperar indícios de representações dessas experiências históricas com a linguagem - desta feita linearizadas no texto, estando a cargo de seu método de reconhecimento reagrupá-las e explicá-las. Eis, portanto, a relação entre esse segundo passo metodológico e a assunção do método indiciário.

Quanto ao terceiro e último passo metodológico antecipado, mas não explicitado, trata-se da consideração de pistas lingüísticas em vez do estabelecimento de categorias. Caprettini faz, com precisão, a distinção entre o discurso enigmático dos sintomas e o das evidências:

" (...) a leitura implica decisões constantes, de modo a controlar a pressão dos indícios. Sabendo-se que nem tudo é relevante na apresentação (...) o problema é separar o discurso discreto e enigmático dos sintomas daquele da evidência (frequentemente, um discurso ruidoso)" (op. cit., p. 151).

O autor tematiza, nesse trecho, o risco de se tomar como evidente apenas o que parece ser mais visível. E está dito o que "parece ser mais visível" porque, mesmo em relação a essas evidências, é sempre um tipo de olhar que dirige o observador para a conclusão bem ou malsucedida. Para continuar com o autor, é ilustrativo observar a citação de uma fala de Sherlock Holmes dirigida a Watson: *"Você não sabia para onde olhar e, assim, você perdeu o que havia de mais importante"* (idem, ib.).

É saber "para onde olhar" uma das questões fundamentais quando se adota o método indiciário também para estudar o processo da escrita dos escreventes observando a relação sujeito/linguagem. Não bastam, no caso de um tal estudo, as categorias com que, grosseiramente - imaginariamente, é preferível -, se classificam os textos orais ou escritos tomados como produto.

A favor da interpretação de "fragmentos" indiciativos de interação e no contexto de um questionamento da projeção pura e simples das descobertas da Lingüística para a Psicolingüística, de Lemos (1986) propõe:

"É através [da] interpretação constante, ou dos processos dialógicos que a traduzem, que fragmentos, informes ou restritos a uma função de índices de esquemas interacionais, ganham eficácia cognitiva e comunicativa" (op. cit., p. 243).

"(...) Outra consequência teórico-metodológica do compromisso-trava [a autora refere-se, citando artigo de Maia (1985), ao compromisso da Psicolingüística com a Lingüística como uma trava no olho do pesquisador] é a projeção da ordem dos componentes - pragmática, semântica, sintaxe - na dimensão temporal do desenvolvimento lingüístico (...). Ela é responsável pela concepção simplista de que a chamada 'aquisição da pragmática é mais fácil e anterior à semântica e à sintaxe.

Com isso se tem perdido de vista o modo como os papéis sociais, inscritos em cada fragmento do discurso, são gradualmente assumidos e organizados pela criança e que é desse processo que emerge a possibilidade dela se conceber, a si e ao outro, como sujeito" (idem, p. 245).

Maia (1985), por sua vez, ao criticar os empréstimos tomados à Lingüística pela Psicolingüística, levanta a questão do tratamento da temporalidade pelos modelos lingüísticos. A autora afirma que estes, ainda que na época já fossem,

em sua maioria, de caráter processual, conceptualizam os *"processos lingüísticos strictu sensu"* espacialmente, fato que:

"está longe de garantir a sua tradução automática em termos temporais: os modelos lingüísticos falam de níveis, strata, componentes; os modelos psicolingüísticos, desavisadamente, traduzem-nos em termos de períodos, estágios, fases" (op. cit., p. 102).

Na transposição dos conceitos fabricados a partir de uma dimensão espacial para uma dimensão temporal, a autora detecta, portanto, uma dificuldade em apreender *"os processos temporais do comportamento"*. Registrando uma mudança de rumo - então em ação - nos empréstimos e na abordagem do tema da gênese da linguagem, a autora mostra que o enfoque desse último tema passa a ser feito não mais a partir da *"criança que começa a falar, [mas a partir do] infante e até mesmo [a partir do] recém-nascido"* (idem, ib.). A abordagem processual tomada em função da temporalidade parece dever contar, portanto - como propõe de Lemos ao sugerir a interpretação dos *"fragmentos"* indiciativos -, com outros tipos de pistas lingüísticas que não as categorias espacialmente concebidas e próprias à dissecação de *corpora* projetados e planejados para um alcance processual, limitado, em geral, pelas próprias hipóteses internas dos modelos lingüísticos propostos.

Questionando diretamente o emprego de certos tipos de categorias, também Abaurre (1989) dá uma contribuição importante a esse respeito:

"Se insistirmos em analisar tais dados [os de aquisição da linguagem] postulando segmentos, categorias, constituintes imediatas e conceitos semelhantes como primitivos com os quais as crianças operariam, na melhor das hipóteses, organizaremos e descreveremos alguns dados, ou mesmo seremos levados pela ilusão de que é

possível explicar diferenças e semelhanças entre produtos lingüísticos orais e escritos simplesmente ao compará-los em termos de segmentos, unidades e categorias tomadas como lingüisticamente significantes” (op. cit., p. 28, destaque no original).

É importante destacar as diferentes, mas convergentes, contribuições das três últimas autoras citadas. Note-se que, em de Lemos, temos a ênfase na valorização de “*fragmentos*” informes, indiciativos de esquemas interacionais, a partir dos quais - segundo a autora - os “*papéis sociais*” são gradualmente “*assumidos e organizados pela criança*” no processo pelo qual ela passa ao se conceber - e ao outro - como sujeito. Em Maia, a ênfase recai no aspecto da temporalidade que, segundo a autora, deve ser considerado na conceptualização do *processo* de aquisição da linguagem. Em Abaurre, no contexto de um trabalho sobre aquisição da escrita e voltado a associar o “*gesto articulatório*” ao “*gesto gráfico*” - ambos tomados como impressores de ritmo, respectivamente, na oralidade e na escrita - a ênfase recai na natureza semiótica particular da constituição do ritmo em cada um dos casos. Esse fato leva a autora a questionar que as crianças operariam a partir de primitivos lingüísticos postulados com base nas categorias que o lingüista propõe e utiliza em sua descrição dos fenômenos lingüísticos orais e escritos. A se proceder dessa forma, o oral e o escrito, enquanto produtos lingüísticos, seriam distinguíveis por meio dessas categorias do lingüista, tidas como universalmente aplicáveis. Um outro modo de apreender o processo de aquisição da escrita está, pois, sendo proposto no momento em que a autora constata a existência de um ritmo da escrita que organizaria a produção lingüística escrita. Passa-se a considerar que a criança opera com múltiplas hipóteses sobre a organização da escrita e não simplesmente com os tais primitivos lingüísticos, os quais, embora aparentemente

aptos a descrevem os produtos da linguagem, não são explicativos da relação entre sujeito e linguagem. Ora, *"o uso [que as crianças] fazem de sua percepção das proeminências rítmico-entonacionais como princípios organizacionais da construção lingüística"* (idem, p. 2) - tema do trabalho comentado - propicia que elas levantem hipóteses e determinem *"pontos virtuais de segmentação"* (idem, p. 13). Apreender as pistas lingüísticas que denunciam essas hipóteses deve ser o trabalho do analista. Essa nova atitude quanto à relação entre sujeito e linguagem é, como podemos constatar, muito diferente daquela da *"ilusão descritiva"*, que leva simplesmente a comparar *"produtos escritos e orais em termos de suas similaridades e diferenças"*, permanecendo insensível ao fato de que *"os produtos são o p a c o s com respeito aos processos que subjazem a eles"* (idem, p. 7, destaque no original).

Num contexto bastante distinto, em termos cronológicos e de formação intelectual, Ribeiro (1927), revelando sensibilidade quanto ao tratamento diferenciado - então relativamente novo (vinte anos antes da publicação de sua obra) - proposto por William James para a linguagem, afirma:

*"Toda palavra ou idéa tem o que elle [William James, 'o creador do pragmatismo'] chama fringe, isto é, uma franja. Há sempre alguma cousa além das suas proprias fronteiras; exprime o que exprime, mas projecta a mais uma zona de expansão imponderável.
Em geral, os technicos rigoristas, systematicos e ciosos dos seus methodos desconhecem essa verdade que devia ser elementar.
Abominam as franjas.
Reduzem tudo ao a + b da sua cartilha, fabricam leis inquisitoriaes e principios sem fim; das cousas e dos seres não conhecem mais que a anatomia, as formas e as illusorias apparencias.
Em linguagem esse erro é commum e mesmo trivialissimo. É um excesso de objetividade que desespera. (...)*

Entendemos que a idéia, o pensamento paira acima desses inúteis rigores dos cientistas" (op. cit., p. 8, destaques no original).

As várias reivindicações expostas quanto ao que se buscar na linguagem: *sintomas*, para Caprettini; *fragmentos* indiciativos, para de Lemos; *conceptualização processual* em termos da *temporalidade*, para Maia; *pontos virtuais de segmentação*, para Abaurre e *franjas*, para Ribeiro mostram bem que o último dos três passos metodológicos pontuais mencionados tem diretamente a ver com a proposição de um paradigma indiciário. Ou seja, a proposição de pistas lingüísticas em lugar do estabelecimento de categorias fixas e reaplicáveis a qualquer contexto é um requisito metodológico básico também quando se pretende tomar a relação oral/falado e letrado/escrito como uma circulação dialógica do escrevente pelo imaginário sobre a (sua) escrita. Na prática, essas pistas lingüísticas serão vistas como pontos de *individuação* do sujeito, expressão com a qual pretendemos assinalar pontos de ruptura da cadeia discursiva que denunciam a circulação do escrevente pela imagem que ele faz da (sua) escrita, evidenciando a heterogeneidade que os (a ele e a sua escrita) constitui.

Podemos, para concluir, reunir o conjunto de intervenções metodológicas operadas e que permitirão dar andamento ao trabalho.

Na primeira grande intervenção metodológica, propusemos a consideração de três eixos como lugares reguladores do aparecimento de pistas lingüísticas que denunciem a imagem que o escrevente faz de si mesmo e da (sua) escrita. Dado esse estatuto metodológico, esses três eixos - a escrita como efeito da representação que o escrevente faz de sua gênese; a escrita tomada como código institucionalizado; e a escrita enquanto retomada do já

falado/ouvido e do já escrito/lido - passam a ser considerados como lugares privilegiados de observação da circulação dialógica do escrevente.

Em seguida, foi excluída a abordagem quantitativa e o tratamento dos textos segundo dicotomias como norma/desvio, regra/exceção, acerto/erro, típicas da consideração dos textos como produtos finais de um processo.

Ligadas à exclusão da abordagem quantitativa, comprometidas com a utilização de um método indiciário no tratamento qualitativo das marcas lingüísticas e ainda, de certo modo, integrantes da primeira grande intervenção metodológica acima descrita, três outras intervenções pontuais foram feitas: (a) o tratamento do oral/falado e do letrado/escrito - em sua heterogeneidade - como práticas sociais intrinsecamente ligadas entre si e inalienáveis da relação sujeito/linguagem; (b) a opção pela consideração da imagem que o sujeito faz da (sua) escrita, como modo de recuperar indícios das experiências históricas do escrevente com a linguagem; (c) a consideração de pistas lingüísticas em vez do estabelecimento de categorias, como modo de determinar o que se buscar na análise do material.

Já pudemos reunir, até este ponto, um conjunto suficiente de informações para que demos um exemplo do procedimento a ser adotado. É o que faremos a seguir.

2. O TEXTO E O MÉTODO: PARA ONDE OLHAR

Neste item, serão tematizados dois momentos cruciais do evento vestibular: a proposta de redação feita pelo Vestibular e a textualização praticada por um vestibulando. Num terceiro momento, em que trataremos dos

três atos de apropriação da escrita e de suas marcas, será proposta a abordagem das pistas lingüísticas como *regularidades* num nível mais geral de observação.

A proposta de Redação

Com relação à proposta feita para Redação, é importante considerar o maior número de *itinerários* possíveis que compõem esse acontecimento. A prova de redação faz parte da *1ª fase* do Vestibular, mas, ao mesmo tempo, caracteriza o fim de um percurso para o candidato. É *1º de dezembro de 1991*. Abaixo da indicação da fase e da data, o título *Redação e Questões* indica as provas que compõem o caderno: além da redação, portanto, uma prova de conhecimentos gerais. Providências de praxe: nome e número de inscrição. Ainda na primeira página da proposta, os procedimentos a serem seguidos:

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

1

Nesta prova, você deverá fazer uma redação e responder a doze questões sobre História, Geografia, Biologia, Química, Física e Matemática.

2

A redação vale 50 pontos e cada uma das questões, 2,5. Logo, a prova completa vale 80 pontos.

3

Você receberá dois cadernos de respostas. No caderno azul você deverá fazer sua redação. As questões deverão ser respondidas no caderno vermelho, nos espaços com os números correspondentes. (ATENÇÃO: não se esqueça de entregar os dois cadernos de respostas!)

4

A prova deve ser feita com caneta azul ou preta.

5

A duração total da prova é de quatro horas. Ao terminar, você poderá levar este caderno de questões.

BOM TRABALHO!

ESPERAMOS POR VOCÊ NA UNICAMP EM 1992.

Na página 2 da proposta, aparecem as orientações referentes à Redação, das quais mais especificamente interessam, para este trabalho, as referentes ao TEMA A (Violência nas tribos urbanas modernas):

REDAÇÃO

ORIENTAÇÃO GERAL

Há três temas sugeridos para redação. Você deve escolher um deles e desenvolvê-lo no tipo de texto indicado, segundo as instruções que se encontram na orientação dada para cada tema. Assinale no alto da página de resposta o tema escolhido.

Coletânea de textos:

- *Os textos foram tirados de fontes diversas e apresentam fatos, dados, opiniões e argumentos relacionados com o tema. Eles não representam a opinião da banca examinadora: são textos como aqueles a que você está exposto na sua vida diária de leitor de jornais, revistas ou livros, e que você deve saber ler e comentar. Consulte a coletânea e utilize-a segundo as instruções específicas dadas para o tema. Não a copie.*
- *Ao elaborar sua redação, você poderá utilizar-se também de outras informações que julgar relevantes para o desenvolvimento do tema escolhido.*

TEMA A

As sociedades ditas civilizadas vêem a violência, em especial quando organizada, como uma ameaça a seu sistema de valores. Levando em conta a coletânea abaixo, escreva uma dissertação sobre o tema: Violência nas tribos urbanas modernas.

1. (...)a violência é de todos e está em todos. Mesmo que o sistema judiciário contemporâneo acabe por racionalizar toda a sede de vingança que escorre pelos poros do sistema social, parece ser impossível não ter que usar a violência quando se quer liquidá-la e é exatamente por isso que ela é interminável. Tudo leva a crer que os humanos acabam engendrando crises sacrificiais suplementares que exigem novas vítimas expiatórias para as quais se dirige todo o capital de ódio e desconfiança que uma sociedade determinada consegue pôr em movimento.
(René Girard, *A Violência e o Sagrado*)

2. *Aqui nesta tribo ninguém quer a sua catequização
Falamos a sua língua mas não entendemos seu sermão
Nós rimos alto, bebemos e falamos palavrão
Mas não sorrimos à toa
Não sorrimos à toa
Aqui neste barco ninguém quer a sua orientação
Não temos perspectiva mas o vento nos dá a direção
A vida que vai à deriva é a nossa condução
Mas não seguimos à toa
Não seguimos à toa
(Arnaldo Antunes, *Volte para o seu lar*)*

3. *O Guns N'Roses, hoje com certeza a banda mais popular do mundo, entra em cena ao vivo e a cores no maior estilo rock-rebelde: palavrões cabeludos, sexo, drogas, quebra-quebra, atrasos enormes e até interrupções nos shows*

comprovam que os "bad boys" continuam fazendo o estilo "inimigos públicos nº 1". Com voz rasgada, eles 'descem o verbo' na disciplina, na política, nos amantes, nos vizinhos, nos críticos e na imprensa.
(Edição especial de Top Metal Band sobre os Guns N'Roses)

4.

Policiais e pretos é isso aí
saíam do meu caminho (...)
Imigrantes e bichas
Não fazem nenhum sentido para mim (...)
Radicais e racistas
não apontem o dedo para mim
sou um garoto branco, vindo de uma cidade
pequena
apenas tentando acertar as pontas
(Guns N'Roses. One in a million)

Mensagem não-verbal
composta por uma
caveira com o nome
do grupo de rock ao
centro:
Guns N'Roses

5.

Pergunta: O tipo de som produzido por bandas como a sua não incita à violência?

Resposta: Acho que sim. Mas é uma violência que não faz mal. É um lance de rebeldia liberada aí no show, sem precisar agredir ninguém.

P: Se é assim, por que então um garoto morreu baleado no concerto que os senhores deram, em maio, na praça Charles Müller, em São Paulo?

R: Não foi a primeira vez que morreu alguém em um show de rock. Quando muita gente se reúne, pode haver alguma confusão, principalmente no Brasil. Fiquei sabendo que o garoto que morreu estava com uma machadinha. Ele, então, não foi ao show com boas intenções. Ele não estava ali para ouvir música, mas para brigar(...). Culpar o rock por uma morte é mais fácil do que achar o verdadeiro culpado.

P: E quem é o verdadeiro culpado?

R: Acho que é o País inteiro, o estado em que o País se encontra.

(Entrevista com Max Cavalera, vocalista do grupo de rock Sepultura. ISTO É SENHOR, 09/10/91)

6. Hoje é véspera de Natal de 1999... Apesar do medo da guerra nuclear, que ainda nos assusta, conseguimos sobreviver às freqüentes guerras entre tribos surfísticas antagônicas (...). Multidões de jovens hipertensos dedicam-se a destruir ondas que mereciam ser acariciadas pela superfície lisa de suas peles e pranchas (...). Fiscais uniformizados e armados patrulham as praias para controlar as violentas guerras entre os surfistas. Além disso, aplicam tranqüilizante nos surfistas que freqüentemente piram com a tensão do cotidiano (...). Discussões entre surfistas são decididas em combates rituais, onde a morte está sempre presente.

Nas ruas das cidades imundas e perigosas, marginalizados povos primitivos que habitavam as favelas agora vagam famintos e agressivos.

(Tito Rosemberg, Lendas e Tribos: Revisando o Futuro. FLUIR, OUTUBRO, 1990)

Como podemos observar pela proposta de redação, somam-se, no vestibular, às exigências típicas de uma prova - presença de examinadores, tempo limitado, espaço dividido com dezenas de concorrentes, entre outros

fatores - aquelas exigências referentes ao modo de apresentação do texto: sua adequação ao tema, à coletânea de textos e ao tipo de texto solicitado. Estas últimas, especificamente textuais, arrastam consigo conhecimentos mais enraizados na história do escrevente, quais sejam: seu contato prévio com o assunto e as associações que ele terá de escolher como pertinentes à particularização temática proposta; sua interpretação dos textos da coletânea, inevitavelmente ligada à prática de leitura anterior; e seu domínio com relação às peculiaridades do tipo de texto solicitado, incluindo seu maior ou menor grau de consciência a respeito do sentido que a própria forma textual carrega.

Toda a moldura desse evento constitui um processo de textualização particular que termina por canalizar um processo mais geral de textualização, ligado à história das experiências que o escrevente já teve com a linguagem. Em outras palavras, estamos procurando dizer que a escrita do vestibulando começa antes do produto final levado à avaliação. Trata-se da dificuldade apontada por Maingueneau (1993) de se saber "*onde passa a fronteira entre o texto e o 'antes do texto'*". Nesse sentido, podemos pensar a produção do texto como um processo⁵⁶ de textualização, em que a relação escrevente/texto vem lingüisticamente marcada por momentos pontuais de *individuação* (cf. Veyne, comentado aqui mesmo, p. 94-6).

Com a noção de textualização, como já adiantamos (cf. p. 82, nota 45), pretendemos reforçar o deslocamento da atenção exclusivamente dirigida ao

⁵⁶ Numa formulação um tanto diferente, Dahlet (1994), preocupado com o encadeamento operatório e a elaboração didática da produção escrita, trata a textualização como um dos três *níveis de operação* dessa produção, a saber, como o nível das *operações de determinação e estruturação propriamente lingüísticas*. Interessa destacar, porém, o caráter processual que o autor descreve ao falar do modo como se dá essa estruturação lingüística: "*essa estruturação é, fundamentalmente, uma reestruturação, visto que faz com que as idéias passem de um modo de manifestação coincidente, que caracteriza o plano pré-lingüístico, ao modo de manifestação linear, que caracteriza, por definição, todo encadeamento verbal*" (op. cit., p. 82).

texto para a atenção dirigida ao seu produtor ou, em outras palavras, um deslocamento do produto para o processo de sua produção. É útil explorar, para tanto, numa rápida digressão, a formulação de Bruner e Weisser (1995) quando - em seu trabalho sobre a autobiografia e suas formas e ao tratarem de narrativas espontâneas e não-escritas - dizem:

"o ato da elaboração da autobiografia, longe de ser a 'vida' como está armazenada nas trevas da memória, constrói o relato de uma vida. A autobiografia (...) transforma a vida em texto, por mais implícito ou explícito que seja. É só pela textualização que podemos conhecer a vida de alguém. O processo de textualização é complexo, uma interminável interpretação e reinterpretação. Seu status textual não é, em sentido estrito, determinado exclusivamente pelo ato da fala e da escrita, mas depende dos atos da conceitualização: a criação de esquemas de interpretação pelos quais a memória semântica [aquela que serve "para a cultura dominar a mente"] dá coerência aos elementos da memória episódica [aquela que garante o acesso a eventos particulares]. A esquematização é comandada por regras de gênero e convenção cultural, que, por sua vez, impõe regras de uso lingüístico e construção narrativa." (op. cit., p. 149).

Dessa formulação, interessa destacar as fontes dos esquemas de interpretação, a saber, as regras de gênero e de convenção cultural. Em outras palavras, interessa perceber que as fontes que impõem ao sujeito "*regras de uso lingüístico e construção narrativa*" atuam desde a exterioridade do sujeito. Nesse sentido, e aplicando essa reflexão à prática da escrita, podemos, pois, partir da assunção de que o aprendizado da escrita se dá como um processo. Esta ponderação traz à discussão a relação que se estabelece entre o produtor do texto e seu produto. Trata-se - a exemplo do que de Lemos (1986) sugere para a aquisição da linguagem - de assumir o texto na "*história dialógica [das] formas*"

(op. cit., p. 244), isto é, na história da atividade interpretativa que se traduz por meio do processo dialógico da interação adulto/criança (no caso dos textos dos vestibulandos, traduzida pela interação entre "*convenções culturais*" e escrevente). Desse modo, parece não haver lugar para uma oposição rígida entre exterior (*convenções culturais*) e interior (escrevente), uma vez que a mediação típica do diálogo, a exemplo do que acontece na aquisição da linguagem, interfere também na prática textual. Podemos, pois, pensar uma prática particular de textualização (a chamada "produção textual") como o trânsito entre interior/exterior. Esse trânsito é que constitui o texto e o escrevente desde sua exterioridade, isto é, a partir de processos de textualização socialmente vivenciados - escritos, lidos, falados, ouvidos.

Desse modo, é possível detectar que as conseqüências teóricas de uma tal postura estão ligadas também a uma concepção de linguagem que toma o discurso como produto do interdiscurso. A peculiaridade do tipo de tratamento proposto situa-se, portanto, no fato de encarar a prática de textualização não simplesmente como "produção textual", isto é, não simplesmente no sentido em que há um produtor de texto que, como fonte e origem do dizer, se antecipa ao próprio texto. Com essa digressão, pretendemos, portanto, firmar a idéia de que o sujeito-escrevente e seu texto se constituem no processo de textualização.

No que se refere ao modo como atua no evento Vestibular, podemos dizer que o processo particular de textualização a que o escrevente se atira consiste numa troca simbólica também de tipo particular. Ela impõe, como objetos de decifração, a linguagem verbal como código e a escrita como canal. É, pois, o conhecimento específico sobre a prática lingüística, tanto em sua solicitação de partida (leitura da coletânea) quanto em sua solicitação de chegada

("produção" do texto) que termina por caracterizar a proposta do vestibular. Naturalmente, não estamos propondo para o escrevente os simples papéis de codificador e de decodificador ligados a uma noção de código e a um conhecimento lingüístico estritos. Como sabemos, as expectativas pessoais e institucionais, ligadas tanto ao núcleo simbólico sintetizado na família quanto às exigências de adequação, sintetizadas nas normas do vestibular, são requisitos que impõem muito mais do que uma simples (de-)codificação. Ou seja, esse jogo de expectativas vem articulado a um imaginário - ele também procedente das diferentes instituições - sobre a própria prática lingüística.

Mais precisamente, o escrevente atua a partir de um imaginário sobre um dado registro (o formal) de linguagem, sobre uma especificação da modalidade (a escrita) e da norma (a culta). Ou seja, cabe ao candidato, no momento da prova, tanto a atividade metalingüística de adequar seu uso da linguagem verbal ao que supõe ser o registro de linguagem esperado pela Universidade, como a injunção fática de tomar a palavra, pela escrita, e de adequá-la ao que seria o lugar do escrevente: aquele que é capaz, segundo a anunciada expectativa da Universidade, de compreender e de se fazer compreender satisfatoriamente por meio da escrita.

Entre outras determinações - mais restritas à história individual dos escreventes, mas não menos importantes -, é nesse contexto que se dá a prática textual do vestibulando. Na impossibilidade de uma verticalização da pesquisa que se ocupasse dessas outras determinações, admitimos que os aspectos mais gerais destacados são um contorno suficientemente preciso no que se refere à mobilização da imagem que o escrevente faz de si mesmo, de seu interlocutor e da (sua) escrita.

Um exemplo de textualização praticada por um vestibulando

O texto abaixo foi escolhido aleatoriamente. Buscamos exemplificar, a partir dele, o modo heterogêneo de constituição da escrita por meio da circulação imaginária que o escrevente faz pelos três eixos que estabelecemos como lugares privilegiados de observação de (sua) escrita.

texto 0-05

VIOLÊNCIA

A VIOLÊNCIA NÃO ESTÁ SE INICIANDO, NO PAÍS, NESSES TEMPOS, JÁ VEM DE MUITO ANTES, DESDE O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA, ONDE EXTERMINAVAM TRIBOS INTEIRAS PARA LEVAR SEUS METAIS E PEDRAS PRECIOSAS, COMO O OURO E O RUBI; OU ATÉ MESMO ELES PRÓPRIOS COMO ESCRAVOS.

ELA ESTÁ EM QUALQUER LUGAR, DESDE UM BOM DIA AGRESSIVO ATÉ AOS CAMPOS DE FUTEBOL, ONDE SEMPRE NO FINAL DA PARTIDA OCORRE BRIGAS ENTRE AS TORCIDAS. NÃO PRECISAMOS IR MUITO LONGE PARA OBSERVARMOS MAIS EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA; NAS FAMÍLIAS ONDE HÁ IRMÃOS; SEMPRE ACONTECERÁ BRIGAS, GERALMENTE POR MOTIVOS SEM IMPORTÂNCIA OU ATÉ MESMO PATÉTICAS COMO O LUGAR NA SALA, OU QUE UM RECEBA MAIS ATENÇÃO.

POR OUTRO LADO AS PESSOAS NÃO TEM CULPA, POIS DESDE O GOLPE DE 64, ONDE MUITOS FORAM EXILADOS, OU TORTURADOS, E ALGUMAS DESAPARECERAM POR SEREM PREJUDICIAIS AO GOVERNO DITADOR DA ÉPOCA. COM ISSO A VIOLÊNCIA FICAVA MANTIDA EM CADA UM DE NÓS, ATÉ QUE COM O FIM DA DITADURA, ELA EXPLODE MAIS FORTE, E EM QUALQUER FORMA, DESDE GRUPOS DE RUAS, OS FAMOSOS TROMBADINHAS, ATÉ A BANDAS DE ROCK.

ANTES DE MAIS NADA É NECESSÁRIO QUE A POPULAÇÃO SEJA MAIS AMÁVEL E QUE TOME CONCIÊNCIA DISSO, MAS É MUITO DIFÍCIL POIS A VIOLÊNCIA JÁ FAZ PARTE DAS PESSOAS. PORTANTO SEMPRE A EXISTIRÁ, POIS PARA CONTÊ-LA NECESSITAMOS DELA.

Para não reproduzirmos, numa análise parágrafo a parágrafo, a segmentação temática feita pelo escrevente, proporemos, inicialmente, o seguinte "*esquema textual*"⁵⁷ como ponto de partida para observação:

- 1º) Panorama geral sobre o estado da violência (Introdução ao tema): 1º parágrafo;
- 2º) Delimitação de um tópico específico (a violência como inerente às pessoas e os espaços em que aparece): 2º parágrafo até a linha 5;
 - Ressalva que marca o posicionamento do autor a respeito do tópico abordado (a violência no espaço doméstico): 2º parágrafo a partir da linha 5;
- 3º) Contraposição ao tópico específico (a violência como efeito sócio-político datado): 3º parágrafo;
- 4º) Reaproximação ao panorama geral exposto inicialmente por meio da generalização da relação: existência da pessoa ligada à violência: 4º e 5º parágrafos.

Entendemos por *esquema textual* a estruturação formal do texto. O conhecimento dessa estruturação faz parte do conhecimento lingüístico do falante/escrevente, podendo ser esse conhecimento adquirido informalmente ou em situação formal de ensino. Nos textos analisados, a freqüência com que vem repetido mostra que é um conteúdo insistentemente trabalhado pelas escolas secundárias e cursos pré-vestibulares.

No caso do vestibular, portanto, o caráter de réplica, típico das situações em que alguém se submete a um avaliador, permite levantar a hipótese de que a (re-)produção do *esquema* está ligada tanto ao imaginário sobre a instituição à

⁵⁷ A expressão foi tomada de Koch & Travaglia (1990).

qual o vestibulando se dirige, como ao contato prévio com tipos de textos que apresentam uma estruturação formal semelhante à exemplificada. Considerado o tipo de texto - o dissertativo -, é bastante provável que a própria opção por esse tema/tipo de texto tenha sido feita em função do que o escrevente supõe como o tipo de texto mais fácil. Provavelmente, aquele com que teve maior contato nos anos a que se submeteu à escolarização e, em muitos casos, até mesmo ao treino. Mas não só por razões escolares. A opção pode ter-se dado também por ser a dissertação um tipo de texto com que o escrevente tem contato em textos jornalísticos, cujo modo de exposição - entre o relato informativo (não-ficcional) e o relato argumentativo (dissertado) -, freqüentemente é posto pela escola como fonte necessária de informação e, por essa via, como modelo de boa escrita.

Se, pelas razões expostas, a réplica se dá na conformação estrutural do texto - réplica mais direta à instituição⁵⁸ -, ela está presente também no jogo de perspectivas posto pelo texto. Nele, há não mais que duas grandes perspectivas, pouco discordantes, mas contrapostas: a violência na pessoa *versus* a violência na sociedade. A presença desse par dialógico vem corroborar a hipótese de que a percepção do caráter replicador da linguagem é um dado constante nesse momento da relação entre o escrevente e a linguagem. A utilização restrita, no texto do exemplo, a um único par dialógico, pode ser atribuída, por exemplo, à pressão do tempo, à relativa dificuldade do tema e à necessidade de agrupar as posições defendidas nos seis textos da coletânea - às quais se poderiam acrescentar as inúmeras perspectivas confrontadas em cada um desses textos. Contudo, mais uma vez, o diálogo com a instituição parece se

⁵⁸ Nesse sentido, o escrevente "*está devolvendo, por escrito, o que a escola lhe disse, na forma como a escola lhe disse. Anula-se, pois, o sujeito. Nasce o aluno-função. Eis a redação.*" (Geraldí, 1984, p. 123). À "*redação*" o autor opõe o "*texto*", aquele tipo de produção escrita que denota que "*o autor não aprendeu o jogo da escola: insiste em dizer a sua palavra*" (idem, ib.).

sobrepôr a todos esses fatores. Não é exagero supor que o escrevente, ao escolher aquele par dialógico, tenha dado por atendida a necessidade de frisar perspectivas em seu texto. A menção à ditadura militar é sintomática nesse aspecto. Se não bastasse contradizer a afirmação de que a violência "*está em qualquer lugar*" - portanto, não necessariamente ligada a fatos políticos locais e dessa natureza -, a ligação entre a ditadura e o represamento da violência é muito mais um pretexto para frisar uma perspectiva supostamente crítica em relação a esse acontecimento político do que uma relação convincente que realmente suportasse a divisão - com o interlocutor - desse sentimento de violência mantido "*em cada um de nós*".

O *esquema textual* e o par dialógico único escolhido pelo escrevente denunciam que o caráter de réplica é um aspecto fundamental desse texto e da relação que o escrevente estabelece com a linguagem.

Numa dimensão menos visível, mas inteiramente comprometida com esse caráter replicador enfatizado pelo escrevente, é importante destacar a circulação dialógica que o escrevente faz pelo três eixos estabelecidos para observação. A essa circulação corresponde, mais propriamente, a caracterização de um modo heterogêneo de constituição da escrita. Cabe, pois, neste ponto, manter a hipótese da constante dialógica como um diferenciador na relação entre o escrevente e a linguagem e apurar o olhar para a captação desses três tipos de marcas dialógicas. Se há um processo de produção, nas palavras de Geraldini (1996), "*a questão central é tornar visível este processo*" (op. cit., p. 147).

Mantemos, na exposição, a ordem já estabelecida anteriormente: primeiro eixo, referente à escrita vista sob o efeito do imaginário sobre sua gênese;

segundo eixo, referente à escrita vista como código institucionalizado; e terceiro eixo, o das relações propostas entre a escrita e o já falado/escrito e ouvido/lido.

Antes de passarmos para o próximo item, faz-se necessário um parêntese para uma observação de caráter prático. Nas análises a serem efetuadas nos Capítulos seguintes, o *esquema textual* não será tratado isoladamente, mas intervirá na análise sempre que se mostrar necessário ao esclarecimento de indícios particulares, a exemplo do que irá ocorrer nos itens seguintes desta exposição.

O escrevente e a representação da gênese da escrita

Na versão seguinte, o texto tomado para exemplo traz, destacados, alguns momentos em que o escrevente assume a escrita como uma possibilidade de representação integral do oral/falado. Em outras palavras, o oral/falado é suposto como plasmado ao escrito. Pensamos, por exemplo, na suposição de que - pelo fato de o texto estar, obviamente, sendo produzido no "aqui/agora" do escrevente - aqueles elementos pragmáticos muito eloqüentes para quem produz o texto sejam supostos pelo escrevente como projetados na escrita sem, no entanto, receberem uma construção adequada. Ou seja, certos elementos das condições de produção da escrita são dramatizados no discurso interior do escrevente (incluindo gestos e entonações), sem que esse "rascunho" seja reconfigurado em termos lingüísticos.

texto 0-05

VIOLÊNCIA

A VIOLÊNCIA NÃO ESTÁ SE INICIANDO, NO PAÍS, NESSES TEMPOS, JÁ VEM DE MUITO ANTES, DESDE O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA, ONDE EXTERMINAVAM TRIBOS INTEIRAS PARA LEVAR SEUS METAIS E PEDRAS PRECIOSAS, COMO O OURO E O RUBI; OU ATÉ MESMO ELES PRÓPRIOS COMO ESCRAVOS.

ELA ESTÁ EM QUALQUER LUGAR, DESDE UM BOM DIA AGRESSIVO ATÉ AOS CAMPOS DE FUTEBOL, ONDE SEMPRE NO FINAL DA PARTIDA OCORRE BRIGAS ENTRE AS TORCIDAS. NÃO PRECISAMOS IR MUITO LONGE PARA OBSERVARMOS MAIS EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA; NAS FAMÍLIAS ONDE HÁ IRMÃOS; SEMPRE ACONTECERÁ BRIGAS, GERALMENTE POR MOTIVOS SEM IMPORTÂNCIA OU ATÉ MESMO PATÉTICAS COMO O LUGAR NA SALA, OU QUE UM RECEBA MAIS ATENÇÃO.

POR OUTRO LADO AS PESSOAS NÃO TEM CULPA, POIS DESDE O GOLPE DE 64, ONDE MUITOS FORAM EXILADOS, OU TORTURADOS, E ALGUMAS DESAPARECERAM POR SEREM PREJUDICIAIS AO GOVERNO DITADOR DA ÉPOCA. COM ISSO A VIOLÊNCIA FICAVA MANTIDA EM CADA UM DE NÓS, ATÉ QUE COM O FIM DA DITADURA, ELA EXPLODE MAIS FORTE, E EM QUALQUER FORMA, DESDE GRUPOS DE RUAS, OS FAMOSOS TROMBADINHAS, ATÉ A BANDAS DE ROCK.

ANTES DE MAIS NADA É NECESSÁRIO QUE A POPULAÇÃO SEJA MAIS AMÁVEL E QUE TOME CONCIÊNCIA DISSO, MAS É MUITO DIFÍCIL POIS A VIOLÊNCIA JÁ FAZ PARTE DAS PESSOAS.

PORTANTO SEMPRE A EXISTIRÁ, POIS PARA CONTÊ-LA NECESSITAMOS DELA.

É importante, como um primeiro passo da análise, que se desarme o olhar do gramático. Para evitar esse recurso sempre muito presente nos leitores escolarizados, optamos por caracterizar o modo como o escrevente representa a escrita em sua suposta gênese a partir de pistas da transcodificação de gestos articulatórios⁵⁹ do oral/falado em gestos gráficos do letrado/escrito.

Ao evitar o olhar do gramático, procuramos escapar também às categorias preestabelecidas do lingüista. Em seu lugar, procuraremos, ao final de cada eixo analisado, reunir as pistas mais salientes em tipos, ou, como preferimos, em *regularidades* lingüísticas mais gerais. No que se refere aos dois primeiros eixos a serem exemplificados, essas *regularidades* serão projetadas - num plano de ainda maior generalidade - em propriedades que possibilitem a busca de

⁵⁹ Ligados à articulação de segmentos e de traços prosódicos ou à situação em que se dá a articulação, como é o caso do gesto de apontar, cuja articulação é um pacote de gesto e voz, ao qual chamamos traço fônico-pragmático da oralidade.

características comuns aos escreventes tanto no que se refere a sua imagem sobre a escrita como no que se refere à caracterização de um modo heterogêneo de constituição da escrita.

A hipótese que orienta a assinalação desses pontos de emergência da gênese da escrita consiste, portanto, no que acreditamos ser, na escrita do vestibulando, a transcodificação de uma temporalidade gráfico-sonora para uma espacialidade também ela gráfico-sonora. Entendemos por temporalidade gráfico-sonora a resolução linear do oral/falado ocorrente em tempo real e acompanhada de um grafismo típico. Com relação a esse grafismo, trata-se, mais precisamente, da sensação de movimento que, na fala, pode ser uma percepção da distintividade do som variando com a velocidade, do escalonamento de tessituras que ordena a hierarquização de sentidos ou do uso de pausas que marcam planejamento do discurso. Esse tipo de percepção será considerado - do ponto de vista da produção do oral/falado - como a localização de pontos de transição, presentes no contínuo dos sons, que demarcam acomodações de gestos articulatórios. Por sua vez, a espacialidade gráfico-sonora será entendida como a resolução bidimensional característica da escrita acompanhada de uma prosódia típica. Com relação a essa prosódia típica, trata-se, mais precisamente, da sensação de movimento que, em termos gráficos, se constitui por meio de uma *"escrita ritmicamente reprodutiva"* (Luria, aqui mesmo, p. 66-7) ou que é fruto, na formulação de Abaurre (1987), da possibilidade de se conferir uma *"substância fônica a um conjunto de símbolos"* pelo *"ato de leitura de uma forma escrita"* (ver, aqui mesmo, p. 59, nota 31).

A hipótese levantada é a de que essa transcodificação conduz o escrevente a um tipo de representação da gênese da escrita em que o material

gráfico é tomado como um instrumento fiel de gravação da memória sonora do falado. No entanto, como sabemos, o recorte do material sonoro a ser registrado não obedece unicamente à segmentação dos fonemas. Ao estudar a escrita infantil, Silva (1991) mostra que *"os critérios para a colocação dos espaços em branco entre palavras são baseados nas classes morfológicas, o que requer uma reflexão metalingüística..."* (cf., aqui mesmo, p. 60-1). Na escrita adulta, porém, além do uso da pontuação, que marca graficamente propriedades rítmicas que vão muito além das classes morfológicas⁶⁰, há indícios de que esses critérios se estendem para outras dimensões. Basta lembrar, como exemplo, da reflexão metalingüística ligada à tentativa de representação do planejamento conversacional e do jogo argumentativo prosodicamente marcado.

Para sintetizar, podemos dizer que o texto sob análise mostra a tentativa de extensão desses gestos articulatórios para o material escrito, explorando o contexto pragmático em que o diálogo com a instituição se estabelece. Dois aspectos comunicativos se destacam nos dois momentos a serem exemplificados a seguir: o assunto e o interlocutor. A ênfase nesses aspectos compõe o aparecimento do modo heterogêneo de constituição da escrita. Vale a pena insistir que esses indícios de um modo heterogêneo nada têm a ver com uma avaliação da qualidade do texto.

⁶⁰ Chacon (1996) dá determinações importantes a respeito do papel do ritmo na escrita: *"Quando tratamos do papel do ritmo na organização multidimensional da linguagem (...), dissemos que o ritmo é o movimento de unidades que poderiam ser definidas temporalmente como durações e que, no campo da linguagem, se organizam formando sistemas que fazem entrecruzar-se as mais variadas dimensões lingüísticas."* As intuições colhidas nos gramáticos permitem que o autor tenha corroborada sua tese de que *"o ritmo opera na organização multidimensional da linguagem e que na escrita, os sinais de pontuação, ao indiciarem o seu ritmo próprio, evidenciam que as unidades que nela se alternam definem-se por seu caráter lingüístico multidimensional."* (op. cit., p. 136).

A propósito, o próprio escrevente, ao marcar certas *saliências* por um efeito "*metadiscursivo*"⁶¹, auxilia na detecção desses indícios. É preciso - como lembra Abaurre (1994) ao estudar a escrita infantil - que privilegiemos para a observação aqueles "*aspectos relativos à modalidade escrita da língua que adquirem saliência (...), em diferentes momentos e pelos mais variados motivos*" (op. cit., p. 6).

Observemos, por exemplo, os usos de "*onde*" e "*até mesmo*". A insistência em seu uso e o modo particular pelo qual são empregados no texto, parecem ser dois bons motivos para que a *saliência* a eles atribuída pelo escrevente seja observada. Esses usos podem, nos contextos em que aparecem, ser vistos como procedimentos de ancoragem. Primeiramente, as ocorrências de "*onde*":

"...desde o descobrimento da América, onde exterminaram tribos inteiras para levar seus metais"

"...desde o golpe de 64, onde muitos foram exilados, ou torturados"

Podemos dizer que o emprego de "*onde*" denuncia um modo heterogêneo de constituição da escrita, à medida que a tentativa de ancoragem do tema num

⁶¹ O conceito de metadiscorso, ligado ao de heterogeneidade enunciativa, evidencia o movimento que o escrevente faz na direção de marcar as pistas lingüísticas que, em determinado momento e por diferentes razões, adquirem *saliência* em sua escrita. O conceito de *saliência*, tomado de Abaurre, tem a ver, portanto, com o efeito metadiscursivo da indiciação feita pelo escrevente. Segundo Maingueneau (1989), "*a heterogeneidade enunciativa não está ligada unicamente à presença de sujeitos diversos em um mesmo enunciado; ela também pode resultar da construção pelo locutor de níveis distintos no interior de seu próprio discurso*". Eis a concepção do autor sobre o metadiscorso: "*em um enunciado, nem tudo é produzido sobre a mesma frequência de onda; o dito é constantemente atravessável por um metadiscorso mais ou menos visível que manifesta um trabalho de ajustamento dos termos a um código de referência. Esta possibilidade de associar, a todo instante, na sequência do discurso, os enunciados e seus comentários remete evidentemente à propriedade que as línguas naturais possuem de se descreverem sem passar por um outro sistema semiótico. Do ponto de vista da AD, o metadiscorso do locutor apresenta um grande interesse, pois permite descobrir os 'pontos sensíveis' no modo como uma formação discursiva define sua identidade em relação à língua e ao interdiscorso.*" (op. cit., p. 93, destaques no original).

lugar argumentativo - um "onde"⁶² que é tempo e lugar concomitantemente - indica que o escrevente está às voltas com o domínio ativo de certos operadores do discurso, ligados a uma prática menos afeita à da língua escolarizada. Esse emprego de "onde" pode ser tomado, portanto, como indício de um gesto articulatório (mais propriamente, indício de uma marca prosódica incidindo no operador, e que ora pode ser uma pausa, ora um escalonamento de tessitura, ora uma maior duração na vogal tônica, por exemplo) registrado apenas lexicalmente na escrita. Segundo o que pensamos, esse uso de "onde", ao desempenhar o papel de engate das circunstâncias da enunciação com o desenvolvimento temático e com o movimento argumentativo do texto, pode, mais do que como um conector no nível frasal, ser visto como um operador discursivo típico dos usos orais menos suscetíveis à escolarização da língua.

Não podemos, porém, a partir da projeção desse gesto articulatório no gesto gráfico, supor que todas as ocorrências - em outros textos - desse uso de "onde" sejam imediatamente ligadas a uma "tentativa" de ancoragem. Pode-se, por exemplo, querer jogar, propositalmente, com um uso de "onde" que explore

⁶² Segundo informação verbal que obtivemos do professor Ataliba Teixeira de Castilho, há notícia de retomadas não-espaciais com "onde" em textos portugueses do século XVI. Dadas as heranças históricas do português do Brasil, ligadas diretamente ao português europeu daquele século, pode-se supor que o emprego de "onde" tenha permanecido como tal até os dias de hoje, possivelmente com uma diferença: usado em contextos orais ou, pelo menos, em contextos menos suscetíveis à influência da análise gramatical que o toma como conector em nível frasal, próprio às retomadas espaciais. É curioso que, atualmente, a *escrita culta formal* ensinada nas escolas do Brasil insiste no emprego de "onde" para as retomadas de espaço físico, inclusive com recomendações normativas explícitas sobre o assunto. Parece, pois, estar havendo um contra-senso dos gramáticos e, por meio deles, da língua escolarizada em relação a esse uso. Mantivemos, no presente trabalho, a oposição entre o uso oral menos adaptado à escolarização e o uso na escrita culta atual sobretudo para mostrar que, nos contextos não diretamente submetidos à escolarização, fica patente - na geminação de espaço e tempo - a interpretação de "onde" também como um operador argumentativo ou, como preferimos, como um ponto de ancoragem da argumentação, espécie de engate com as circunstâncias de enunciação. Parece-nos que a especificidade do uso atual de "onde" está no papel de operador que ele vem assumindo. Conferir um papel semelhante (embora talvez mais sedimentado) atribuído a "agora" no trabalho de Risso sobre o português culto falado (1993).

a geminação das dimensões espaço e tempo. Não parece ser esse o caso no exemplo dado.

Observemos, porém, que não se trata de classificar esse uso como um erro, uma inadequação, um desvio ou qualquer coisa semelhante, mas, ao contrário, como a criação de um lugar, no discurso, para que algum aspecto comunicativo seja destacado, posição a partir da qual podemos detectar o grau de envolvimento do escrevente em relação a esses aspectos. Em vez de erro, portanto, preferimos classificá-lo como um indício de um modo heterogêneo de constituição da escrita, em que o escrevente procura embutir na lexicalização o que na fala constituiria um pacote de gesto articulatório e engate com a situação de enunciação, embutidura que é uma tentativa de registro gráfico de traços fônico-pragmáticos (o que talvez pudéssemos chamar de tentativa de registro de um gesto conversacional). Eis, nessa suposição de que o escrito pode representar tudo do falado, a imagem que o escrevente faz da escrita em sua suposta gênese.

A projeção gráfica desse gesto articulatório, exemplificada pelo uso de "onde", parece indicar, ao mesmo tempo, uma recorrência à *memória episódica*⁴³ do sujeito, momento que se constitui como um ponto de apoio argumentativo para que o discurso volte a fluir. É importante observar que essa ancoragem se dá em dois momentos: quando o escrevente está buscando situar o assunto num panorama geral e quando está fazendo uma contraposição a um tópico específico (a violência como efeito sócio-político). Essas localizações indicam que o tipo de relação com o assunto abordado - ora como uma questão antiga na história do país, ora como decorrência de um período

⁴³ A *memória episódica* é aquela que garante o acesso a eventos particulares. Para maiores determinações, conferir Bruner & Weisser (1995, p. 149).

determinado da política brasileira - parece ser uma das condições de emergência do modo heterogêneo de constituição da escrita. Por sua vez, o interlocutor que o escrevente constitui no diálogo que procura estabelecer com a instituição à qual está se dirigindo - e que exige a *"escrita culta formal"*⁶⁴ - não o libera da representação que ele faz do modo oral de organização do discurso. Pelo contrário, pressiona-o à busca - no caso, nos traços fônico-pragmáticos - de saídas argumentativas convincentes, as quais, em seu texto, tomam o caráter de uma réplica. Embora fique bastante evidente para o analista, tal procedimento é menos diretamente controlável pelo escrevente, fato que põe em destaque o papel do imaginário do escrevente acerca da (sua) escrita e de seu próprio lugar de escrevente. Fica, pois, demonstrado, com o comentário sobre o emprego de "onde", que, nesses momentos, o imaginário do escrevente atua no sentido de determinar, pela representação da gênese da escrita, o seu modo heterogêneo de constituição.

Um segundo tipo de ancoragem, desta feita mais apoiada no interlocutor e menos no assunto tratado, indicia também a circulação do escrevente pelo que representa como a gênese da escrita e ocorre com "até mesmo":

"...exterminavam tribos inteiras para levar seus metais e pedras preciosas, como o ouro e o rubi; ou até mesmo eles próprios como escravos"

"...sempre acontecerá brigas, geralmente por motivos sem importância ou até mesmo patéticas como o lugar na sala, ou que um receba mais atenção"

A tentativa de ancoragem do tema, desta feita no limite de uma *escala argumentativa*⁶⁵ que o escrevente imagina como o ponto-limite⁶⁶ do interlocutor,

⁶⁴ Esta classificação é de Lopes (1993). Conferir, aqui mesmo, p. 80, nota 44.

⁶⁵ A noção é de Ducrot (1981).

⁶⁶ Segundo Ducrot (1981), "é essencial a até mesmo que a proposição em que está inserido seja utilizada como um argumento apresentado como forte, e eventualmente, em certos contextos, como decisivo" (op. cit., p. 180-1).

é uma marca da presença do interlocutor no texto do escrevente. Melhor dizendo, esse recurso opera, no texto do escrevente, como um recurso de antecipação à fala do interlocutor, portanto como uma réplica antecipada. O que há de peculiar nessa réplica é que, em ambos os exemplos, ela mostra que o escrevente representa, em seu texto, o envolvimento entre os interlocutores, propriedade típica dos textos orais. Em outras palavras, o escrevente fornece evidências, nesses momentos, de que constrói seu texto a partir da imagem que faz da gênese da escrita, supondo que pode registrar integralmente o falado em sua escrita. De todo esse processo de textualização, pode-se, pois, constatar que há uma fala nessa escrita.

Desse modo, temos bons indícios de que, marcado na estruturação argumentativa do texto, o escrevente está às voltas com um modo heterogêneo de constituição da escrita. O fato de haver, num texto manuscrito de vinte e três linhas, duas ocorrências do mesmo recurso, é também bastante sintomático de que a escolha argumentativa esteja ligada à forte presença atribuída ao interlocutor por parte do escrevente. É relevante observar também que as ocorrências se dão em diferentes partes do texto: a primeira, no momento em que o escrevente faz o panorama geral sobre o estado da violência; e a segunda, no momento em que ele se posiciona a respeito do tópico abordado (a violência no espaço doméstico). A relevância do contexto macroestrutural em que se dá essa ancoragem no interlocutor deve-se ao fato de que, nos dois casos, trata-se de momentos do texto em que a generalidade do panorama e a circunscrição de um espaço que inclui o escrevente (mas também o interlocutor) são construídas em pontos-limite de uma escala argumentativa, fato que revela

a expectativa de abarcar todo o universo de argumentação possível projetado no interlocutor pelo próprio escrevente.

Se, nesse caso, a gênese da escrita é buscada pela construção do universo argumentativo em termos de pontos-limite de uma escala que se supõe hierarquicamente construída com base no interlocutor, sua verticalidade pode vir substituída pela horizontalização de possibilidades. Observemos os exemplos seguintes em que a mesma preocupação com o universo argumentativo ligada ao interlocutor se repete:

Ela está em qualquer lugar, desde um bom dia agressivo até aos campos de futebol

"...desde grupos de ruas, os famosos trombadinhas, até a bandas de rock"

Podemos dizer que, nestes exemplos, como no anterior, o procedimento é o mesmo e a tentativa do escrevente é, desta feita, projetar um traço não-verbal, o gesto de apontar - utilizado não propriamente como dêltico, mas como delimitador de um espaço argumentativo comum - na bidimensionalidade da escrita, explorando, nesses fragmentos, sua projeção horizontal. Eis, pois, no caso anterior e no presente, duas tentativas diferentes de representar a escrita em sua suposta gênese pela marcação do envolvimento e do espaço dividido com o interlocutor. A ocorrência repetida da estrutura "desde... até" é uma pista de que essa estrutura (a exemplo das marcas anteriores) participa de um recurso de textualização que está tendo *saliência* para o escrevente, a saber, o processo de delimitação do espaço argumentativo e sua correspondente determinação de uma posição para o interlocutor.

Ainda explorando o contexto pragmático em que o diálogo com a instituição se estabelece, destaca-se um aspecto ligado à organização formal do texto, também aparecendo por duas vezes. O uso coesivo do pronome demonstrativo a ser exemplificado a seguir é típico do que Lopes (op. cit.) chama de *português médio*⁶⁷ : aquele utilizado pelos meios de comunicação de massa. Observemos as seqüências:

"...as pessoas não tem culpa, pois desde o golpe de 64, onde muitos foram exilados, ou torturados, e algumas desapareceram por serem prejudiciais ao governo ditador da época. Com isso a violência ficava mantida em cada um de nós, até que com o fim da ditadura..."

"Antes de mais nada é necessário que a população seja mais amável e que tome consciência disso..."

Na comunicação de massa, a concisão desse recurso coesivo tem, à primeira vista, o papel de reduzir o tempo de leitura e o espaço da matéria. No entanto, o fato é que recorrer a paráfrases ou a outros tipos de encadeamento temático levaria a jogar com classes de equivalência, processo de significação nem sempre à mão (ao contrário do artifício anafórico), mas, principalmente, nem sempre desejado em virtude dos efeitos de sentido que uma série parafrástica pode provocar. Ligado à dêixis, o artifício anafórico atua, no entanto, no interior do texto. Esse parentesco com os dêiticos mostra que o recurso pode ser visto não só como próprio do *português médio*, como também do modo heterogêneo de constituição da escrita. No texto do vestibulando, não é nem o caráter da concisão, nem o da redução do espaço do texto, nem o da fuga a séries parafrásticas que levam ao uso do anafórico. Parece muito mais lógico supor que essa opção esteja ligada, mais uma vez, a um empréstimo do modo

⁶⁷ Conferir Lopes, aqui mesmo, p. 80-1.

de organização da conversação ou - para nos mantermos na formulação inicial - a uma projeção do gesto de apontar no gesto gráfico. Desnecessário lembrar que o aspecto dialógico está novamente presente no uso desse recurso. O sistema dêitico sempre opera, como se sabe, em função do eixo enunciativo "eu/tu" e seu valor mostrativo só se efetiva a partir da "instância de discurso à qual se refere", isto é, a partir de sua contemporaneidade com a "instância de discurso que contém o indicador de pessoa" (Benveniste, 1976, p. 279-80). Desse modo, o gesto de apontar e o gesto gráfico que o imprime na escrita são, desse ponto de vista, representações de uma única instância de discurso. Dito de outro modo, há uma fala presente na escrita do vestibulando quando ele utiliza esse recurso de coesão. No entanto, é preciso que não se entenda essa fala como interferência da oralidade na escrita. Uma tal posição se afinaria mais com a consideração da escrita como produto, bem como com a suposição de uma pureza do oral/falado e do letrado/escrito e, na hipótese de se aceitá-la, sobreviriam questões como a da correção, a da inadequação, a do desvio. Diferentemente dessa posição, assumimos que a fala que está nesse escrita constitui, juntamente com a própria escrita, um tipo de enunciação cujo processo de construção se dá pela conjunção do oral/falado com o letrado/escrito ou, como preferimos, pelo modo heterogêneo de constituição da escrita.

Esse indício de um modo heterogêneo de constituição da escrita encontra respaldo sempre que assumimos a escrita como um processo. É o caso da escrita infantil, sobre a qual vale a pena retomar um texto já citado de Vygotsky (1988):

"O próprio movimento da criança, seus próprios gestos, é que atribuem a função de signo ao objeto e lhe dão significado. Toda atividade representativa simbólica é plena desses gestos indicativos..." (op. cit., p. 121-3).

Não surpreende, portanto, que, num estágio avançado de domínio da escrita, o vestibulando continue imerso no processo de aquisição do letrado/escrito, fato que o leva a reproduzir, para novas solicitações, procedimentos que, embora inconscientemente, já utilizou, na apreensão de outras dimensões da linguagem, em outros momentos desse mesmo processo.

Um último exemplo destacado na versão acima, refere-se também à organização formal do texto e tem a ver com a relação entre a prosódia, o léxico e a pontuação. Eis o exemplo:

"Portanto sempre a existirá, pois para contê-la necessitamos dela."

Cagliari (1992), como foi discutido (cf. p. 77), mostra que há, na oralidade, a possibilidade de se substituir a lexicalização pela prosódia. Mostra, ainda, que o recurso à prosódia é mais comum na *"linguagem oral mais espontânea"* do que na *"fala mais formal"* (op. cit. p. 55). É importante lembrar também que, embora a prosódia só apareça na escrita através da articulação com outros planos, por exemplo, o próprio léxico ou a sintaxe, ela é, em alguma medida, recuperável nos enunciados escritos e não pode ser vista, portanto, como exclusiva dos enunciados falados. Também os sinais de pontuação revelam uma preocupação com a representação da percepção acústica dos enunciados (percepção mais analógica - icônica - do que digital). Há, pois, tanto pela articulação entre os vários planos lingüísticos (por exemplo, entre prosódia, léxico, sintaxe), como pela utilização dos sinais gráficos de pontuação, indícios de que, por vezes, a enunciação pela escrita permite substituir determinados itens lexicais. Conclui-se, portanto, que esse fato não ocorre, obviamente, como na oralidade. Porém, pelo menos o condicionamento estilístico (variação quanto ao grau de

espontaneidade) desse tipo de substituição pode ser pensado como pertinente também para a escrita, fato que preferimos interpretar como um exemplo de representação que, ao aproximar a fala da escrita, o escrevente faz da gênese da escrita.

No exemplo acima, o escrevente não se utiliza da iconicidade dos sinais de pontuação, imprimindo o gesto articulatório (no caso, a pausa) próprio da *"unidade incluída"* (Quirk et al, 1985) apenas no caráter linear da escrita. A expressão destacada em negrito não recebe, portanto, explicitamente a marca de uma *"unidade incluída"*. A expectativa de marcação da pausa é frustrada, portanto, pela simples pressuposição da prosódia adequada.

A propósito, é útil observar o que Chacon conclui a respeito da seguinte afirmação de Catach: *"a ruptura da ordem das palavras (...) é mais reveladora, na oralidade, da carga afetiva e comunicativa da mensagem"* (apud Chacon, p. 205). A partir dessa afirmação, o autor conclui que *"a pontuação, ao mesmo tempo em que atua sobre uma sintaxe típica da escrita, imputa à escrita um movimento que pode aproximá-la do fluxo verbal característico da oralidade"* (idem, ib.). A conclusão parece verdadeira não só em relação à marcação da pontuação como também em relação a sua ausência. Portanto, a ausência da pontuação no trecho em questão não significa que o escrevente esteja mais longe do fluxo da oralidade, mas parece mostrar que o escrevente deixa no ar o gesto articulatório do oral/falado, supondo-o como já graficamente impresso. Na verdade, observando a inconsistência do escrevente quanto à marcação de unidades incluídas - inconsistência exemplificada já na linha 1 quando o escrevente pontua uma unidade incluída com função circunstancializadora: *"..., nesses tempos,..."* - chegamos à conclusão de que essa inconsistência apanha

um momento do processo de aquisição da pontuação, momento que se caracteriza como marcando um modo heterogêneo de constituição da escrita. Sobre esse modo heterogêneo, seria, pois, lícito dizer, que há momentos que sua constituição permite substituir a pontuação pela prosódia, embora naturalmente ela só seja recuperada pela possibilidade que, como regra geral, existe de se conferir - na formulação de Abaurre - uma "*substância fônica*" no "*ato de leitura de uma forma escrita*" (cf., aqui mesmo, p. 59, nota 31, e p. 129). O apagamento gráfico dessa substância fônica é, no caso, uma evidência a mais de que a ausência de pontuação indicia uma relação dialógica de alçamento de um gesto articulatório (desta vez, mais propriamente, de um silenciamento) na direção de um interlocutor tomado, por um lapso de segundo, como fisicamente presente na enunciação escrita.

Procuramos, até este ponto, exemplificar como o modo heterogêneo de constituição da escrita se marca pela circulação que o escrevente faz pelo imaginário sobre a escrita em sua suposta gênese. Mantivemos, no decorrer da análise, a hipótese que orienta a detecção de pistas lingüísticas, a saber, a hipótese de que essas pistas indiciam sempre uma circulação dialógica do escrevente na relação que ele - no movimento metalingüístico da escrita - é levado a fazer entre o oral/falado e o letrado/escrito, relação que é apenas um aspecto de sua relação com a linguagem.

No item seguinte, será tratado o segundo eixo, referente à representação que o escrevente faz da escrita enquanto código institucionalizado.

O escrevente e a representação da escrita como código institucionalizado

Na versão seguinte, o texto tomado para exemplo traz, destacados, momentos em que o escrevente assume a escrita como código institucionalizado.

Novamente estamos falando de imaginário. Mais próxima da *escrita culta formal*, trata-se da escrita socialmente reconhecida como sendo de tal forma normatizada que as marcas do oral/falado que eventualmente nela se pudessem reconhecer seriam vistas como desvios do instituído e, nesse sentido, deveriam ser tomadas como lhe sendo totalmente exteriores. No caso do escrevente, estamos lidando com o seu imaginário, que é, em grande parte, determinado pela escolarização da língua, mas não apenas por ela, uma vez que estamos considerando não o escrito como produto lingüístico da alfabetização - em geral realizada na escola -, mas o letrado/escrito enquanto processo lingüístico e social (não apenas escolar) inseparavelmente ligados.

São os seguintes, no mesmo texto utilizado acima, os destaques relativos ao imaginário sobre o código institucionalizado assumidos pelo escrevente:

texto 0-05

VIOLÊNCIA

A VIOLÊNCIA NÃO ESTÁ SE INICIANDO, NO PAÍS, NESSES TEMPOS, JÁ VEM DE MUITO ANTES, DESDE O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA, ONDE EXTERMINAVAM TRIBOS INTEIRAS PARA LEVAR SEUS METAIS E PEDRAS PRECIOSAS, COMO O OURO E O RUBI; OU ATÉ MESMO ELES PRÓPRIOS COMO ESCRAVOS.

ELA ESTÁ EM QUALQUER LUGAR, DESDE UM BOM DIA AGRESSIVO ATÉ AOS CAMPOS DE FUTEBOL, ONDE SEMPRE NO FINAL DA PARTIDA OCORRE BRIGAS ENTRE AS TORCIDAS. NÃO PRECISAMOS IR MUITO LONGE PARA OBSERVARMOS MAIS EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA; NAS FAMÍLIAS ONDE HÁ IRMÃOS; SEMPRE ACONTECERÁ BRIGAS, GERALMENTE POR MOTIVOS SEM IMPORTÂNCIA OU ATÉ MESMO PATÉTICAS COMO O LUGAR NA SALA, OU QUE UM RECEBA MAIS ATENÇÃO.

POR OUTRO LADO AS PESSOAS NÃO TEM CULPA, POIS DESDE O GOLPE DE 64, ONDE MUITOS FORAM EXILADOS, OU TORTURADOS, E ALGUMAS DESAPARECERAM POR SEREM PREJUDICIAIS AO GOVERNO DITADOR DA ÉPOCA. COM ISSO A VIOLÊNCIA FICAVA MANTIDA EM CADA UM DE NÓS, ATÉ QUE COM O FIM DA DITADURA, ELA EXPLODE MAIS FORTE, E EM QUALQUER FORMA, DESDE GRUPOS DE RUAS, OS FAMOSOS TROMBADINHAS, ATÉ A BANDAS DE ROCK.

ANTES DE MAIS NADA É NECESSÁRIO QUE A POPULAÇÃO SEJA MAIS AMÁVEL E QUE TOME CONCIÊNCIA DISSO, MAS É MUITO DIFÍCIL POIS A VIOLÊNCIA JÁ FAZ PARTE DAS PESSOAS.

PORTANTO SEMPRE A EXISTIRÁ, POIS PARA CONTÊ-LA NECESSITAMOS DELA.

O primeiro exemplo destacado:

"Ela está em qualquer lugar, desde um bom dia agressivo até aos campos de futebol..."

é um caso típico que o olhar do gramático levaria a considerar simplesmente como uma incorreção quanto à regência. A percepção do escrevente, porém, parece ir em outra direção. Sabendo, provavelmente, que, na *escrita culta formal* os verbos de movimento são regidos pela preposição "a", o escrevente, tendo presente a omissão da estrutura "ir de X a Y", omite o verbo e mantém a regência. Ou seja, ainda que omitindo esse verbo no segundo sintagma verbal dos dois coordenados ("está em qualquer lugar, [vai] desde um bom dia agressivo até aos campos de futebol") mantém a regência original. A reduplicação da preposição "até" e "a" parece dever-se ao uso de uma segunda estrutura interferente a partir da omissão do verbo: "desde...até", reduplicação que resulta na substituição de "ir de X a Y" por "desde X até a Y". Como podemos observar, é mais a exploração do domínio de uma regência típica da *escrita culta formal* (ir de X a Y) e não a falta absoluta de qualquer noção a esse respeito que está levando o escrevente à hipercorreção, marcada,

no caso, pela reduplicação. É interessante destacar, ainda, que o escrevente é consistente com sua hipótese, pois volta a explorar a mesma reduplicação:

"...ela explode mais forte, e em qualquer forma, desde grupos de ruas, os famosos trombadinhas, até a bandas de rock."

Neste exemplo, o escrevente mobiliza (e novamente omite) o verbo "ir", desta feita como introdutor de uma subordinação com gerúndio: "em qualquer forma, [indo de x a y]". Novamente parece estar atuando a estrutura interferente "desde ... até" sobre a estrutura "indo de x a y", resultando: "desde x até a y"

O fato de, nos dois exemplos, a reduplicação ser redundante indicia que o escrevente distingue a regência como uma das marcas do padrão formal ao qual imagina estar rigorosamente servindo. A *saliência* que a reduplicação da preposição ganha pode indicar, portanto, que a regência é um ponto nevrálgico do alçamento (tradução?) que o escrevente busca fazer de sua variedade lingüística para a *escrita culta formal*. Para mais um indício de sua importância, vejamos o trecho abaixo, também do mesmo texto:

"...com o fim da ditadura, ela explode mais forte, e em qualquer forma"

em que a opção do escrevente fica entre a recusa de uma formulação mais simples, como: "explode... de qualquer forma" (que traz a imprecisão do sentido de "qualquer": como determinante indefinido ou como adjetivo, sinônimo de "diferente", isto é, "explode... de diferentes formas"), e a falta de domínio ativo de uma formulação talvez mais precisa, como: "explode ... sob qualquer forma". No contrapasso, o escrevente opta por "em... qualquer forma". Como podemos ver, há uma hipótese bastante complexa que pode perfeitamente ter orientado

essa escolha do escrevente, embora um olhar mais ligeiro talvez se contentasse em atribuir não mais que uma inadequação da regência. Trata-se, como vimos, da hipótese da ambigüidade que o uso da preposição "de" termina por produzir no determinante/adjetivo "qualquer". Da opção por "em...qualquer forma" interessa destacar o ponto nevrálgico que a regência denuncia, pois nela fica patente a expectativa do escrevente de se lançar no processo de textualização a partir da *escrita culta formal*.

O efeito resultante dessa busca de alçamento mostra claramente o caráter de prática social que os fatos lingüísticos assumem quando tomados no seu processo de textualização. O letrado/escrito praticado, ao refletir a tentativa de alçamento ao padrão mais formal da língua, revela que o escrevente situa seu texto num modo heterogêneo de constituição da escrita.

Um outro caso interessante a ser tratado é o da concordância. Observemos as partes grifadas abaixo:

"...sempre no final da partida ocorre brigas entre as torcidas. Não precisamos ir muito longe para observarmos mais exemplos de violência; nas famílias onde há irmãos; sempre acontecerá brigas..."

Podemos dizer que estamos diante de uma seqüência lingüística que busca marcar-se por um registro mais formal de linguagem. Observemos, por exemplo, a escolha do verbo "haver" no sentido de "existir", quase que excluído da fala distensa, em que normalmente é substituído por "ter". Observemos ainda a escolha do futuro do presente na flexão do verbo "acontecer", também uma escolha que recusa a locução "ir + verbo principal" ["...sempre + IR + acontecer brigas..."], típica da fala distensa. Ao lado dessas escolhas mais formais, porém, temos uma característica típica de um estilo distenso de linguagem, próprio da

língua falada: o verbo "ocorrer" e o próprio verbo "acontecer" não concordam⁶⁸ com o sujeito "brigas". Para que mantenhamos o critério de tratar localmente esses pontos salientes da escrita do vestibulando, é interessante notar que a própria tentativa de conseguir um registro formal (pela impessoalização dos verbos "ocorrer" e "acontecer") pode estar produzindo um efeito mais ligado à representação da escrita em sua suposta gênese (a falta de concordância). Em outras palavras, o caráter impessoal do verbo "haver", pode ter provocado, por contigüidade, a opção pela não flexão dos verbos, num movimento local de assimilação. Este exemplo mostra bem como os eixos, operatoricamente separados na análise, atuam de maneira integrada na prática da escrita. Enquanto efeito resultante - visto, portanto, como produto - esse trecho parece denunciar uma representação da constituição da escrita em sua suposta gênese. No entanto, do ponto de vista do processo⁶⁹ de textualização que o constituiu, ele parece ter seguido a lógica de um imaginário sobre a escrita institucionalizada.

⁶⁸ Segundo Pezatti (1993), "*o português falado é um sistema de ergatividade cindida, motivada por dois fatores: a natureza semântica do verbo [no caso, verbos existenciais de um lugar]... e, conseqüentemente, a natureza do SN [ou seja, grau de animacidade que caracteriza o sintagma nominal; no caso, um não-animado = "brigas"] que o acompanha*" (op. cit., p.169), possibilitando, nessas condições, construções como as do tipo acima exemplificado, que se caracterizam por ter "*o único argumento ["brigas"] do verbo intransitivo existencial ["ocorre ou acontecerá "] (...) com os mesmos traços do objeto transitivo...*" (idem, p. 176-7).

⁶⁹ Supondo, por exemplo, que, nesse caso, o escrevente fizesse a concordância padrão, teríamos um dado relevante a menos a considerar, mas, ainda assim, se poderia falar da constituição heterogêna desse texto considerando outros dados. Desse modo, especulando sobre esse dado em relação a ele mesmo, podemos dizer que, nesse texto, a falta de concordância constitui um dado relevante justamente pelo movimento local de assimilação, ou seja, o próprio processar-se da escrita (no qual há o encontro com e a assimilação da impessoalidade do verbo "haver") permite destacar esse dado como um ponto de *individuação*. É significativo, portanto, que essa *individuação* atue na direção do código escrito institucionalizado. Inversamente, se a concordância padrão tivesse ocorrido, nada de surpreendente haveria para ser destacado no processar-se da escrita. É evidente que, também nesse caso, o modelo do código escrito institucionalizado estaria agindo, mas o dado não seria um dado relevante, uma vez que o processo de escrita não teria a revelar nada mais do que o produto da escrita já estaria revelando.

Uma outra tentativa de alçamento ao padrão mais formal da língua volta a acontecer num trecho já comentado por ocasião da circulação do escrevente pela representação que faz da escrita em sua suposta gênese . Trata-se do fragmento:

"...até mesmo patéticas..."

Se, no momento de gênese, esse fragmento foi analisado como uma forma de explorar o universo argumentativo imaginado para o interlocutor por meio do uso de "até mesmo x", no caso presente, é pertinente a observação do adjetivo "patéticas". O procedimento que leva a essa escolha lexical é novamente perfeitamente adequado, o que podemos constatar ao estendermos o contexto lingüístico em que ela aparece:

"...sempre acontecerá brigas, geralmente por motivos sem importância ou até mesmo patéticas, como..."

Observemos, em primeiro lugar, que o item lexical foi trazido depois de uma reelaboração, marcada pela conjunção "ou". A reelaboração, que incide sobre o sintagma adjetivo: "sem importância", tem, nesse caso, o papel de re-situar esse sintagma num nível mais alto de uma escala argumentativa. O procedimento é, nesse sentido, executado com êxito. No entanto, a escolha lexical feita pelo escrevente se constitui mais no indício de uma tentativa de se alçar à *escrita culta formal* do que num uso propriamente formal desse item lexical, uma vez que o escrevente recorre a um uso ainda não-dicionarizado do adjetivo "patético", a saber, com o sentido de "ridículo"; "mesquinho";

"absurdo"⁷⁰. Em termos lexicais, este sentido, apreensível justamente em virtude da reelaboração de "sem importância" para um ponto-limite ("até mesmo x") da escala argumentativa, resulta - por esse mecanismo de construção textual - numa espécie de superlativo, delineando uma interpretação previsível para o termo escolhido "patéticos". Como vemos, o recurso utilizado pelo escrevente é bastante mais sofisticado do que simplesmente o da escolha lexical. Curiosamente, é a escolha lexical que denuncia a expectativa do escrevente de se alçar (e a seu texto) ao domínio da *escrita culta formal*, a respeito da qual articula, como podemos notar, o que estamos chamando neste trabalho de um imaginário sobre o código institucionalizado. É importante destacar que esse aspecto lingüístico - saliente para o escrevente - vem sob a moldura da marca de reelaboração, fato que vem corroborar a hipótese de Abaurre (1994) de que o procedimento de reelaboração parece "*constituir-se em espaço privilegiado para a observação dos aspectos relativos à modalidade escrita da língua que adquirem saliência*" (op. cit., p. 6).

No fragmento abaixo, a circulação dialógica do escrevente com relação à imagem que ele faz sobre a posição que ocupa seu interlocutor em relação à língua - a região mais formal dentre as suas variedades - interfere novamente, desta feita na escolha do operador textual:

"Por outro lado as pessoas não tem culpa, pois desde o golpe de 64, onde muitos foram exilados, ou torturados, e algumas desapareceram por serem prejudiciais ao governo ditador da época. com isso a violência ficava mantida em cada um de nós,..."

⁷⁰ O Dicionário Aurélio Eletrônico (1994) não traz nenhuma dessas acepções, contemplando apenas: "*que comove a alma, despertando um sentimento de piedade ou tristeza; conflagrador; tocante*"; ou: "*que revela forte emoção; apaixonado*", ou ainda: "*trágico, sinistro, cruel*". O Dicionário Escolar das Dificuldades da Língua Portuguesa (1968) de Cândido Jucá (Filho), também não contempla aquelas acepções, incluindo, porém, outras: "*enérgico, expressivo, tocante, veemente, comovente; afetuoso, sentimental*".

Como ficou dito ao tratarmos do *esquema textual* (re-)produzido nesse texto, a uma delimitação de um tópico específico (a violência como inerente às pessoas e os espaços em que aparece) contrapõe-se um outro tópico (a violência como efeito sócio-político datado). O operador textual assinalado aparece no momento dessa contraposição e tem o papel de estabelecer um jogo de perspectivas. Reduzido a não mais que duas perspectivas, esse jogo é típico desse *esquema textual* e é normalmente reproduzido por uma grande quantidade de textos. Os meios de comunicação de massa - tomados, em geral, pela escola e pelos alunos como modelos de boa escrita - são bons exemplos desse tipo de utilização. Lembremo-nos, por exemplo, da preocupação que a imprensa procura aparentar com as versões: a de um lado e a do outro lado.

Portanto, esse uso de "por outro lado" parece reproduzir um *esquema textual* suposto como próprio para o bom desempenho no vestibular. Como foi adiantado, a dissertação é provavelmente o tipo de texto com que o escrevente tem mais contato durante os anos de escolarização por que passa. Não raro, nesse processo de escolarização, o aluno é defrontado diretamente com modelos - impostos para repetição em série - muito mais do que com os também culturalmente assimilados *esquemas textuais* - frutos, porém, da aquisição gradativa de um conhecimento não apenas formal e a partir do contato com os vários tipos de textos.

Observemos que o escrevente dialoga com a língua escolarizada, fato que revela aspectos de sua imagem do código institucionalizado. No entanto, o próprio uso de "por outro lado" fica prejudicado por essa quase auto-emissão do *esquema textual*. Não aparecendo, nos termos já citados de Geraldí (cf. aqui mesmo, p. 125, nota 58), a palavra do aluno, ele próprio se desobriga de construir

o paralelismo estrutural que esse operador pressupõe. Por essa razão, esse "outro lado" dialoga difusamente não só com o conteúdo delimitado como tópico específico em seu texto, mas com o próprio esquema que deu origem ao uso desse operador. Mais do que uma estruturação articulada em seu próprio texto, "por outro lado" indicia, portanto, a migração de um esquema para o domínio da textualização do vestibulando. Ou seja, indicia graficamente um aspecto de seu imaginário sobre o código institucionalizado.

A *saliência* que a (re-)produção do *esquema textual* tem para o escrevente é evidenciada também pela repetição do mesmo procedimento no final do texto. Mesmo a respeito de um tema sobre o qual as conclusões estão muito longe de ser definitivas, fato comprovado não só pela diversidade de pontos de vista presentes na coletânea, mas, sobretudo, pela conclusão parcial do escrevente em relação à discussão desenvolvida em seu próprio texto, a (re-)produção do *esquema textual* se impõe ao escrevente:

"Portanto sempre a existirá, pois para contê-la necessitamos dela."

Esse é mais um exemplo da tese que estamos defendendo. Um último exemplo tem a ver com o emprego do pronome:

"Portanto sempre a existirá, pois para contê-la necessitamos dela."

Há, nesse caso, dois traços fundamentais que marcam a imagem que o escrevente faz da escrita: o próprio uso do clítico e sua inserção como complemento de verbo que não exige complemento.

No que se refere ao uso do clítico, Duarte (1989) lança e confirma a hipótese de que, na realização do objeto direto correferente com um SN mencionado no discurso, o clítico acusativo de 3ª pessoa vem sendo substituído, no português falado do Brasil (a pesquisa se restringe à fala de São Paulo), por SNs anafóricos (forma plena do SN correferente com outro SN previamente mencionado) ou por uma categoria vazia (objeto nulo) [op. cit., p. 19]. Os resultados de sua pesquisa mostram que, do ponto de vista do condicionamento lingüístico de natureza sintática, o uso da categoria vazia, em estruturas simples, supera sua realização fonológica. Por sua vez, quando se tem em vista o condicionamento lingüístico de natureza semântica, a preferência pela categoria vazia recai sobre os objetos com antecedentes [- animado]. No que se refere aos condicionamentos sociais da escolaridade e da faixa etária, o clítico é uma variante da realização do SN anafórico com "*ausência absoluta na fala dos jovens, enquanto para os demais grupos [de 22 a 33 anos, de 34 a 46 anos e acima de 46 anos] seu uso cresce ligeiramente com o nível de escolaridade*" (idem, p. 27, destaque nosso). A autora conclui que "*a categoria vazia objeto se encontra implementada no sistema lingüístico*" e que "*sua ocorrência em artigos de jornais e revistas, na literatura e em traduções, em contextos que não têm a intenção de reproduzir a língua falada, atesta isso e distingue o português do Brasil das suas línguas irmãs*" (idem, p. 32).

No exemplo acima, temos, do ponto de vista lingüístico, uma estrutura sintática simples, um "objeto" com antecedente [- animado] - a violência -, estamos diante de um texto de um jovem que não ultrapassa a casa dos vinte anos, com escolaridade de 2º grau. A nos orientarmos pela pesquisa de Duarte,

todos esses condicionamentos mais seu uso corrente também em textos escritos levariam a esperar a "*categoria vazia objeto*".

A frustração dessa expectativa, ao lado do fato de que o verbo não exigiria mesmo complemento algum, mostra que o escrevente usa o cífico em função da imagem que faz do código escrito institucionalizado, cunhando, pela negação, ao invés da pureza buscada, um cruzamento com o falado, evidenciando uma escrita heterogênea.

Outras observações poderiam ser feitas a respeito desse tipo de circulação imaginária do escrevente. Tratamos aqui - como já havíamos feito no caso da circulação do escrevente pelo imaginário sobre a gênese da escrita - daquelas pistas consideradas mais salientes. Como ficou dito, o próprio processo de textualização que o escrevente registra em seu texto contribui para a determinação dessas *saliências*. Com relação à hipótese que permite reunir essas pistas em um eixo particular de circulação dialógica, ela consiste na postulação de que essas pistas são - para retomar de Lemos (cf., aqui mesmo, p. 110) - sempre "*fragmentos*" indiciativos "*de interação*".

No item seguinte, será tratado o terceiro eixo, referente à relação que o texto do escrevente mantém com o já falado e com o já ouvido bem como com o já escrito e com o já lido. Como adiantamos, essa relação põe o escrevente em contato não só com sua experiência do oral/falado, mas também com a produção escrita em geral e com uma produção escrita particular - a da coletânea de textos (ou de fragmentos de textos) que deve ler durante a prova. Para simplificar a referência a esse eixo, passaremos a chamá-lo de eixo da dialogia com o já falado/escrito.

O escrevente e a dialogia com o já falado/escrito

Uma objeção quanto ao estudo da relação do texto com o já falado/escrito poderia se constituir no fato de que todo o texto - e não apenas as partes destacadas em negrito - pode ser considerado como produto do já-dito. Uma tal consideração, ligada à vinculação do discurso ao interdiscurso, não está descartada da abordagem que estamos procurando dar aos textos. No entanto, ao buscar a relação com o já falado/escrito, a expectativa é buscar pistas que denunciem - para usar uma expressão de Authier-Revuz - *"uma negociação com as forças centrífugas, de desagregação, da heterogeneidade constitutiva"* (op. cit., p. 33), ou seja, é buscar pistas da *"heterogeneidade mostrada"*.

Considerada a circunscrição do evento vestibular, a análise dos textos quanto à relação com o já falado/escrito resulta também do confronto com os fragmentos da coletânea. Esse procedimento se mostrou necessário dado que a utilização da coletânea é uma exigência dessa prova, mas - como ressaltam as instruções acima transcritas - não deve haver cópia dos textos como um recurso para o desenvolvimento temático. Em virtude dessa ressalva, muitos estudantes deixam de dar uma forma mostrada às remissões à coletânea. No sentido de detectar essas remissões não-mostradas, optamos por anotar, texto por texto, os empréstimos tomados da coletânea. Na versão seguinte, o mesmo texto utilizado acima para exemplo desta feita traz, destacados, os momentos em que o escrevente faz remissões à coletânea (ainda que não-mostradas). Como poderemos observar, o escrevente não marca, explicitamente, em nenhum momento, sua escrita como relacionada com o já falado/escrito, fato que, por si, já é revelador não só de sua relação com a escrita, mas de sua própria relação com a linguagem.

VIOLÊNCIA

A VIOLÊNCIA NÃO ESTÁ SE INICIANDO, NO PAÍS, NESSES TEMPOS, JÁ VEM DE MUITO ANTES, DESDE O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA, ONDE EXTERMINAVAM TRIBOS INTEIRAS PARA LEVAR SEUS METAIS E PEDRAS PRECIOSAS, COMO O OURO E O RUBI; OU ATÉ MESMO ELES PRÓPRIOS COMO ESCRAVOS.

ELA ESTÁ EM QUALQUER LUGAR, DESDE UM BOM DIA AGRESSIVO ATÉ AOS CAMPOS DE FUTEBOL, ONDE SEMPRE NO FINAL DA PARTIDA OCORRE BRIGAS ENTRE AS TORCIDAS. NÃO PRECISAMOS IR MUITO LONGE PARA OBSERVARMOS MAIS EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA; NAS FAMÍLIAS ONDE HÁ IRMÃOS; SEMPRE ACONTECERÁ BRIGAS, GERALMENTE POR MOTIVOS SEM IMPORTÂNCIA OU ATÉ MESMO PATÉTICAS COMO O LUGAR NA SALA, OU QUE UM RECEBA MAIS ATENÇÃO.

POR OUTRO LADO AS PESSOAS NÃO TEM CULPA, POIS DESDE O GOLPE DE 64, ONDE MUITOS FORAM EXILADOS, OU TORTURADOS, E ALGUMAS DESAPARECERAM POR SEREM PREJUDICIAIS AO GOVERNO DITADOR DA ÉPOCA. COM ISSO A VIOLÊNCIA FICAVA MANTIDA EM CADA UM DE NÓS, ATÉ QUE COM O FIM DA DITADURA, ELA EXPLODE MAIS FORTE, E EM QUALQUER FORMA, DESDE GRUPOS DE RUAS, OS FAMOSOS TROMBADINHAS, ATÉ A BANDAS DE ROCK.

ANTES DE MAIS NADA É NECESSÁRIO QUE A POPULAÇÃO SEJA MAIS AMÁVEL E QUE TOME CONCIÊNCIA DISSO, MAS É MUITO DIFÍCIL POIS A VIOLÊNCIA JÁ FAZ PARTE DAS PESSOAS.

PORTANTO SEMPRE A EXISTIRÁ, POIS PARA CONTÊ-LA NECESSITAMOS DELA.

Para que tenhamos uma idéia da remissão ao já falado/escrito, é interessante que retomemos o tema proposto para a Redação:

As sociedades ditas civilizadas vêem a violência, em especial quando organizada, como uma ameaça a seu sistema de valores. Levando em conta a coletânea abaixo, escreva uma dissertação sobre o tema: Violência nas tribos urbanas modernas.

O título escolhido pelo candidato foi "Violência". Parece haver, já nessa escolha, a interferência de um dos textos da coletânea - o primeiro - ou, melhor

dizendo, de um fragmento do texto de René Girard, mais propriamente o seu primeiro enunciado: "A violência é de todos e está em todos". A interferência desse primeiro texto se faz notar não só no título, mas também nos dois últimos parágrafos do texto do vestibulando; no penúltimo, com: *faz parte das pessoas* (em que o escrevente tenta uma paráfrase do enunciado de Girard acima citado) e no último com: *para contê-la necessitamos dela* (em que o escrevente tenta uma paráfrase de um outro enunciado de Girard: "parece ser impossível não ter que usar a violência quando se quer liquidá-la e é exatamente por isso que ela é interminável"). Essas são as duas tentativas mais claras de parafrasear a coletânea feitas pelo escrevente.

Ainda a partir do primeiro enunciado do primeiro texto da coletânea ("A violência é de todos e está em todos"), podemos observar como o escrevente delineou sua abordagem do tema. A partir desse enunciado, o escrevente parece autorizar-se a fazer uma abordagem geral do tema, omitindo a informação da proposta temática, que solicitava a abordagem da violência "quando organizada", mais especificamente nas "tribos urbanas". Para tratar apenas do aparecimento da palavra "violência", sem considerar o título e as retomadas coesivas presentes durante todo o texto, contam-se quatro usos distribuídos em cada uma das partes do *esquema textual*. Embora não seja surpreendente que o vestibulando queira responder ao tema proposto e que por isso considere necessário retomar essa palavra-chave por todo o texto, a leitura de outros textos mostra que essa repetição nem sempre corresponde à desejada adequação ao tema. É, de certo modo, o que se vê no texto em questão, em que a manutenção temática fica cumprida como reiteração, mas não propriamente como desenvolvimento temático, que, pelo próprio fato de sua

continuidade, dispensaria a repetição da palavra por meio de colagem da coletânea.

No entanto, não estamos preocupados em avaliar em que medida o escrevente desenvolveu o tema proposto. Interessa destacar, ao contrário, o diálogo mantido com o material proposto para leitura e o modo pelo qual o escrevente o enquadrou no seu universo de referências sobre o assunto, enquadramento revelado pelas remissões que esse processo de textualização deixa aflorar.

Portanto, no que se refere à coletânea, o quadro de leitura que levou à busca de *fatos, dados, opiniões e argumentos* - conforme o recomendado nas instruções da prova - parece ter-se orientado pelo critério da generalidade. Mas é pouco reconhecer esse caráter de generalização. As pistas que o texto fornece são bastante eloqüentes no que se refere ao tipo de apropriação do material proposto na coletânea. É, na verdade, o universo muito particular da história pessoal do escrevente que parece estar contando. Esse fato é facilmente observável pelo tipo de aproveitamento dos textos.

Como podemos notar, todas as assinalações acima (com exceção da palavra "briga") são produto de colagem lexical da coletânea para o texto. É interessante, pois, que detectemos a caracterização de uma marca pessoal nesse texto que, em tudo, parece tratar de generalizações, mesmo no que se refere a utilizar-se de uma reprodução de um *esquema textual*. Quanto a este, em particular, já foi salientado que sua própria estrutura prevê um momento no qual o escrevente deve fazer uma ressalva que o coloque em relação direta com o tema. O texto sob análise não foge, como já adiantamos, à regra. Vale, pois, repetir o trecho em que o escrevente obedece a esse requisito do *esquema*

textual: "Não precisamos ir muito longe para observarmos mais exemplos de violência; nas famílias onde há irmãos; sempre acontecerá brigas, geralmente por motivos sem importância ou até mesmo patéticas, como o lugar na sala, ou que um receba mais atenção".

Contudo, não parece ser esse o trecho em que podemos detectar, com mais clareza, uma marca efetiva - não-induzida pelo *esquema textual* - da representação que o escrevente faz de si mesmo. Pelo modo que o escrevente retoma as informações da coletânea, podemos ter uma noção mais precisa dessa representação pessoal procurada, relacionada especificamente com o já falado/escrito. É o que acontece na explicação que segue a expressão "*grupos de ruas*", retomada da coletânea:

"...desde grupos de ruas, os famosos trombadinhas, até..."

Como ficou dito, na época desse vestibular, apenas começavam a ser noticiadas em veículos menos especializados - ao contrário da circulação de fanzines especializados, ligados a diferentes grupos de jovens - a atuação das "tribos urbanas", fato que parece ter criado uma dificuldade adicional para a atribuição de um sentido preciso a essa expressão. A interpretação desliza, portanto, por uma série parafrástica do universo de representação do escrevente, levando-o a identificar "*grupos de ruas*" (ou "tribos urbanas") com "*os famosos trombadinhas*", dado de realidade bastante presente nos jornais de maior circulação, bem como na TV. A anteposição do adjetivo "*famosos*" mostra o efeito expressivo buscado: tentativa de dar uma margem de obviedade à explicação (embora incerta) dada a "*grupos de ruas*" e, ao mesmo tempo, de ampará-la no já falado/escrito sobre o assunto.

Recurso semelhante é utilizado pela referência à história do Brasil:

"...onde exterminam tribos inteiras para levar seus metais e pedras preciosas, ..."

A palavra "tribos", tomada do tema, aparece, nessa parte do panorama geral previsto pelo *esquema textual*, a título de uma presentificação de uma virtualidade mnemônica ligada à escolarização do escrevente. De fato, o apanhado histórico previsto pelo *esquema* leva a atualizar a palavra "tribo" desse modo. No entanto, parece estar ocorrendo, mais uma vez, uma nova busca, por parte do escrevente, de apoio no já falado/escrito, como forma de situar, no seu universo pessoal, um tema - o das "tribos urbanas" - ainda não reconhecido como parte dele. Dada a ocasião oportuna de resposta, pode parecer ao escrevente que a referência histórica traga a vantagem de situar seu dizer no âmbito do universo de escolarização, aquele mesmo que o escrevente supõe como favorecedor da mobilização desse tipo de conhecimento.

Uma outra interessante apropriação das referências colhidas nos textos da prova volta a ocorrer pelo uso da palavra "brigas". Na verdade, essa palavra não aparece em nenhum dos textos, mas um deles, o de nº 5 (entrevista com Max Cavallera, do grupo de rock Sepultura), fala em agressão e crítica às pessoas que vão aos shows para "*brigar*". Também o texto de nº 6 menciona "*combates rituais*" entre gangs de surfistas. O primeiro contexto em que a palavra "brigas" aparece, no entanto, é o das brigas entre torcidas de futebol, mais uma clara aproximação das referências da coletânea ao universo do já falado/escrito pelo escrevente. O segundo contexto em que essa palavra aparece é ainda mais próximo desse universo pessoal do já falado/escrito: "*Nas famílias onde há irmãos; sempre acontecerá brigas...*".

A particularização da violência urbana ao Brasil parece ter também uma remissão ao texto de nº 5 da coletânea, em que o músico Max Cavalera atribui a violência nos shows de seu grupo de rock ao *"País inteiro, o estado em que o País se encontra"*. Basta observar o primeiro enunciado do texto do vestibulando para termos uma réplica quase direta à fala de Cavalera:

"A violência não está se iniciando, no país, nesses tempos, já vem de muito antes, desde o descobrimento da América..."

Essa réplica do escrevente parece ser feita para corrigir a direção do imediatismo atribuído à afirmação de Cavalera no sentido de uma outra réplica - desta feita dirigida à instituição que o escrevente tem como interlocutora - que consiste em dar um conteúdo histórico ao que poderia parecer uma fato circunstancial, demonstrando, já no panorama geral de seu *esquema textual*, a preocupação com circunscrever o quanto possível sua abordagem no que acredita ser o universo de escolarização esperado pelo interlocutor que vai avaliá-lo.

Uma última observação com relação à utilização da coletânea traz de volta um problema já analisado anteriormente. O uso de "desde... até" feito pelo escrevente coloca não só o eixo da gênese da escrita em contato com o eixo da dialogia com o já falado/escrito, mas também permite o contraste entre duas utilizações da coletânea, contraste que vem corroborar a interpretação já feita aqui (cf. p. 143-4). Detectamos, quando foi tratada a relação entre o escrevente e a representação que ele faz da gênese da escrita, a tentativa, por parte dele, de determinar uma posição para seu interlocutor. O recurso utilizado foi a projeção de um espaço argumentativo comum na horizontalidade da escrita. No grafismo da estrutura "desde... até" pode estar a razão para a insistência em seu

uso. Observemos, desta feita, os dois pontos-limite por meio dos quais esse espaço argumentativo é reconstruído na escrita:

"...desde grupos de ruas, os famosos trombadinhas, até a bandas de rock."

As palavras "grupos" e "ruas" estão em diferentes textos da coletânea, respectivamente, no texto de nº 5: *"(Entrevista com Max Cavalera, vocalista do grupo de rock Sepultura. ISTO É SENHOR, 09/10/91)"* e no texto de nº 6: *"Nas ruas das cidades imundas e perigosas, marginalizados povos primitivos que habitavam as favelas agora vagam famintos e agressivos."* Por sua vez, a palavra "banda" aparece também no texto de nº 3: *"O Guns N'Roses, hoje com certeza a banda mais popular do mundo,..."* e a palavra rock aparece também no texto de nº 3 e mais de uma vez no texto de nº 5.

É certo que a expressão "grupos de ruas" pode ser vista também como uma paráfrase da expressão "tribos urbanas", presente na proposta temática. A ocorrência do plural em "ruas" indica, porém, a possibilidade de uma colagem direta do texto de nº 6, fato que levaria a pensar numa colagem também da palavra "grupo". Independentemente do procedimento de apropriação, podemos ver que o espaço argumentativo criado coloca o seguinte contraste: "grupos de rua" versus "bandas de rock". Como foi visto, a extensão desse espaço vai "desde grupos de ruas (...) até a bandas de rock", pontos-limite que parecem corresponder, respectivamente, a uma preocupação mais próxima do escrevente e a uma posição mais próxima de seu interlocutor. Podemos dizer, portanto, que, no caso particular desse escrevente, a possível expectativa da banca de confecção da prova de propor um tema e uma coletânea de interesse para o jovem foi frustrada pela réplica do escrevente, que, ao fazer uso

de duas diferentes remissões à coletânea, coloca seu interlocutor justamente na posição em que este último esperava encontrar o escrevente.

Pudemos observar, nessa investigação sobre a dialogia com o já falado/escrito, que - talvez procurando obedecer às instruções preliminares da prova que orientam o candidato a não copiar trechos da coletânea - o escrevente não recorre nem a citações explícitas (embora tome emprestado o léxico da coletânea), nem a tentativas de paráfrases mais elaboradas (conferir as duas tentativas do escrevente comentadas no início deste tópico) nem mesmo ao uso de aspas. No entanto, essa obediência às recomendações não parece ser propriamente uma preocupação do escrevente, mas uma limitação de sua escrita. Sua apropriação do já falado/escrito, incluídos os textos da coletânea, não passa de remissões orientadas por um universo de referências bastante restrito e excessivamente preso ao imaginário acerca de certos espaços sociais. O falado na família ou nos meios de comunicação de massa (especialmente na TV), o diálogo com o já falado/escrito no processo de escolarização até então vivido e o diálogo que, nesse momento, estabelece com uma instituição escolar em particular são os pontos de circulação dialógica mais freqüentados pelo escrevente nesse texto.

A falta de exploração de recursos um pouco mais sofisticados, como o da paráfrase, o do deslocamento de pontos de vista pela exploração de seus pressupostos - este que claramente registraria um procedimento de leitura - ou o da comparação no estabelecimento de relações com o já falado/escrito denunciam, desta feita no terceiro eixo analisado, que, também no que se refere às remissões intertextuais, há uma fala nessa escrita. Evidentemente, não se trata aqui da chamada interferência do oral/falado no letrado/escrito, mas da

presença de remissões mais típicas do universo do sujeito (sejam elas provenientes do oral/falado ou do letrado/escrito) em detrimento de remissões mais típicas do universo da língua escolarizada (sejam também elas provenientes do oral/falado ou do letrado/escrito). Desse modo, na falta de maiores recursos metalingüísticos que a própria prática da escrita fornece, podemos dizer que a divisão enunciativa do escrevente o coloca sempre numa reprodução do imaginário sobre os citados espaços sociais atribuídos ao letrado/escrito. Mais do que isso, essa posição o coloca em confronto com o lugar do letrado/escrito que ele imagina para seu interlocutor. Constitui-se, então, também pelo tipo de apropriação do já falado/escrito, um modo heterogêneo de constituição da escrita, caracterizado pela alternância entre a aproximação ao universo que o escrevente se atribui e a aproximação ao universo que ele atribui à escrita e a seu interlocutor.

* * *

O objetivo deste item foi tematizar os dois momentos cruciais do evento vestibular: o da proposta de redação e o da textualização praticada pelo vestibulando. Com esse intuito e partindo dos três eixos estabelecidos como lugar privilegiado para a observação, buscamos abordar a relação entre o material para análise e o método indiciário empregado. No que se refere a marcas lingüísticas locais dessa circulação dialógica, a expectativa é que tenhamos chegado a estabelecer uma direção "para onde olhar". O conceito que permitiu a individuação dessas marcas foi o de dialogia, a partir do qual foram buscados *os fragmentos* indiciativos de *interação*. O *status* semiótico de cada uma dessas marcas foi definido individualmente pelo levantamento de hipóteses, cuja

proposição particularizada teve o papel de redefinir, em cada caso, “*as molduras que estruturam e enquadram um evento*” (cf. Caprettini, aqui mesmo, p. 96).

No que se refere, portanto, à detecção da circulação do escrevente pela imagem que faz sobre a (sua) escrita, sobre si mesmo e sobre o interlocutor, os três eixos privilegiados para observação mostraram-se produtivos do ponto de vista dessa detecção. Pudemos confirmar, então, que, a essa circulação, corresponde a caracterização de um modo heterogêneo de constituição da escrita.

No item seguinte, mantendo o trabalho com as pistas locais, procuraremos reunir essas pistas lingüísticas segundo as várias dimensões da linguagem (sintaxe, léxico, prosódia, organização textual, recursos argumentativos etc.). Nos exemplos que daremos de cada uma dessas dimensões não mencionaremos mais do que uma *regularidade* quanto ao modo de aparecimento dessas marcas. Com o tratamento de cada dimensão em termos de um conjunto de *regularidades*, visamos manter o trabalho com o método *indiciário*, estendendo-o, ao mesmo tempo, na direção de uma abordagem globalizada do problema. Esta consiste na captação de pistas comuns nos vários textos de tal modo que alcancemos um tratamento dos dados que, sem fugir ao método proposto, permita estabelecer marcas de individuação comuns aos vários escreventes.

Três atos de apropriação da escrita e suas marcas

Nota prévia: as pistas lingüísticas em relação ao conjunto dos textos analisados

Com o exemplo dado na seção acima, procuramos mostrar o trabalho de captação de pistas lingüísticas feito em cada um dos textos do *corpus*. Na seção seguinte, mantida a referência às várias dimensões da linguagem, estaremos exemplificando o tratamento dessas pistas como *regularidades* lingüísticas. Não nos preocupamos, porém, em estabelecer essas *regularidades* segundo sua relevância estatística, sequer em termos de repetição de uma mesma marca lingüística. Preocupamo-nos, sobretudo, em observar, nos textos dos vestibulandos, o tipo de processamento do discurso segundo as várias dimensões da linguagem e de acordo com os três eixos de circulação propostos, processamento que pode ser indiciado por mais de um tipo de pista lingüística. Por exemplo, como veremos no capítulo 3, a falta de lexicalização, o emprego não convencional da vírgula, a falta e a confusão entre sinais de pontuação, bem como certos tipos de marca ortográfica são diferentes pistas lingüísticas que podem indiciar um mesmo tipo de processamento da dimensão prosódica, característico da circulação do escrevente pela imagem que ele faz da gênese da (sua) escrita, isto é, são pistas que podem indiciar uma mesma *regularidade* lingüística. É, pois, através dessas *regularidades* - ligadas às várias dimensões da linguagem (sintaxe, organização textual, recursos argumentativos...) - e das *propriedades* - definidas para cada um dos eixos - que pretendemos alcançar não só o conjunto dos textos analisados, mas também estender a aplicação dos resultados para outros conjuntos de textos.

Desse modo, se a atuação conjunta dos três eixos aqui propostos passa necessariamente pela imagem que o escrevente faz da (sua) escrita, não podemos esperar que haja, no material analisado e em estado puro, um texto definido por apenas uma das propriedades isoladamente. A carência (ou a própria ausência) de marcas de um desses eixos de representação seria, a propósito, uma boa maneira de investigar o seu peso quanto à representação que o escrevente faz da (sua) escrita. Lidamos, portanto, com o fato de que a enunciação pela escrita impõe ao escrevente limitações simultâneas e de diferentes naturezas ligadas às representações que ele faz sobre essa sua prática.

Essa é a visada voltada para o conjunto dos textos analisados. Os resultados obtidos através desse método, embora suscetíveis de aplicação para outros conjuntos de textos, não permitem, porém, generalizações a partir de categorias reaplicáveis por si mesmas, isto é, categorias que dispensem a consideração da relação sujeito/linguagem. Nossa abordagem, caracterizada por um outro tipo de rigor científico - aquele que se preocupa com a *especificidade*⁷¹ (o caráter "ao mesmo tempo 'geral' e 'particular' ") dos fatos lingüísticos -, busca não só as *regularidades* ligadas às várias dimensões da linguagem, mas também as *propriedades* lingüísticas de cada um dos eixos propostos, modo pelo qual acreditamos dar conta de tipos diferentes de relação entre o escrevente e a (sua) escrita. Considerar esse tipo de variação e lidar com dados pouco relevantes do ponto de vista estatístico é, em nossa opção metodológica, considerar o rigor do que é *específico* dos escreventes.

Podemos afirmar, portanto, que os resultados obtidos falam sobre o conjunto dos textos analisados, embora as *regularidades* possam ser

⁷¹ Conferir Veyne (1971) e, aqui mesmo, p. 95-6.

exemplificadas a partir de pistas lingüísticas muito diferentes entre si. Desse modo, a escolha das pistas para análise procura reunir tanto as ocorrências mais freqüentes no *corpus* analisado, como ocorrências muito particulares, desde que ambos os tipos guardem em comum a característica de manifestar o mesmo modo particular de processamento (a mesma *regularidade*) em uma dada dimensão da linguagem e em um dado eixo de circulação, de tal forma que contribuam para a caracterização da representação que o escrevente faz da (sua) escrita ou, mais precisamente, para a caracterização de um modo heterogêneo de constituição da escrita. Nos capítulos 3, 4 e 5, dedicados às análises, daremos, a título de ilustração, indicações percentuais, na forma de quadros, sobre a ocorrência de cada uma das *regularidades* que obtivemos em cada dimensão analisada em relação ao conjunto de textos analisados, tomado este último como "*naco de realidade*"⁷² capaz de revelar as tendências principais - considerado o tipo de *regularidade* a que chegamos - a respeito do modo de constituição da escrita que estamos procurando descrever.

O ato de apropriação da escrita quando representada sua gênese

Procuraremos detectar, quanto a este aspecto, pistas que denunciem a circulação dialógica do escrevente, quando a escrita é vista como recurso para registrar graficamente (e de maneira exaustiva) as marcas da materialidade fônico-pragmática do oral/falado. Entendemos por materialidade fônico-pragmática do oral/falado as características dos eventos comunicativos feitos

⁷² Sobre a possibilidade de se desvelarem as tendências principais dos fenômenos investigados através da instrumentalização do conceito de "amostra" como "*naco de realidade*" (e não enquanto quadro reduzido - e preciso - de um universo de explanação), ver Berruto (op. cit., p. 136).

por meio da língua falada, destacando-se, especialmente, um tipo particular de integração entre o aspecto fônico e o aspecto situacional.

O escrevente, ao atribuir à escrita uma dependência em relação às marcas fônico-pragmáticas da oralidade - momento em que o necessário silenciamento de marcas prosódicas, por exemplo, faz ressoar (pela falta) a presença do oral/falado -, termina por caracterizar um modo heterogêneo de constituição da (sua) escrita.

Essa exploração da escrita nos limites de sua capacidade de representação da oralidade é, talvez, o fator mais visível pelos professores quando tratam de corrigir os textos de seus alunos. Tomando os textos como produto, normalmente classificam essas produções como repetitivas, ou como incoerentes, ou mesmo anotando nelas a interferência do que chamam recursos da oralidade.

Segundo o que estamos defendendo, porém, a tentativa de registrar na escrita a materialidade fônico-pragmática da oralidade, apenas evidencia - por meio de marcas lingüísticas próprias - a produção assim concebida como um exemplar de um modo heterogêneo de constituição da escrita.

Adotamos como requisito fundamental para definir tais marcas lingüísticas o fato de guardarem em comum a propriedade de atingir o texto de um modo global. A variedade dessas marcas mostra bem que o processo de apropriação da escrita está regulado por hipóteses acerca da capacidade representativa das várias dimensões da língua, incluindo marcas de natureza sintática e lexical, bem como marcas de organização textual e de recursos argumentativos. Também marcas ortográficas, ligadas ao caráter analítico da escrita em relação ao material sonoro, denunciam a tentativa de explorar a representação da escrita

em seus limites. A seguir, passaremos a apresentar as marcas dessa atitude do escrevente frente à escrita nas várias dimensões, incluindo exemplo de apenas uma *regularidade* para cada dimensão.

Marcas sintáticas

Em sua busca de explorar a capacidade representativa da escrita, o escrevente registra, por meio de certas estruturas sintáticas, suas hipóteses acerca da relação entre o letrado/escrito e oral/falado. Podemos sintetizar a característica sintática básica dessas marcas como a falta de integração:

"Nos morros escorrem favelados que habitam a cidade roubando e matando para sobreviver. Começa a formação de organizadas quadrilhas que usam drogas e fazem tráfico; aproveitando os eventos realizados para a diversão da juventude e passar isso a outras pessoas." (texto 03-173)

A parte grifada não se integra perfeitamente ao enunciado. Posta à parte, a tentativa de coordenação fica inteiramente dependente da prosódia, a qual, como se sabe, não fica marcada dado o caráter segmental da escrita.

Marcas lexicais

Das marcas lexicais que denunciam o mesmo tipo de hipótese por parte do escrevente, destacam-se a lexicalização inadequada ou a própria falta de lexicalização:

"...existe um método, não totalmente eficaz, mas é usado, é a educação que se aprende em casa, desde o berço, com os pais que nos ensinam a diferenciar o certo do errado, mas não são todas as pessoas que..." (texto 01-031)

Destaca-se, nesse caso, a falta de lexicalização, denunciando pelo quantificador sem artigo uma adaptação fonética transposta tal e qual para a escrita. Na

análise deste primeiro eixo de circulação a ser realizada no capítulo 3, reuniremos, numa mesma dimensão da linguagem, as marcas lexicais e prosódicas, uma vez que interessa observar a relação entre uma propriedade típica da escrita (a lexicalização) e uma propriedade típica da oralidade (as marcas prosódicas).

Marcas da organização textual

São inúmeras as marcas de organização textual que revelam as hipóteses do escrevente acerca do poder representativo da escrita. É interessante destacar, a título de exemplo, o freqüente uso de marcas de estruturação do texto oral:

"É aí que começa uma verdadeira tempestades de dúvidas, preconceitos, e principalmente de uma busca que as vezes chega-se em um determinado ponto onde nos obriga praticamente a voltar para a estaca zero, é aí também que todos se perguntam, haverá um fim para tudo isso? Existe solução?"

"É aí também o ponto em (sic) podemos concluir..." (texto 03-180)

Esse articulador, freqüentemente utilizado na organização da conversação, indica a tentativa de plasmar, na escrita, o monitoramento explícito do andamento do raciocínio só perceptível pela expressão facial ou por gestos.

Marcas quanto a recursos argumentativos

Quanto às marcas referentes aos recursos argumentativos utilizados, as hipóteses do escrevente sobre a capacidade representativa da escrita registram também traços da materialidade fônico-pragmática. O exemplo abaixo mostra a insistência com relação ao recurso da pergunta:

"Mas será que é assim que temos que viver? 'Armados até os dentes' para nos livrar do mal violência? Teremos que no futuro andar nas ruas com carros blindados? Ou então, metade da população terá que pertencer à polícia? E a outra metade: aos marginais? (Texto 00-014)

A insistência nesse recurso, parece buscar reproduzir um diálogo real com o interlocutor. Por ser um diálogo sem réplica, constitui-se numa interpelação a partir de si mesmo, isto é, numa interpelação construída a partir da representação que o escrevente faz do interlocutor e do que este julgaria como preferível.

Marcas ortográficas

Quando joga com o imaginário sobre a escrita em sua suposta gênese, o escrevente procura tomar os segmentos gráficos como instrumental de análise do material oral. Destacam-se, nesse particular, os problemas ortográficos típicos de uma escrita foneticamente orientada, bem como os problemas ortográficos ligados à proximidade fonética entre as palavras:

"...grupos que só aceitam pessoas com os mesmos ideais" (Texto 04-198)

ou

"...valores esses moldados num ciclo vicioso" (Texto 04-197)

No primeiro exemplo, o escrevente lança mão de um recurso gráfico para sinalizar a sílaba tônica da palavra, generalizando, desse modo, um dos princípios - a tonicidade - que regula a acentuação ortográfica como sendo o único. Essa generalização denuncia, como vemos, uma perspectiva fônica sobrepondo-se à perspectiva ortográfica. No segundo exemplo, a proximidade fonética entre "ciclo" e "círculo" leva à homografia. No capítulo 3, dedicado à análise deste primeiro eixo, as marcas ortográficas serão tratadas na dimensão da linguagem referente à prosódia, à qual chamamos "Marcas prosódicas e lexicais". Mais especificamente, serão tratadas como parte da *regularidade* a que chamamos "A prosódia e a representação da gênese da escrita", no seu item "A prosódia e a ortografia".

* * *

Como já adiantamos, a variedade de marcas abrange várias dimensões da língua. Essa pluralidade, além de se organizar em cada dimensão por meio de certas *regularidades*, pode ser sintetizada em poucas propriedades da oralidade, tais como: o efeito de fragmentação e de envolvimento próprios da oralidade (Chafe, 1982, 1985) e um tipo de atitude em relação à mensagem que, nessa escrita, é inseparável da própria atividade da fala [a exemplo do que Tannen (1982) diz do tipicamente oral]. Desse modo, o que parece orientar o escrevente na sua representação da escrita em sua suposta gênese é a atribuição de um lugar para o oral/falado no letrado/escrito.

A seguir, serão vistas as marcas lingüísticas - distribuídas também em dimensões da linguagem e *regularidades* - para a análise da escrita quando esta é tomada como código institucionalizado.

O ato de apropriação da escrita quando representada como código institucionalizado

Mantendo o requisito fundamental de as marcas lingüísticas atingirem o texto como um todo, procuramos detectar, nos textos analisados, aquelas marcas que denunciassessem o alçamento do escrevente ao que imagina como a escrita padrão.

A variedade de marcas já observada para o imaginário da escrita em sua suposta gênese é grande também quando se trata do imaginário sobre a escrita como código institucionalizado. O processo de apropriação da escrita mostra-se, também no presente caso, regulado por um imaginário acerca das várias dimensões da língua, incluindo marcas de natureza sintática e lexical, bem como marcas de organização textual e de recursos argumentativos. Também marcas

ortográficas, estritamente ligadas à dimensão escrita da língua, denunciam a tentativa de alçamento do escrevente na direção da imagem que faz da *escrita culta formal*.

Seguem-se os exemplos de *regularidades* (apenas uma para cada dimensão) que marcam essa atitude do escrevente.

Marcas sintáticas

No que se refere às marcas sintáticas, destaca-se o efeito de hipercorreção, que aparece sob vários aspectos. Exemplo:

"A sociedade, outrora relegada aos valores culturais, morais e educacionais, era alvo de vários preconceitos (inveja, despolitização, argumentos) de determinadas tribos urbanas violentas, como determinadas bandas de 'rock',..." (Texto, 04-193)

Observamos, nesse exemplo, a combinação entre escolha lexical e torneio sintático representado como forma de alçamento à *escrita culta formal*.

Marcas lexicais

Quanto às marcas lexicais que indicam o alçamento do escrevente na direção da imagem que faz do código escrito institucionalizado, destacam-se as escolhas lexicais que tentam reproduzir um registro formal:

"Criou-se daí necessidades para vários indivíduos que se amontoaram perfazendo a chamada tribo urbana." (Texto 04-209)

Notamos, nesse fragmento, o uso pouco natural, por parte do escrevente, do verbo "perfazer", que é mais comumente empregado no contexto de "perfazer uma quantia". Ao buscar reproduzir esse contexto, escolhe esse verbo, que certamente não é de seu vocabulário mais usual. Conta, pois, para essa escolha a representação que faz do código institucionalizado.

Marcas da organização textual

A organização textual também pode denunciar a circulação do escrevente pela imagem que ele faz do código escrito institucionalizado. Um dos traços que ocorrem com mais frequência é o de o escrevente tentar impor, com marcas lingüísticas, distanciamento em relação ao assunto e/ou ao interlocutor:

"Hoje os que mais usam violência pelo dinheiro são os traficantes, que às vezes indiretamente são políticos.

"Simplesmente o que devemos fazer quando formos sair, ou votar, ou qualquer outra coisa, é rezar para que conseqüentemente não traga violência." (Texto 03-003).

No primeiro caso, o exemplo acima mostra bem a tentativa de distanciamento em relação ao assunto pelo uso de dois modalizadores. No segundo caso, seu distanciamento se dá pela atribuição de uma relação lógica entre "sair de casa" e "trazer violência", relação marcada pelo operador "conseqüentemente".

Marcas quanto a recursos argumentativos

No que se refere aos recursos argumentativos, considerado o tipo de texto produzido, podemos observar a presença de recursos que revelam o modo de dissertar tido pelo escrevente como adequado ao código institucionalizado. Mais do que ater-se ao conteúdo da forma dissertativa, ou seja, ao sentido embutido no próprio tipo de texto produzido, o escrevente busca alçar sua produção para o âmbito do que supõe ser sua adequação ao código institucionalizado. Nessa tentativa, deixa, na estruturação argumentativa do texto, uma série de marcas lingüísticas que revelam essa preocupação:

"De certa forma, precisamos, enquanto grupo social que pretende manter-se de pé, de alguma..." (Texto 01-001)

Esse procedimento é, como se sabe, a tentativa de definição ou de especialização de uma definição (X enquanto Y), muito usado em textos de caráter científico, fato que revela uma sensibilidade do escrevente em relação aos modelos de argumentação que toma como próprios da *escrita culta formal*.

Marcas ortográficas

As marcas ortográficas basicamente registram a tentativa de transcrever o oral. São, talvez, as marcas que melhor caracterizam o escrevente como situado no campo da oralidade, buscando alçar-se para o que imagina ser a escrita padrão:

"Torcidas se degladiam na cidade sem se importarem com nada."
(Texto 01-007)

Esse é um dos problemas ortográficos tipicamente ligados à superestimação do leitor.

* * *

Como podemos constatar, há uma grande variedade de marcas que se distribui em dimensões e *regularidades*. No entanto, essa pluralidade aponta, uma vez mais, para algumas poucas propriedades da escrita, já descritas por outros pesquisadores. Tais propriedades são a contraparte daquelas mencionadas acima como típicas da oralidade (cf. p. 171) e aplicáveis ao nosso primeiro eixo.

No caso presente, teríamos, pois, como propriedades gerais que abarcam essas *regularidades*, aquelas da integração e distanciamento (Chafe, *idem*, *ib.*) e a de lexicalização com ênfase no conteúdo (Tannen, *idem*, *ib.*). Podemos, portanto, pensar o imaginário sobre o código institucionalizado como a tentativa de tornar o lido/escrito um modo autônomo de expressão. Nessa tentativa, o

escrevente acredita processar o seu texto baseando-se em modelos que atribui à *escrita culta formal*.

Passaremos, a seguir, às marcas lingüísticas, distribuídas, desta feita, não em termos de pontos de individuação relativos às dimensões da linguagem, mas em termos de pontos de individuação relativos, mais especificamente, a "*pontos de heterogeneidade*"⁷³, vistos aqui como *regularidades* para a análise da escrita quando esta é tomada em sua dialogia com o já falado/escrito.

O ato de apropriação da escrita quando tomada em sua dialogia com o já falado/escrito

Vista a produção do escrevente sob o ângulo de sua relação com o já escrito (falado) e com o já lido (ouvido), procuramos detectar, nos textos analisados, pistas que denunciam a imagem que o escrevente faz da escrita, desta feita atentando para a ligação que ele procura estabelecer entre o seu dizer e outros dizeres com que já teve contato via leitura.

No momento em que estabelece essa relação, ora tende a identificar-se com o que representa como a gênese da escrita, ora tende a identificar-se com o que imagina ser o código escrito institucionalizado.

O engendramento de seu ato concreto de enunciação no que imagina ser a escrita em sua suposta gênese, tem a ver com o tipo de remissão aos textos da coletânea, lidos no momento da produção de seu texto. Mais precisamente, tem a ver com um tipo imperfeito de remissão, por meio do qual fica pressuposto não só que o leitor conhece os textos comentados mas também, por essa via, fica pressuposto que o leitor participa do mesmo ato empírico de apropriação da

⁷³ O conceito de Authier-Revuz (1990, p. 30).

escrita executado pelo escrevente. Ou seja, o texto produzido toma o leitor como participante do referencial de escrita dominado pelo escrevente, assumindo para a escrita - como pressuposto - o envolvimento do leitor ao invés de construir, por meio de seu texto, uma partilha (um espaço comum de sentido).

Um efeito diferente pode ocorrer quando, ao executar seu ato concreto de apropriação da escrita, o escrevente identifica esse ato com o que supõe ser o código escrito institucionalizado. Trata-se do caso em que as remissões a textos lidos/ouvidos (no momento da produção de seu texto ou anteriormente a ele) funcionam como um alçamento do escrevente na direção do universo amplo do já escrito. Caracteriza-se, assim, um momento em que o escrevente usufrui desse universo como um diferencial em relação à autoria de seu próprio texto. Também nesse caso, o escrevente estabelece uma relação com o leitor, embora, na maioria das vezes, dificultando a construção de uma partilha (de um espaço comum de sentido) por meio da escrita.

Há, certamente, casos - especialmente quando as citações dos textos lidos não pressupõem o conhecimento do leitor - em que o ato de apropriação da escrita pode ser considerado integral, uma vez que explora tanto o momento da recepção como o da produção, colocando o texto (já lido/ouvido) na base do texto (a produzir). Ou seja, nesses casos, a apresentação, para o leitor, do referencial de escrita dominado pelo escrevente terá sempre o efeito de criar um espaço comum de sentido entre escrevente e leitor, trazendo o leitor, mesmo que não pela via do envolvimento, para uma interlocução partilhada à distância. Contudo, essas ocorrências não são, em absoluto, a regra geral.

Tomada, pois, sob o ângulo de sua relação com o já escrito (falado) e com o já lido (ouvido), podemos observar a circulação do escrevente pela

imagem que ele faz dos outros dizeres com que já teve contato via leitura. À parte esse efeito, um outro não menos importante se evidencia: ao estabelecer a ligação de seu texto com outros textos, o escrevente assume o reconhecimento de seu ato de apropriação da escrita como parte de uma prática social. Atentando a esse fato, podemos dizer que a interdiscursividade está ligada ao princípio dialógico constitutivo da manifestação verbal em geral (e, portanto, da escrita), fato que, do ponto de vista lingüístico, resulta em marcas da heterogeneidade que constitui o texto.

No que se refere ao alcance que estamos atribuindo às várias marcas de heterogeneidade encontradas, mantivemos - também para este eixo -, na definição dessas marcas lingüísticas, o requisito de guardarem em comum a propriedade de atingir o texto de um modo global. Destacamos como *regularidades*: explicitações da presença de outro enunciador no texto do escrevente; referências à própria língua; referências a um estilo de fala; referências ao leitor; citações da coletânea de textos apresentada para a produção do texto; remissões ao próprio texto.

Damos, em seguida, uma série de exemplos das marcas da atitude do escrevente diante do já escrito (falado) e do já lido (ouvido).

A presença de outro enunciador no texto do escrevente

São várias as marcas lingüísticas que denotam a presença de outros enunciadores no texto do escrevente. Nesse particular, destacam-se as aspas como atribuição - não-lexicalizada em citação explícita - a outros enunciadores:

"O desfecho do 'espetáculo' pode ter conseqüências fatais..." (Texto 04-221)

ou, no mesmo texto:

"É neste ponto que seus ídolos adquirem uma importância maior ao ditar regras de atitude e postura que serão seguidas como uma 'nova ordem' contra o sistema e a sociedade que combatem." (Texto 04-221).

Em geral, esse tipo de uso indica uma menção irônica dirigida a um enunciador localizável no contexto, embora não mencionado explicitamente. É um recurso bastante comum utilizado na tentativa de construir a crítica tida como a esperada pela instituição. Nesse sentido, trata-se de uma tentativa de codificação institucionalizada. Evidentemente, há vários usos de aspas com sentidos bastante diferentes e que serão vistos já nos exemplos seguintes.

As referências à própria língua

O distanciamento que a linguagem permite em relação a si mesma possibilita evidenciar claramente a circulação do escrevente pelo imaginário sobre a escrita. No caso, a língua é, ela própria, tomada como o outro. Revisitada, é posta ao lado do dizer do escrevente na constituição de seu texto. Desse modo, a partir do território enunciativo representado como seu e em razão dessa representação, o escrevente se permite precisar o sentido do que diz em oposição ao que atribui de sentido guardado na língua, mais especificamente na língua tomada como código escrito institucionalizado. Exemplo:

"...como determinadas bandas de 'rock', drogados, 'metaleiros'..."
(Texto 04-193)

No primeiro uso de aspas desse exemplo, podemos ver o outro marcado em relação a uma outra língua. No segundo uso, há também uma atribuição, mas, desta feita, em relação à própria língua, indicando talvez um uso tido como pouco adequado ou uma palavra ainda não-dicionarizada.

As referências a um registro discursivo

Quanto às referências ao registro discursivo, destacam-se as marcas de recusa à informalidade:

"Seus sentimentos, esquecidos, a frieza como 'marca maior' na relação entre as pessoas."

Fica patente, nesse exemplo, o uso de aspas como marca de atribuição a um registro tido como inadequado ao que o escrevente parece representar como próprio do código escrito institucionalizado.

Um outro exemplo que merece destaque é o das escolhas lexicais merecedoras de explicação por parte do escrevente:

"Enquanto essa briga não chega ao final, as pessoas procuram se libertar através da violência corporal (socos e chutes) cuja forma de expressão está sendo representada pelos conjuntos de música e ..."
(Texto 03-130)

Embora o adjetivo destacado não pareça restringir-se a um uso muito formal da língua, é assim que o escrevente parece representá-lo. O próprio parêntese indica que o adjetivo é merecedor de explicação. O escrevente provavelmente o considera como de registro formal ou reconhece, nesse seu emprego, alguma inadequação que exigiria esclarecimentos.

As referências ao leitor

As referências ao leitor têm a ver, basicamente: (a) com as exigências específicas postas para a produção no vestibular, particularmente com a não-suposição de conhecimento por parte do leitor a respeito do que está sendo tematizado; e (b) com o tipo de texto solicitado, a dissertação. O exemplo

abaixo refere-se à pressuposição de conhecimento da coletânea por parte do leitor, portanto é um caso de não-cumprimento da exigência (a):

" Talvez estejamos apenas 'sorrindo e seguindo à toa', contra a letra dos Titãs." (Texto 00-001)

O escrevente refere-se aos versos de Arnaldo Antunes: *"Nós rimos alto, bebemos e falamos palavrão/Mas não sorrimos à toa/Não sorrimos à toa"*, citados na coletânea. Há, pois, a evidente pressuposição de que o leitor do texto conheça a coletânea de textos. Em se recusando essa hipótese, a pressuposição permanece, mas, desta feita, voltada ao conhecimento de mundo do leitor, que deverá encontrar uma referência para os Titãs - grupo dado como conhecido em função da presença do artigo definido. Além de conhecer o grupo, fica suposto também, ainda nesta segunda hipótese, que o leitor tenha um conhecimento mais específico, ou seja, que ele conheça a letra da música que o escrevente menciona. Essa participação pressuposta - e não construída - do leitor quanto à partilha de conhecimentos tem muito a ver com a expectativa de elaboração conjunta do discurso, típica da conversação, fato que indicia - a partir da dialogia com o já falado/escrito - a imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita.

Um segundo e último exemplo refere-se às exigências ligadas ao tipo de texto solicitado:

"Tomemos o individualismo: evidente já desde o renascimento; este processo acabou por engendrar, do ponto de vista ideológico, um sujeito empírico do ponto de vista ideológico, um sujeito empírico que toma a si mesmo como unidade moral, definível para além das relações que mantém com seus semelhantes, e é tremendamente receoso de todas as ocasiões em que se vê dissolvido na multidão. (E também tremendamente atraído por elas, dado que possuem, de regra, um caráter redentor, expiatório)." (Texto 01-054).

Observamos, nesse exemplo, a colmatagem - típica do texto dissertativo - do espaço argumentativo do outro (do leitor), incluindo a marca de pontuação: os parênteses. Nesse momento, o recurso à colmatagem, muito freqüente nas realizações mais elaboradas desse tipo de texto, antecipa as possíveis objeções do leitor e conta como um indício da representação que o escrevente faz desse seu interlocutor. Podemos notar que o tipo de objeção antecipada revela a circulação do escrevente pelo que representa como o código escrito institucionalizado.

As citações da coletânea apresentada para a produção do texto

As citações da coletânea de textos apresentada para a produção do texto são um tipo particular de localização do outro, ligado especificamente ao fato de que o escrevente deve, necessariamente, nesse tipo de prova, utilizar-se dessa coletânea.

Essa característica dos textos está, portanto, diretamente ligada a uma exigência do tipo de escrita em análise. São muito freqüentes as remissões à coletânea de textos e os vários tipos de remissão funcionam para o escrevente como formas de balizamento da própria produção em relação aos textos lidos. Conta, pois, nessas citações da coletânea, a presença do imaginário sobre textos, temas e autores específicos, com os quais o escrevente toma contato no ato de sua produção. A relação que então se explicita entre a enunciação do escrevente e os textos lidos permite observar quais hipóteses sobre a escrita são reveladas a partir das representações que o escrevente faz em cada momento:

"Estes trazem seus discos marcas de vandalismo, como lanças encravadas em caveiras, ou então como na capa do segundo disco do grupo Guns N'Rose, o 'Appetite for destruction', em que traz uma garota que acabou de ser estuprada". (Texto 01-007).

A menção a "lanças encravadas em caveiras" tem relação com a mensagem não-verbal contida na coletânea. Pode-se detectar, pelo exemplo acima, que toda essa seqüência foi construída a partir da leitura do não-verbal, fato que indica um tipo particular de relação que o escrevente está estabelecendo com o letrado/escrito. Se a referência não chega a comprometer o entendimento de um leitor que desconheça a coletânea, fica caracterizado, por parte do escrevente, um diálogo direto com a coletânea, sem, no entanto, ficar muito clara a construção desse diálogo em seu texto. Mais uma vez, estamos, portanto, diante de um indício de pressuposição da presença do interlocutor e da partilha de conhecimento sobre a situação de enunciação, fato que estamos tomando como indício da circulação do escrevente pela imagem que faz da gênese da (sua) da sua escrita.

As remissões ao próprio texto

Um último tipo de localização do outro na enunciação do escrevente é o da remissão ao próprio texto. Podemos constatar, por esse tipo de remissão, que a relação com o imaginário sobre a escrita inclui até mesmo o material concreto mais próximo, sobre o qual - na qualidade de um objeto exterior e independente - o escrevente se volta, sempre que se trata de atribuir-lhe um papel mediador.

"Enquanto os homens exercem seus podres poderes, morrer e matar de fome, de raiva e de sede são tantas vezes gestos naturais"(...)

" (...) Aquilo que Caetano Veloso faz com versos como os acima, os grupos bárbaros tentam fazer reconstruindo a realidade, nua e crua.

"De tudo isso, pode-se chegar a dois pontos:..." (Texto 01-034)

Nesse exemplo, ao explorar o aspecto gráfico mais específico da escrita - a localização espacial de um conteúdo já fixado -, o escrevente parece estar

pretendendo firmar também uma atitude pessoal sobre a sua escrita, insistindo numa posição sobre o tema já assumida anteriormente. No uso de *como os acima*, o escrevente explora o espaço gráfico à maneira dos modelos que toma como próprios do código escrito institucionalizado.

Ao contrário dessa exploração do espaço gráfico, que recai no aspecto material do texto, a segunda remissão em destaque ("de tudo isso") busca explorar o espaço gráfico, mas recaindo numa remissão formal, de tal modo que a extensão abarcada pelo anafórico deve submeter-se às hipóteses, levantadas pelo leitor, sobre o referente pretendido pelo escrevente. Esse tipo de remissão formal permite-nos levantar a hipótese de que, nesse momento, é a relação concreta com o interlocutor que está contando, indício de sua circulação pela imagem que faz da gênese da (sua) escrita.

* * *

Este último eixo organizador dos atos de apropriação da escrita tem, como podemos observar, uma natureza um tanto diferente dos outros. Dado o caráter responsivo que o evento vestibular cria para a produção do texto, defendemos aqui que as marcas lingüísticas a que chegamos podem ser vistas em referência à questão da réplica do diálogo comentada por Bakhtin. Essas remissões ao outro, reunidas em *regularidades* lingüísticas, são, como foi visto, de várias ordens, envolvendo outros enunciadores, a própria língua, os leitores, o próprio texto, um registro discursivo e o evento vestibular (representado não só pela imagem do leitor construída no texto, mas também pelas citações da coletânea).

Destaca-se, pois, dessa conjunção dialógica, o fato de que o modo de representação da escrita em sua suposta gênese e o imaginário do que seja o código escrito institucionalizado constituem os pontos para os quais pende cada

ocorrência dessas réplicas. No movimento entre essas duas representações, o escrevente vai determinar, em seu texto, lugares específicos para o oral/falado e para o letrado/escrito, caracterizando o modo heterogêneo de constituição da escrita.

Considerado o evento vestibular como um *"cruzamento de itinerários possíveis"* marcado pelo jogo de expectativas que o acompanha, podemos, portanto, afirmar que a constituição do escrevente se define, em grande parte, em função da predominância de um desses lugares, fato que, também em grande parte, regula seu sucesso ou seu fracasso. É importante que não nos esqueçamos de que, embora a produção de seu texto esteja mediada pela solicitação de um dado registro (o formal) de linguagem, de uma especificação da modalidade (a escrita) e de uma dada norma (a culta), essas solicitações, aparentemente muito objetivas, nada garantem quanto à atuação do imaginário de cada escrevente. A atuação desse imaginário é, segundo a hipótese que defendemos, o que orienta o ato de apropriação da escrita tomada em sua relação com o já escrito (falado) e com o já lido (ouvido), determinando a atribuição de um lugar não só para a (sua) escrita como para o próprio escrevente e para seu interlocutor.

* * *

No próximo capítulo, serão apresentadas algumas implicações teóricas relativas à consideração do primeiro dos eixos acima descritos, a saber, aquele que busca captar a circulação dialógica do escrevente pela imagem que ele faz da escrita em sua suposta gênese. Após esse breve apanhado teórico, será apresentada a análise dos textos do ponto de vista desse primeiro eixo.

Capítulo 3

O ESCRIVENTE E A REPRESENTAÇÃO DA GÊNESE DA ESCRITA

Muito já foi adiantado, neste trabalho, sobre esse primeiro eixo de circulação dialógica do escrevente. As referências que fizemos a ele podem ser sintetizadas do seguinte modo: (a) pelo tipo de mixagem entre o oral/falado e o letrado/escrito que o escrevente propõe; (b) pelo modo como o próprio escrevente se representa em sua escrita; e (c) pelas marcas lingüísticas indiciativas desse tipo de circulação dialógica.

No que se refere ao tipo de mixagem proposto pelo escrevente, as referências feitas anteriormente a esse primeiro eixo atêm-se a aspectos como: a tomada da escrita, por parte do escrevente, como transcodificação, extensão ou projeção do gesto articulatório em gesto gráfico; assunção da escrita como instrumento de gravação fiel da memória sonora do falado; a tentativa, ainda por parte do escrevente, de representação do planejamento conversacional e do jogo argumentativo prosodicamente marcado; ou, finalmente, sua tentativa de registrar graficamente a materialidade fônico-pragmática do oral/falado. Todos esses aspectos são, como podemos ver, diferentes referências ao mesmo processo de mixagem entre o oral/falado e o letrado/escrito, ao qual o escrevente se entrega em seu texto. O modo heterogêneo de constituição da escrita tem, pois, na imagem que o escrevente faz do poder representativo da escrita, isto é, de sua suposta gênese, um dos eixos de sua circulação dialógica.

No que diz respeito ao modo como o escrevente se representa na escrita, as referências feitas anteriormente - ainda em função desse primeiro eixo - atêm-se a aspectos como: o caráter de novidade de sua intervenção (dado de ineditismo de sua individuação histórica); as marcas expressivas que denotam atitude de aproximação e de envolvimento entre os interlocutores; a delimitação do espaço argumentativo e sua correspondente determinação de uma posição para o interlocutor por meio da tentativa de projeção de gestos articulatórios (gestos fônicos, como indício de uma marca prosódica - pausa, escalonamento de tessitura, duração etc. - e/ou gestos ligados à situação pragmática - o gesto de apontar, por exemplo) no material escrito, explorando - em ausência - o contexto pragmático em que o diálogo com a instituição se estabeleceu (é o caso da tentativa de projeção do gesto de apontar para delimitar um espaço argumentativo comum); a suposição de que o leitor partilha um mesmo referencial em relação ao já falado/escrito que serve de base ao escrevente; as indicações "*metadiscursivas*" - pistas lingüísticas que denunciam a representação da gênese da escrita -, por meio das quais o escrevente revela pontos salientes desse tipo de circulação dialógica.

Um último tipo de referência a esse eixo de circulação dialógica foi feito por meio de *fragmentos* lingüísticos indiciativos da gênese da escrita. Mostrados inicialmente em seu caráter local pela análise de um texto aleatoriamente escolhido, procuramos, em seguida, exemplificar pelo menos uma *regularidade* para cada dimensão da linguagem considerada. Essa passagem não significou, é bom que esclareçamos, o abandono do método indiciário em favor da consideração de *regularidades* lingüísticas preestabelecidas, tomadas como típicas do oral/falado ou do letrado/escrito. Pelo contrário, recorreremos à

observação de *regularidades*, que - caracterizando a circulação dialógica do escrevente pelos três eixos e atingindo as várias dimensões da língua -, estabelecem a especificidade do modo heterogêneo de constituição da escrita. Num momento seguinte, buscamos remeter essas *regularidades* lingüísticas a um número reduzido de propriedades consensuais do oral/falado considerado como mais típico, a saber: o efeito de fragmentação e de envolvimento próprios da oralidade (Chafe, 1982, 1985) e um tipo de atitude em relação à mensagem que, também nessa escrita, é inseparável da própria atividade da fala [a exemplo do que Tannen (1982) caracteriza como o típico oral].

A respeito dessas referências, resta ainda destacar que a representação da gênese da escrita por parte do escrevente consiste, basicamente, na atribuição de um lugar para o oral/falado no letrado/escrito. Mais precisamente, essa representação se dá num processo de textualização em que o escrevente atribui, à relação entre o falado/escrito, o trânsito próprio das *práticas sociais*⁷⁴ que ele intuitivamente reconhece entre o oral e o letrado. Esse processo pode, portanto, ser visto como um processo de mixagem de características gráfico-fônico-pragmáticas, cujas marcas evidenciam a constituição do texto como uma réplica. Enquanto tal, tende a atenuar o papel mediador da escrita, uma vez que o escrevente, ao projetar um material significativo (o fônico) no outro (o gráfico) tende a identificar as duas modalidades pela suposição de uma representação fiel do oral/falado no letrado/escrito. Como essa projeção gráfica também supõe como presentes referências pragmático-argumentativas da situação de enunciação, por vezes se produz o efeito de um diálogo ao vivo, embora esse efeito seja produzido pela pressuposição de dados que só a situação imediata e

⁷⁴ Conferir Marcuschi, aqui mesmo, p. 18.

a elaboração conjunta do discurso poderiam fornecer. Nesse contorno simbólico, tanto o investimento significativo das matérias acústico-visuais como o caráter de réplica a partir do qual o texto é construído são os suportes a partir dos quais o escrevente atribui um lugar para si mesmo, para seu interlocutor e para a própria escrita.

Essas referências, ainda que distribuídas esparsamente pelos capítulos precedentes, são um ponto de partida importante para que busquemos implicações teóricas mais claras a respeito da gênese da escrita. É do que vamos tratar no item seguinte.

1. IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DA CONSIDERAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE A GÊNESE DA ESCRITA

No que se refere às implicações teóricas da consideração do imaginário sobre a gênese da escrita, duas tomadas de posição se fazem necessárias: em primeiro lugar, uma tomada de posição quanto ao que buscamos recusar de implicação teórica; em segundo lugar, uma tomada de posição quanto ao que buscamos reafirmar como pertinente para a análise.

Duas recusas teóricas

Para encaminhar uma primeira recusa em relação à concepção da gênese da escrita, será lembrada a discussão feita por Verón (1980) a respeito da emergência das práticas científicas na História. Mais do que um possível paralelo com a mudança operada - a partir do domínio da escrita - nas relações dos indivíduos uns com os outros e com o mundo, essa retomada visa, em particular, à aproximação entre o conceito de gênese aqui utilizado e o de "*fundação*" utilizado pelo autor.

No dito contexto da discussão que trata da *"problemática do ponto de partida, da emergência das práticas científicas na História"* e, em particular, a da emergência da Lingüística, Verón destaca o fato de que uma prática de produção de conhecimento não tem a unidade de um acontecimento - não pode ser datada - ; nem a unidade de um ato - não pode ser vinculada a um sujeito em particular - ; nem tem a unidade de um lugar - não pode ser localizada, por exemplo, num texto preciso. Segundo Verón, a localização de uma data, de um texto e, particularmente, de um autor, ou seja, *"a idéia do (ou dos) fundador (es)"* é, talvez, uma *"ilusão necessária"*, produto de um *"processo de reconhecimento"*:

"O essencial é compreender que a localização histórica de uma fundação é um produto do processo de reconhecimento. Uma fundação é inseparável do reconhecimento retroativo, do qual com efeito ela decorreu. É sempre a posteriori que reconhecemos, numa dada região do passado, o começo ou recomeço de uma ciência.

"Reencontramos assim a ilusão necessária [da idéia do fundador]. A forma desse reconhecimento é sempre a da localização de um certo texto ou conjunto de textos, para reconhecer que é aí que se produziu alguma coisa." (op. cit., p. 119).

Projetando o pensamento do autor para a questão da gênese da escrita, podemos dizer que ela é produto de um *processo de reconhecimento* do escrevente e que sua emergência não tem a unidade de um acontecimento datado, nem de um ato isolado, tampouco a unidade de um lugar preciso. Não tem, pois, a unidade de um acontecimento, se tomado, este, no sentido de um produto acabado; não tem a unidade de um ato, se tomado, este, como produto de um indivíduo-fonte (e não como uma relação dialógica); não tem a unidade de um lugar (um texto, por exemplo), se tomado, este, como auto-

suficiente em suas relações internas. Em outras palavras, dado que a gênese da escrita não pode ser localizada em uma unidade de origem, podemos dizer que ela é da natureza do acontecimento apenas se este for tomado como relação entre temporalidades; do mesmo modo, ela só poderia ser considerada da natureza do ato se este fosse tomado em seu desenrolar dialógico; e, por fim, seria da natureza de um texto se este fosse tomado como um lugar privilegiado para se observar o processo que o constituiu. Portanto, só quando tomado como o incorpóreo⁷⁵ das relações de comunicação é que o acontecimento pode ser visto em seu funcionamento comunicativo - não reduzido a uma data, nem a uma pessoa nem a um lugar. É num tal contorno desse acontecimento - *cruzamento de itinerários possíveis* - que estamos procurando tematizar a questão da representação da gênese da escrita neste trabalho.

Vale retomar, ainda a respeito da emergência das práticas científicas, uma outra recomendação de Verón: *"impõe-se, antes de mais nada, distinguir a questão do que se pode chamar uma fundação da questão do começo (...) A noção de fundação não se aplica apenas ao momento de emergência."* (idem, p. 118). Do mesmo modo - é o que defendemos -, a questão da gênese da escrita não está sendo buscada como um ponto de origem, um começo, mas como sendo sempre *"o teatro dos recomeços"* (idem, ib.).

Num contexto bastante diferente, mas ainda a respeito do reconhecimento de práticas de produção de conhecimento, Ginzburg permite

⁷⁵ Nem a matéria corpórea do emissor, nem a matéria corpórea do destinatário, nem a base material em si de um sistema semiótico tem - para usar uma expressão de Rossi-Landi (1985) - *valor de troca* na comunicação. É o acontecimento, o incorpóreo das relações de comunicação, que ganha esse *valor de troca* (ou seja - nos termos de Rossi-Landi - é a *"mensagem"* que pode ser vista em seu funcionamento comunicativo). O conceito de acontecimento aqui utilizado deve um crédito ao professor Rogério da Costa, em aulas ministradas na série Seminários em Marília, em que abordou alguns conceitos de Deleuze. Os Seminários foram realizados no período de maio a novembro de 1995, na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP-Câmpus de Marília (SP).

ler uma caracterização crítica para a questão da gênese enquanto origem. Essa referência indireta ocorre quando Ginzburg problematiza as tentativas de registro daquelas disciplinas conjecturais mais comprometidas com a prática cotidiana, particularmente quando tematiza o registro da habilidade de predizer (“...a doença de um cavalo a partir do estado de seus cascos, uma tempestade iminente a partir de uma alteração do vento ou intenções hostis a partir de uma expressão sombria no rosto de alguém”):

“De tempos em tempos, foram feitas tentativas de registrar algo desse saber, enraizado, localmente, mas sem origem, ou registro ou história conhecidos (...), de modo a encerrá-lo na camisa-de-força da precisão terminológica (1991, p. 116).

Destaquemos a caracterização que o autor faz da habilidade de predizer: “...saber, enraizado, (...) mas sem origem...”. No caso da gênese da escrita, como procuramos mostrar até este ponto, sua detecção também não se dá - como se poderia pensar - em algum ponto facilmente localizável do processo de alfabetização, nem apenas nesse processo. O enraizamento desse saber pode se localizar tanto nas práticas sociais do letramento como nas da oralidade, em que, como mostra Chafe⁷⁶, podemos detectar o letrado no oral (basta que recordemos as observações do mesmo autor sobre o paradoxo da expressão “literatura” oral). Esse mesmo enraizamento pode ser visto, ainda, na “*pré-história da linguagem escrita*”, que, segundo Vygotsky (1988), começa “*com o aparecimento do gesto como um signo visual para a criança*” (op. cit., p. 121)⁷⁷.

⁷⁶ Conferir discussão, aqui mesmo, p. 42 e 70.

⁷⁷ Na mesma direção, embora tratando da aquisição da linguagem, Maia (1985) destaca uma mudança que então acontecia no modo de abordar a questão da gênese no processo de aquisição da linguagem. Segundo a autora, “*o ponto de partida dos estudos longitudinais não é [então] mais a criança que começa a falar, mas o infante e até mesmo o recém-nascido*” (op. cit., p. 102).

Para dar um tom menos metafórico às formulações relativas a essa primeira recusa, serão retomadas em termos mais empíricos as referências feitas: (a) ao incorpóreo das relações de comunicação; (b) à gênese da escrita como "*o teatro dos recomeços*"; (c) ao enraizamento (sem origem) do saber sobre o modo de constituição da escrita.

As três referências estão intimamente ligadas entre si. Particularizando-as para o interesse específico deste trabalho, temos: (a) tratar do incorpóreo das relações de comunicação significa investigar as representações (sobre a escrita, sobre o interlocutor, sobre o próprio escrevente) que estão postas nos textos; (b) tratar da gênese da escrita como "*o teatro dos recomeços*" significa acreditar na possibilidade contínua de observar aspectos da constituição da escrita também na escrita adulta; e (c) tratar do enraizamento (sem origem) do saber acerca de seu modo de constituição significa abrir possibilidades de interpretação dos dados a partir dos encontros entre o oral/falado e o letrado/escrito, estendendo, portanto, o alcance do estritamente lingüístico na direção das práticas sociais e da inserção do escrevente nessas práticas.

Uma segunda e última recusa tem mais diretamente a ver com dois dos três pontos abordados acima. Trata-se, na verdade, de uma especificação da possibilidade contínua de observar aspectos da gênese da escrita [item (b)], considerando-se o caráter de representação [item (a)] a ser observado. A recusa, neste caso, recai sobre o tratamento da questão da gênese tomada em si mesma e tem conseqüências metodológicas claras.

Abordá-la em si mesma - ainda que não localizando-a num acontecimento datado, num indivíduo-fonte e num texto determinado - seria comprometer-nos com um enfoque descritivo das suas marcas e do contexto

de seu aparecimento⁷⁸, bem como, em alguma medida, até mesmo com uma concepção de escrita tomada como representação da oralidade. Acreditamos, porém, que, também sem deixar de considerar suas marcas e os elementos que condicionam seu aparecimento, bem como sem esquivarmo-nos de uma concepção de escrita que a toma como modo de relação do sujeito com a linguagem (cf. Abaurre et al, aqui mesmo, p. 85 e 91), podemos perfeitamente encarar a gênese da escrita como a imagem que o escrevente faz do processo de constituição da (sua) escrita.

Conseqüentemente, a recusa de se tratar a gênese da escrita em si mesma corresponde, neste trabalho, à busca da representação que o escrevente faz dela. Para tanto, admitimos, com Pêcheux (1990b) que *"todo enunciado é (...) linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis"*, ou seja, todo enunciado *"é intrinsecamente suscetível de (...) se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro"* (op. cit., p. 53). A conseqüência metodológica mais clara da consideração desses *"pontos de deriva"* é a assunção do método indiciário. A análise que buscamos fazer aqui, portanto, ao optar pela representação que o escrevente faz da gênese da escrita - representação que é, em certa medida, uma descrição -, procura pautar-se por um caráter mais explicativo do que descritivo, uma vez que se trata de explorar a exposição a que *toda descrição* está sujeita, a saber, a exposição ao fato de que

⁷⁸ Luria (1988), em seus estudos sobre a pré-história da escrita infantil, pode ser considerado um dos autores que têm como preocupação fundamental o estudo da gênese da escrita tomada em si mesma. Com efeito, ao caracterizar como rabiscos não-diferenciados, rabiscos ritmicamente diferenciados e rabiscos pictográficos as marcas desse tipo de escrita, o autor propõe-se *"explicar detalhadamente as circunstâncias que tornaram a escrita possível para a criança e os fatores que proporcionaram as forças motoras desse desenvolvimento"*, bem como *"descrever os estágios através dos quais passam as técnicas primitivas de escrita da criança"* (op. cit., p. 144).

"*tudo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro*" (Pêcheux, *idem*, *ib.*). Portanto, no caso da presente análise, que poderia ser vista como um trabalho explicativo a respeito de uma "descrição" feita pelo escrevente sobre um fenômeno de língua, o tipo de método adotado permite um rigor explicativo voltado para a relação entre o sujeito e a linguagem e não para uma preocupação descritiva⁷⁹ do que chamamos o fenômeno "em si" da gênese da escrita.

Ligada a essa recusa, o olhar dirigido a esse primeiro eixo não se limitará a localizar suas marcas em pontos determinados de uma seqüência de estágios. Trata-se, ao contrário, de captar a representação que o escrevente faz do processo de constituição da escrita. Mais precisamente, trata-se de localizar e explicar sua representação retroativa da gênese emergente em sua escrita atual. Portanto, a abordagem se sustenta na consideração de que momentos desse processo de constituição podem ser retomados, em tese⁸⁰, em qualquer época, na escrita de qualquer pessoa, em qualquer texto. É com base nessa suposição que esses momentos são buscados, neste trabalho, em textos de adolescentes⁸¹.

⁷⁹ A reflexão acima foi baseada em artigo de Scarpa (1995). A autora, ao ligar o fenômeno da fluência/distfluência a diferentes relações do sujeito com a língua, reformula sua maneira de encarar certas marcas de organização do discurso como as hesitações, as pausas, as inserções ou reduções de fragmentos, as retomadas, as repetições etc. Deixa, então, de vê-las como "atividades epilingüísticas" (aquelas que o sujeito faz com a linguagem) opostas às atividades metalingüísticas (aquelas que constroem, pela linguagem, um sistema representativo-nocional) e às atividades comunicativas e representativas. Baseada no mesmo texto de Pêcheux (1990b), a autora abandona essa visão tripartite das atividades lingüísticas e opta por tomar todos os tipos de descrição, mesmo aqueles "*em que nos prendemos ao fato de que 'não há metalinguagem'*", como expostos ao "*equivoco da língua*" (apud Scarpa, *op. cit.*, p. 177), isto é, expostos ao fato de que "*toda seqüência de enunciados é (...) lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva passíveis...*" (*idem*, p. 178). Nas palavras da autora, "*cada ponto do enunciado em elaboração (certos pontos mais previsíveis que outros, por motivos lingüísticos, isto é, fatores definidos lingüisticamente) depara-se com a possibilidade de escolha*" (*idem*, 177-8).

⁸⁰ Embora os resultados aqui obtidos tenham diretamente a ver com a escrita dos vestibulandos, acreditamos ter aberto a possibilidade de investigação de outros conjuntos de textos - e de confirmação desses resultados - a partir das hipóteses que estamos buscando comprovar no *corpus* analisado.

⁸¹ O *corpus* também inclui textos de vestibulandos com mais de 21 anos.

2. A GÊNESE DA ESCRITA NO CONJUNTO DE TEXTOS ANALISADOS

Como adiantamos, procederemos a uma abordagem globalizada dos textos. É, pois, a busca de como a gênese da escrita aparece representada nos vários textos que interessa destacar nesta etapa do trabalho.

Valem, para tanto, as observações já apresentadas no capítulo 2: mantendo o trabalho com as pistas locais, procuraremos reunir essas pistas lingüísticas num nível mais geral de observação - o das *regularidades* - até chegar a propriedades mais características desses textos. Ficam, desse modo, garantidos tanto o trabalho com o método *indiciário* como a abordagem globalizada do problema. Nem quantitativa, nem descritiva, essa abordagem busca um caráter explicativo por meio da captação de pistas comuns nos vários textos.

No que se refere aos escreventes, na impossibilidade de tratar longitudinalmente a escrita individual, o recurso a essas pistas visa a um tratamento dos dados que, sem fugir ao método proposto, permita estabelecer pontos de *individuação* comuns. Com a noção de *individuação*, já comentada no capítulo 2, procuramos evitar, ao mesmo tempo, a idéia de assujeitamento e a assunção da singularidade biológica do indivíduo como sujeito da linguagem. É o caráter relacional do sujeito consigo mesmo, com o outro, com o que diz e com as tecnologias que ele mescla e acumula (instrumentalizando, mas sobretudo sendo instrumentalizado por elas) que interessa destacar pela idéia de *individuação*. Logo se vê que esse sujeito não se sobrepõe ao outro, ao dito ou às tecnologias que utiliza. Por isso mesmo, individua-se - embora longe de uma homogeneidade natural (biológica) - a partir das relações específicas que mantém com o heterogêneo que o constitui. É, pois, a partir dessa especificidade

(caráter do que é, ao mesmo tempo, "geral" e "particular") do sujeito, que podemos buscar nos textos o que chamamos pontos de *individuação*, lingüisticamente caracterizados como *fragmentos* indiciativos de *interação* e suscetíveis de serem tratados em um nível mais alto de generalidade, razão pela qual estarão sendo agrupados em *regularidades* no interior das várias dimensões da linguagem. Esse agrupamento se orienta pela definição que Caprettini (1991) dá das *regularidades*: "*elas constituem o termo médio do processo abduutivo, ao permitir a conexão entre dois fatos particulares*" (op. cit., p. 160).

Com esse expediente, serão, pois, reunidos fatos particulares (ligados às várias dimensões da linguagem) em *regularidades* lingüísticas, tomadas estas como o termo médio para sua conexão com certas propriedades, ou seja, com outros fatos lingüísticos particulares, desta feita, relativos à caracterização de cada um dos eixos de circulação propostos. Cuidamos, porém, de definir essas *regularidades* (por exemplo, o uso de expressões formulaicas) sem abandonar as áreas *nebulosas*, caracterizadas pela súbita mudança (na verdade, o efeito de um conjunto de condições que precisam ser conhecidas e explicadas para se chegue a qualquer tipo de conclusão global) de uma situação local (o estranhamento que o uso de uma expressão formulaica, por exemplo, pode causar) para uma situação global⁸² (que, se obtida de modo apressado, pode levar a classificar um tipo de estranhamento que, de fato, está submetido a condições pouco evidentes - *nebulosas*, diria Caprettini - como ligado ao fenômeno verossímil mais à mão: por exemplo, no caso da expressão formulaica, classificá-la, de imediato, como sendo apenas um tipo de interferência do falado no escrito). Para que não fique no ar a hipótese que defendemos,

⁸² Conferir Caprettini (op. cit., p. 160-1).

lembramos, num parêntese, que ela não é a da interferência entre formas típicas - dicotômicas - do falado e do escrito. Lidamos, ao contrário, com um modo heterogêneo de constituição da escrita, que pode ser detectado também no falado, embora não seja este último o objetivo deste trabalho.

Cuidando, portanto, para não abandonar as condições que dão suporte aos fatos locais e que precisam ser conhecidas e explicadas para que se chegue a conclusões globais, serão analisadas as ocorrências locais em função de certas *regularidades* ligadas às várias dimensões da linguagem. Vale insistir que essas *regularidades* são, pois, agrupamentos de marcas locais: de natureza sintática, lexical, prosódica, ortográfica, de organização textual ou, ainda, de recursos argumentativos. Segue, em termos percentuais, o quadro relativo à freqüência dessas *regularidades* segundo as dimensões da linguagem analisadas. No quadro abaixo e nos que se seguirão, o cálculo proporcional foi obtido da seguinte forma: consideramos a soma total de ocorrências de todas as *regularidades* no conjunto dos textos e, em função dessa soma, chegamos aos percentuais para cada *regularidade* referente ao eixo de representação da gênese da escrita.

QUADRO 1: Porcentagem das ocorrências segundo as dimensões da linguagem para o eixo de circulação imaginária pela gênese da escrita no conjunto dos textos

DIMENSÃO DA LINGUAGEM	PORCENTAGEM
SINTAXE*	8,6%
MARCAS PROSÓDIAS E LEXICAIS	38,6%
ORGANIZAÇÃO TEXTUAL	22,8%
RECURSOS ARGUMENTATIVOS	30,0%
TOTAL	100,0%

*O baixo índice de ocorrência das regularidades lingüísticas referentes à dimensão sintática tem a ver com dois fatores: (a) com a separação entre sintaxe, prosódia e léxico, que, embora artificial, faz sentido neste trabalho, uma vez que, a título operatório, lidamos com a lexicalização e a prosódia como sendo típicas, respectivamente, do texto escrito e do texto oral; (b) com o tipo de critério privilegiado para a análise, em que a relevância considerada não foi a relevância estatística, mas aquela ligada à hipótese central deste trabalho, a saber, a da circulação imaginária, por parte do escrevente, pelos três eixos de representação da escrita.

Marcas sintáticas da representação do escrevente sobre a gênese da escrita

Dividiremos a análise dos textos em duas partes maiores que representam as duas *regularidades* lingüísticas a serem destacadas: a primeira será relativa à (1) sintaxe e o efeito de fragmentação; e a segunda será relativa à (2) sintaxe e a conexão do heterogêneo da linguagem. Cada uma dessas *regularidades* maiores reunirá, para facilitação da exposição, duas outras. Desse modo, "sintaxe e o efeito de fragmentação" se subdividirá em: (A) modos fragmentários de integração; e (B) a reconstrução do fluxo da fala; "sintaxe e conexão do heterogêneo da linguagem" se subdividirá em: (A) a coordenação e a prosódia; e (B) a construção correlativa.

Eis o quadro indicativo da freqüência dessas *regularidades* da dimensão sintática:

QUADRO 2: Porcentagem de ocorrência segundo *regularidades* lingüísticas da DIMENSÃO SINTÁTICA em relação ao total de ocorrências das *regularidades* das outras dimensões no conjunto dos textos

REGULARIDADES LINGÜÍSTICAS	%
1. SINTAXE E O EFEITO DE FRAGMENTAÇÃO	4,7
(A) MODOS FRAGMENTÁRIOS DE INTEGRAÇÃO	3,9
(B) A RECONSTRUÇÃO DO FLUXO DA FALA	0,8*
2. SINTAXE E A CONEXÃO DO HETEROGÊNEO	3,9
(A) A COORDENAÇÃO E A PROSÓDIA	0,8
(B) A CONSTRUÇÃO CORRELATIVA	3,1
Porcentagem de ocorrência (dimensão sintática)	8,6

* Os índices percentuais de 0,8% indicam que a escolha das marcas não se orienta por sua freqüência. De acordo com a metodologia utilizada, procuraremos mostrar, na análise que faremos a seguir, que essas marcas são indícios importantes "do processo geral através do qual se vai continuamente constituindo e modificando a complexa relação entre o sujeito e a linguagem" (Abaurre et al., 1995, p. 6). No caso específico dessas marcas, independentemente de sua maior ou menor freqüência, interessa que sejam evidências locais da circulação do escrevente pela imagem que ele faz da gênese da (sua) escrita. Portanto, o *específico* da representação do escrevente, que atesta a "raridade dos enunciados" (Foucault, 1971) em termos dos processos de sua constituição pela escrita, não implica na reprodução estrita de suas marcas, mas na reprodução do que é repetível das propriedades desses processos de constituição.

(1) A SINTAXE E O EFEITO DE FRAGMENTAÇÃO

Esta *regularidade* lingüística relativa à sintaxe permite observar muito do que adiantamos sobre o modo heterogêneo de constituição da escrita. Contrariamente ao que se postula de que a escrita seria o lugar da integração das unidades, os textos dos vestibulandos (em virtude da relação de acúmulo e mescla com que os escreventes assumem as práticas do oral/falado e do letrado/escrito) mostram uma forte presença do fragmentário na sintaxe, embora esse caráter de desintegração sintática seja compensado pelo que Koch et al (1990) chamam de "articulação interativa". Eis como os autores formulam o problema, ao tratarem do fluxo de informação no discurso oral dialogado:

"O aparente paradoxo de que uma desarticulação de construção seja expressão de uma articulação interativa se explica por um processo de compensação pragmática que pode atuar em direção à efetivação do contato, visando assegurar o sucesso da comunicação." (op. cit., p. 150)

O fato de os autores referirem-se ao discurso oral dialogado não significa que estejamos buscando, na escrita dos vestibulandos, características do que seria o típico oral/falado. É, pois, importante que se destaque, que não se trata de ver, na presente análise, nenhuma tentativa de provar a interferência de uma modalidade (a oral) sobre a outra (a escrita). O olhar que buscamos é o dirigido à relação entre o sujeito e a linguagem. Portanto, o caráter fragmentário da sintaxe deve ser melhor observado como uma marca dialógica que o escrevente registra com os elementos (lingüísticos, paralingüísticos ou pragmáticos) que ele articula ao se constituir como escrevente.

(A) MODOS FRAGMENTÁRIOS DE INTEGRAÇÃO

Em primeiro lugar, gostaríamos de lembrar que as opções de construção sintática têm, como se sabe, clara repercussão na organização ou, no que já se convencionou chamar, na construção formal do texto, fato que não será, porém, objeto de preocupação direta nesta etapa do trabalho. São relativamente freqüentes, embora com uma configuração formal bastante diversificada, as ocorrências do efeito de fragmentação na sintaxe:

"A Violência nos concertos de rock não tem jeito como acabar com ela, irá sempre existir as pessoas que vão aos concertos de rock..."
(Texto 01-031)

Há, nesse caso, uma clara ruptura na construção da frase, em que a topicalização fica marcada por uma sobrecarga de expressividade da seqüência em negrito. O destaque dado para *"a violência nos concertos de rock"* e a insistência pela retomada no final da primeira parte do enunciado *"acabar com ela"* cria, entre esses dois elementos, um contexto lingüístico em que a topicalização vem enfatizada pelo alto grau de expressividade da expressão "não tem jeito como", ela própria reduplicada no que se refere a enfatizar o "modo como". Como lembra Silva (1991) a respeito da "fala escrita" proposta por Britton para a escrita inicial da criança, a irrupção expressiva de "não tem jeito como" parece estar ligada à caracterização de um momento espontâneo na abordagem do tema, espontaneidade que, a exemplo do tipo de escrita analisado por Silva, favorece uma escrita *"essencialmente expressiva"*, pois aborda o tema de um modo que parece ser *"muito próximo de seu mundo, no qual verbaliza os seus sentimentos e maneira de ser"* (op. cit., p. 34). No entanto, podemos dizer que tanto a expressividade, como a espontaneidade

são também formas previsíveis nos textos dos vestibulandos, uma vez que o próprio exame prevê temas e opiniões (expostas na coletânea) que façam o candidato assumir posições. Exemplos como esse, portanto, em que há expressividade e espontaneidade, são ótimos exemplos da *individuação* histórica do sujeito.

Um outro exemplo de fragmentação tem paralelo com um outro aspecto do universo do escrevente. A falta de integração explora um estilo de escrita por manchetes, persistindo, desta feita, pelo texto inteiro:

"O fim da sensibilidade humana é muito interessante para os governantes, o homem já é desprovido de cultura, sem sentimentos também, será mais fácil manipulá-lo.

Matam e morrem em vão.

Crianças assassinas e assassinadas são páginas de jornal (...)

Assistem calados jovens auto-destrutíveis se atropelando pelas ruas (...)

O mundo aplaude alguém que canta a violência e induz o já solitário homem a se tornar mais inatingível ainda.

A sociedade anestesiada dorme e acorda, maquinalmente, não acha mais tempo nem significado para lutar contra a violência, que lhes é imposta todos os dias, e dessa forma se deixa guiar e aceita qualquer direção, por mais absurda que seja." (Texto 01-040)

A própria construção dos parágrafos denota esse caráter fragmentário do texto, uma vez que o escrevente os identifica diretamente com frases, as quais, em geral, vêm construídos por meio de coordenações bastante simples. A estruturação do sintagma do título "*Cotidiana Violência*", em que o adjetivo precede o nome, e o uso de algumas relativas explicitam, diferentemente do exemplo anteriormente citado, a tentativa de criar um efeito de expressividade. Essa tentativa, embora revele já um trabalho com a linguagem, busca, porém, aquele efeito de um modo direto, evidenciando, na construção dos parágrafos em manchete, uma sintaxe fragmentária típica dos momentos de maior envolvimento entre os interlocutores.

Um caso particular de ocorrência dessa sintaxe, que ainda poderia ser chamada de fragmentária, é o que ocorre quando a integração é feita pelo uso narrativo do conector "e":

"Supervalorizou um metal amarelo, acima até da vida. Semeou cobiça e tensão nos rincões em que passou. E para complementar, povou o país com vagabundos, degredados e todos os tipos de criminosos. Mas apesar de tanta violência, conseguiu 'civilizar' a terra recém descoberta. E esta progrediu, emancipou-se, tornou-se uma nação livre e soberana. Cresceu! Era uma terra fértil, rica e logo interessou às grandes potências..." (Texto 04-204).

Nesse caso, a tentativa de integração é feita com base na relação entre sintaxe e tipo de texto. Nesse momento narrativo, o escrevente recorre, porém, à narratividade enquanto princípio enunciativo⁸³. A esse recurso, muito presente nos relatos orais, o escrevente busca fazer corresponder o envolvimento de seu interlocutor. Eis, pois, evidenciada, nessa busca de envolvimento a partir da narratividade, a relação sujeito/linguagem por onde o escrevente circula nesse momento e para a qual busca trazer a adesão de seu interlocutor.

Um outro exemplo, desta feita ligado à ordem não-integrativa das palavras, pode ser visto no exemplo seguinte:

"É fácil para os governantes e as classes privilegiadas culparem os jovens "irresponsáveis e delinquentes" das favelas pelos acontecimentos, mas será que encontrar os culpados somente resolve o problema?" (Texto 03-140).

⁸³ Pensamos na diferença enunciativa básica estabelecida por Benveniste (1976) entre comunicação animal e linguagem humana. A necessidade de vivenciar diretamente as experiências, no caso das abelhas, e a possibilidade de relatar essas experiências mesmo sem ter tido contato direto com elas, no caso do homem, são dados que permitem propor a narratividade - aqui pensada como independente da memória registrável a partir do código genético - como um princípio enunciativo básico, ou seja, como possibilidade de lidar com a memória histórica a partir da experiência dada pelo fazer histórico da linguagem e não necessariamente a partir da experiência em si.

Observamos que, pela ordem das palavras desse exemplo, o foco de caráter restritivo do operador "somente" é "resolve o problema". Se mantivéssemos esse foco, teríamos que admitir a relação de pressuposição que ele estabelece: "resolver o problema é pouco". Não parece ser essa a orientação argumentativa do escrevente.

Com boa vontade e operando com o conhecimento intuitivo sobre a posição que esse tipo de operador ocupa - "*a fronteira dos sintagmas*" (Azeredo, 1990, p. 125) -, o leitor pode recuperar o foco pretendido pelo escrevente para o operador em questão, obtendo: "mas será que somente encontrar os culpados resolve o problema?". Ocorre que essa segunda possibilidade só pode ser marcada por meio de uma suposição da prosódia, projetada da oralidade, mas não marcada na escrita. Desse modo, o escrevente parece claramente orientar seu registro gráfico por um recurso da enunciação oral. Como se sabe, na oralidade, a exemplo de se poder substituir a lexicalização pela prosódia⁸⁴, há também a possibilidade de se marcar, pela prosódia, focos que, na escrita, seriam melhor indicados pela ordem das palavras. A prosódia que o escrevente supõe projetar, em seu texto, sobre o operador "somente" evidencia, portanto, uma ordem não-integrativa das palavras, uma vez que o foco esperado seria facilmente obtido por meio de uma outra disposição das palavras, desta feita não exclusivamente dependente da prosódia: "*mas será que somente encontrar os culpados resolve o problema?*". Devemos evitar, porém, ver aquela ordem não-integrativa como uma interferência da oralidade na escrita. Preferimos assumi-la como uma projeção da situação enunciativa concreta, em que o interlocutor fisicamente ausente na escrita é de tal modo projetado para o texto

⁸⁴ Conferir Cagliari, aqui mesmo, p. 77, nota 39.

que se impõe uma argumentação que o presentifique, no caso marcada pela prosódia que o escrevente supõe plasmada na escrita. É, pois, a representação desse envolvimento quase físico com o interlocutor que leva o escrevente a optar pela prosódia e não pela ordem integrativa dos elementos do enunciado.

Até este ponto, exploramos os modos fragmentários de integração por meio da sintaxe. No item seguinte, serão tratadas aquelas marcas sintáticas que denunciam a reconstrução do fluxo da fala.

(B) A RECONSTRUÇÃO DO FLUXO DA FALA

Um último efeito de fragmentação da sintaxe a ser destacado se refere à reconstrução do fluxo da fala. Essa reconstrução se apresenta ora por fragmentação, ora por justaposição. Observemos o exemplo abaixo:

"Muitos artistas que se sentem mobilizados tentam combater a violência, mas criticam com grande violência. Isto incita os jovens a serem mais violentos ainda. O que não resolve o problema. (Texto 01-019)

em que a seqüência final em negrito seria melhor considerada uma oração (portanto, uma parte do enunciado anterior) e não propriamente um enunciado independente. No caso, a reconstrução do fluxo da fala é feita por fragmentação, sendo a pausa o elemento que atua como identificador de um novo fragmento. Esse fragmento talvez fosse melhor compreendido nos termos em que Marcuschi (1986), baseado em Rath, define uma "unidade de comunicação"; já comentada de passagem no capítulo 1 (cf., aqui mesmo, p. 35-6): "[uma unidade de comunicação é] *um substituto conversacional para frase, ou seja, é a expressão de um conteúdo que pode dar-se, mas não necessariamente, numa unidade sintática tipo frase*" (op. cit., p. 61-2). Ainda

segundo o autor, as "unidades de comunicação são, via de regra, marcadas por pausas, pela entonação e por certos elementos lexicais ou paralexicais" (idem, ib.). No modo heterogêneo de constituição da escrita que estamos buscando detectar, essas marcas típicas das "unidades de comunicação" estão delimitadas pela pontuação, indicando a fronteira dos enunciados. Há, pois, nesse exemplo, novamente a clara tentativa de fazer plasmar-se a prosódia na escrita.

Por sua vez, a reconstrução do fluxo da fala por justaposição vem afetar a construção do texto de uma outra maneira:

"A violência em si, quando mencionada, nos transmite uma reação interior muito alarmante, pois só o fato de pensarmos nela, nós temos temos (sic) instantaneamente a reação, de que para se acabar com a violência é preciso também usar de violência, esta é uma atitude que a maioria das pessoas têm só que nunca pararam para pensar ou analisar, pois se o fizessem teriam consciência de que em vez de estar acabando com ela, estariam propagando mais e mais violência."
(Texto, 03-180)

Desta feita, a construção fica afetada pela justaposição de enunciados independentes. Parece ocorrer, nesse caso, um outro tipo de projeção. Até o enunciado imediatamente anterior ao destacado com negrito, o escrevente dialoga com a coletânea de textos dada na prova e todo o seu trabalho é criar um contexto possível para a adaptação do seguinte trecho do texto 1, de René Girard: "**Mesmo que o sistema judiciário contemporâneo acabe por racionalizar toda a sede de vingança que escorre pelos poros do sistema social, parece ser impossível não ter que usar a violência quando se quer liquidá-la e é exatamente por isso que ela é interminável**". Depois de sua tentativa de assimilar-se a essa voz, assimilação conseguida a duras penas - como podemos constatar pela construção por ele empregada -, é que realmente fica sinalizado um ponto de *individuação*. Ao contexto criado para o outro (o texto da coletânea), parece

bastar ao escrevente a simples alternância rítmica⁸⁵ com o que se atribui como sua posição pessoal. Projeta-se, assim, no uso anafórico de "esta" e na alternância rítmica marcada pela vírgula, um elemento da situação concreta de enunciação - a própria coletânea - talvez pela suposição de que o gesto de apontar esteja contido no anafórico. Nesse sentido, podemos pensar em uma alternância entre duas "*unidades de comunicação*". A aparente desconsideração do enunciado sob análise como uma frase independente - pela omissão do ponto final - parece, portanto, estar ligada a uma outra forma de indiciação dessa alternância. A falta do ponto final não significa, portanto, uma não distinção rítmica dos enunciados (das "*unidades de comunicação*"), embora a indiciação resultante não pertença à convenção gráfica esperada pelo leitor. Eis, portanto, uma indiciação que está a meio caminho da real percepção de uma alternância e de seu registro convencionalizado.

(2) A SINTAXE E A CONEXÃO DO HETEROGÊNEO DA LINGUAGEM

Esta *regularidade* lingüística permite lançar um olhar crítico à idéia bastante comum sobre a escrita como o lugar da homogeneidade. Referências freqüentes à recusa das sobras no texto escrito, tais como "limpar" ou "enxugar" o texto, caminham lado a lado com outras não tão higienizadoras mas preocupadas também em dar uma homogeneidade ao texto escrito, tais como: "costurar", "amarrar", "dar um acabamento" ao texto. Contrariamente ao que se postula quanto a ser a escrita o lugar da homogeneidade, da "amarração" entre

⁸⁵ Segundo Chacon (1996), "*a alternância entre estruturas a serem enfatizadas e outras em função das quais se determina essa ênfase se marca (...) na escrita através do jogo rítmico que as marcas de pontuação promovem entre as estruturas enfatizadas e as outras com as quais elas devem contrastar*". (op. cit., p. 128). Conferir também, aqui mesmo, p. 67-8.

as suas unidades, os textos dos vestibulandos mostram uma forte presença do heterogêneo na sintaxe. É o que procuraremos mostrar a seguir.

A abordagem deste item está subdividida em duas partes: (A) coordenação e prosódia; e (B) construção correlativa. Segue-se a primeira dessas subdivisões.

(A) COORDENAÇÃO E PROSÓDIA

Sabe-se que a coordenação se faz, tipicamente, entre unidades formais de mesma natureza. Pouco tem sido explorado, porém, o papel da coordenação como um dos recursos sintáticos apropriados para a conexão do heterogêneo. Imaginemos, por exemplo, a coordenação de noções que não guardam absolutamente nada em comum e, ainda assim, a coordenação funcionará. Observemos o exemplo seguinte:

"Nos morros escorrem favelados que habitam a cidade roubando e matando para sobreviver. Começa a formação de organizadas quadrilhas que usam drogas e fazem tráfico; aproveitando os eventos realizados para a diversão da juventude e passar isso a outras pessoas." (Texto 03-173).

A coordenação entre "os eventos realizados para a diversão da juventude" e "passar isso a outras pessoas" funciona, no caso, não propriamente como uma coordenação, mas como uma relação de finalidade entre duas orações: "aproveitando os eventos realizados para a diversão da juventude para passar isso a outras pessoas". O fato dessa relação de finalidade estar atualizada sob a forma da coordenação evidencia a percepção, por parte do escrevente, do heterogêneo entre as duas seqüências coordenadas: é o fato de que "diversão da juventude" nada tem em comum com "passar isso a outras

peças" que parece ser a asseveração do escrevente. Essa conexão do heterogêneo está sendo efetuada, portanto, entre dois posicionamentos diferentes quanto à "diversão da juventude": (a) os jovens devem se divertir, e (b) a diversão dos jovens não deve ser confundida com consumo de drogas, violência e tráfico.

No entanto, essa conexão é merecedora de comentário justamente porque não seria facilmente aceita pelas convenções da gramática normativa e porque causa, de fato, estranheza no texto escrito, mesmo quando o escrevente pode contar com a boa vontade do leitor. Apesar dessas convenções, a marcação desses diferentes posicionamentos quanto à "diversão da juventude" pode tornar-se perfeitamente aceitável em circunstâncias de enunciação oral, uma vez que, nessas circunstâncias, as marcas do heterogêneo transitam no sentido da prosódia para o léxico. Inversamente, no caso comentado da enunciação escrita, a direção a ser tomada é do léxico para a prosódia. Vale lembrar que a prosódia é ponto de partida na enunciação oral (chegando ao léxico), mas é ponto de chegada na enunciação escrita (cujo ponto de partida é justamente a segmentalização lexical). A necessidade da passagem da prosódia (do falado) para a prosódia (no escrito) leva o escrevente a imprimi-la, em seu texto escrito, ao mesmo tempo, como ponto de partida (a exemplo da enunciação oral) e como ponto de chegada (a exemplo da enunciação escrita). Por essa razão, o caminho do léxico para a prosódia (o da leitura do texto escrito) pode não permitir uma recuperação do percurso representado como genético pelo escrevente - percurso que vai diretamente da prosódia do falado (tomada como modelo, ainda que nem sempre graficamente assinalável) para o que o escrevente supõe como o registro integral dessa prosódia no escrito

(ainda que nem sempre integralmente recuperável) - em que, freqüentemente, ele se localiza no momento de sua textualização.

Um outro exemplo é o que se dá com a coordenação entre **quantificadores universais** relativos a coisas e a pessoas:

"Portanto tudo e todos que não seguem as regras que a sociedade impõe são discriminados;..." (Texto 00-012)

O heterogêneo está, pois, bastante claro nesse caso: "tudo" (todas as coisas) e "todos" (todas as pessoas). Parece haver, à primeira vista, um estranhamento quanto a essa coordenação. No entanto, se considerarmos uma pausa depois da palavra "tudo", poderemos obter um enunciado bastante aceitável. É importante lembrar que, como regra geral, a própria gramática insiste na necessidade de omissão da vírgula antes da conjunção "e". O escrevente, obedecendo a essa regra, ao mesmo tempo que coordena o heterogêneo (coisas e pessoas), produz um enunciado - que acredita gramaticalmente abonado - novamente a partir do percurso que representa como genético, isto é, buscando, sem outra mediação, a prosódia de partida (a pausa) na prosódia de chegada (a pausa que ele imagina plasmada por si só na escrita).

(B) CONSTRUÇÃO CORRELATIVA

Tomaremos, inicialmente, a noção de Perini (1989) sobre as construções correlativas. Segundo esse autor, *"a evidência maior aponta na direção de se analisar as correlatas como coordenadas, ou pelo menos como um caso especial das coordenadas"* (op. cit., p. 221). Há, porém - ainda segundo o autor -, diferenças entre a coordenação e a correlação, como *"a possibilidade (...) de se*

separar as coordenadas por ponto final (formando dois períodos), o que nunca pode ser feito com as correlatas (embora ocorra às vezes com certas subordinadas)" (idem, ib.). Vale lembrar, ainda, a definição de correlação dada por Camara Jr. (1978). Para esse autor, correlação é a "construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma (...) prepara a enunciação de outra" (op. cit., p. 87).

Tomemos o exemplo abaixo:

"A violência é um círculo vicioso, pois para exterminá-la é necessário o uso de mais violência, por isso a tendência é que ela cresça cada vez mais. Pode-se compará-la a uma bola de neve que cresce tanto, até tornar-se incontrolável." (Texto 04-185)

O exemplo mostra que uma construção correlativa insinua-se entre o verbo "crescer" e a oração circunstancial a ele ligada: "até tornar-se incontrolável". A intercalação da correlativa insinua-se com "cresce tanto...", mas frustra a expectativa do leitor porque não se cumpre na seqüência. A falta de um introdutor para a segunda parte da correlativa termina por produzir um acúmulo de funções para a preposição "até": (a) a de introduzir a oração circunstancial reduzida de infinitivo; e (b) a de introduzir o segundo membro da correlação. Esse acúmulo de funções da preposição parece dar à construção resultante mais um caráter de gradação do que estabelecer uma relação de causa/conseqüência. A essa gradação fica, porém, acrescentada a marca expressiva do escrevente "tanto".

Podemos, pois, constatar, nesse tipo de cruzamento sintático, a tentativa de delimitação do universo argumentativo semelhante ao já tematizado no texto utilizado como exemplo no Capítulo 2 (cf. p. 143-4 e 147-8). Como vimos, essa construção pode dar-se na verticalidade de uma escala hierárquica (exemplo

de "até mesmo", então comentado) ou na horizontalidade de pontos-limite de uma escala (exemplo de "desde... até...", também então comentado). Portanto, a *saliência* que o escrevente está atribuindo à construção correlativa como um recurso de textualização, pode - também no caso presente - estar revelando, por exemplo, que o recurso da delimitação do espaço argumentativo (e sua correspondente determinação de uma posição para o interlocutor) esteja passando para o domínio ativo do escrevente. Os fatores condicionantes desse aparecimento são, entre outros, a necessária interlocução com a instituição que vai avaliar o vestibulando; o envolvimento que o vestibulando acredita ser necessário mostrar em relação ao tema da violência; e - consideradas as condições de produção de sua escrita - a própria expressividade do escrevente que sai, comprimida, em marcas lingüísticas (no caso, a própria construção correlativa insinuada com "tanto") projetadas da situação concreta vivida e que é, desse modo, representada na escrita pelo vestibulando.

Quanto ao fator condicionante propriamente lingüístico, podemos dizer que a caracterização típica da correlação, como sendo próxima, mas, ao mesmo tempo, distante da coordenação - uma vez que se impõe uma dependência sintática entre os membros correlacionados - parece caminhar para uma maior familiaridade do escrevente quando se trata de utilizá-la como um recurso delimitador do universo argumentativo em que se dá a representação da situação concreta de enunciação. A independência semântica das coordenadas (isto é, a necessária conexão do heterogêneo) aliada à dependência sintática das correlativas (inseparabilidade dos membros da correlação) permite, de um ponto de vista lingüístico, dizer que, neste caso, as construções correlativas podem ser melhor vistas como *"unidades de*

comunicação". Como ficou dito, as "*unidades de comunicação*", projetadas desde o falado, podem não se deixar representar pela noção de frase, que, numa reflexão proveniente da língua escrita, teria como um de seus critérios de determinação o critério gráfico da pontuação.

O mesmo procedimento de delimitação do universo argumentativo parece estar presente em exemplos como:

*"Existe violência a qualquer parte, hora, onde menos se espera acontece um ato de violência.
Como um assalto a mão armada, nas cidades grandes ocorrendo com mais frequência, que pode matar uma família inteira e dar casa e comida para família de um bandido, ao mesmo tempo."* (Texto 00-003)

em que a coordenação com "e" aliada ao marcador de simultaneidade "ao mesmo tempo" resulta numa correlação que poderia ser traduzida como: "...que, se pode matar uma família inteira, **pode também** dar casa e comida para família de um bandido".

O fato de o escrevente utilizar a marca de coordenação e de simultaneidade como recursos complementares na composição de uma correlação indica que, de fato, ele já está lidando com uma concepção adequada dessa construção. Note-se que ele articula o caráter de independência (conexão do heterogêneo) por meio da coordenação e o da dependência sintática (inseparabilidade dos membros da correlação) por meio da expressão da simultaneidade (a este respeito, nos termos acima citados de Camara Jr.: "*a enunciação de uma [parte] prepara a enunciação de outra*").

Um último exemplo joga com a estrutura de uma coordenação tipicamente correlativa: "não só... mas também". Curiosamente, esse jogo é feito

no sentido de amenizar a correlação e acentuar a coordenação: "não apenas... e sim".

"A existência de tribos urbanas nos leva a observar que não apenas uma pessoa age ou pensa diferente do que determina a sociedade, e sim várias pessoas reunidas num mesmo grupo ou em grupos diferentes, porém todas com ideologias contrárias às defendidas pela sociedade moderna." (Texto 03-167)

O fato de o escrevente estar lidando com a noção de quantidade parece explicar essa sua opção. Não se trata, portanto, de enfatizar a relação interna ao par correlato, mas de marcar o heterogêneo de duas quantidades: "uma" *versus* "várias". Desse modo, não caberia uma formulação como: "nos leva a observar que não apenas uma pessoa age (...), mas também várias pessoas". A exploração do heterogêneo daquelas duas quantidades mostra, ao contrário, que se trata de destacar as ações das tribos como coletivas: "não apenas uma pessoa... e sim várias". Nota-se que a orientação argumentativa proposta pelo escrevente assimila o ponto de vista das "tribos urbanas" em oposição ao da "sociedade moderna", fato que, uma vez mais, está ligado ao modo como o escrevente representa seu interlocutor, a saber, como se posicionando ao lado dos movimentos populares e, nesse caso particular, dos jovens.

* * *

Procuramos abordar, até este ponto, as *regularidades* sintáticas que indiciam o modo pelo qual a gênese da escrita aparece representada nos vários textos. O objetivo foi, portanto, reunir, em *regularidades* sintáticas mais gerais, as ocorrências locais de pistas sobre a representação que o escrevente faz da gênese da escrita.

Inicialmente foi tratada a relação entre a sintaxe e o efeito de fragmentação. Esta *regularidade* sintática permitiu observar fatores condicionantes do aparecimento de estruturas sintáticas ligadas ao tipo de representação da escrita que estamos descrevendo, tais como: a sobrecarga de expressividade como resposta do escrevente ao tema e à coletânea propostos; o alto grau de envolvimento representado no que se refere à relação com o interlocutor; a busca da adesão do interlocutor pelos recursos de delimitação de um universo argumentativo comum e de atribuição de uma posição específica para o próprio interlocutor; a projeção representada da situação enunciativa concreta; e a articulação do texto a partir de "*unidades de comunicação*", graficamente identificadas com os limites da frase.

Em seguida, a representação que o escrevente faz da gênese da escrita foi tratada a partir da relação entre a sintaxe e a conexão do heterogêneo da linguagem. Este tipo de *regularidade* sintática permitiu observar os seguintes principais fatores condicionantes: a tentativa de reconstrução do fluxo da fala por parte do escrevente, dada a necessidade de trabalhar com referências bastante heterogêneas (destacamos, por exemplo, a necessidade de lidar com a questão prática do tempo limitado da prova, confrontada com a necessidade de dar conta das referências presentes na coletânea - a rapidez na leitura, na seleção e na organização dos argumentos podem redundar numa elaboração do texto mais próxima do fluxo imediato da fala); a tentativa, por parte do escrevente, de projeção do percurso de representação da gênese em que ele situa sua escrita (percurso que vai diretamente da prosódia do falado - tomada como modelo, ainda que nem sempre graficamente assinalável - para o que supõe como o registro integral dessa prosódia no escrito - ainda que nem sempre integralmente

recuperável); a tentativa de delimitação do universo argumentativo em que se dá a representação da situação concreta de enunciação (atribuição de um lugar para si mesmo e para o interlocutor) por meio do cruzamento de diferentes tipos de construções sintáticas. Neste caso, essas construções parecem melhor caracterizadas como "*unidades de comunicação*", projetadas desde o falado, do que como frases, dada a premência da movimentação do escrevente no universo argumentativo que ele constrói e projeta em seu modo heterogêneo de constituição da escrita.

No tópico seguinte, trataremos das marcas prosódicas e lexicais que indiciam a representação da escrita em sua suposta gênese .

Marcas prosódicas e lexicais da representação do escrevente sobre a gênese da escrita

A reunião de marcas prosódicas e marcas lexicais numa mesma parte da análise justifica-se em virtude da substituição do léxico pela prosódia na enunciação oral, por um lado, e da substituição da prosódia pelo léxico na enunciação escrita⁸⁶, por outro.

Procuraremos observar, nesta parte do trabalho, a possibilidade de uma vinculação cruzada, mais precisamente no que se refere à presença da prosódia na enunciação escrita. A análise dos textos será dividida em duas partes maiores: (I) a prosódia e a representação da gênese da escrita ; e (II) o léxico e a representação da gênese da escrita.

Na seqüência, apresentamos o quadro indicativo da freqüência dessas *regularidades* relativas à dimensão prosódica e lexical.

⁸⁶ Interessante confrontar as posições de Tannen sobre o papel da lexicalização na escrita (cf. aqui mesmo, p. 39) e de Cagliari sobre o papel da prosódia na oralidade (cf. aqui mesmo, p. 77, nota 39).

QUADRO 3: Porcentagem de ocorrência segundo *regularidades* lingüísticas da DIMENSÃO PROSÓDICA E LEXICAL em relação ao total de ocorrências das *regularidades* das outras dimensões no conjunto dos textos

REGULARIDADES LINGÜÍSTICAS	%
I. A PROSÓDIA E A REPRESENTAÇÃO DA GÊNESE	30,5
(1) A PROSÓDIA E A FALTA DE LEXICALIZAÇÃO	1,7
(2) A PROSÓDIA E A PONTUAÇÃO	12,0
(A) A PROSÓDIA E O EMPREGO NÃO CONVENCIONAL DA VÍRGULA	8,5
(B) A PROSÓDIA E A FALTA OU CONFUSÃO NO EMPREGO DA PONTUAÇÃO	3,5
(3) A PROSÓDIA E A ORTOGRAFIA	16,8
II. O LÉXICO E A REPRESENTAÇÃO DA GÊNESE	8,1
Porcentagem de ocorrências (dimensão prosódica e lexical)	38,6

(1) A PROSÓDIA E A REPRESENTAÇÃO DA GÊNESE DA ESCRITA

Retomemos, por um momento, o que estamos entendendo por prosódia.

Uma formulação mais geral do problema associa a prosódia com os sons da linguagem. É, de certa forma, o que faz Cagliari em citação já apresentada neste trabalho: "*os sons da linguagem são todos aqueles elementos fonéticos presentes na fala e que a moldam para carrear os significados*" (cf. p. 77, nota 38).

Damos por estabelecido que as outras referências feitas à prosódia neste trabalho já tenham deixado claro que o termo não está sendo usado para designar um acréscimo⁸⁷ aos sons da fala. Constitutiva dos chamados níveis de análise lingüística, provavelmente não tenha sido melhor estudada em razão de seu caráter não-linear e, portanto, não-suscetível de representação segmental⁸⁸.

⁸⁷ O verbete produzido por Camara Jr. (1978) menciona que a prosódia se refere aos caracteres da emissão vocal "*que se acrescentam à articulação propriamente dita dos sons da fala, como em português o acento e a entonação*". (op. cit., p. 202).

⁸⁸ Uma formulação bastante concisa é dada, em nota de rodapé, por Scarpa (1995): "*Com relação à prosódia, basta que nos refiramos (...) a parâmetros como duração, intensidade (amplitude), altura (frequência), velocidade da fala, pausa e alguns outros que constituem subsistemas suprasegmentais com variadas potencialidades distintivas ou significativas nas línguas naturais. Combinados, estes parâmetros também são responsáveis pelos subsistemas de ritmo e de entonação. Uma característica reconhecidamente básica da prosódia é sua não-linearidade, isto é, domínios prosódicos sobrepõem-se uns aos outros com regras tanto modulares quanto com abrangência hierárquica; o caráter não-linear dos elementos prosódicos compatibiliza-se com sua natureza não-discreta: isto é, não são redutíveis a unidades segmentais. Além disso, apesar de hierárquicos, os elementos prosódicos não têm relação isomórfica com constituintes gramaticais ou com regularidades semânticas.*" (op. cit., p. 169).

Como foi observado anteriormente, a prosódia só aparece na escrita através da articulação com outros planos, por exemplo, o próprio léxico ou, como foi exemplificado na análise acima, a sintaxe. Vale lembrar que, na maior parte das vezes, a leitura do texto escrito é feita pela imposição - em voz alta ou não - de uma prosódia⁸⁹. Desse modo, podemos - em dois sentidos - trabalhar com a hipótese de que a prosódia não é exclusiva dos enunciados falados: por um lado, ela é, em geral, uma exigência da leitura e vem, em parte, assinalada pela pontuação; por outro, ela é recuperável - como acreditamos ter demonstrado por ocasião da análise das marcas sintáticas - em diferentes pistas lingüísticas que os escreventes deixam em seus enunciados escritos. Portanto, embora não seja passível de uma representação segmental, a prosódia é, em alguma medida, recuperável nos enunciados escritos.

Neste ponto, passaremos à análise propriamente dita dos elementos prosódicos deixados como pistas na escrita dos vestibulandos.

Como a prosódia está presente em todos os momentos da circulação do escrevente pela imagem que faz da gênese da escrita, abordaremos, nesta etapa mais específica, apenas três *regularidades* quanto à prosódia: (1) a prosódia e a falta de lexicalização na escrita; (2) a prosódia e a pontuação; e (3) a prosódia e a ortografia.

* * *

(1) A PROSÓDIA E A FALTA DE LEXICALIZAÇÃO NA ESCRITA

No que se refere ao modo como o escrevente projeta graficamente a prosódia, observaremos, inicialmente, a *substituição* - mencionada por Cagliari para o discurso oral (cf. aqui mesmo, p. 77) - *do léxico pela prosódia*. Vale

⁸⁹ Cf. Abaurre, em vários momentos deste trabalho (em especial, p. 59, nota 31, e p. 129).

lembrar também a observação feita acima sobre o percurso representado como genético por parte do escrevente. Como vimos, a tendência do escrevente é representar a gênese da escrita como um percurso que vai diretamente da prosódia do falado (tomada como modelo, ainda que nem sempre graficamente assinalável) para o que o escrevente supõe como o registro integral da prosódia no escrito (ainda que nem sempre integralmente recuperável). Nos casos abaixo, os escreventes tomam nitidamente a prosódia do falado como modelo.

Lembramos, a propósito, o caso de *"mas não são todas ϕ ⁹⁰ pessoas que tem acesso a educação,..."* (Texto 01-031), que citamos no capítulo 2, p. 168. Como vimos, há, nesse exemplo, uma adaptação fonética marcada pela falta de lexicalização (falta da palavra "as"). Parece bastante claro que o escrevente omitiu o artigo por já senti-lo registrado na sílaba final do quantificador <-das>.

A omissão pode atingir outras classes gramaticais, como é o caso da preposição {a} no exemplo seguinte:

"...isso é normal, acontece todos os dias, morre muita gente, e as vezes sem ter nada ϕ ver com a história." (Texto 01-044).

Esses exemplos mostram dois momentos em que a velocidade da fala tomada como base pelo escrevente não lhe permitiu apreender, como seria possível a partir do grafismo de uma fala lenta, os segmentos ao qual pudesse fazer corresponder uma atualização gráfica. Esse tipo de omissão pode ser

⁹⁰ Convencionamos utilizar, doravante, o símbolo ϕ para indicar a omissão de palavras.

chamado de apagamento prosódico, uma vez que é o dado prosódico da assimilação de um clítico⁹¹ que impede a percepção do vocábulo omitido.

Ambos os exemplos aproximam-se também de certos casos de hiposegmentação. Como se vê, as ocorrências se dão em momentos em que o escrevente parece estar operando ou com um registro não-marcado quanto à formalidade (caso de "todas as pessoas") ou com um registro mais marcado como informal (caso de "nada a ver"). Esse fato tem paralelo com o que Silva (1991) mostra na escrita infantil. Segundo o autor, nesse tipo de escrita, a hiposegmentação ocorre, em geral, quando a criança *"tenta representar graficamente um trecho de um discurso seu, que está elaborando no momento em que desenvolve uma atividade particular de escrita"* (op. cit., p. 37). Portanto, juntamente com os condicionantes estritamente lingüísticos, podemos uma vez mais situar, na relação sujeito/linguagem (no caso, a representação de um momento de expressividade), a circulação do escrevente pela imagem que faz da gênese da escrita.

Vale a pena destacar, ainda, um último tipo de substituição do léxico pela prosódia. É o que se dá pela supressão, na escrita, do marcador de foco:

"A partir dessa falta de instrução criam-se as 'Gangs' que por sua vez determinam as normas na base da violência. Mas esta por sua vez não faz parte ϕ do jovem, é encontrada ϕ na infância pelos menores abandonados que a utilizam com (sic) forma de sobrevivência." (Texto 04-199).

Nesse caso, o escrevente deixa de incluir dois marcadores de foco, cuja ausência novamente parece dever-se à projeção da prosódia que o escrevente

⁹¹ Adotamos, nesta passagem, a noção de clítico proposta por Silva: *"todas as monossílabas átonas que dependem, quanto à acentuação, das palavras que os seguem ou os precedem"* (op. cit., p. 36).

supõe plasmada em seu texto. A seqüência com os marcadores poderia ser: "não faz parte só do jovem, é encontrada **também** na infância", em que, na primeira parte, se nega o posto ("não... só do jovem") para que seu pressuposto ("inclusive das crianças, adultos, idosos etc.") seja, na segunda parte, recuperado e reafirmado a partir da especificação de um novo posto ("também na infância", isto é, nela, mas não exclusivamente). Em que pese a omissão dos marcadores, é certo que tenha sido esse o sentido tentado pelo escrevente. Desse modo, podemos dizer que a lexicalização - segundo Tannen, típica da escrita - está, no caso analisado, substituída pela prosódia. Essa substituição é, pois, uma marca do modo pelo qual o escrevente representa a escrita em sua suposta gênese, a saber, como sendo uma projeção gráfica do gesto articulatório de sua emissão mentalmente ensaiada.

Abordadas como efeito da imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita, são essas as pistas que nos pareceram mais relevantes na composição da *regularidade* lingüística da falta de lexicalização na escrita em sua relação com a prosódia. Passaremos a abordar a relação entre prosódia e pontuação.

(2) A PROSÓDIA E A PONTUAÇÃO

Ainda no que se refere ao modo como o escrevente projeta graficamente a prosódia, observaremos, neste ponto, alguns casos que compõem a *regularidade* da relação entre prosódia e pontuação nos textos analisados. Como se trata de um campo bastante conhecido e explorado, os exemplos serão limitados ao mínimo.

Serão abordados, em primeiro lugar, casos em que (A) a prosódia é marcada pelo uso da vírgula fora da posição convencionalmente prevista; em seguida, serão tratados exemplos em que (B) a prosódia é marcada pela falta ou confusão no emprego de sinais de pontuação.

(A) A PROSÓDIA E O EMPREGO NÃO CONVENCIONAL DA VÍRGULA

Os três trechos abaixo foram extraídos do mesmo texto e servem bem para observar a tentativa de registro gráfico da prosódia:

"A violência é uma forma negativa de expressar frustrações, traumas, revoltas contra a sociedade e o sistema capitalista, ou seja, uma maneira de canalizar , todos os nossos impulsos negativos." (...)

"Eles produzem um tipo de som barulhento e rebelde que levam as pessoas a se manifestarem , das mais variadas e violentas formas possíveis."

"E, o mais interessante de tudo isso é que..." (Texto 04-200)

No primeiro trecho, temos, assinalada por vírgula, a quebra sintática entre o verbo e seu complemento. Essa quebra mostra claramente que o escrevente não está jogando, nesse momento, apenas com propriedades da escrita. Uma vez mais, podemos detectar a projeção de uma *"unidade de comunicação"*. Mostremos o que permite classificá-la como tal.

Inicialmente, é importante observar que, nessa seqüência, a argumentação contra a violência tem contornos que podem ser vistos como muito próximos da imagem que o escrevente faz do interlocutor. Note-se, em primeiro lugar, a classificação da violência como *"uma forma negativa de expressar..."*; em seguida, uma enumeração em que o escrevente busca contemplar o que antecipa como a expectativa do interlocutor com um amplo leque de problemas que a violência expressaria: *"frustrações, traumas, revoltas*

contra a sociedade e o sistema capitalista"; na seqüência, conclui de tudo isso que a violência seria "uma maneira de canalizar". Podemos dizer, portanto, que, até este momento, temos uma escrita muito próxima daquela em que de Lemos (1988) detecta uma "anulação da estrutura dialógica" pela "instanciação de um bizarro monólogo em que a voz que fala é a do Outro" (op. cit., p. 75).

Curiosamente, ao ver configurada a reprodução de tal monólogo, o escrevente registra graficamente (pela vírgula) o gesto articulatório (a pausa) que o identifica para, finalmente, voltar, generalizando, ao mesmo movimento de assimilação à voz do interlocutor: "todos os nossos impulsos negativos".

Eis, portanto, demarcada a "unidade de comunicação" que localiza a posição do escrevente em sua representação da gênese da escrita. É importante observar que o fato de marcá-la - por meio da vírgula em posição não convencional - como presa ao gesto articulatório da pausa não corresponde a marcá-la como "dialógica" no sentido dado por de Lemos acima. No entanto, podemos detectar pelo registro gráfico desse gesto - longe da noção de criatividade subjetiva - uma marca expressiva que, embora nem um pouco valorizada do ponto de vista estilístico, evidencia um dado de ineditismo da individuação histórica do escrevente.

No que se refere ao segundo trecho, o escrevente volta a reproduzir o mesmo tipo de *monólogo*, mas desta feita utilizando por meio de colagem a coletânea dada na prova. Em primeiro lugar, "tipo de som" e "rebelde" são produto de colagem da coletânea; além desse procedimento que o coloca como simples reprodutor, o escrevente marca sua preocupação com a concordância ao fazer concordar o plural de "pessoas" com a forma verbal "levam", que tem, porém, como sujeito "um tipo de som". Todos esses elementos

demonstram que, novamente, o escrevente está buscando superar-se para dar voz ao seu interlocutor. É nesse ponto que interfere, uma vez mais, o registro gráfico (a vírgula) de um gesto articulatório (a pausa): "um tipo de som barulhento e rebelde que levam as pessoas a se manifestarem , das mais variadas e violentas formas possíveis". Como vemos, a vírgula separa o verbo de seu complemento circunstancializador. As conclusões são as mesmas tiradas para o exemplo anterior.

O terceiro trecho acima citado localiza-se num outro momento do desenvolvimento do *esquema textual*, a saber, quando da delimitação de um tópico específico ao tema desenvolvido. Essa delimitação consiste, nesse texto, em tematizar o que ocorre atualmente com os jovens, fazendo um paralelo com o panorama geral, dado no início do texto, que consiste, nesse caso, em definir e localizar a existência da violência na história do homem.

Esse fragmento inicia o parágrafo final dessa delimitação, momento do *esquema textual* em que o escrevente geralmente faz uma ressalva marcando o seu posicionamento a respeito do tópico abordado. Observemos o mesmo exemplo pela ampliação da seqüência citada:

"E, o mais interessante de tudo isso é que eles alegam que isso é bom, e que protestam contra sociedade hipócrita e medíocre que anula o ser humano transformando-o numa mercadoria " (Texto 04-200)

Como se vê, nesse momento em que sobressai a *individuação* do sujeito ou em que, parafraseando Geraldini⁹², as palavras do vestibulando parecem estar vindo à tona, ocorre também a projeção de um gesto articulatório (uma pausa) no gesto gráfico da pontuação.

⁹² Conferir, aqui mesmo, p. 125, nota 58.

Todos esses exemplos evidenciam a presença da prosódia na pontuação considerada excessiva. Como pudemos observar, os casos comentados (indevidamente classificados como "erros") podem ser melhor interpretados como boas pistas da expressividade do escrevente, pistas que, na qualidade de pontos de *individuação* do sujeito, estão sendo tratadas como *regularidades* na relação entre prosódia e pontuação (não-convencional) quando o escrevente circula pelo imaginário sobre a escrita em sua suposta gênese.

(B) A PROSÓDIA E A FALTA OU CONFUSÃO NO EMPREGO DA PONTUAÇÃO

Os casos de falta e de confusão no emprego de sinais de pontuação serão tratados conjuntamente, uma vez que a ocorrência de um está intimamente ligada à ocorrência do outro. Não buscamos, no entanto, a abordagem do problema da pontuação, mas o da sua relação com a prosódia.

Observemos o exemplo abaixo:

"Sabe aqueles lugares , grandes □⁹³ onde pessoas famosas vão cantar ..." (Texto 01-044)

Cabe, antes de mais nada, um esclarecimento. Esse texto caracteriza-se pelo fato de não se adequar ao tipo de texto solicitado. Construído como uma narração, nele são freqüentes as referências ao narrador em primeira pessoa ("Sou pequenininha perto de tudo que acontece...") e a um possível leitor (constate-se a interlocução explícita exemplificada no exemplo acima).

No caso acima, houve, como vemos, ao mesmo tempo falta e excesso de pontuação. Na tentativa de reproduzir o grafismo típico do contorno rítmico-entonacional da atividade de contar histórias, o escrevente inicia essa seqüência

⁹³ Convencionamos utilizar o símbolo □ para indicar a omissão de sinal de pontuação.

procurando reproduzir passo a passo essa marcação. No momento seguinte, porém, provavelmente por reproduzir também a prosódia ensaiada mentalmente, o escrevente deixa de empregar a pontuação convencionalmente prevista. Desse exemplo, cabe destacar que, na escrita, não só a presença, mas também a ausência da pontuação pode marcar blocos prosódicos que reproduzem o percurso representado como genético pelo escrevente.

Um caso curioso de confusão de pontuação ocorre com os enunciados interrogativos. Os exemplos abaixo são, respectivamente, o título e um trecho do corpo da redação:

"Em vez de violência porque não à paz!!

"Porque fazem guerra, se violentam, entram nesse mundo das drogas, se é bom viver sem nada disso . (Texto 03-161)

Os dois exemplos pretendem ser enunciados interrogativos. O recurso às perguntas é, nesse texto, o que orienta toda a argumentação, estando assinalado duas vezes, uma delas como encerramento do texto. Estamos diante de um caso de inconsistência quanto ao emprego do ponto de interrogação. Assim, ao lado de usos convencionalmente previstos, há outros não-previstos, como os apresentados acima.

No primeiro trecho sob análise, temos a substituição do ponto de interrogação pelo ponto de exclamação. Parece haver, nesse caso, uma tentativa de marcar a pergunta, mas, talvez por se tratar de um título, o escrevente prefere o ponto reduplicado de exclamação.

No segundo trecho, a substituição é pelo ponto final. Parece que o pronome interrogativo colocado logo no início do enunciado termina por ficar

esquecido depois da coordenação de três sintagmas verbais seguida da condicional que o encerra.

Vemos que, nesses dois momentos, o escrevente não registra graficamente (pela pontuação) o que lexicalmente está marcado. Essa é a *regularidade* quanto à relação entre prosódia e pontuação (ausente ou inadequada). No primeiro caso, o escrevente efetivamente marca uma relação com o interlocutor pelo uso do ponto de exclamação. Por ser o título, é possível que tenha procurado, nesse recurso, uma maior ênfase para se representar como mais engajado quanto ao tema. No segundo caso, provavelmente, o diálogo ensaiado mentalmente chega ao texto já como um desenrolar argumentativo e a representação que o escrevente faz desse diálogo parece, pois, deslizar de um confronto direto para uma indagação indireta à distância. De qualquer modo, repete-se, nesses dois casos, a projeção de um gesto articulatório (tom exclamativo ou interrogativo) no espaço gráfico do texto (ainda que confundindo os sinais de pontuação).

* * *

Feita essa breve investigação sobre os dois tipos de *regularidades* quanto à relação entre a prosódia e a pontuação, analisaremos, a seguir, a relação entre a prosódia e a ortografia ainda do ponto de vista da imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita.

(3) A PROSÓDIA E A ORTOGRAFIA

Ainda no que se refere ao modo como o escrevente projeta graficamente a prosódia, abordaremos, neste ponto, os casos que nos pareceram mais relevantes quanto à relação entre prosódia e ortografia. Uma vez que buscamos

analisar a imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita, a ênfase recairá sobre aquele tipo de escrita que leva a orientação fonética da escrita alfabética a uma aplicação estritamente (não fonológica, nem etimológica) orientada pela fonética. A hipo-segmentação, que é um caso particular desse tipo de escrita e que está preferencialmente ligada ao aspecto da representação de sua suposta gênese, será também objeto de análise nesta mesma etapa.

A escrita foneticamente orientada pode atuar, por exemplo, nos limites da palavra, como é o caso de:

"alicerci" (Texto 01-010); *"disperta"* (Texto 03-134); *"faucatrvas"* e *"psicológico"* (Texto 01-003)

A *regularidade* lingüística, nesses exemplos e nos outros que vão se seguir, consiste em orientar foneticamente a escrita das palavras. Se essa é uma regra que vale para os exemplos aqui citados e para muitos outros, pode não ser, porém, aplicada consistentemente por um mesmo escrevente, uma vez que ele pode, em certos casos, flutuar, num mesmo texto, entre a escrita convencional e a escrita não-convencional.

A correta percepção que o escrevente tem da realização fonética dessas palavras é o que determina, pois, a opção por essa escrita não-convencional. Portanto, também no que se refere a unidades menores da comunicação, como as palavras, podemos observar indícios da projeção do gesto articulatório (da produção dos segmentos) no registro gráfico. Logo se vê que a opção do analista por um ponto de vista ortográfico (convencional, portanto) ou por um ponto de vista da representação que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita vai determinar diferentes julgamentos a respeito da relação que o escrevente

mantém com a linguagem. No primeiro caso, observado o produto de sua escrita, provavelmente o escrevente será classificado como inapto ou, pelo menos, como apenas parcialmente capacitado em termos do instituído para a ortografia. No segundo caso, observado o processo em que se situa essa escrita, cada escrevente pode ser visto no diálogo que estabelece com o que julga ser o modo de constituição da escrita. A orientação fonética que o escrevente dá a sua escrita, em certos momentos, nada mais seria, portanto, do que um modo de operar uma tendência como um princípio, que, aplicado indistintamente aos vários casos, resulta na ortografia não-convencional exemplificada.

Um outro caso de escrita foneticamente orientada é o caso de:

"impreciona" (Texto 00-015); *"anализar"* (Texto 03-180)

em que o escrevente joga com o conhecimento que tem a respeito da relação entre som e letra. Em "impreciona", o uso da letra <c> em lugar de <ss> deve-se à percepção do escrevente de que o fonema /s/ pode ser representado graficamente por várias letras ou combinações de letras. Fato semelhante ocorre com o fonema /z/, representado pela letra <z> e não pela letra <s>, resultando a ortografia não-convencional "anализar". Nos dois casos, é a correspondência entre som e letra percebida pelo escrevente e não a falta de percepção dessa correspondência que leva o escrevente a empregar a ortografia não-convencional. Chega-se, desse modo, a uma projeção estrita do critério de paralelismo entre som e letra. O escrevente, provavelmente na dúvida quanto a que tipo de letra utilizar, joga com o fato genérico de que som e letra se correspondem, determinando uma convenção local em seus textos, a saber, as letras <c> e <z> como representantes, respectivamente, dos fonemas /s/ e /z/.

Nem seria necessário acrescentar que a assunção dessa representação termo a termo tem a ver com a expectativa do escrevente de que a prosódia seja integralmente linearizada no escrito, expectativa ligada a sua circulação dialógica com o que imagina ser a gênese da escrita.

Um último caso de orientação fonética da escrita refere-se à hipo-segmentação. No caso dos vestibulandos, fica difícil provar, ao contrário do que faz Silva⁹⁴ para a escrita infantil, que a hipo-segmentação ocorre em momentos de maior expressividade da escrita. Observemos os casos de hipo-segmentação abaixo:

"Os jovens por não terem formação intelectual por desinterece de ambos os lados (sic) tanto de si próprio, quanto por parte de seus governantes no caso do Brasil.

"Não conseguem expressar sua revolta de forma criativa, convincente e global.

"Apartir dessa falta de instrução criam-se as 'Gangs' que por sua vez determinam as normas na base da violência." (Texto 04-199)

"...as drogas, sejam elas de qualquer tipo, são alucinogenos, uns mais fortes e outros mais fracos, mas todos deixam as pessoas fora de si, e essa pessoa drogada não sabe oque está fazendo, podendo ficar quieta em um canto, num lugar, ou esta pessoa pode vir a agredir outras pessoas...(Texto 01-009)

"Os países do 3º mundo são os maiores exemplos da inanição de governantes que estimulam o analfabetismo, afim de impedir que o povo usufrua de seus direitos." (Texto 03-147)

A orientação fonética é, nesses três casos, uma reprodução gráfica de grupos compostos pela junção de clífticos⁹⁵ que dependem, quanto à acentuação, das palavras que os seguem. De um ponto de vista lingüístico, é esse critério fonético que determina a hipo-segmentação e, por meio dela, a indiciação de um momento de circulação do escrevente pelo que imagina ser a

⁹⁴ Conferir, aqui mesmo, p. 60-1 e 84-5.

⁹⁵ Ainda no sentido de Silva (cf., aqui mesmo, p. 219, nota 91).

gênese da escrita. No que se refere à expressividade, poderíamos apenas supor que tenha havido uma fossilização desses momentos de expressividade da escrita infantil, os quais, sem uma oportuna atenção que fizesse o escrevente caminhar no seu processo de aquisição da escrita, podem ter resultado numa escrita adulta inconsistente em termos da convenção ortográfica.

Passamos, neste ponto, a abordar as marcas lexicais da representação da gênese da escrita por parte do escrevente.

(II) O LÉXICO E A REPRESENTAÇÃO DA GÊNESE DA ESCRITA

Antes de dar prosseguimento à análise, porém, é importante lembrar que as marcas prosódicas e as marcas lexicais foram reunidas numa mesma parte da análise em virtude da vinculação cruzada que buscamos neste trabalho. Ou seja, em lugar de associar prosódia e enunciação oral, por um lado, e lexicalização e enunciação escrita, por outro, buscamos constatar, dado o material escrito com que estamos lidando⁹⁶, a presença da prosódia na escrita.

No que se refere à relação entre léxico e escrita, buscaremos definir como uma *regularidade* lingüística o fato de o escrevente marcar sua expressividade pelo léxico. Observemos o caso abaixo:

"Com o passar dos anos, o ser humano foi perdendo o amor ao próximo e o coleguismo. Dessa maneira, aprendeu a cultivar as desigualdades sociais e, de certa forma, a evitá-las através da violência." (Texto 01-012)

⁹⁶ Por não ser objeto deste trabalho, será deixada de lado a presença do processo de lexicalização no enunciado oral. No entanto, o caso da reportagem radiofônica ao vivo citado acima (cf. p. 26) parece ser um bom exemplo de que procedimentos tidos como mais típicos da escrita (como a lexicalização) são também empregados no enunciado oral. Pense-se, por exemplo, na necessidade de se estabelecerem os contornos da situação concreta (o chamado *lide*) sem o recurso dos gestos ou da câmera de TV. Conferir também Vachek [1989 (1979), p. 51] e aqui mesmo, p. 59-60.

Parece claro que o emprego da palavra "coleguismo" tem diretamente a ver com o universo de realidade do escrevente. Note-se que as relações entre seres humanos só poderiam ser abarcadas por um tipo de vínculo muito mais genérico. O próprio escrevente exemplifica com "amor ao próximo", mensagem cristã dirigida ao homem em geral. Com "coleguismo", porém, o escrevente demarca um espaço expressivo que, na seqüência acima, falta antes e depois de sua ocorrência. Nesse sentido, esse espaço expressivo é justamente o heterogêneo que destoa da homogeneidade do modelo escolar, criando uma aparente fissura no texto.

O funcionamento dessa escolha lexical lembra o papel de marcas gráficas, como o itálico⁹⁷, freqüentemente utilizadas para assinalar as citações. No caso de "coleguismo", não há nenhuma marca gráfica "superimposta": o escrevente não usa aspas, nem letras maiúsculas, nem grifo. De qualquer modo, a escolha lexical denuncia uma retomada de relações sociais tipicamente informais do escrevente, que, no entanto, lhe parecem as mais adequadas ao estabelecimento de relações com seu interlocutor representado no texto. Essa identificação expressiva, sem nenhum caráter gráfico marcado, está ligada à caracterização de um momento espontâneo na abordagem do tema e favorece - como Silva mostra para a escrita infantil espontânea - um modo de abordar o tema que parece ser *"muito próximo de seu mundo"*⁹⁸.

É interessante, no entanto, não perder de vista que o evento em que se insere a produção desse texto prevê - na própria formulação da proposta de redação -, temas que contribuam para o posicionamento do escrevente. Vistas

⁹⁷ Segundo Vachek [1989 (1979)], o itálico, ao assinalar o estatuto de estrangeiro da palavra ou frase impressa, constitui "ilhas" gráficas (op. cit., p. 46).

⁹⁸ Conferir, aqui mesmo, p. 200.

sob esse ângulo, expressividade e espontaneidade estão regradas por uma disciplinarização do desenvolvimento temático. Não é, pois, a expressividade em si que configura a representação da gênese da escrita, mas a expressividade disciplinarizada, ou seja, a intervenção pessoal tomada como ponto de *individuação* do sujeito. Dada a relevância desse tipo de marca, ela se constitui, como dissemos, numa *regularidade* lingüística.

Um outro modo do escrevente se marcar pelo léxico é o seguinte:

"Aqueles ocupantes das cadeiras mais influentes do mundo é que deveriam responder. Eles que pedem a retirada de tropas camufladas com seus armamentos e a diminuição de seus mísseis bélicos, é, os 'Scuds' e 'Patriots' da vida. São eles que mais nos cutucam com suas varinhas de condão. Seus filmes sujos de ódio são um veneno para nossa moral." (Texto 01-022)

Podemos notar que todo esse trecho caracteriza-se pela presença de recursos conversacionais de organização do discurso, em que a expressividade tende, nas suas realizações mais informais, a ser bastante marcada. Interessa, porém, destacar o uso da expressão "da vida" e do verbo "cutucam". Desta feita, como se pode constatar, a tentativa do escrevente é de situar toda sua argumentação num alto grau de informalidade. Portanto, os itens lexicais destacados não correspondem em nada à "ilha" detectada no exemplo anterior. Pelo contrário, todo o seu trabalho é construir o texto a partir da projeção de uma situação de informalidade que ele provavelmente julga mais apropriada para convencer seu interlocutor. Por outro caminho, chegamos, portanto, ao fato de que a escolha lexical pode estar ligada à expectativa do escrevente de reconstituir integralmente a situação real de interação ou, em outras palavras, pode estar ligada à representação que o escrevente faz da escrita em sua suposta gênese.

O mesmo acontece no caso de escolhas de operadores cujo uso é mais comum na conversação:

"Com esses sentimentos presos em nós procuramos maneiras para extravasá-los. Vamos pegar como exemplo disso o 'heavy metal'..."
(Texto 03-174).

É sabido que o uso de "pegar", nesse contexto, marca não só o envolvimento do escrevente com o monitoramento da argumentação, mas também seu envolvimento com o controle do interlocutor e sua proximidade com o que representa como a situação concreta de interação. A projeção da situação de interação fica, pois, registrada graficamente por meio dessa escolha lexical.

Um último caso de assinalação da gênese da escrita pelo léxico ocorre em função de uma interessante relação sinonímica. Observemos o seguinte exemplo:

"Atualmente a sociedade vê com grande repúdio as famosas tribos urbanas que procuram transmitir uma mensagem que não aceita o preconceito, a lei mais ferrenha que ela própria criou para que certas idéias não sejam escutadas: 'colocadas em prática'. Enquanto essa briga não chega ao final, as pessoas procuram se libertar através da violência corporal (socos e chutes) cuja forma de expressão está sendo representada pelos conjuntos de música e pelos esportes radicais." (Texto, 03-130).

Parece bastante evidente que a necessidade de explicitação do significado do adjetivo "corporal" divide o fragmento em destaque em dois momentos quanto à escolha lexical. Num primeiro momento, sua escolha recai no domínio do que representa como sendo o repertório de seu interlocutor; em seguida, a explicação, que aparentemente seria desnecessária dada a maior mobilidade que parece atribuir ao interlocutor, vem denunciar uma dúvida

quanto à adequação da primeira escolha. Uma hipótese possível para explicar essa dúvida é que o escrevente tenha sentido alguma ambigüidade na expressão "violência corporal". Dada a orientação argumentativa dominante do texto, isto é, dado que o escrevente assimila o ponto de vista das tribos urbanas contra o que seria o ponto de vista da sociedade, evidencia-se a necessidade daquela explicitação. A "violência corporal" das tais tribos não passaria, desse modo, de "chutes e socos" - domínio de agressividade aparentemente admitido como aceitável pelo escrevente. Essa violência não chega, portanto, à agressão por estupro, por exemplo, uma vez que não se trataria desse tipo de "violência corporal" a que seria praticada pelas ditas tribos urbanas. Esse segundo domínio da "violência corporal" - fora do aceitável pelo escrevente - é que parece ter merecido a exclusão. Esse sentido, porém, parece ser recuperável na relação que essa expressão mantém com o parêntese que pretende esclarecer o significado desejado.

O fragmento em destaque revela, portanto, uma flutuação quanto à relação que o escrevente propõe com seu interlocutor. Localizando-se, num primeiro momento, no domínio do repertório que atribui ao interlocutor, retorna, em seguida, para o que representa como seu domínio próprio. Esse retorno, dada a imposição da argumentação escolhida, termina por mostrar a posição pessoal do escrevente em relação à violência, isto é, aquilo que ele admite como dentro dos limites aceitáveis e aquilo que exclui desses limites. Portanto, a explicação feita pelo escrevente - e que muito provavelmente seria objeto de censura por parte de um professor descuidado - é justamente um daqueles pontos em que o escrevente se posiciona com relação ao tema. Ser contra ou a favor das tribos

urbanas é o que o *esquema textual* já prevê como o confronto dicotômico caracterizado como um lado e o outro lado.

O posicionamento que aparece no fragmento analisado coloca efetivamente o escrevente em relação com o próprio tema. Esse é um dos importantes aspectos que a percepção de uma representação da gênese da escrita por parte do escrevente permite evidenciar. Raramente a reprodução do modelo escolar é tão radical a ponto de não se poder vislumbrar um traço de ineditismo nas formas de individuação do escrevente. Nesse particular, a solução parece, mais provavelmente, a de se buscar uma mudança na maneira de olhar para os textos.

Um exemplo muito semelhante ocorre no seguinte trecho:

"Num país em que a raça branca é predominante, indivíduos negros, apesar de livres, muitas vezes não conseguem expor-se diante da sociedade de brancos, quer por razões emocionais, ou discriminativas. Na sociedade, todos os não brancos, principalmente os menos favorecidos financeiramente são vistos apenas como trabalho, geradores de dinheiro." (Texto 03-133)

Podemos observar, nesse caso, a relação sinonímica entre "indivíduos negros" e "não brancos". A escolha da negação para compor o sentido desejado em "não branco" responde, como se sabe, a um interlocutor que afirma o branco como referência, como ponto de partida. A escolha poderia ter sido melhor sucedida se a expressão "não brancos" incluísse - como parece pretender o escrevente - também os "menos favorecidos" não negros. A escolha lexical e o uso da negação como prefixo⁹⁹ denotam que, embora a tentativa

⁹⁹ É importante notar que, embora não empregue o hífen, o uso de "não-" como prefixo foi adequadamente requisitado pelo escrevente, dado que, segundo Alves (1992), o recurso da prefixação com "não-" *"nega o sentido expresso pela base de maneira imparcial e neutra"* (op. cit., p. 106). O que se vê no exemplo, porém, é que o funcionamento discursivo revela mais do que um recurso adequado de prefixação. Nesse uso, explicita-se a tentativa de

seja criticar uma posição da sociedade com relação aos negros e aos desfavorecidos não negros, o escrevente joga com a categorização criticada. Esse é, portanto, mais um momento em que o escrevente se marca pela escolha lexical. A formulação traz um claro diálogo - pela marca de negação - com um interlocutor de uma certa cor (a branca). Desta feita, é seu envolvimento com o assunto que permite mostrar que a discriminação feita pela sociedade é, inconscientemente, partilhada pelo próprio escrevente. Esse é um aspecto da representação da gênese da escrita um tanto mais sutil, pois, em seu envolvimento com o assunto, o escrevente está articulando um sistema nacional a partir de recursos metalingüísticos. Segundo Reboul (1980), quando se trata de metalinguagem, não se leva mais em conta a possibilidade ou não de dizer algo, mas a possibilidade de dizê-lo de um certo modo. É, pois, buscando esse modo tido como adequado que o escrevente escolhe "não brancos". Portanto, seu envolvimento não fica marcado apenas com o assunto, mas também com o interlocutor. Ao pretender alçar-se para o modo "adequado" de dizer, que provavelmente localiza em seu interlocutor, o escrevente termina por revelar a imagem que ele faz da gênese da (sua) escrita, neste caso evidenciada pelo cruzamento de representações (as suas e as atribuídas ao interlocutor) na caracterização de uma unidade temática.

Esse mesmo alçamento pode ser observado no último dos exemplos sobre escolha lexical:

"A sociedade apresenta-se como um quadro de violências de todos os aspectos (...). A mais simples de agressão mútua é a tecnológica onde a televisão é o principal veneno a que todos ingerem. Por ser um meio comunicativo visual atrai pessoas de todas as idades e forma

alçamento, por parte do escrevente, a esse modo neutro de expressão que ele localiza em seu interlocutor.

uma ideologia muito fixa nas pessoas. Isto gera a não opinião para críticas e uma vida acomodada. (Texto 01-015)

A busca de um item lexical que fosse adequado ao contexto leva o escrevente à circunlocução acima. Buscando, talvez, uma palavra como "alienação" e atribuindo a ela um conteúdo indispensável ao contexto, o escrevente busca, no eixo da substituição por contigüidade, a solução da questão metalingüística que o assunto lhe coloca. Dá-se, pois, um possível deslizamento metonímico de "alienação" para "não opinião" e para "não opinião para críticas". Ainda que a palavra desejada não fosse alienação, parece patente nessa substituição por contigüidade a circulação do escrevente pelo imaginário sobre a gênese da escrita. Na verdade, esse exemplo parece evidenciar que o domínio passivo do léxico está sendo deslocado por um processo de constituição de um item substitutivo.

Portanto, nessa ocasião, o escrevente se mostra em sua relação com a linguagem no que se refere ao processo de construção lexical. Na mudança de um domínio passivo para um domínio ativo do léxico, parece estar-se apresentando um deslizamento metonímico como o modo de constituir um item lexical.

É importante lembrar - ainda a respeito desse exemplo - que o processo de construção lexical se dá por meio de uma relação dialógica e que é desse modo que estamos entendendo a oposição entre domínio ativo e domínio passivo de um item lexical. Numa associação com o que Jakobson (1975) propõe para os afásicos com deficiência de seleção, podemos pensar que a escrita do vestibulando, considerado o evento enunciativo em que se dá, apresenta um alto grau de dependência do contexto, de tal modo que *"quanto mais seus*

[Jakobson se refere ao afásico] *enunciados dependam do contexto, melhor se haverá ele em sua tarefa verbal*" (op. cit., p. 42). Esse paralelismo entre a dependência do contexto na escrita e a deficiência de seleção dos afásicos nada tem a ver com qualquer tipo de avaliação quanto à deficiência do escrevente. Interessa, porém, destacar o caráter de réplica que esse tipo de construção lexical reparte com a deficiência de seleção. Dada a situação essencialmente responsiva em que se situa o escrevente, é compreensível que, a exemplo dos deficientes de seleção, ele sinta dificuldade, em certos momentos, em *"emitir uma frase que não responda ou a uma réplica do interlocutor ou a uma situação efetivamente presente"* (idem, ib.).

Pelo que acabamos de expor, podemos concluir que várias são as formas pelas quais o léxico pode mostrar a imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita. Esse fato vem dar uma outra dimensão à idéia de lexicalização como uma característica do texto escrito.

Mais do que apenas em relação ao texto escrito, a lexicalização é também um lugar de observação da relação entre o sujeito e a linguagem. Segundo Pêcheux & Fuchs (1990), ao tratarem das determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco, *"o léxico não pode ser considerado como 'estoque de unidades lexicais', simples lista de morfemas sem conexão com a sintaxe, mas (...) como um conjunto estruturado de elementos articulados sobre a sintaxe* (op. cit., p. 176). No que se refere especificamente à articulação léxico/sintaxe nos textos analisados, a relação sujeito/linguagem fica mais evidente quando o escrevente rompe uma seqüência em que tipicamente vinha assimilando a voz do interlocutor ou do senso comum para marcar-se pela escolha lexical. Revela-se, assim, uma interessante defasagem entre duas vozes,

por meio da qual o escrevente faz irromper no discurso que, de fato, é do outro um registro que o assinala como seu, ainda que esse procedimento não passe de uma apropriação, que, embora de direito, é validada apenas por uma espécie de direito costumeiro (isto é, por uma forma rotineira de se instituir a autoria como lugar da responsabilidade jurídica). Quanto a essa marca ser ou não consciente ou proposital, a questão não se coloca, uma vez que a relação que o sujeito mantém com a linguagem sempre está sujeita a representações não inteiramente conscientes, mesmo quando se trata da formulação lingüística¹⁰⁰ dada ao enunciado.

* * *

Como foi adiantado no início deste tópico, a prosódia só aparece na escrita através da articulação com outros planos. Num primeiro momento, as marcas dessas articulações foram buscadas quando a escrita se ressentia da falta de lexicalização. Em seguida, elas foram abordadas na indicação feita pela pontuação, pela ortografia e, finalmente, pela própria escolha lexical.

As regularidades obtidas a partir da relação entre prosódia e falta de lexicalização na escrita; prosódia e pontuação e prosódia e ortografia podem ser sintetizadas na projeção da prosódia do falado no escrito.

¹⁰⁰ Ainda ao tratar das determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constituiu, Pêcheux & Fuchs (1990) - cujo texto original foi publicado em 1975 - propõem a distinção entre o que chamam "esquecimento nº 1" e "esquecimento nº 2". Para os autores, além do *esquecimento nº 1*, caracterizado como o esquecimento ideológico inacessível ao sujeito e, portanto, inconsciente; as determinações relativas à formulação lingüística estão também presentes no enunciado por intermédio do *esquecimento nº 2*. A respeito deste último, em reformulação posterior - originalmente publicada em 1977 -, Pêcheux, ao reafirmar que ele se dá no nível pré-consciente, caracteriza-o como "a retomada de uma representação verbal (consciente) [uma "palavra", uma "expressão", um "enunciado"] pelo processo primário (inconsciente), chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente" (cf. Pêcheux, 1988, p. 175). Segundo o que se defende aqui, esse vínculo entre as duas representações se refere à defasagem introduzida entre as vozes que participam de um texto.

Merece, pois, destaque a tendência, freqüentemente reafirmada pelo escrevente, em representar a gênese da escrita como um percurso que supõe a passagem direta da prosódia do falado (tomada como modelo, ainda que nem sempre graficamente assinalável) para o que o escrevente toma como o registro integral dessa prosódia no escrito (ainda que nem sempre integralmente recuperável). Desta feita, este fenômeno se repete tanto nos momentos em que fica evidente a falta de lexicalização na escrita quanto nos momentos em que - em virtude da pontuação que o escrevente utiliza ou deixa de utilizar - há projeção de "*unidades de comunicação*" na qualidade de unidades da escrita. No que se refere especificamente à relação entre ortografia e prosódia, merece destaque a escrita orientada foneticamente, da qual a hipo-segmentação é um caso particular.

Com relação ao papel do léxico na imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita, adiantamos que é muito forte a tentativa de reprodução do modelo escolar e que, no caso desse vestibular, há uma tendência acentuada, por parte dos vestibulandos, de reprodução do léxico presente nos textos da coletânea. No entanto, a constatação mais importante a respeito da *regularidade* lingüística quanto à relação léxico/representação da gênese da escrita tem justamente a ver com a recusa de uma reprodução estrita. Mesmo considerando a tendência de uso do léxico da coletânea, podemos detectar um traço de ineditismo nas formas de individuação do escrevente. É nesse sentido que sugerimos a possibilidade (talvez a necessidade) de o analista, e mesmo o educador, lançar um novo olhar para o texto, de tal modo que se possam reavaliar as ocorrências do que normalmente se descreve apenas como uma inconsistência de registro ou de estilo.

No item seguinte, a questão da imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita será vista a partir das marcas de organização textual.

Marcas organizacionais do texto referentes à representação do escrevente sobre a gênese da escrita

Em primeiro lugar, por organização do texto, estamos entendendo a configuração formal do texto dos vestibulandos considerada a partir de seu processo de constituição. Embora não tenhamos a preocupação de tratar particularizadamente os chamados fatores que dão ao texto a propriedade da textualidade, tais como os fatores formais (como a coesão), semânticos (como a coerência) e pragmáticos (como, por exemplo, a intencionalidade, a aceitabilidade, a informatividade, a situacionalidade), todos eles estão contemplados (respectivamente, na relação do texto com o próprio escrevente, com o interlocutor, com o assunto e com os fatores pragmáticos da situação de enunciação) no que estamos buscando caracterizar como a representação que o escrevente faz da (sua) escrita.

No caso específico da representação da gênese da escrita, os chamados fatores pragmáticos são particularmente importantes, mas pretendemos que, também eles, sejam vistos segundo a representação que o escrevente faz das condições de produção de seu discurso. Contribui, para tanto, o fato de contarmos com uma perfeita circunscrição do evento vestibular a partir da qual podemos observar o cruzamento de expectativas em que o escrevente se situa em sua prática textual. A tentativa, porém, não é a de expor cada um dos detalhes desse evento em sua relação com o texto do vestibulando. Pelo contrário, o caminho que seguimos parte da busca, nos textos, dos detalhes

salientes da representação, em termos lingüísticos, que o escrevente faz desse evento, tomado como "cruzamento de itinerários possíveis" (cf. p. 7, nota 2).

Na exposição que se segue, enfatizaremos a presença de fatores de textualidade na construção do texto ligados à situação concreta de enunciação e reunidos no único item desta parte, a saber, a *regularidade* lingüística que inclui o uso de articuladores indiciativos: da participação direta do interlocutor, do monitoramento explícito do discurso ou do uso de expressões formulaicas.

Na seqüência, apresentamos o quadro indicativo da freqüência dessa *regularidade* da dimensão da organização textual.

QUADRO 4: Porcentagem de ocorrência segundo regularidades lingüísticas da DIMENSÃO DA ORGANIZAÇÃO TEXTUAL em relação ao total de ocorrências das *regularidades* das outras dimensões no conjunto dos textos

REGULARIDADES LINGÜÍSTICAS	%
1. O USO DE:	
(A) ARTICULADORES QUE INDICAM A PARTICIPAÇÃO DIRETA DO INTERLOCUTOR	11,2
(B) MONITORAMENTO EXPLÍCITO DO DISCURSO	1,3
(C) EXPRESSÕES FORMULAICAS	10,3
Porcentagem de ocorrências (dimensão da organização textual)	22,8

(1) O USO DE ARTICULADORES QUE INDICAM A PARTICIPAÇÃO DIRETA DO INTERLOCUTOR, O MONITORAMENTO EXPLÍCITO DO DISCURSO OU O USO DE EXPRESSÕES FORMULAICAS

Um primeiro exemplo de articulador textual que indica a participação direta do interlocutor ocorre em seqüências como a seguinte:

"...mas para que tudo isso se acabe, a única solução mais palpável seria usar de violência para acabar com ela mesma. É aí que começa uma verdadeira tempestades de dúvidas, preconceitos, e principalmente de uma busca que as vezes chega-se em um determinado ponto onde nos obriga praticamente a voltar para a estaca zero, é aí também que todos se perguntam, haverá um fim para tudo isso? Existe solução?"

"É aí também o ponto em (sic) podemos concluir, se para conseguir a solução desejada há um caminho muito longo e cheio de

obstáculos, dúvidas preconceitos, politicagem etc... e nos deixa um lembrete um tanto que assustador." (Texto 03-180)

Parece bastante claro que o uso repetido de "aí" deve-se a uma tentativa de aproveitamento do texto 1 da coletânea (cf. p. 205), parafraseado pelo escrevente da seguinte forma: "a única solução mais palpável seria usar de violência para acabar com ela mesma". É notório, pelas referências que o escrevente faz, que o trabalho com essa contradição é bastante difícil para ele. Uma vez parafraseada, a contradição é localizada no tempo da argumentação do escrevente: "é aí que começa uma verdadeira tempestades de dúvidas...". Sem saída, volta à "estaca zero". Retoma, então, a discussão a partir do ponto zero para incluir seu auditório imaginado: "é aí também que todos se perguntam, haverá um fim para tudo isso?" No final dessa seqüência, após a qual aparece um pequeno parágrafo de encerramento do texto, o escrevente retoma a dúvida já supostamente compartilhada com o interlocutor para, novamente, partindo da própria dúvida, incluir questões que provavelmente localiza como de interesse do interlocutor: "aí também (...) podemos concluir ... há um caminho muito longo e cheio de obstáculos e dúvidas preconceitos, politicagem etc...".

Esse uso de "aí" como articulador é reconhecidamente uma marca dos gêneros narrativos mais informais, cujo traço de coloquialidade busca reproduzir, mesmo quando utilizado em situação de uso mais formal, o andamento do desenvolvimento temático na situação imediata de comunicação em que o escrevente supõe a participação direta de seu interlocutor. O envolvimento pressuposto entre os interlocutores parece, pois, ser o fator condicionante da *saliência* que o uso do articulador tem para esse escrevente. A localização espacial feita pelo uso de "aí" não é, na verdade, apenas uma localização

voltada para o espaço argumentativo. É também uma marca anafórica de um lugar no texto, de tal modo que cada um desses lugares fica reservado para ancorar a progressão temporal - graficamente indicada - do desejado percurso de adesão do interlocutor. Lembramos, num parêntese, que um exemplo semelhante a esse tipo de organização textual foi comentado no capítulo 2 (cf. p. 137) a propósito do uso do demonstrativo "isso" como marca coesiva.

A referência à situação imediata e à participação direta do interlocutor está presente também no dêitico destacado abaixo:

"Nesse país, a violência em si, é a coisa mais normal, tudo que se faz, onde se vai a violência está presente.

"Este mundão aí fora, está uma anarquia, todo mundo pensando em guerra, violência..." (Texto 03-161)

Mais que o registro da enunciação presente no uso do demonstrativo "este" ["*Este mundão*"], que pode ser interpretado como anafórico, o uso de "aí" evoca claramente o gesto indicativo de lugar próximo à situação de produção do texto. É bom lembrar que não se está julgando o efeito estilístico resultante, uma vez que a necessidade de envolver o leitor deve, sem dúvida, ter levado a esse tipo de uso. No entanto, o baixo grau de formalidade proposto funciona mais como tentativa de recriar "a" situação concreta do que como uma tentativa de recriar "uma" situação concreta.

O forte vínculo emocional com o evento vestibular parece favorecer esse tipo de remissão à situação concreta de enunciação:

"Eu estou aqui tentando fazer uma boa prova depois de meses de estudo, mas estou com medo de que alguém roube o meu carro que está sozinho lá fora." (Texto 03-127)

Note-se, nesse caso, que a vinculação do tema ao momento de enunciação é explícita e se realiza como uma tentativa de dramatização, como uma atuação ao vivo, em que o interlocutor não é espectador, mas participante.

Há casos, ainda, em que a insistência na participação direta do interlocutor produz o que uma leitura desatenta poderia julgar como uma desarticulação formal e semântica do texto. Observe-se que a suposição de um gesto, poderia resolver o problema de articulação do seguinte trecho:

"Porque fazem guerras, se violentam, entram nesse mundo das drogas, se é bom viver sem nada disso.

"A violência acontece através de uma coisa só, a falta de união entre cada um." (Texto 03-161)

Se o escrevente efetivamente quis representar um gesto em sua escrita não é a questão importante. O importante é perceber como esse texto poderia resolver-se a contento numa situação concreta de fala.

Ressaltamos que o texto não traz referência anterior a "um" e a "outro", fato que dirige a leitura para alguma coisa como "união das pessoas entre si". A expectativa de que um gesto como o acima descrito esteja plasmado em seu texto evidencia, portanto, a imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita.

Na seqüência abaixo, observamos o tom quase conversacional obtido em função do monitoramento explícito utilizado para conduzir o encadeamento temático:

"É fácil esmurrar um travesseiro, mas, na sociedade, quem será o tal 'travesseiro'? Nada mais elementar do que criar um 'bode expiatório' em tal caso. Pega-se um punhado de jovens, juntamente com qualquer ponta de inveja que tenhamos de seus potenciais e dizemos-lhes que são 'maus elementos'. Pronto, eis a violência criada." (Texto 0-01)

Como se sabe, os marcadores propriamente conversacionais, são, na oralidade, prosodicamente assinalados. Contudo, os que aqui poderiam ser chamados seus correspondentes quase conversacionais vêm, por sua vez, submetidos ao silenciamento fônico-acústico próprio da escrita. Esse esvaziamento formal, sem outro recurso lexical, sintático ou textual que reintegre, na escrita, o sentido desejado, deixa necessariamente em aberto um espaço para que o leitor o preencha. Esse espaço de interlocução resulta, porém, num efeito de pressuposição de um ouvinte, mais do que na construção da figura de um leitor. Esse efeito é também típico de um imaginário sobre a gênese da escrita, uma vez que, por meio dele, o escrevente supõe projetar direta e integralmente uma situação de fala numa situação de escrita.

Uma outra marca de organização textual em que o monitoramento explícito revela uma articulação de tipo quase conversacional é a seguinte:

"Tribo pode ser (sic) definir como um grupo de pessoas que executa uma mesma função estão sob mesmas ordens. Por ser de mesma ideologia, os partidos políticos, cada qual com as suas idéias, formam uma tribo.

"Agora o que gera a violência entre essas tribos? O que leva um político a agredir sua colega de trabalho? Um metalúrgico a destruir seu local de serviço? A polícia a bater em estudantes de direito do largo São Francisco porque realizavam a famosa 'Peruada'?" (Texto 03-172).

Para observar como esse uso tem a ver com a imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita, é interessante observar como Risso (1993), em estudo sobre *"um aspecto da articulação do discurso"*, vê seu funcionamento no português culto falado. Baseada na noção de *"tempo de referência"*, proposta por Schiffrin e parafraseada pela autora como a *"relação dêitica entre o período de tempo configurado por uma proposição lingüística e o tempo de sua*

elocução ('speaking time')" . Risso afirma que "*o tempo de referência estabelecido por 'agora' firma um parâmetro situacional que engata o enunciado (proposição) com as circunstâncias da enunciação*" (op. cit., p. 38, destaque no original). Esse engate com as circunstâncias da enunciação, se já é digno de nota na enunciação oral, é ainda mais notável quando considerado na enunciação escrita. Portanto, a se concluir com Risso que os usos de "agora", "*enquanto marcador de estruturação discursiva, não configuram uma perda total de elos com a significação de seu homônimo adverbial*", mantendo, pelo contrário, "*a ressonância da dêixis no plano do discurso*" e revelando que "*muito mais do que um advérbio vazio, é um instanciador pragmático da enunciação, atuante na organização do fluxo de informação e no estabelecimento da coesão textual*" (op. cit., p. 56), podemos dizer que seu uso na escrita traz as marcas da situação concreta de enunciação. A projeção do falado (e da cena de seu acontecimento) no escrito volta, desta feita, a mostrar-se como sendo o modo pelo qual o escrevente representa a gênese da (sua) escrita nesse momento.

Todos esses exemplos relativos à organização textual, ao lado dos já analisados relativos à sintaxe, à prosódia e ao léxico, mostram o que Street, baseado em Parry, afirma estar presente nos usos culturais do letramento: "*o desenvolvimento da escrita toma lugar dentro de um sistema oral de pensamento e isto pode continuar a dominar os usos de letramento*" (cf., aqui mesmo, p. 43). Nos casos analisados, a relação entre o oral/falado e o letrado/escrito evidencia que o escrevente faz uma representação da gênese da (sua) escrita como uma transcrição fiel do oral/falado, incluindo as referências pragmáticas à situação imediata de enunciação.

Um último caso relativo à organização textual é o uso de expressões formulaicas¹⁰¹ que, já fossilizadas na *fala popular informal*, passam a aparecer na escrita dos vestibulandos. Os dois primeiros exemplos referem-se a expressões fixas utilizadas na condução do desenvolvimento temático na *fala popular informal*:

"Atualmente, época violenta em que pensamos querer a Paz, é duro aceitarmos o fato de que talvez não exista aquele 'bom selvagem' do Rousseau." (Texto 00-001)

"Nós, para combater isso usamos violência, e já ficou mais do que provado pelo homem que violência gera violência, não adianta por exemplo pegar um assaltante, prendê-lo, bater nele e depois soltá-lo que ele não vai parar de roubar, o que precisa ser feito é resolver o problema desde a raiz, descobrir porque que é que ele está roubando e dar uma educação descente a ele..." (Texto 01-031)

Esses exemplos mostram que as expressões destacadas aparecem em seqüências que procuram atender ao requisito - bastante ensinado nos cursos preparatórios para o vestibular - da objetividade na dissertação. O próprio uso da primeira pessoa do plural é um uso que identifica uma comunidade. Na primeira seqüência, a expressão "é duro" vem - podemos dizer que com exclusividade - marcar a irrupção de um ponto de *individuação* do sujeito, já comentada em exemplos anteriores. É um momento de expressividade numa seqüência em que se apresenta uma defasagem entre duas vozes: a que pretendia reproduzir o discurso escolar sobre a violência e a que pretendia assimilar-se à comunidade - talvez o senso comum - por onde o escrevente faz uma espécie de contorno para retornar em seguida à reprodução do discurso escolar. Na segunda seqüência, embora outras marcas pareçam também constituir pontos de

¹⁰¹ Preti (1991), ao tratar da linguagem dos idosos, diz que os idosos "e, particularmente, os 'idosos velhos' têm facilidade em conservar em sua memória, com absoluta perfeição, frases-feitas, provérbios, refrões, expressões que, muitas vezes, remontam à sua infância". E continua: "A melodia e a rima que, não raro, as acompanham, favorecem a permanência na memória" (op. cit., p. 65-6). A essas expressões fixas o autor chama "expressões formulaicas".

individuação do sujeito (observe-se, por exemplo "bater nele"), a indagação por meio de "porque que é que" dá a essa *individuação* do sujeito um grau de expressividade tão vivo quanto numa discussão acalorada sobre qualquer assunto. A tentativa de conseguir um argumento irrefutável diante de uma possível objeção, coloca - como era a expectativa da instituição na elaboração do exame - o escrevente numa forte relação com o assunto, razão pela qual sua expressividade vem à tona, caracterizando-se como mais um ponto de *individuação* do sujeito.

Os três casos abaixo referem-se a expressões formulaicas¹⁰² utilizadas não propriamente na condução do desenvolvimento temático, mas na busca do envolvimento - até emocional - do interlocutor, supostamente atingível a partir de formas de grande expressividade quando usadas na *fala popular informal*. É interessante notar que o expressivo e o repetível não se excluem como se poderia à primeira vista pensar. Talvez porque a força de expressividade dessas formas, a exemplo do que Maingueneau (1989) afirma sobre os provérbios, esteja ligada ao fato de que o indivíduo que as profere "*toma sua asserção como o eco, a retomada de um número ilimitado de enunciações anteriores ...*" (op. cit., p. 101) . Observemos os exemplos:

"Trabalhadores sulgados por um sistema de semi-escavidão abandonam o trabalho por falta de um salário justo e passam a integrar quadrilhas de assaltantes e traficantes, pois passar fome nem prá cachorro." (Texto 01-025)

"Ir a um campo de futebol, não é mais uma forma de diversão, o que se vê é uma tremenda de uma cachorrada, cachorrada mesmo, por parte dos torcedores e também dos jogadores." (Texto 00-015)

¹⁰² As expressões formulaicas poderiam ter um tratamento interessante também do ponto de vista que toma o papel das marcas sintáticas na organização textual. Essas expressões poderiam ser vistas, por esse ângulo, como o que Castilho e Castilho (1992) chamam *modalizadores afetivos* do tipo *subjetivo* (op. cit., p. 223).

"Mas nem sempre essa violência moral gera sangue. Estamos com um exemplo agora. Estamos totalmente amarrados e sendo estuprados pelo ensino nacional. Uma violência que não mata, mas nos aleija aos poucos, nos seca mentalmente." (Texto 01-022)

No primeiro dos três trechos acima, "nem prá cachorro" retoma a expressão idiomática "ter vida de cachorro" que corresponde a ter vida difícil; no segundo desses trechos, "cachorrada" simplifica a expressão "fazer uma cachorrada" que vem associada à reunião de pessoas consideradas como de má índole, significando, como se sabe, "fazer uma canalhice"; e, finalmente, no terceiro trecho, "não mata, mas aleija" quase que reproduz expressão idiomática "o que não mata, aleija".

Como esses três casos retomam fórmulas fixas, é importante lembrar o que diz Reboul (s.d.) a respeito dos provérbios, das palavras-choque e do slogan. Segundo esse autor, *"os provérbios são muito numerosos nas culturas de transmissão oral; constituem aí a escola sem escola"* (op. cit., p. 141). Num outro momento, Reboul, ao definir palavras-choque, como *"Natureza no século XVIII"* ou *"Progresso no século XIX"*, pela *"reação afetiva provocada no destinatário"*, diz que a palavra-choque *"dá mais informações a respeito do destinador do que a respeito do referente"* (idem, p. 20). Finalmente, ao falar do slogan, diz que, pela sua forma, o slogan escapa *"às dicotomias que caracterizam a língua moderna"* como, por exemplo, à *"dicotomia entre língua falada e língua escrita"* (idem, p. 24). E acrescenta:

"o slogan abole-as [tais dicotomias] como que por encanto e nos reconduz a um estágio bastante antigo da linguagem, ao estágio dos provérbios, dos adágios, dos refrões, onde o dizer e o escrever (...) formam um todo único.

"Daí a correspondência entre dois procedimentos expressivos por excelência: a entonação e a tipografia (...)" (idem, p. 25).

Embora os exemplos citados não se enquadrem perfeitamente nem como palavras-chave, nem como slogans, nem mesmo exatamente como provérbios, parecem ser bastante pertinentes as observações feitas por Reboul. Podemos, pois, dizer que os *fragmentos* indiciativos da representação da gênese da escrita afetam a organização textual, uma vez que (a) procuram provocar uma reação afetiva no destinatário; (b) dão mais informações sobre o destinador do que sobre o referente; e (c) reconduzem o interlocutor a um estágio bastante antigo de linguagem onde o dizer e o escrever formam um todo único¹⁰³. Evitando, quanto a este último item, fazer ressurgir, como resíduo, a dicotomia "dizer *versus* escrever" num estágio atual da linguagem (oposto a um estágio antigo em que as modalidades, por direito, formariam um todo único), podemos efetivamente pensar, a partir do exposto, que o escrevente pratica em seu texto (portanto, também no estágio atual) um modo heterogêneo de constituição da escrita, evidenciado, nesse momento, pela circulação dialógica que ele faz em relação à representação da gênese da (sua) escrita.

* * *

Conforme antecipamos, a *regularidade* lingüística no que se refere ao uso de marcas conversacionais referentes a este primeiro eixo, consiste no uso de articuladores que indicam: a participação direta do interlocutor, o monitoramento explícito do discurso ou o uso de expressões formulaicas.

¹⁰³ Fica, pois, descartada, pelo menos no caso desse uso das expressões formulaicas, a distinção proposta por Olson (1977) entre *enunciados* e *textos*. Segundo o autor, as diferenças entre as declarações da língua oral, mais informais (os *enunciados*) e as declarações da prosa escrita explícita (os *textos*), poderiam ser referidas: (a) às próprias modalidades lingüísticas (língua escrita vs. língua oral); (b) a suas utilizações mais comuns (a conversação vs. os ensaios); (c) às tradições culturais construídas em torno dessas modalidades (uma tradição oral vs. uma tradição letrada); ou, finalmente - e é o que interessa destacar -, (d) a "*suas formas sumarizadas*" (provérbios e aforismos para a modalidade oral vs. premissas para o modo escrito) [op. cit., p. 257-8]. Pelo que foi exposto a partir de Reboul e também pelo aspecto da "*permanência na memória*" levantado por Preti (cf., aqui mesmo, p. 248, nota 101), observa-se, portanto, ao contrário do que propõe Olson, o caráter escritural dessas *formas sumarizadas* já presente na própria oralidade.

Da análise feita quanto à organização textual, podemos concluir, portanto, que a imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita vem marcada: (a) por certos tipos de articuladores textuais; (b) por um tipo de dramatização presente no enunciado de modo a produzir o efeito de uma atuação ao vivo, de que se supõe que o interlocutor participe; (c) pela insistência na participação direta do interlocutor, o que acarreta certas desarticulações formais e semânticas no texto, só resolvidas se instanciadas numa situação concreta de enunciação ou se for suposto, talvez, um gesto que oriente a articulação; (d) pelas referências pragmáticas à situação imediata de enunciação; e (e) pelo uso de expressões formulaicas.

No item seguinte, a questão da imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita será vista a partir de alguns recursos argumentativos empregados.

Recursos argumentativos que marcam a representação do escrevente sobre a gênese da escrita

É preciso esclarecer, inicialmente, que todos os tópicos tratados até o momento atuam como partes do mecanismo argumentativo dos textos analisados.

O interesse em se tratar de recursos argumentativos tomados separadamente justifica-se apenas pelo fato de que a relação com o interlocutor, nos casos a serem abordados, é argumentativa num sentido particular. Trata-se do uso de recursos que estão ligados à escolha imperativa de "*fatos, dados, opiniões e argumentos relacionados com o tema*" (Cadernos de Questões da 1ª fase do vestibular/1992, realizada em 1º/12/91, p. 2) necessários ao desenvolvimento temático. Ora, a seleção e a discussão desses fatos, dados,

opiniões e argumentos só pode ter como ponto de referência o interlocutor representado que o escrevente constitui ao escrever, razão pela qual a formulação lingüística dessa discussão é feita como um jogo argumentativo (de vida ou morte) por meio do qual o escrevente se defronta com seu interlocutor.

Na análise, abordaremos os recursos argumentativos mais freqüentes no textos, a saber, (1) o recurso à enumeração e (2) o recurso às perguntas. Eis, o quadro da freqüência dessas *regularidades* da dimensão argumentativa:

QUADRO 5: Porcentagem de ocorrência segundo *regularidades* lingüísticas da DIMENSÃO ARGUMENTATIVA em relação ao total de ocorrências das *regularidades* das outras dimensões no conjunto dos textos

REGULARIDADES LINGÜÍSTICAS	%
1. RECURSO À ENUMERAÇÃO	18,0
2. RECURSO ÀS PERGUNTAS	12,0
Porcentagem de ocorrências (dimensão argumentativa)	30,0

(1) O RECURSO À ENUMERAÇÃO

Por se tratar de exame vestibular de uma instituição que procura definir o perfil de seu candidato e que explicita essa definição no "Manual do candidato", acreditamos que uma das razões do uso freqüente de enumerações¹⁰⁴ talvez seja a necessidade que o candidato vê de satisfazer o perfil exigido. Ou seja, como é comum nessas situações-limite do processo de ensino-aprendizagem, o vestibulando, ao antecipar a imagem que a instituição faz do candidato ideal,

¹⁰⁴ A discussão feita, neste ponto, a respeito da enumeração é uma retomada muito próxima de uma pesquisa anterior, também sobre redações de vestibulandos, levada a efeito como uma das qualificações exigidas pelo programa de pós-graduação (doutorado) do Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP), sob a orientação da professora doutora Maria Bernadete Marques Abaurre. Os resultados dessa pesquisa estão em: CORRÊA, M.L.G. Pontuação: sobre seu ensino e concepção. *Leitura: teoria e prática* (Revista semestral da Associação de Leitura do Brasil - Faculdade de Educação da UNICAMP), nº 24 (ano 13), p. 52-65, 1994.

constrói para si uma imagem acerca da própria avaliação a que vai ser submetido. Entre os instrumentos lingüísticos disponíveis para a construção textual conhecidos pelo candidato, é possível que a enumeração seja uma escolha freqüente dada a economia sintática e a aparente produtividade desse tipo de construção no que se refere a levantar conteúdos temáticos e pô-los em aparente relação de interdependência no interior do enunciado.

Apareceriam, então, as justaposições de temas e/ou avaliações ligadas ao quesito: "capacidade de relacionar fatos e informações", presente no Manual do Candidato. Ligada a esse quesito, uma outra exigência, na prova de redação, estaria também contribuindo para o emprego de enumeração. É a do uso da coletânea de textos ou de fragmentos de textos sobre o tema proposto. Segundo o Manual, a não-obediência a essa exigência leva à anulação da redação.

Nossa hipótese é, pois, a de que, pressionado por esses requisitos, o candidato tenderia a selecionar dos textos da coletânea termos que julgasse sintetizar ou remeter aos assuntos tratados e, uma vez os tendo selecionado, buscaria o recurso da justaposição, como uma forma de obter a tematização exigida. Essa hipótese tem o respaldo de um número significativo de ocorrências de enumeração nos textos, havendo alguns textos que se caracterizam especificamente pela *saliência* desse recurso.

Como se sabe, a enumeração se dá entre estruturas sintáticas de mesma natureza. É sabido também que, na enunciação oral, a cada nova estrutura, há o acompanhamento de uma certa entonação, de um certo gesto e/ou de um certo ricto facial. Portanto, traços prosódicos e/ou gestuais marcam os matizes de

sentido na passagem de um a outro de cada item enumerado, o que garante, na enunciação oral, a eficácia do recurso a enumerações.

No entanto, ao produzir essas enumerações na escrita, o escrevente opera apenas com o recurso gráfico da pontuação, utilizando-se insistentemente de enumerações talvez por sentir-se seguro da transparência desses traços prosódicos e gestuais que supõe imprimirem-se tais e quais no papel sob a forma de pontuação enumerativa. Curiosamente, temos, então, como freqüente resultado, uma pontuação correta para uma enumeração nem sempre facilmente justificável e que, em certos casos, se reduz apenas a um elenco em seqüência. Esse tipo de ocorrência constitui-se, pois, na primeira *regularidade* lingüística quanto aos recursos argumentativos utilizados pelo escrevente. Observemos o exemplo abaixo:

(...) onde menos se espera acontece um ato de violência.

"Como um assalto a mão armada, nas cidades grandes ocorrendo com mais frequência, que pode matar uma família inteira e dar casa e comida para família de um bandido, ao mesmo tempo.

"A violência para alguns é benéfica e para outros nem sempre. Mas ela está presente, nas ruas, nos interesses políticos, e em muitos outros lugares.

"Ninguém deixa de usar a violência para defender algum interesse próprio, principalmente quando o interesse envolve dinheiro."
(Texto 00-003)

Na enumeração em destaque, pode-se questionar, quanto às regras gramaticais da pontuação, apenas o uso da vírgula antes da conjunção "e". No entanto, a indicação gráfico-visual, apesar de registrada, falha em seu propósito de estabelecer relações entre "fatos e informações", pois estas não dependem apenas de uma relação com o que é exterior ao texto (a coletânea, por exemplo), mas estão vinculadas à relação proposta com os outros enunciados do texto, a começar pelo que a antecede. A julgarmos apenas as

pistas lexicais que o escrevente efetivamente deixou no texto, podemos dizer que a enumeração proposta é um desses casos de difícil justificação. Cabe, porém, procurar justificá-la.

Num primeiro momento, o escrevente tematiza a imprevisibilidade dos atos de violência nas grandes cidades e o paradoxo entre matar uma família para que outra (a do assassino) tenha casa e comida. Em seguida a esse momento em que ainda se podia ler uma justificativa na ação do assassino, lê-se uma tendência a arrefecer essa justificativa, ou seja, lê-se que a violência é benéfica para alguns, mas que nem sempre o é para outros. Da relação entre: imprevisibilidade desses atos; paradoxo no confronto entre duas atitudes para com duas famílias e exclusividade de benefício da violência, é que surge a contrajunção¹⁰⁵ que vai introduzir a enumeração.

Logo se vê que não fica clara a relação pretendida pelo escrevente com a escolha da contrajunção introduzida por "mas". Aparentemente, trata-se de opor, ao fato de que os benefícios da violência não são gerais, um outro fato, que é a ocorrência generalizada da violência (representada pela enumeração: *presente, nas ruas, nos interesses políticos, e em muitos outros lugares*). No entanto, a relação estabelecida é muito mais uma ressalva (uma concessão) do que uma contrajunção. O sentido pretendido parece ter sido algo como: (Apesar de a violência ocorrer de forma generalizada, ela só é benéfica para alguns). É importante lembrar, porém, que este uso de "mas" não apresentará nenhum problema se os aspectos prosódicos que orientaram essa escolha forem recuperados. A concessão - como, de resto, as outras relações semânticas entre

¹⁰⁵ O termo foi tomado de Koch (1988).

os enunciados - não é, como se sabe, exclusividade das chamadas conjunções¹⁰⁶ ou locuções conjuntivas; uma vez que a presença de certos elementos prosódicos podem desempenhar a mesma função desse tipo de palavra, ainda que, de uma perspectiva isolacionista do léxico no que se refere à prosódia, a relação indicada pelo item lexical empregado seja outra.

A construção sintática econômica (se considerada nos limites do enunciado) das estruturas enumerativas pode perder, portanto, sua eficácia quando a enumeração é empregada no texto escrito. Parece óbvio, que, como parte de unidades textuais maiores e sem os recursos da enunciação oral, o emprego da enumeração, no texto escrito, deve ter em vista não apenas a relação de interdependência que os conteúdos temáticos parecem manter entre si no interior do enunciado, mas, sobretudo, as relações textuais mais amplas, nas quais cada estrutura enumerada funcione como elemento de articulação formal e semântica do texto.

Podemos, pois, constatar, que, se o recurso à enumeração não é de todo bem sucedido, é justamente pela tentativa de projeção do falado no escrito, desta feita pelo fato de o escrevente identificar a relação - possível na enunciação oral - entre os itens enumerados com o que fica efetivamente registrado no texto escrito. Mais uma evidência, portanto, da representação que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita.

Há casos em que o escrevente, no afã de atender ao requisito da prova, acredita estar trazendo os vários aspectos da questão tematizada -

¹⁰⁶ Cagliari (1992), diz que "na linguagem popular ocorrem muitos exemplos onde se nota que o falante não diz conjunções e pronomes relativos, onde, num discurso escrito deveriam aparecer necessariamente. Mas isso não o impede de se fazer entender e de expressar essas relações, porque elas, em vez de aparecerem lexicalizadas, vêm realizadas através de elementos prosódicos." (op. cit., p. 58). O autor exemplifica com uma função conjuntiva da tessitura, mas lembra que outros elementos prosódicos podem estar associados a essa e a outras funções.

especialmente os aspectos comentados na coletânea - por meio do emprego de "etc." ou de reticências no final das enumerações. O exemplo abaixo acumula "etc." e reticências:

"É aí também o ponto em (sic) podemos concluir, se para conseguir a solução desejada há um caminho muito longo e cheio de obstáculos, dúvidas, preconceitos, politicagem etc. ... e nos deixa um lembrete um tanto que assustador." (Texto 03-180)

Fica bastante nítida, neste caso, a tentativa do escrevente de se alçar à posição que atribui a seu interlocutor. Por se tratar de um caso muito semelhante ao anterior, não o abordaremos em detalhe.

(2) O RECURSO ÀS PERGUNTAS

Também ligado à escolha imperativa de *"fatos, dados, opiniões e argumentos relacionados com o tema"* necessários ao desenvolvimento temático, este recurso tem diretamente a ver com a relação com o interlocutor. Novamente o interlocutor é o centro polarizador nesta outra circulação pela imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita. Desta feita, essa circulação é indiciada pelas escolhas de fatos e argumentos ligados à situação imediata em que é feita a discussão sobre o tema.

As perguntas que o escrevente lança e que constituem a segunda *regularidade* lingüística quanto aos recursos argumentativos utilizados pelo escrevente visam sempre interpelar o interlocutor representado em seu texto. Difuso, ainda que projetado a partir da instituição que propõe o vestibular, esse interlocutor é uma espécie de compilação de traços relacionados com o imaginário sobre as instituições reconhecidas pelo escrevente como modelares da escrita. Desse modo, o leitor projetado nas dissertações responde pela

regulação - institucionalmente amparada - do trabalho lingüístico do escrevente e, nesse sentido, pode ser identificado a uma instituição.

As perguntas lançadas a esse interlocutor parecem marcar, portanto, as dúvidas do escrevente a respeito do que, de fato, estaria sendo avaliado em sua abordagem do tema. Mas essas dúvidas, além de revelarem essa preocupação do escrevente, revelam muito do que seria efetivamente perguntado numa situação de comunicação oral. Dito de outro modo, ao lidar com o aparente da função de avaliação própria da instituição que ele projeta no texto, o escrevente formula questões sobre o não-localizável de seu *funcionamento implícito*¹⁰⁷: de que lado estaria ela a respeito de tal ou tal aspecto da vida social? como avaliaria tal ou tal fato?

Nessa posição indefinida, o escrevente localiza seu dizer no espaço imaginário da opinião pública, ocasião em que tende a fazer confluir para seu texto os vários tipos de formadores de opinião, misturando opinião pública e senso comum.

Observemos o exemplo abaixo:

"Como é possível ter inerente a capacidade de agressão verbal ou visual, tão propagandeada pelos 'megastars', se, ao nascer, uma criança mal sabe distinguir palavras e imagens?"

"E os criminosos? Até quando é possível deixar alguém nascer, viver e morrer sem rumo? Todos tem sentimentos. Amam, choram e sofrem como muitos. (...) Pior ainda é acreditar que conseguiríamos acabar com todos eles condenando-os à morte. Seria necessário usar violência contra a violência?"

"A única resposta para todas as perguntas seria cultivar o amor em função do amor. É evidente que também haveria de se programar um sistema capaz de salvar todas as crianças que ficam jogadas pelos quatro cantos do mundo para que, mais tarde, não se tornem marginais." (Texto 01-012)

¹⁰⁷ Conferir Pêcheux (1990a, p. 76).

Ao final da série de questões postas pelo escrevente, nota-se a tentativa de encontrar uma resposta. Sintetiza-a em dois pontos: "cultivar o amor em função do amor" e, como acréscimo ("é evidente que também"), "programar um sistema capaz de salvar todas as crianças que ficam jogadas pelos quatro cantos do mundo". No primeiro ponto, a projeção da instituição confunde-se com um certo tipo de discurso religioso de cunho mais conservador e pouco pragmático quanto à intervenção na situação descrita; no segundo ponto, essa intervenção se insinua, mas não recai no "aqui e agora" de uma atuação política efetiva, ganhando uma forma globalizada ("sistema capaz de salvar ... as crianças ... pelos quatro cantos do mundo").

Esse exemplo mostra o que parece ser uma tendência no caso do recurso a perguntas vir acompanhando de respostas. Nesses casos, o escrevente marca, em geral, uma posição quanto ao que está tematizando, e as perguntas funcionam mais como monitoramento do raciocínio. Esse monitoramento revela, nas perguntas e respostas que vão construindo a argumentação, a imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita. No caso, a relação do escrevente com a gênese da escrita se mostra especificamente no que se refere ao processo de constituição de seu interlocutor simultaneamente ao processo de constituição de sua escrita.

Um outro caso de perguntas é o que procura dar ao texto um tom de denúncia mais do que apresentar uma resposta. Eis um exemplo:

Ataque ao Índio

"Comemorando quase 500 séculos de existência, o que restou da raça indígena vem sendo exterminada juntamente com a crise que abala e destrói esse país. (...)

"Jornais e revistas publicam a violência do governo pela posse das terras dos índios yanomami. (...) Na sociedade de hoje o índio ainda é tratado como escravo e extraído de seu território como se

fosse animal selvagem. Para onde irão e como viverão na sociedade de preconceitos e violência? E como serão reutilizadas suas terras? O Brasil até hoje só opta pelo massacre para conseguir e dispor dos recursos que necessita. (...)

"Em suma, os primitivos colonizadores brasileiros estão sofrendo ameaças a seus sistemas de valores. Conseqüentemente, a sua própria vida está sendo exterminada e não permitirá seu acesso ao ano 2000. O Brasil terá que 'importar indígenas' novamente!?" (Texto 01-050)

É preciso notar, em primeiro lugar, que a questão fundamental que organiza esse texto fundamenta-se na dúvida quanto à proposta temática da redação. Ao associar "tribos urbanas" com "tribos" em geral e, por aí, com "índios", o escrevente opta por abordar a questão indígena no Brasil.

As questões que introduz, então, em seu texto, referem-se ao tema indevidamente escolhido. Tanto as questões colocadas no desenvolvimento, quanto aquela colocada no encerramento do texto são tentativas de provocações à reflexão dirigidas ao interlocutor. Como o escrevente não busca responder às indagações que ele mesmo vai fazendo, ele sente-se desobrigado de julgá-las quanto a sua pertinência. Sua expectativa parece ser exclusivamente a de conseguir o envolvimento do interlocutor, mesmo que, para tanto, se perpetrem perguntas insustentáveis, como é, especialmente, o caso da última.

A abertura do texto para o preenchimento por parte do leitor é, como parece ter ficado claro, um típico funcionamento das perguntas nos textos dos vestibulandos. O exemplo abaixo é um modo bastante comum de encerramento dos textos e reafirma esse mesmo funcionamento:

"Aonde está a paz que é tão desejada por todos nós?" (Texto 03-161)

Também, nesse caso, portanto, a expectativa do escrevente é contar com o interlocutor na elaboração conjunta de seu texto. Na falta da intervenção verbal efetiva ou das manifestações não-verbais de acompanhamento e elaboração conjunta do texto, o escrevente se utiliza das perguntas. No exemplo acima, além de encerrar o texto, a pergunta termina com uma inclusão do interlocutor no desejo manifestado pelo escrevente: "tão desejada por todos nós?". Esse artifício aposta na união dos pólos do remetente (o "eu" que compartilha o desejo de paz com "todos"), do destinatário (o "você" que compartilha o desejo de paz com "todos") e do referente (a "paz = não-violência") como o clímax e o recurso final da argumentação.

* * *

A partir da análise feita quanto aos recursos argumentativos da enumeração e das perguntas, podemos observar como o escrevente joga com o caráter par da conversação que supõe reproduzida em seu texto.

No caso da enumeração, a participação do interlocutor na construção do texto do escrevente vem marcada pelo cruzamento entre assunto e interlocutor. Como ficou dito, a necessidade de selecionar fatos e argumentos e de emitir opiniões está ligada ao imaginário que o escrevente faz de seu interlocutor e a esse fato se deve grande parte das escolhas que faz.

A enumeração aparece, portanto, ao mesmo tempo, como uma construção sintática econômica - pois facilita a justaposição linear de aspectos temáticos julgados relevantes pelo escrevente - e como um espaço de interpelação do interlocutor - já que, na linearização de vários aspectos sobre o tema, aumentam as chances de o interlocutor ter contemplada uma opinião pessoal sobre o tema.

No entanto, se esse é o funcionamento argumentativo da enumeração, cabe ressaltar que ele está ligado, no tipo de texto estudado, ao modo participativo de construção do discurso. O escrevente constrói essa participação no tempo da constituição de seu texto e a projeta no texto escrito, sem, no entanto, considerar a falta dos matizes entonacionais e paralingüísticos - necessários à justaposição de aspectos às vezes díspares - que supõe nele plasmados. Esse é, pois, um recurso argumentativo que denuncia a circulação do escrevente pela representação da gênese da (sua) escrita.

No caso das perguntas, a participação do interlocutor, tomado como o segundo membro do caráter par da conversação que o escrevente supõe construir em seu texto, vem marcada pela dúvida do escrevente. Essa dúvida pode vir assinalada tanto nas perguntas com respostas, em que, em geral, se evidencia a indecisão do escrevente, como nas perguntas sem respostas, em que a expectativa é provocar a reflexão e incitar o interlocutor à réplica. Como se trata, em todo o caso, de uma incitação em ausência, a tentativa do escrevente joga com a obtenção não tanto de uma resposta positiva quanto ao que busca evocar do tema no interlocutor, mas, sobretudo, com a obtenção de uma atitude positiva do leitor quanto à capacidade crítica e ao desempenho verbal escrito demonstrados.

Esse diálogo que, de certo modo, coloca o escrevente à máxima distância de seu interlocutor, caracterizando uma interação com alto grau de assimetria, serve também, paradoxalmente, a uma intensa aproximação entre os interlocutores. Submetido à injunção de dizer, o escrevente se obriga também a interpelar seu interlocutor e o faz a partir de seu modo de se relacionar com a linguagem. Assim, as perguntas conduzem-no a partir de sua maneira de

conceber a polêmica, tida como a relação entre interlocutores que se realiza em presença e à maneira de um desafio.

Estabelecida na conversa cotidiana, a polêmica seria, portanto, mais propriamente, o desafio entre os participantes a respeito dos modos de relacionamento dos homens com as coisas que os afetam. Na reprodução dessa cena, o escrevente busca, no recurso argumentativo das perguntas, uma forma de registrar esse confronto. Marcada regularmente por pontuação específica sempre que empregada em sua forma direta, não percebemos, desta feita, a falta da assinalação gráfica da prosódia. Projetadas e assinaladas, não se trata mais de supor as marcas fônico/acústicas como plasmadas no escrito, mas de supor, reconstruída, a própria cena em que a polêmica se estabelece, caracteristicamente marcada pelo caráter par da conversação.

* * *

Considerações finais

Neste capítulo, procuramos mostrar o funcionamento do primeiro de três modos pelos quais a escrita do vestibulando pode ser observada do ponto de vista da relação que o escrevente mantém com a linguagem.

Merece destaque o fato de que os *fragmentos* indiciativos desse eixo são normalmente vistos como marcas da interferência do oral/falado no escrito. Vistos desse modo, porém, e na medida em que, por essa via, se pressupõe a pureza do falado e do escrito, restringem-se as considerações sobre a escrita dos vestibulandos a tentativas de preenchimento de modelos, ou, na terminologia que estamos utilizando, apenas à circulação pela imagem que fazem sobre o código escrito institucionalizado, ou seja, pela imagem normalmente ligada ao

processo de escolarização formal da língua (e da prática textual) e do próprio escrevente.

A forma pela qual tratamos esse fenômeno da circulação dialógica do escrevente propõe, como enfatizamos desde o primeiro capítulo deste trabalho, um modo heterogêneo de constituição da escrita. Considerado esse modo heterogêneo, a questão da interferência da oralidade na escrita não se coloca, uma vez que oral/falado e letrado/escrito estão presentes nesse modo heterogêneo como práticas sociais, em que os limites rigorosos não se sustentam. Se perdemos uma distinção, cujo papel parece freqüentemente ter servido às imposições nem sempre justificáveis do ensino formal da língua, ganhamos em novas perspectivas de estudo, como a da abordagem dos gêneros textuais a partir não da dicotomização metodológica entre oral e letrado, por um lado, e falado e escrito, por outro, mas a partir do reconhecimento de encontros entre essas práticas, mesmo naqueles gêneros que se tem classificado como típicos do oral e do escrito. Defendemos que a manutenção dessa oposição - ainda que em termos metodológicos - pode abrir espaço para a consideração da autonomia da escrita e da manutenção de uma série de preconceitos lingüísticos. Vale lembrar que, embora considerando a influência da Lingüística no ensino de Língua Portuguesa, tais preconceitos têm-se mantido ou tomado outras formas.

A proposição de um modo heterogêneo de constituição entre o oral/falado e o letrado/escrito busca levar adiante, portanto, o que os teóricos que propuseram a dicotomização metodológica começaram. Eles já negam, como foi exaustivamente discutido, a existência de uma autonomia da escrita. A proposição de um modo heterogêneo de constituição da escrita ataca, portanto,

um dos flancos abertos por essa perspectiva. Embora este trabalho se fixe no material escrito, nele buscamos observar o modo heterogêneo de constituição da escrita e não sua autonomia em relação ao oral/falado. O outro flanco aberto por essa perspectiva é buscar desenvolver as intuições de vários pesquisadores quanto a esses encontros no material falado, ou seja, buscar observar o modo heterogêneo de constituição da oralidade.

Há, pois, um amplo campo de pesquisa quanto aos vários modos de aparecimento do heterogêneo na linguagem. O tratamento do problema em termos de gêneros textuais, apresentado aqui basicamente pelas propostas de Biber (1989) e de Marcuschi (1994, 1995), é, por exemplo, um grande passo. Quanto a nós, ainda que mantendo a atenção apenas na escrita, o interesse é investigar mais detidamente o processo da escrita a partir da relação que o escrevente mantém com a linguagem.

A proposição do eixo da representação da gênese da escrita visa justamente atender a uma exigência qualitativa na abordagem dos textos. Fugindo às maneiras clássicas de se avaliarem os chamados textos desarticulados, a proposição da circulação imaginária pela gênese da escrita abre espaço para ver a fragmentação - a exemplo do que faz Scarpa (1995) com a questão da fluência/disfluência¹⁰⁸ - como uma marca lingüística de pontos de *individuação* do sujeito.

¹⁰⁸ Scarpa (1995) afirma que "*de modo geral (...) trechos fluentes são os já ajeitados, conhecidos, analisados ou - na grande maioria dos casos, congelados, vêm em bloco. Os disfluents são aqueles em construção, instáveis, com tentativas infrutíferas de segmentação em blocos prosódicos; supõem passos mais complexos tanto paradigmática quanto sintagmaticamente na elaboração do enunciado. Autoria vs. não-autoria, discurso próprio vs. discurso do outro parecem ser também traços que vale a pena levantar enquanto hipótese de elaboração formal dos enunciados nesta faixa etária [sujeitos que abarcam a faixa etária de aproximadamente 22 meses a 2 anos]*" (op. cit., p. 171).

O estudo desses pontos de *individuação* permite, como foi visto no decorrer deste capítulo, partir da captação de indícios (*fragmentos* indiciativos de *interação*) da circulação imaginária do escrevente, passar por um processo de generalização em *regularidades* lingüísticas e chegar a uma propriedade como a da fragmentação.

O sentido que essa propriedade ganha está rigorosamente associado ao jogo de expectativas colocado no evento vestibular e se canaliza especialmente para a busca do envolvimento do/com o interlocutor. O envolver-se e o individualizar-se são intimamente relacionados, e o "*cruzamento de itinerários possíveis*" do evento de linguagem em questão, bem como o imaginário que lhe corresponde, são também elementos bastante propícios ao aparecimento desses pontos de *individuação* do sujeito.

Constatamos, pois, que as condições de produção dessa escrita, por exemplo no que se refere ao tema proposto e à coletânea de textos, são, por vezes, impeditivas da continuidade do fluxo regular da escrita. Isto é, em pontos por exemplo em que deve aflorar o conhecimento sobre como ler o tema e a coletânea, pode dar-se a emergência da gênese da escrita sob a forma de uma cooperação com o interlocutor - à maneira de uma representação dramática - ensaiada mentalmente e registrada graficamente por meio dessas rupturas do fluxo da escrita. A exemplo do que Vygotsky (1987, p. 17) propõe para a *fala interior*, essa cooperação mentalmente ensaiada serve tanto *ao pensamento autístico* (no caso, monologização que, rompendo a cadeia, impede ou dificulta sua compreensibilidade) quanto *ao pensamento lógico* (no caso, entendido como o procedimento regular de antecipação e articulação das vozes no texto). Como vimos, os exemplos aqui classificados como de ruptura causada pela

circulação que o escrevente faz pela gênese da (sua) escrita incluem-se naquele tipo que impede ou dificulta a compreensibilidade do fluxo da escrita.

Ainda seguindo o raciocínio de Vygotsky para a *fala interior*, o afloramento da gênese pode ser visto como uma forma de resolver problemas. Sob esse ponto de vista, a representação da gênese nunca está fora do processo da escrita. Assim, se a gênese não emerge como ruptura, é porque estão predominando processos interiores de antecipação e silenciamento do diálogo com o interlocutor representado. No entanto, frente a certas dificuldades - como nos casos estudados -, o escrevente reativa recursos de elaboração cooperativa do discurso como alavanca para a solução desses problemas, produzindo marcas lingüísticas da circulação pelo seu imaginário sobre a gênese da escrita nas várias dimensões da linguagem.

Como pudemos observar, no que se refere às *regularidades* lingüísticas obtidas, o caráter fragmentário dessa escrita pode ser visto tanto na sintaxe, como na prosódia, no tipo de articulação léxico/sintaxe, na organização do texto e nos recursos argumentativos. Em todos esses aspectos, a dimensão pragmático-discursiva (fatores situacionais imediatos, rituais enunciativos e marcas históricas da relação que o sujeito mantém com a linguagem) está presente, ao mesmo tempo produzindo efeitos de fragmentação e sendo produzida por eles. É no movimento de circulação entre a reprodutibilidade de uma prática (na presente discussão, deixada em segundo plano) e os dados de ineditismo de uma individuação histórica (aqui ressaltados) que o escrevente constitui sua representação da gênese da (sua) escrita.

Desconsiderar esse dado de ineditismo da *individuação* do sujeito seria, pois, desconsiderar o caráter local do dado lingüístico a fim de transferi-lo para

alguma instância em que o escrevente não teria outro papel a não ser o de reproduzir modelos. Por outro lado, considerar o dado local fora da dimensão histórica do sujeito, isto é, estritamente definido apenas como um dado lingüístico, seria desconsiderar o caráter discursivo que permite observar os processos de *individuação*.

* * *

No capítulo seguinte, será tratado o segundo tipo de circulação dialógica do escrevente. Abordaremos a maneira como o escrevente circula pelo imaginário que faz sobre a representação da (sua) escrita como código institucionalizado.

Capítulo 4

O ESCRIVENTE E A REPRESENTAÇÃO DO CÓDIGO ESCRITO INSTITUCIONALIZADO

Antes de prosseguirmos, é importante ressaltar que os três eixos reguladores do aparecimento da imagem do escrevente sobre a (sua) escrita atuam de maneira integrada. No capítulo 2, procuramos mostrar essa atuação simultânea. Com a exposição que fizemos no capítulo 3 e com a que será efetuada no presente capítulo e no seguinte, buscamos dar contornos mais claros sobre como esse imaginário aparece em cada eixo, visto isoladamente.

Abordado o primeiro eixo, nosso segundo lugar privilegiado para observação da circulação dialógica do escrevente é o do papel de código institucionalizado. Mais precisamente, esse lugar se constitui pelo papel de código institucionalizado atribuído à escrita por parte do escrevente.

Várias foram as considerações feitas, neste trabalho, sobre essa representação que o escrevente faz da escrita. As referências a esse segundo eixo de circulação dialógica serão organizadas do seguinte modo: (a) pelo tipo de encontro entre o oral/falado e o letrado/escrito que o escrevente propõe; (b) pelo modo como o próprio escrevente se representa em sua escrita; e (c) pelas marcas lingüísticas indiciativas desse tipo de circulação dialógica.

No que se refere ao tipo de encontro que o escrevente propõe entre o oral/falado e o letrado/escrito, a representação da escrita como código institucionalizado reproduz, de certo modo, a visão da língua escolarizada. Nesta visão, a escrita é considerada autônoma, de tal forma que as marcas do

oral/falado que eventualmente nela se pudessem reconhecer seriam vistas como desvios do instituído e, nesse sentido, deveriam ser tomadas como lhetendo totalmente exteriores. Podemos dizer que, nesse tipo de encontro, o escrevente lida, basicamente, com o que supõe ser - a partir não só do que aprendeu na escola, mas, em grande parte, do que assimilou fora dela - a visão escolarizada do código institucionalmente reconhecido. Definidor de um produto inteiramente refratário a seu modo de constituição, o oral/falado seria, portanto, integralmente representado a partir do caráter integrativo da escrita a ponto de não mais ser justificável reconhecê-lo nesse novo produto.

O tipo de mixagem que o escrevente propõe a partir do código institucionalizado tem, pois, como pano de fundo, a visão do letrado/escrito como um modo autônomo de expressão, em cujo processamento, tomado como pertencente à *escrita culta formal*, o escrevente se espelha. Na prática, porém, tal autonomia, por não ter um modelo puro, nem, de resto, um correspondente empírico, reduz-se à suposição de que se pode transformar a oralidade em escrita unicamente pelo fato de esta última poder dar à primeira uma forma gráfica. Frequentemente, essa busca de um modelo leva o escrevente a exceder-se numa caracterização do texto baseada em propriedades que ele supõe serem exclusivas da escrita. Nessas ocasiões, evidencia-se privilegiadamente sua representação do código institucionalizado, imagem que lhe serve de base no que se refere ao modo como representa a (sua) escrita, seu interlocutor e a si mesmo.

Portanto, os encontros entre o oral/falado e o letrado/escrito se evidenciam sempre que o escrevente leva a extremos uma tal imagem sobre o código escrito. Ou seja, nesse eixo de circulação dialógica, esses encontros se

mostram pelo excesso, pois esse procedimento pode dar um cunho formal inconsistente em relação ao próprio tipo de organização textual proposta. Para citar um exemplo, basta lembrar do assim chamado "estilo cartorial", muito presente nos expedientes das repartições públicas, mas emergente também em certas passagens de muitos dos textos de vestibulandos.

Quanto às referências já feitas aqui sobre o modo pelo qual o próprio escrevente se representa em sua escrita, foram mencionados aspectos como: o caráter de reprodutor de uma prática instituída; a tentativa de alçamento à escrita culta formal e aos discursos estabilizados da instituição escolar; a auto-atribuição de uma posição, relativamente à suposição de lugares específicos para o letrado/escrito tidos como institucionalmente definidos; a auto-atribuição de uma posição, relativamente à posição específica atribuída ao interlocutor - este numa região mais formal -, em relação à língua; e as indicações *metadiscursivas*, por meio das quais o escrevente revela - em sua busca de alçamento, por tentativa de repetição ou por superação de um modelo - pontos salientes desse tipo de circulação dialógica.

No que se refere às marcas lingüísticas que são objeto das indicações *metadiscursivas*, mencionamos aquelas pistas utilizadas como *fragmentos de interação*. Entre elas, as relativas ao *esquema textual*, mas também as que se referem a várias outras dimensões: estruturas sintáticas, escolhas lexicais, outros recursos de organização textual e recursos argumentativos. Essas marcas foram reunidas no que chamamos *regularidades lingüísticas*, maneira de nos referirmos a um nível mais geral de observação dentro de cada dimensão estudada. A essas *regularidades lingüísticas* propusemos a associação com propriedades ligadas ao que - preocupados em caracterizar a escrita típica -

Chafe (1982, 1985) chama de integração e distanciamento e Tannen (1982) de lexicalização com ênfase no conteúdo.

A variedade de dimensões lingüísticas que a circulação dialógica pelo código institucionalizado recobre é caracterizada pelo fato de tratar-se de uma representação do escrevente e mostra que, mesmo que essa representação, em determinados momentos, possa privilegiar certas dimensões da linguagem em detrimento de outras, não é exclusiva de nenhuma delas. De qualquer modo, o fator condicionante básico de seu aparecimento é sempre o caráter de réplica - tentativa de adequar o texto ao que recomenda a prática escolar tradicional -, ligado à relação que o escrevente mantém com a linguagem através do modo de enunciação utilizado (gênero, destinatário constituído, tema abordado, dados esses que participam das condições de produção e do jogo de expectativas associado a essas condições) e não a sua relação com características tidas como absolutas da escrita em geral.

Essas referências que fizemos nos capítulos precedentes e que acabamos de retomar sumariamente neste ponto serão aprofundadas, a seguir, nas implicações teóricas a respeito do segundo eixo de circulação dialógica do escrevente, o do código institucionalizado.

1. IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DA CONSIDERAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE O CÓDIGO ESCRITO INSTITUCIONALIZADO

Do que discutimos no capítulo 3, a despeito de termos insistido em sua constituição como apenas um dos eixos de circulação imaginária do escrevente, poderíamos talvez ser levados a concluir que o escrevente invariavelmente toma a escrita como uma representação de enunciados orais. Para evitar uma tal

generalização, vale destacar o que Abaurre (1987) lembra, em nota, ao tratar das escritas idiossincráticas de crianças:

"Seria ingênuo pensar que o aprendiz de escrita, indivíduo que vive em uma sociedade que escreve, representa a escrita, esse objeto que procura conhecer, como uma simples transcrição da fala. Existem bons motivos para supor que a representação de escrita que o indivíduo já traz para a escola seja mais complexa, por mais limitado que tenha sido o seu contato com a escrita e seus usos. (...) embora em graus diversos, o aprendiz da escrita já diferencia escrita de fala, no sentido de que nunca a produção escrita, em um primeiro momento, se reduz a uma mera tentativa de transcrição da fala. Por mais próxima que ela esteja disso, é sempre possível identificar a presença de elementos que pressupõem já a incorporação de aspectos convencionais, de escolhas de estruturas típicas da escrita, de modelos escritos..." (op. cit., p. 193, destaque no original).

Essa observação preliminar estabelece as bases da discussão que faremos, a seguir, a respeito das quatro principais implicações teóricas da consideração do código Institucionalizado como um segundo eixo da circulação Imaginária do escrevente em relação a sua constituição como tal, à constituição de seu interlocutor e à própria constituição da (sua) escrita.

A primeira implicação teórica a ser tratada refere-se à constatação da identificação corrente entre escrita e língua.

Bazin e Bensa, na apresentação da tradução francesa da já citada obra de Goody (1979), mencionam a existência, nas sociedades que conhecem a escrita, de dois tipos de enunciados: *"os que são produzidos espontaneamente em virtude de um hábito lingüístico (que difere segundo a posição social dos locutores) e os que são produzidos expressamente por referência a uma norma ou*

modelo (o mais freqüentemente definidos pelo grupo dominante) transmitido pela escrita por meio do sistema escolar" (op. cit., p. 12).

No que se refere aos chamados enunciados produzidos espontaneamente, é importante ressaltar que, na escola, mesmo a língua falada - mais propensa a realçar as diferenças segundo a posição social dos locutores - toma freqüentemente como modelo a escrita. Como afirma Vanoye (1986), "*a língua falada é geralmente ensinada, corrigida, retificada, com base na escrita*" (op. cit. p. 43). Um exemplo diferente da retomada de um modelo, ainda no domínio do falado, está na eleição de certas pronúncias em detrimento de outras nos meios de comunicação de massa. Vachek atribui a ênfase nos problemas de ortoépia aos "*métodos modernos de reprodução de enunciados falados*". Mais do que isso - é o que defendemos aqui - parece haver, nesse caso, uma prática de uniformização muito semelhante à da "língua literária" - aquela que Saussure definia como se sobrepondo aos dialetos para tornar-se a língua oficial e comum de um povo. O registro feito por Vachek a propósito da escolha de uma pronúncia modelo mostra que essa prática não é tão recente quanto pode parecer: "*isto foi claramente visto na Grã-Bretanha onde uma série de Manuais de 'Inglês de radiodifusão' discutindo problemas de ortoépia, foi publicado no período entre as duas guerras*" [1989 (1979), p. 14].

A fixação de modelos para o falado reproduz uma prática comum no tratamento da escrita e contribui para evidenciar a indevida identificação do tratamento da língua em geral com uma escrita¹⁰⁹. Essa identificação é

¹⁰⁹ Essa identificação da língua em geral com uma escrita é tratada por Castilho (1988), sob o viés da variação lingüística. Depois de definir *norma* como um "*fator de coesão social*" (em sentido amplo) e como correspondente "*aos usos e aspirações da classe social de prestígio*" (em sentido estrito), o autor aponta alguns preconceitos sobre a norma. Entre eles, aponta aquele que confunde o português culto com o português escrito, preconceito que faz esquecer que há também um português culto falado (cf. op. cit., p. 53-55).

mostrada por Bazin e Bensa ao citarem a afirmação de Bourdieu sobre a imagem que normalmente se faz sobre a língua:

"sempre que alguém fala da língua sem outra precisão, refere-se tacitamente à língua oficial de uma unidade política, isto é, à língua tal como é fixada pelos 'agentes autorizados' e especializados (gramáticos, professores etc.), portanto à 'língua escrita ou quase escrita ou digna de ser escrita' (apud Benza e Bensa, idem, ib.).

A identificação entre escrita e língua, que constatamos aqui, fica, portanto, muito evidente quando, até mesmo para o falado, a fixação de modelos se vincula a partir do que é uma prática aceita para o escrito.

Da relação entre enunciados e referência a uma norma ou modelo transmitido pela escrita, podemos extrair uma **segunda implicação teórica** da consideração do eixo relativo ao código institucionalizado. Trata-se da **relação entre escrita e planificação**, modo pelo qual a escrita termina por torna-se o lugar da anulação do escrevente, como teremos ocasião de mostrar ao tratarmos da terceira implicação teórica.

O tipo de valor atribuído à escrita que comentamos acima mostra-se também pela oposição de dois tipos de visões de língua - a de dentro e a de fora da Lingüística. Para Biber (1988), a primazia da fala não é aceita fora da Lingüística: *"embora a fala seja defendida como tendo primazia lingüística, à escrita é dada prioridade social pela maioria dos adultos em culturas ocidentais"* (op. cit., p. 6).

Nesse contexto, podemos ler prioridade social como planificação. Para fazê-lo, vale retomar a reflexão de Rossi-Landi (1985) a respeito da *"economia como estudo das mensagens-mercadorias"* em seu estudo *"Sobre a linguagem"*

verbal e não-verbal". Segundo o autor, "a economia é o estudo de algo que acontece entre a produção e o consumo, isto é, da troca e de seus desenvolvimentos". É nesse sentido que, ainda para o autor, "a economia não concerne produção e consumo enquanto tais" (op. cit., p. 115, destaque no original).

A associação entre o que acontece na economia e o que acontece na escrita vem, pois, a propósito da anulação da troca, isto é, da anulação do caráter de mercadoria:

"se eu produzo algo e o consumo logo em seguida ou deixo que outrem o faça, isto é, se não existe sequer o embrião de uma troca, o momento econômico está simplesmente ausente. Houve apenas a produção de um bem, de um valor de uso; o produto não teve tempo de adquirir um valor de troca, isto é, de tornar-se uma mercadoria" (op. cit., p. 116, destaque no original).

A utilização, na escrita, de um modelo ditado pelo consumo (daí a prioridade social a ela atribuída) e não pela necessidade (daí o apagamento da relação entre sujeitos) corresponde, na reflexão do autor, à coincidência integral entre produção e consumo. Nesse caso, fica eliminado o valor de troca em favor da planificação, o que, por sua vez, corresponderia, na reflexão de Rossi-Landi, a substituir a economia "pelo estudo científico dos consumos [enquanto tais] e, em função deles, da produção [também enquanto tal] (idem, ib.).

Apesar de também ser troca, a escrita, quando tomada como produto exclusivo do código institucionalizado, é vista, no entanto, em sua planificação, enfatizando indiferentemente o pólo da produção ou o do consumo, mas nunca a relação entre eles. Desse modo, podemos dizer que, da maneira pela qual é normalmente vista e praticada, a enunciação pela escrita traduz-se em

planificação, uniformização e homogeneização. Esses três diferentes procedimentos atuam em sintonia com o poder de certas forças socialmente constituídas, produzindo, respectivamente, a projeção de um modelo a ser repetido (projeção de um poder burocrático), o efeito de uma partilha simbólica igualitária (simulacro de um poder mais propriamente político) e o apagamento das diferenças no plano da constituição do sujeito (poder de repressão à emergência do caráter relacional dos sujeitos, poder que, ao negar essa relação, prevê, como únicas possibilidades de emergência do sujeito, a identidade homogeneizadora do indivíduo - lugar da criatividade ou do desvio da norma - ou sua identificação pela assunção do que se toma como coletivo¹¹⁰ - a própria norma). O ensino formal tem, a esse respeito, um papel fundamental, uma vez que as escolhas de modelos de escrita - adequadas ao tipo de consumo recomendado - são intimamente ligadas a certas minorias. É o que mostra Gnerre ao tratar da alfabetização:

"Se (...) operamos com grandes abstrações histórica e ideologicamente constituídas, tais como 'língua' e 'escrita', ficamos simplesmente internos ao nosso universo de referência conceitual e não nos relativizamos, mas nos assumimos como medida, ou ponto de chegada do processo de alfabetização. Esse processo seria então uma espécie de rito de passagem que reduziria a diferença entre os 'outros', sejam [os alfabetizandos] crianças ou adultos, e nós, construindo um indivíduo à nossa imagem e semelhança". (1985, p. 33).

Constatações semelhantes vêm de Marcuschi:

¹¹⁰ Na medida em que assumimos que a constituição do sujeito é relacional e, portanto, heterogênea, não se constituindo nem em identidade, nem em identificação, destacamos, com Authier-Revuz (1990), que, na negociação com a *heterogeneidade constitutiva* do sujeito e do seu discurso, a *heterogeneidade mostrada* é o recurso pelo qual o sujeito se representa como fonte do discurso, ao marcar *zonas de contato* (op. cit., p. 31) entre o que assume como seu e o que atribui ao outro. Em nosso trabalho, essa negociação é o que permite observar os *fragmentos indiciativos de interação*.

"não deixa de ser um tipo de 'dominação' a situação a que a criança é submetida quando entra na escola e deve adaptar-se ao saber institucional manifestado no domínio das formas simbólicas" (1994b, p. 7).

"A escrita é tanto uma forma de domínio da realidade no sentido da apreensão do saber e da cultura, como é também uma forma de dominação social enquanto propriedade de poucos e imposição de um saber oficial subordinador" (op. cit., p. 13, destaque no original).

Mas não é apenas o aspecto da escolha do modelo que está presente na tradição planificadora da escrita *"elaborada por minorias letradas ligadas ao poder político e econômico"* (Gnerre, idem, p. 34). Também o aspecto ligado à própria tecnologia empregada deve ser lembrado. Goody (1979), ao mostrar a convivência e inter-relação entre escrita e oralidade, afirma:

"A essa situação de controle da escrita por um grupo especializado correspondem não somente formas escritas particulares, mas também formas orais. Quero dizer com isso que o domínio da expressão oral pode ser influenciado por toda uma série de maneiras por essa dimensão suplementar que é a prática da escrita." (op. cit., p. 254-5).

Desse modo, a existência da escrita, mesmo num domínio restrito, como por exemplo, no domínio administrativo, pode, segundo o autor, ter efeito tanto sobre *"o conteúdo da comunicação oral"*, como sobre a *"estrutura das produções orais na forma padronizada"*. Ainda segundo Goody, além da influência do *conteúdo da comunicação* (evidente tanto nos escritos religiosos como numa peça de Shakespeare), também os *"esquemas classificatórios"* da *"tradição oral"* podem ser modificados de maneira importante. A título de exemplo, o autor cita o quadro de descrição dos tipos humanos da Europa e suas diferentes

características¹¹¹, destacando que *"cada lugar do quadro deve ser preenchido; o esquema não tolera nenhuma casa branca, a matriz tem horror do vazio"* (idem, p. 258, destaque no original).

O caráter de planificação da escrita fica, pois, evidente. Com esse exemplo, Goody mostra que um quadro para preenchimento como o citado,

"ao formalizar (...) uma classificação bastante flexível do falar cotidiano, deixa de ser um simples registro de um sistema de classificação para tornar-se uma espécie de texto de referência, memento acabado (...) que não é só o produto de julgamentos antigos, mas um aparelho para produzir novos" (idem, ib.).

Toda essa reflexão do autor, voltada à apreensão da interferência da escrita na oralidade, pode, no contexto das discussões aqui levadas a efeito, ser vista quanto à presença do produto escrito no próprio processo de escrever. Trata-se, mais propriamente, de uma terceira implicação teórica da consideração do eixo de circulação imaginária que estamos analisando.

Deslocada para o campo da presença do produto escrito sobre o processo de escrever, a reflexão de Goody se assemelha àquela feita por de Lemos (1988) quando a autora afirma que os resultados de sua análise de textos de vestibulandos parecem explicitar:

"um estereótipo formal ou o modelo de discurso escrito (possivelmente erudito) que o aluno, ou nesse caso, o vestibulando, tenta manipular em face das dificuldades da tarefa que lhe é exigida. Sendo esse modelo, por definição, dado ou prévio à reflexão sobre o tema proposto parece-me claro que ele atua no sentido de bloquear essa reflexão que é, então, substituída por um preenchimento aleatório do modelo, com o que se poderia chamar de estereótipo de conteúdo" (1988, p. 73).

¹¹¹ Quadro, contendo dez nações e dezessete critérios, que figura numa pintura do início do século XVIII do austríaco Steiermark (cf. Goody, idem, 155-8).

A prática do preenchimento - muito próxima do mecanismo descrito por Goody sobre o "o calculador de memória" ou "memento acabado" - vai se caracterizando cada vez mais nitidamente à medida que a autora argumenta. Um momento importante de sua argumentação é aquele que tematiza a complexidade do discurso escrito. Segundo de Lemos, nesse tipo de produção:

"a participação do interlocutor representado é algo que o locutor ou produtor que o representa deve manipular sozinho e é, possivelmente, nessa duplicidade de papéis, nessa dupla tarefa e, mais ainda, na determinação de uma sobre a outra que se define a especificidade e a maior complexidade do discurso escrito" (idem, p. 74).

O quadro em que o escrevente se situa no seu processo de escrever fica ainda mais restrito, quando a autora mostra a associação entre esse tipo de antecipação do interlocutor, o modelo de escrita institucionalmente estabelecido e a conseqüente anulação do próprio escrevente:

"Parece, de alguma forma, plausível afirmar que, em face da complexidade na dupla tarefa envolvida na produção do discurso escrito em geral e agravada em um contexto escolar pela superposição de interlocutores - interlocutor representado, professor representado como interlocutor e como examinador - o aluno lança mão da estratégia reparatória [estratégia de preenchimento]. O recurso a um esquema formal aparente de discurso escrito e seu preenchimento com elementos que ele supõe pertencerem ao universo de conhecimentos e crenças de seus interlocutores superpostos parece, pelo menos em parte, derivado dessa situação. Tal estratégia, porém, não resulta senão na anulação da estrutura dialógica e na instanciação de um bizarro monólogo em que a voz que fala é apenas a do Outro." (idem, p. 75).¹¹²

¹¹² Em artigo posterior, a autora rediscute a idéia de monologização (conferir: de Lemos, 1994). Ainda sobre a relação " 'palavra pessoal-palavra do outro' ", Brait (1994) afirma que "as gradações quase infinitas existentes entre o conceito de palavra alheia ou apropriada se estabelecem nas relações dialógicas da enunciação" (op. cit., p. 25).

Essa discussão é retomada por Pécora (1989), ao analisar textos de vestibulandos e de universitários, ocasião em que o autor contribui também com outras determinações a essa questão. Pécora procura, por exemplo, evidenciar o caráter mecânico que a escrita adquire na escola ao dizer que *"tudo se passa como se a escrita não tivesse outra função que não a de ocupar, a duras penas, o espaço que lhe foi reservado, como se a sua única vocação fosse ser mancha de, aproximadamente, vinte linhas de extensão"* (op. cit., p. 68). Ao mencionar a imagem da escrita que é consagrada pela escola, conclui que, na escola, *escrever significa reproduzir uma atividade que existe exclusivamente em função do próprio ambiente escolar, cujo valor é exclusivamente escolar, e cujo destino é reproduzir a sua instituição*" (idem, ib.).

Ligada a essa visão de escrita, apresentamos o que vamos chamar a quarta e última implicação teórica da consideração do eixo de representação do código escrito institucionalizado. Constatamos, desta feita, a não-percepção - como veremos, só aparentemente paradoxal -, por parte do escrevente, da *relevância social* (Abaurre, 1987, p. 191) da escrita, portanto a não-percepção do caráter participativo do escrevente no contínuo processo de aquisição da escrita.

A fim de definirmos melhor o âmbito dessa última implicação teórica, traremos a reflexão de Goody acerca das receitas (culinárias e médicas) e sua relação com o ensino. É importante ressaltar que não estamos pretendendo, a partir da idéia de receita, retomar a crítica, já tematizada acima, aos modelos de escrita. Para o que nos interessa no momento, a posição de Goody quanto à receita escrita, embora pela contramão, aprofunda a questão - que

consideramos como básica - de encarar a escrita ou como produto ou como processo. Observemos, em primeiro lugar, como o autor define uma receita:

"A 'receita' é (...) uma fórmula escrita que indica uma mistura de ingredientes para fins culinários, médicos ou mágicos; ela enumera os elementos que entram nas preparações destinadas a ser consumidas pelo homem" (idem, p. 233).

Segundo Goody, o advento (por volta de 1500) dos livros que ensinam a fabricar boas receitas é suficiente para modificar as condições e a natureza do ensino: *"a receita adquiriu, a partir de então, uma total independência em relação àquele que a ensina, ela se tornou impessoal, ganhou em generalidade, em universalidade" (idem, p. 232).*

Goody aponta como fatores positivos da introdução da receita no saber culinário: a possibilidade de sua *"extensão e diversificação"*; a eliminação do *caráter, em certo sentido, conservador dos conhecimentos culinários adquiridos por simples participação* e a recusa de uma posição de *"subordinado"* em relação a quem ensina. Os argumentos utilizados pelo autor mostram, porém, claramente, o que fica excluído em cada um desses fatores presentes no processo formal de aprendizagem: o caráter local da receita da cozinha camponesa; o modo participativo do aprendizado (segundo o próprio autor, nesse tipo de cozinha se coloca *"muito menor ênfase na necessidade de obedecer estritamente a uma série de ordens escritas"*) e a possibilidade de troca com o mestre, ainda mais intensa se considerarmos que esse saber se adquiria *"no contexto da vida familiar"* (idem, p. 238-40).

No caso do processo participativo da tradição oral, no qual os atores estão engajados na mesma tarefa, além da abertura de possibilidade de

transformação do próprio objeto de ensino, podemos detectar também a presença da padronização (aspecto da escriturização do oral), mas em processo. Esse fato parece indicar que as vantagens apontadas por Goody para a padronização da receita escrita está, na verdade, para o autor, em outro lugar, isto é, não na padronização propriamente dita, mas na uniformização de um produto, aspecto que, na reflexão de Rossi-Landi acima comentada, estaria ligado a seu *valor de uso* (seu modo de consumo) e não a seu *valor de troca*.

Só aparentemente, pois, há um paradoxo na não-percepção, por parte do escrevente, da *relevância social* da escrita. Do fato de as convenções - não apenas ortográficas - da escrita serem determinadas pela sociedade, pareceria decorrer imediatamente o reconhecimento de sua relevância social. No entanto, ao buscar alçar-se para o domínio do que está institucionalmente fixado, o escrevente apenas cumpre uma tarefa (burocrática, poderíamos dizer), da qual sobra como resíduo sua isenção no que tange ao exercício da troca. Em outras palavras, pratica uma escrita sem relevância social. O escrevente participa, desse modo, de um processo de identificação (onde localiza o acerto), afirmando - pela negação - sua identidade com o que considera como erro. Em suma, só se apresenta como sujeito pelo excedente de sua escrita, ou seja, pela superação do que toma como modelar. É esse excesso e essa superação indicados que tomamos como produto da imagem que o escrevente faz do código institucionalizado.

Para irmos direto ao ponto abordado, a não-percepção, por parte do escrevente, da *relevância social* da escrita está ligada ao pouco espaço de participação que ele tem no desenvolvimento de sua escrita, escassez que começa na alfabetização e que segue até a escrita adulta.

No que se refere à escrita infantil, podemos detectar, com Abaurre, a preocupação com o necessário caráter participativo da criança no processo de aquisição da escrita. Segundo a autora:

"A escola costuma trabalhar com um conceito equivocado de prontidão para a escrita e leitura. Seria muito mais interessante definir prontidão em termos de uso da escrita do que prontidão para 'aprender a desenhar letras' (o que é muito mais uma decorrência do uso). Algumas crianças estão muito mais 'prontas' do que outras para usar as atividades no seu ambiente familiar e no contexto social em que vivem."
(op. cit., p. 191)

Vale destacar a ênfase posta pela autora na relação entre prontidão e uso da escrita. Ainda segundo Abaurre, no caso de crianças com bom desempenho no chamado "período preparatório" e que continuam a se debater com a escrita e leitura, pode estar faltando exatamente *"aquele contato com a escrita e leitura que permitiria a interferência de sua relevância social"* (idem, ib.). Também para Vygotsky (1988), *"o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam"* (op. cit., p. 99). É nesse mesmo sentido que o autor afirma ser necessário *"fazer com que a escrita seja desenvolvimento organizado, mais do que aprendizado"* (idem, p. 134).

No que diz respeito à escrita adulta, já adiantamos¹¹³ que a composição do texto escrito é freqüentemente apresentada aos alunos como uma operação (em cadeia) de recursos tipicamente gráficos, em relação aos quais a participação do escrevente se reduz ao mínimo, dado que freqüentemente esses recursos sequer são apresentados e reconhecidos por ele como gráficos.

¹¹³ Conferir, aqui mesmo, p. 29, nota 11.

Longe, portanto, de compreender e participar do processo de escrever, o aluno tende a lidar com os efeitos que supõe atingir a partir de rituais enunciativos, de lugares-comuns e esquemas textuais. Trazidos sempre como produtos acabados, fator fundamental da homogeneização da produção, terminam por resultar num subproduto uniformizado e sem *valor de troca*.

Em síntese, em termos teóricos, as implicações da consideração do código institucionalizado, permitem observar: (a) a identificação entre escrita e língua e a conseqüente uniformização da língua; (b) a relação entre escrita e planificação; (c) a presença do produto escrito no próprio processo de escrever e a conseqüente homogeneização do sujeito; e (d) a não-percepção, por parte do escrevente, da *relevância social* da escrita como efeito do restrito espaço de participação que o escrevente tem no desenvolvimento de sua escrita.

Interpretadas de outro modo, as implicações teóricas da consideração desse eixo permitem entrever: (a) a identificação de um poder político (envolvendo representações de classes, de segmentos de formadores de opinião, de segmentos da elite cultural e da elite propriamente política etc.); (b) a identificação de um poder burocrático (envolvendo representações sobre a estrita regulamentação da atividade lingüística, ligada à expectativa de adequação do dizer a certos tipos de saber, a certas esferas de atividade etc.); (c) a identificação de um poder de recalque [envolvendo a "*instanciação de um bizarro monólogo em que a voz que fala é apenas a do Outro*" (de Lemos, *idem*, p. 75)]; (d) a identificação de um poder pedagógico (envolvendo a reprodução da imagem que a própria escola passa da escrita como produto autônomo, isento, portanto, da necessidade de participação do escrevente).

A exemplo da abordagem feita sobre representação que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita, trata-se, mais uma vez, de captar a representação que o escrevente faz da escrita, desta feita enquanto código institucionalizado. Mais precisamente, trata-se de localizar e explicar suas representações antecipatórias do código institucionalizado e do interlocutor, emergentes em sua escrita atual. O enfoque a ser dado ao segundo eixo de circulação dialógica se apóia, portanto, na mesma hipótese sustentada quando da abordagem do primeiro eixo, a saber, a de que momentos desse segundo tipo de circulação podem ser retomados, em tese¹¹⁴, em qualquer época, na escrita de qualquer pessoa, em qualquer texto.

2. O CÓDIGO INSTITUCIONALIZADO NO CONJUNTO DE TEXTOS ANALISADOS

Quanto ao procedimento metodológico, manteremos, também em relação a este segundo eixo de circulação imaginária, a abordagem globalizada dos textos. É, pois, a busca de como o código institucionalizado aparece representado nos vários textos que interessa destacar nesta etapa do trabalho. Em outras palavras, trata-se de apreender o que a imagem dos escreventes aponta como a escrita padrão, tomada como um modo autônomo de representação do oral/falado.

No que se refere aos escreventes, portanto, buscamos estabelecer pontos de *individuação* comuns. Desse modo, aquilo que poderia parecer o seu mais alto grau de assujeitamento, a saber, sua recusa de uma identidade (recusa do que concede como "o errado") pela afirmação de uma identificação (tentativa de alçamento ao que imagina como o código escrito institucionalizado), será

¹¹⁴ Conferir, aqui mesmo, p. 194, nota 31.

visto como um processo de *individuação*, em que o caráter relacional da constituição do sujeito determina sua existência histórica, isto é, determina sua especificidade, portanto longe, também, da centralidade do indivíduo tomado como fonte de seu dizer. Essa especificidade - caráter ao mesmo tempo "*geral*" e "*particular*" do sujeito - é o que permite que busquemos, nos textos, pontos de *individuação* (no caso deste trabalho, por meio da captação de pistas lingüísticas locais com caráter de réplica).

Esses pontos de *individuação*, que denunciam a tentativa de alçamento do escrevente ao (ou seja, afirmação de sua identificação com o) que imagina como código escrito institucionalizado, serão reunidos em um nível mais alto de generalidade, o das *regularidades* lingüísticas atinentes às várias dimensões da linguagem: marcas de natureza sintática e lexical, de organização textual, de recursos argumentativos e de natureza ortográfica. Mantemos, desse modo, como objetivo, garantir, por meio da captação de pistas comuns nos vários textos, tanto o trabalho com o método *indiciário*, como a abordagem globalizada e de caráter explicativo do problema.

Segue, em termos percentuais, o quadro relativo à freqüência dessas *regularidades* de acordo com as dimensões da linguagem analisadas. A exemplo do eixo anteriormente analisado, o cálculo proporcional foi obtido da seguinte forma: consideramos a soma total de ocorrências de todas as *regularidades* no conjunto dos textos e, em função dessa soma, chegamos aos percentuais para cada *regularidade* referente ao eixo de representação do código escrito institucionalizado. Vale insistir na ressalva de que as pistas privilegiadas para análise não tiveram sua relevância avaliada simplesmente pela freqüência. Levamos em consideração, sobretudo, o fato de guardarem em

comum a característica de manifestar o mesmo modo particular de processamento (a mesma *regularidade*) em uma dada dimensão da linguagem, de tal forma que pudessem contribuir - no caso deste segundo eixo - para a caracterização da imagem que o escrevente faz do código escrito institucionalizado, um dos tipos de circulação imaginária que, segundo o que... estamos defendendo, leva à caracterização de um modo heterogêneo de constituição da escrita.

QUADRO 1: Porcentagem das ocorrências segundo as dimensões da linguagem para o eixo de circulação imaginária pelo código escrito institucionalizado no conjunto dos textos

DIMENSÃO DA LINGUAGEM	PORCENTAGEM
SINTAXE*	20,1
MARCAS LEXICAIS	20,1
ORGANIZAÇÃO TEXTUAL	33,3
RECURSOS ARGUMENTATIVOS	20,7
MARCAS ORTOGRÁFICAS	5,8
TOTAL	100,0

* Mantivemos a separação entre Sintaxe e Léxico apenas para preservar o paralelismo quanto ao tratamento dado a essas dimensões da linguagem no capítulo 3.

Marcas sintáticas da representação do escrevente sobre a (sua) escrita como código institucionalizado

As *regularidades* sintáticas que se mostraram mais *salientes* nos textos analisados foram: (1) quanto à construção do sintagma nominal: (a) a posição do adjetivo no sintagma nominal; e (b) a construção do sintagma por meio de nominalização; (2) quanto à estruturação intrincada da frase: (a) a construção complexa e de difícil compreensão; e (b) o fenômeno da hipercorreção.

Embora, evidentemente, do ponto de vista sintático, ambos os tipos de marcas participem da construção da frase, a separação se justifica por ser o sintagma um lugar privilegiado para se observar a articulação entre léxico e

sintaxe. O aspecto que nos interessa mais de perto é a passagem das denominações que pertencem ao domínio ativo¹¹⁵ do escrevente para as denominações que ele atribui a seu interlocutor (a cujo padrão de linguagem o escrevente busca se alçar). Nossa hipótese é que, ao focalizarmos, no momento dessa passagem, a articulação entre léxico e sintaxe no sintagma, teremos acesso a uma das maneiras pelas quais o enunciado caminha por "pontos de deriva" e se torna suscetível de "se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro"¹¹⁶. Mais precisamente, na discrepância entre os dois momentos desse deslocamento, teremos acesso à representação do escrevente sobre si mesmo, sobre o interlocutor e sobre a própria escrita.

Eis o quadro indicativo da freqüência dessas *regularidades* da dimensão sintática:

QUADRO 2: Porcentagem de ocorrência segundo *regularidades* lingüísticas da DIMENSÃO SINTÁTICA em relação ao total de ocorrências das *regularidades* das outras dimensões no conjunto dos textos

REGULARIDADES LINGÜÍSTICAS	%
1. QUANTO À CONSTRUÇÃO DO SINTAGMA NOMINAL:	4,8
(A) NO QUE SE REFERE À POSIÇÃO DO ADJETIVO	4,4
(B) NO QUE SE REFERE A SUA CONSTRUÇÃO POR NOMINALIZAÇÃO	0,4*
2. QUANTO À ESTRUTURA INTRINCADA DA FRASE:	15,3
(A) CONSTRUÇÃO COMPLEXA E DE DIFÍCIL COMPREENSÃO	3,0
(B) O FENÔMENO DA HIPERCORREÇÃO	12,3
Porcentagem de ocorrência (dimensão sintática)	20,1

* Conferir sobre a relevância das marcas não ser dada por sua freqüência, aqui mesmo, capítulo 3, quadro 2, p. 198.

¹¹⁵ A relação entre domínio ativo e domínio passivo tem a ver com a heterogeneidade das variedades lingüísticas dominadas pelo falante. Berruto (op. cit.) fala de "competência compósita" para dar conta não só do domínio de certas variedades da língua ou de setores diversos de uma variedade, mas também dos aspectos pelos quais essa competência se apresenta: "competência ativa" (capacidade de produzir mensagens) e "competência passiva" (capacidade de identificar e interpretar mensagens). Acrescenta, ainda, que, presumivelmente, a "competência passiva" é mais ampla do que a "competência ativa", uma vez que podemos identificar e interpretar mensagens que não estamos em condições de produzir (idem, p. 33-4).

¹¹⁶ Conferir Pêcheux (1990 b) e aqui mesmo, p. 193-4.

(1) A POSIÇÃO DO ADJETIVO E A NOMINALIZAÇÃO COMO MARCAS DA REPRESENTAÇÃO DO CÓDIGO ESCRITO INSTITUCIONALIZADO

Duas *regularidades* lingüísticas se destacam quanto à construção do sintagma. A primeira delas localiza-se na escolha e na posição do adjetivo; a segunda, no procedimento de nominalização.

Os textos são pródigos em exemplos de sintagmas em que a escolha e a posição do adjetivo indiciam a tentativa de alçamento do escrevente à *escrita culta formal*. É esse o constituinte do sintagma em que se localiza preferencialmente o ponto mais saliente da indiciação que o escrevente faz da sua representação sobre o código institucionalizado. Essa *saliência* é marcada tanto pela escolha do adjetivo, como pela sua posição no sintagma, a saber, DETERMINANTE + ADJETIVO + NOME.

No que se refere à indiciação da circulação do escrevente pelo que representa como código institucionalizado, essa posição do adjetivo ganha maior *saliência* quando vem associada a uma escolha de adjetivo que não é totalmente adequada:

"Crianças assassinas e assassinadas são páginas de jornal que a concreta sociedade vira diariamente, sem nenhum sinal de comoção ou indignação. (Texto 01-040).

Essa ocorrência acontece no terceiro parágrafo do texto, cujo título e os dois parágrafos antecedentes são os seguintes:

Cotidiana Violência

"O fim da sensibilidade humana é muito interessante para os governantes, o homem já é desprovido de cultura, sem sentimentos também, será mais fácil manipulá-lo.

"Matam e morrem em vão." (Texto 01-040)

A análise estilística mais tradicional diria que tanto em *concreta sociedade* como em *cotidiana violência* há um acento da subjetividade, fato que poderia, no caso, ser verificado também no início do primeiro parágrafo do texto em que o escrevente exprime a queixa quanto ao *fim da sensibilidade humana*. Interessa destacar, porém, um outro aspecto levantado por esse mesmo tipo de estilística, a saber, o de que:

"Estas posições sentimentais não são favoráveis geralmente à nitidez das ideias. Por isso, o grupo do adjetivo antes do substantivo tende a constituir séries usuais de intensidade e clichés. (...) Donde se pode tirar esta conclusão: o adjetivo anteposto serve de exprimir as qualidades primitivas ou geralmente consagradas." (Lapa, s.d., p. 155-6)

Observemos que a busca de usos consagrados vem aliada, nos exemplos citados, a combinações lexicais questionáveis. No exemplo dado, aplicar o adjetivo "concreta" à "sociedade" não corresponde propriamente a supor a existência de uma "sociedade abstrata", mas parece marcar a busca de uma adequação que efetivamente não se dá. Defendemos que essa busca, embora marcada pela inadequação, é a pista que o escrevente deixa de sua percepção da "dialogização ínterna"¹¹⁷ da palavra, ou melhor, da tentativa de ser reconhecido, por meio desse uso, como um interlocutor possível diante do interlocutor que ele próprio representa para si. Portanto, o deslocamento de sentido que a escolha do adjetivo acarreta mostra que, nesses casos, essa escolha é muito eloqüente em razão da discrepância entre o enunciado atribuído ao interlocutor e o deslocamento de sentido presente no enunciado efetivamente produzido. Parece, pois, ser a tentativa de alçamento ao que

¹¹⁷ Cf. Authier-Revuz, 1990, p. 26.

representa como o modo de dizer próprio de seu interlocutor que leva o escrevente ao tipo de escolha dos dois casos citados e também dos casos abaixo, que serão mencionados apenas a título de ilustração:

"A atenção desviada para atingir metas (...), provoca um vazio no espírito do moderno ser humano..." (Texto 03-155).

"Nos morros escorrem favelados que habitam a cidade roubando e matando para sobreviver. Começa a formação de organizadas quadrilhas..." (Texto 03-173).

Cabe acrescentar que a representação do código institucionalizado, em todos esses casos, pode ter como modelo um dos textos da coletânea, o de nº 6: *"Fiscais uniformizados e armados patrulham as praias para controlar as violentas guerras entre os surfistas (...). Nas ruas das cidades imundas e perigosas, marginalizados povos primitivos que habitavam as favelas agora vagam famintos e agressivos."* (cf., aqui mesmo, p. 118). Ressalvemos, porém, que o fato de estarmos, neste ponto, mobilizando o que chamamos neste trabalho o terceiro eixo da circulação dialógica do escrevente - aquele que está ligado ao já falado/ouvido e já escrito/lido - não significa admitir uma relação de inclusão entre o segundo e o terceiro eixo, mas, ao contrário, mostra que a articulação entre os três eixos é possível e empiricamente constatável. O último exemplo acima citado parece ser o caso mais flagrante de tomada da coletânea como modelo do código institucionalizado, momento em que o escrevente localiza, nesse empréstimo, uma *"zona de 'contato'"* com o interlocutor representado em seu texto.

A segunda *regularidade* lingüística, ainda no âmbito do sintagma nominal, é a da tentativa de integração de informação por meio de *nominalização*. Observemos o exemplo:

"É lógico que a educação também interfere no estado nervoso de uma pessoa, quanto maior sua capacidade de ser paciente, menor o nervosismo será gerado.

"A solução de uma possível diminuição na violência, seria a estabilização da economia..." (Texto 01-021)

Em "a solução de uma possível diminuição na violência", o escrevente busca integrar duas afirmações "a solução para (o problema da) violência" e "a possível diminuição da violência". Dessa tentativa parece resultar o uso da preposição "de": "a solução de uma (...) diminuição". É interessante observar que o que está em jogo nessas duas afirmações são duas questões motivadoras: a de como solucionar e a de como diminuir a violência. A abordagem a essas duas questões é, portanto, tomada pelo escrevente como o tópico de uma réplica ao que ele atribui ser a expectativa de abordagem de seu interlocutor.

Desse modo, a supostas questões como "é possível solucionar o problema da violência?" e "é possível diminuir a violência?", o escrevente responde, procurando - ao construir o tópico sobre o já-dito supostamente compartilhado com o interlocutor representado - integrá-las num único enunciado: "a solução de uma possível diminuição na violência". Desta feita, sua tentativa de se alçar ao que dá como questionado pelo interlocutor fica registrado na nominalização ou, mais propriamente, na história enunciativa que ela carrega. Novamente, esse *fragmento* indiciativo de *interação* concorre para marcar a circulação do escrevente pelo registro discursivo em que localiza essa interação. Ao fazê-lo, o escrevente se mostra a meio caminho da formulação desejada, evidenciando o processo em que se encontra e, especialmente, a imagem que faz sobre o código escrito institucionalizado.

Ainda no mesmo exemplo, a resposta propriamente dita às questões topicalizadas na nominalização vem curiosamente sob a forma de uma outra

nominalização. Ou seja, a solução para o problema da violência: "seria a **estabilização da economia**". Ao contrário da nominalização anteriormente comentada, não podemos afirmar, apenas com base na construção dessa estrutura, que o escrevente esteja marcando alguma saliência quanto a sua circulação pelo que representa como código escrito institucionalizado.

No entanto, a insistência no uso desse recurso é mais um dado que marca essa saliência. O escrevente parece caminhar na aquisição do que Benveniste (1989) classifica como uma "*atividade metamórfica*" e "*talvez o trabalho [sobre o aparelho formal] mais singular da língua*", que consiste em transformar "*certas orações típicas, simples ou complexas, em signos nominais*"; segundo o autor, constituindo "*compostos descritivos, instrumentos de classificação e de nomenclatura, aptos a se tornarem denominações científicas...*" (op. cit., p. 163-4). Dado que uma das esferas de atividade que recorrem a esse tipo de enunciado é a científica (em alguns casos, como no do exemplo, freqüentemente presente na mídia), podemos supor que a motivação do escrevente para a nominalização advém da tentativa de produzir um texto apropriado ao interlocutor, projetado como pertencente ao campo do conhecimento formal, lugar onde localiza o código institucionalizado.

2. REPRESENTAÇÃO DO CÓDIGO ESCRITO INSTITUCIONALIZADO NA ESTRUTURAÇÃO INTRINCADA DA FRASE E NA HIPERCORREÇÃO

No que denominamos "estruturação intrincada da frase", destacam-se duas *regularidades* lingüísticas: as construções complexas e de difícil compreensão, elaboradas para reproduzirem uma crítica; e o fenômeno da hipercorreção em geral (quanto à regência; quanto ao uso do pronome oblíquo

como um caso particular de regência; quanto à concordância - nominal ou verbal -; e quanto ao uso de tempo verbal).

O exemplo abaixo mostra um tipo de construção complexa elaborada para reproduzir uma crítica:

"Ideais novos (ou velhos?) estão se impregnando no sistema de valores das sociedades, especialmente nos mais jovens, devido, talvez à sua maior vulnerabilidade diante das 'novidades', e seus preceitos, da sua contemporaneidade." (Texto 03-150)

Observemos que o escrevente investe numa formulação mais formal, é consistente em seu investimento, mas, a partir de um certo momento (a partir de: "e seus preceitos..."), dá indícios de que esse investimento é uma tentativa de alçamento, o que caracteriza um modo heterogêneo de constituição da escrita.

Note-se que esse modo heterogêneo se marca novamente pela tentativa de alçamento e não pela alternância entre eixos de circulação diferentes. No mesmo eixo aqui considerado, o do código institucionalizado, essa escrita evidencia, portanto, o processo em que o escrevente se encontra em sua relação com a linguagem.

No caso acima, o recurso de "empacotamento" de informação que se mostrou possível no início da frase termina por levar o escrevente a um torneio sintático bastante complexo e sem outro sentido senão o de direcionar a informação para a especificação das justificativas que levariam o jovem a ser mais vulnerável às novidades. Apreende-se, porém, essa direção, mas não a especificação pretendida.

No caso abaixo, a complexidade da construção se mostra numa seqüência descritiva e não propriamente na elaboração de uma crítica:

"Não encontramos violência apenas no Rock, porém, há um enfoque maior neste pelo fato de que este não consegue acobertar seus problemas como fazem sistemas políticos e uma classe elitizada. A reunião de milhares de pessoas num mesmo local leva a um intercâmbio magnético de ondas cerebrais que se atraem e se confrontam com os mesmos problemas. A tensão vai aumentando e as ondas chocam-se cada vez mais até que a situação fica insuportável provocando mortes, brigas, conflitos, tumultos." (Texto 04-214)

Como vemos, a tentativa foi a de descrever um show de rock. Podemos até admitir que o escrevente conseguiu fazê-lo, mas o mesmo "intercâmbio magnético" que poderia produzir uma evocação adequada da troca que acontece nas grandes multidões, termina por provocar um descompasso com o domínio de saber ao qual está ligada a metáfora escolhida. Buscando dar uma continuidade a seu dizer a partir do *encadeamento temático*¹¹⁸ entre "intercâmbio magnético", "ondas cerebrais", "se atraem" e "se confrontam", o escrevente parece pretender filiar seu enunciado ao saber formal sobre os efeitos físicos do magnetismo, especialmente à propriedade de atração e repulsão dos corpos. Note-se que o que começa como troca ("intercâmbio"), em seguida torna-se um movimento de "ondas" que "se atraem", porém que também "se confrontam", embora, curiosamente, "com os mesmos problemas". Vale, pois, destacar que atrair-se ou confrontar-se com os mesmos problemas são coisas compatíveis, mas o atrair e o repelir do magnetismo físico se dão em situações em que os corpos dividem propriedades, a cada fenômeno (no da atração ou no da repulsão), diferentes. A escolha da metáfora e do *encadeamento temático* a ela ligado têm claramente a ver com o aprendizado formal de Física. Utilizar uma metáfora ligada a esse campo de conhecimento pode parecer ao escrevente um recurso adequado à expectativa que ele antecipa para seu

¹¹⁸ Mecanismo de coesão textual tratado por Koch (1988).

interlocutor. Evidencia-se, uma vez mais, a forte presença do interlocutor representado na construção do texto do escrevente. É nessa direção do saber institucionalizado (incluindo-se nele a representação que o escrevente faz do código escrito) que parece ir esse tipo de construção.

São muitos os modos pelos quais pode aparecer o que estamos chamando genericamente de construções complexas. Os exemplos citados, porém, dão já uma idéia de como o escrevente, ao perceber a necessidade da substituição da prosódia pelo léxico e pelas construções sintáticas, pode enveredar por construções excessivamente complexas e típicas de uma busca de superação de limites. Exemplos como os comentados mostram que o escrevente, embora se aventure no alçamento a um registro formal, coloca-se fortemente no campo do que representa como sendo a oralidade. Portanto, no momento em que o escrevente representa para mais a necessidade de construções complexas em seu texto - ocasião em que se distancia dos recursos que, em outros pontos do texto, ele mesmo pode atribuir à gênese da escrita -, evidencia, em sua relação com o que representa como código escrito institucionalizado, um modo heterogêneo de constituição da escrita.

O segundo tipo de *regularidade* quanto ao aspecto da "estruturação intrincada da frase" é a hipercorreção (quanto à regência; quanto ao uso do pronome oblíquo como um caso particular de regência; quanto à concordância - nominal ou verbal -; e quanto ao uso de tempo verbal). Esse tipo de indiciação parece ser condicionado pelo respeito ao distanciamento que essa escrita - circunscrita a um tipo de evento muito particular - impõe ao escrevente em relação ao que ele diz. Nessas condições, o processo de textualização levado a efeito pelo escrevente caracteriza-se por uma reprodução em simulacro -

evidenciando a distância relativa do escrevente, por um lado, e do que ele diz/para quem diz, de outro - de recursos sintáticos que sejam passíveis de atribuição ao próprio interlocutor que ele representa em seu texto. Nesse sentido, podemos dizer que, do ponto de vista do vestibulando, o crédito que ele atribui ao leitor por meio da hipercorreção constitui sua escrita como o ponto de mediação - mas também o lugar de legitimar a alienação (ou o distanciamento) do escrevente em relação ao que diz - entre seu texto e o interlocutor nele representado.

Observemos os casos de regência abaixo:

"...a televisão é o principal veneno a que todos ingerem" (Texto 01-015)

"O número de mulheres em decadência é elevado, e as que morrem por prática ao aborto por uma gravidez indesejada é irreversível". (Texto 01-015)

No primeiro caso, o escrevente procura mostrar o domínio da regência do verbo "ingerir" ao utilizar uma formulação sofisticada, em que a regência se antecipa ao verbo ao compor uma relativa. No segundo caso, o escrevente parece optar por um emprego anteriormente feito em seu texto: "não se encontra respeito aos direitos do ser humano". Ao transferir esse emprego da preposição "a" para a expressão "prática ao aborto", sua expectativa pode ter sido a de reproduzir a estrutura de uma expressão (que já se tornou quase um bordão) para uma outra menos conhecida. Em ambos os casos, no entanto, como também no caso que será apresentado a seguir configura-se o fenômeno da hipercorreção, claramente vinculado a uma representação que o escrevente faz do interlocutor e do código escrito institucionalizado, bem como de um lugar para si mesmo. Este último - contra o que indicam suas próprias expectativas -

evidencia-se como sendo o lugar do erro (talvez das estratégias que ele atribui à oralidade), de onde parece projetar o lugar da correção (o das estratégias de que tem notícia pela escolarização da língua e que ele representa como as do código institucionalizado).

Quanto ao uso do pronome oblíquo como um caso particular de regência, observemos o exemplo abaixo:

"Podemos perceber então que a violência não deve ser combatida isoladamente, e devemos levar em conta vários outros problemas que a sobrepõem." (Texto 03-124)

O pronome "a" ocupa a casa de um sintagma preposicionado que deveria estar ligado ao uso pronominal do verbo "sobrepôr", também omitido no exemplo. A forma desejada parece ter sido, portanto, "que se sobrepõem a ela". Nesse caso, o escrevente busca o alçamento para o código institucionalizado ao usar um verbo do qual não tem domínio ativo e ao combinar esse uso com o que imagina ser a sintaxe da *escrita culta formal*. Talvez por localizar na estruturação perifrástica (preposição mais pronome: "a ela") um uso mais informal, prefere o preenchimento da casa do sintagma preposicionado com o pronome "a". A essa opção, e provavelmente baseado no que aprendeu ser a regra adequada para o caso, acrescenta a colocação do pronome "a" em próclise¹¹⁹.

No que se refere à concordância - nominal ou verbal - é comum o escrevente indicar sua representação do código escrito institucionalizado ao empregar regras de concordância inadequadas ou em excesso.

¹¹⁹ Se tomarmos por base a tendência de desaparecimento do clítico acusativo de 3ª pessoa (Duarte, 1989), já comentada no capítulo 2 (cf., aqui mesmo, p. 151), o emprego inadequado do clítico acusativo no exemplo acima evidencia claramente a hipercorreção e, por conseguinte, a imagem que o escrevente faz do código escrito institucionalizado.

É o caso da flexão inadequada do nome no exemplo abaixo:

"Através dos séculos a violência se manifestou das mais macabras formas, como em Roma; onde os cristãos eram atirados aos leões para o delírio de uma inflamada platéia ..." (Texto 03-125)

em que parece ter havido uma assimilação da flexão de "cristão" à flexão de "leão", resultando na formulação acima, nitidamente ligada à correção gramatical atribuída à *escrita culta formal*.

O caso abaixo exemplifica a hipercorreção quanto à concordância nominal:

"Caso contrário o que restará é um país miserável, cheio de gentes famintas e agressivas". (Texto, 01-019)

Esse é o enunciado de encerramento do texto do escrevente e se baseia nitidamente no texto nº 6 da coletânea: *"nas ruas das cidades imundas e perigosas, marginalizados povos primitivos que habitavam as favelas agora vagam famintos e agressivos."* (cf., aqui mesmo, p. 118). Podemos dizer que a expressão "cheio de gente" cabe bem num registro informal da *fala popular*. O modelo de *escrita culta formal* que o escrevente reconhece na coletânea de textos impõe-lhe, porém, uma interessante alteração. Em vez de cortar o plural dos adjetivos ("famintos e agressivos") que toma de empréstimo da coletânea, prefere trazê-los intactos para seu texto e promover a concordância a partir deles, colocando no plural também o nome "gente" da expressão "cheio de gente". Com esse procedimento - embora mais uma vez contra o que indicam suas próprias expectativas - fica evidenciado que o lugar que o escrevente atribui a si mesmo é o lugar do erro (novamente o lugar das estratégias que ele atribui à *fala popular informal*) e que, a partir desse lugar, procura alcançar o lugar da

correção (no caso, o do modelo que a própria coletânea representa para ele). O efeito resultante, portanto, é a indicação do alçamento pretendido pelo escrevente.

Um último caso de hipercorreção que será destacado é o do uso do tempo verbal:

"Uma juventude como essa, que se acha tão marcante deveria agir com um pouco mais de humanismo e perceber, ou talvez encarar de frente, que não está fazendo nada mais que as outras gerações passadas. Tentando salvar o mundo, (...)

"O mais alarmante é que nada tem sido feito até hoje para a conscientização de que a violência só levará à contribuição de uma civilização ainda mais fria e calculista.

"Com jovens tão donos de si, agindo desta forma, o passado sem dúvida fora bem melhor, ou pelo menos não foi tão amargo, como promete o futuro. Que com toda essa violência talvez nem chegue." (Texto 3-169)

Como vemos, o escrevente, ao retomar as "gerações passadas" e ao constatar que "nada tem sido feito até hoje" no que tange à conscientização sobre os prejuízos da violência, termina por escolher a forma do pretérito mais-que-perfeito simples para ocupar o lugar de um pretérito perfeito. A tentativa parece ter sido, portanto, indicar um estado que se produziu em algum momento do passado: "Com jovens tão donos de si, agindo desta forma [atualmente], o passado sem dúvida foi bem melhor". A ocorrência do pretérito-mais-que-perfeito se dá, como podemos constatar, depois de uma referência à atualidade da enunciação do escrevente - observe-se a coesão estabelecida pela expressão "desta forma". Parece ser essa referência à enunciação que leva o escrevente a procurar uma forma de recusa da incompatibilidade entre essa afirmação sobre uma situação presente e o comentário seguinte sobre uma situação passada.

É importante destacar, porém, que o escrevente busca, então, dissipar essa possível ambigüidade não pela representação que poderia fazer da gênese da escrita - meio pelo qual, ao optar pelo pretérito perfeito, simplesmente assumiria que uma certa prosódia ficaria plasmada no escrito - mas, ao contrário, por meio de um recurso que ele atribui à *escrita culta formal*: "Com jovens tão donos de si, agindo desta forma, o passado sem dúvida fora bem melhor". Observamos, portanto, nessa busca de alçamento, a imagem que o escrevente faz do código escrito institucionalizado, ao mesmo tempo em que mostra o modo heterogêneo de constituição da escrita.

* * *

Procuramos abordar, até este ponto, as marcas sintáticas que indiciam o modo pelo qual o código escrito institucionalizado aparece representado nos vários textos.

Tratamos, inicialmente, das *regularidades* sintáticas: (1) nos limites do sintagma, em que duas delas foram destacadas: a posição do adjetivo em relação ao nome e o processo de nominalização; (2) na estruturação intrínseca da frase, em que duas outras se mostraram relevantes: o caso das construções complexas e de difícil compreensão, elaboradas para reproduzirem uma crítica, e o caso da hipercorreção (de vários tipos). Todas essas *regularidades* confirmam a tentativa do escrevente de utilizar recursos para a integração de informação. Confirmam, portanto, o modo pelo qual os escreventes representam essa característica que, segundo Chafe¹²⁰, é própria da escrita típica.

Dessa análise das marcas sintáticas que indiciam a imagem que o escrevente faz do código escrito institucionalizado foi possível observar alguns

¹²⁰ Conferir Chafe (1982, 1985) e, aqui mesmo, p. 78.

fatores condicionantes do aparecimento de certos tipos de estruturas sintáticas, tais como: a busca de construções tidas pelo escrevente como consagradas, aliada a combinações lexicais questionáveis; a passagem das denominações que pertencem ao domínio ativo do escrevente para as denominações que ele atribui a seu interlocutor (e a discrepância que caracteriza o intervalo entre os dois momentos desse deslocamento); o alto grau de influência do interlocutor representado na textualização levada a efeito pelo escrevente; o distanciamento que o escrevente toma, pela mediação da *escrita culta formal* que atribui ao interlocutor, em relação ao que diz.

Todos esses fatores condicionantes estão ligados naturalmente ao processo de escolarização da língua. O modo pelo qual essa escolarização vem marcada revela uma representação do código institucionalizado, seja (a) pelo mecanismo do preenchimento de modelos, comentado por de Lemos (1988), ou de um *esquema textual* (cf., aqui mesmo, p. 124), seja (b) pelo alçamento a uma metalinguagem, procedimento que tende a ser, segundo Pécora (1989), um "*aborrecido exercício de cristalização de formas*" (op. cit., p. 72).

Porém, mais do que simplesmente evidenciar o processo de escolarização a que estão submetidos os alunos, as marcas acima tratadas delimitam um lugar para o próprio escrevente em relação à linguagem, fato que se verifica pela sua circulação também por outros pontos da imagem que faz da escrita, revelando, por contraste, momentos de representação de outros aspectos de constituição da escrita, como o de sua gênese e o de sua relação com o já falado/ouvido e o já escrito/lido.

Marcas lexicais da representação do escrevente sobre a (sua) escrita como código institucionalizado

Nítidamente ligadas às marcas sintáticas, a separação que fazemos aqui tem em vista apenas manter o paralelismo quanto ao tratamento dado a essa dimensão da linguagem no capítulo 3. Dois tipos de escolha lexical são representativos da circulação pela imagem que o escrevente faz do código institucionalizado e caracterizam as duas *regularidades* a serem tratadas aqui: (1) escolhas inadequadas ao registro assumido no restante do texto ou até mesmo ao registro tomado como modelo; e (2) escolhas cuja inadequação ultrapassa a questão do registro, dificultando a interpretação.

Na seqüência, apresentamos o quadro indicativo da freqüência dessas *regularidades* relativas à dimensão lexical.

QUADRO 3: Porcentagem de ocorrência segundo *regularidades* lingüísticas da DIMENSÃO LEXICAL em relação ao total de ocorrências das *regularidades* das outras dimensões no conjunto dos textos

REGULARIDADES LINGÜÍSTICAS	%
1. ESCOLHAS INADEQUADAS AO REGISTRO ASSUMIDO NO RESTANTE DO TEXTO OU AO REGISTRO TOMADO COMO MODELO	7,0
2. ESCOLHAS CUJA INADEQUAÇÃO ULTRAPASSA A QUESTÃO DO REGISTRO, DIFICULTANDO A INTERPRETAÇÃO	13,1
Porcentagem de ocorrências (dimensão prosódica e lexical)	20,1

Exemplificam o primeiro caso de escolha lexical os seguintes casos:

"A violência como forma de defesa, como índice revelador do baixo padrão cultural e educacional de um povo tomou-se atávica e indiferenciável contemporaneamente. São flores que afloram depois de um longo período de dormência ..."

(...)

"O problema deve ser tratado pela raiz de um modo humanamente racional e diplomático entre oprimidos e opressores, governantes e o povo para que a seiva circule para o restante da planta. A partir daí, se abrirá uma porta para um grande entendimento e o ser humano atingirá a capacidade de refletir sobre a vida e a sua efemeridade."
(Texto 01-049)

Nos dois casos, a integração ao texto das escolhas lexicais (do adjetivo, no primeiro; e do substantivo, no segundo) destacadas não é feita senão com o que normalmente se chama um certo grau de inconsistência de registro. Trata-se, mais propriamente, de um indício sobre o processo de aquisição da escrita do escrevente. É, pois, sua relação com a linguagem que está contando. Esse indício revela, segundo o que defendemos, a representação que o escrevente faz sobre as palavras pelas quais imagina transitar o diálogo que busca com seu interlocutor. Mais do que a adequação de sentido ao contexto lingüístico, o escrevente parece contar com a história que "ocupa" as palavras [cf. Authier-Revuz (1990, p. 27), ao retomar Bakhtin].

Uma variação desse tipo de escolha lexical aparece em textos mais enquadrados ao que normalmente se toma como a escrita padrão. É o que ocorre no texto que, dentre os de nosso *corpus*, recebeu nota máxima nessa prova. Vejamos a explicação para "*ideologia tradicional*", em nota de rodapé:

" [Nota] 1. *Que está nas antípodas da ideologia individualista.*" (Texto 01-054).

Tendo anteriormente mostrado como a violência está ligada ao individualismo, o escrevente defende, no momento em que faz a nota, que deve ser buscada a razão de o aumento da violência se localizar freqüentemente em grupos, mais especificamente, em "*grupos (...) de 'ideologia tradicional'*". Uma hipótese para a escolha do item lexical "antípodas" é a de ela ter recaído no sentido corrente, por exemplo, em Filosofia, em contextos como "tese antípoda", significando "tese simétrica". Outra hipótese é que a expressão destacada seja empréstimo do francês "*être à l' antipode de/aux antipodes de*"¹²¹. Essa expressão não aparece exemplificada no Novo Dicionário Aurélio nem no Caldas

¹²¹ Fonte: *Larousse de poche: précis de grammaire*. Paris : Larousse, 1979.

Aulete, mas o Aurélio registra que a palavra "antípoda", em português, pode ser utilizada em sentido figurado¹²², significando "o contrário", "o oposto", podendo também como adjetivo, significar "contrário", "oposto" e assumir os dois gêneros. Seja ou não verdadeira a segunda hipótese (e esteja o escrevente consciente ou não do empréstimo); a expressão portuguesa correspondente traz um campo de saber letrado específico para esse texto. Essa escolha é, pois, em qualquer das hipóteses, uma marca significativa da imagem que o escrevente faz do código escrito institucionalizado. Sem ser inadequada, ela mostra que a superação no que se refere ao domínio do código escrito institucionalizado não é privilégio daqueles escreventes com pouco trato com a escrita.

Vale observar, num parêntese, que a seleção dos exemplos citados neste trabalho corre sempre o risco - especialmente em relação aos textos menos integrados ao padrão tido como adequado - de ridicularizar a escrita do vestibulando, prática comum na publicação das chamadas "pérolas" que os jornais gostam de fazer a cada ano. Nosso objetivo, ao contrário, é localizar a especificidade da escrita do vestibulando, razão pela qual estamos lidando com a representação que ele faz da escrita, ou seja, com algo que, localizado em escritas particulares, não pode ser visto como uma extravagância individual, mas como uma atitude - em diferentes graus - socialmente compartilhada.

Os exemplos abaixo confirmam a mesma busca de alçamento, ainda que, desta feita, indo além da inadequação ao registro e dificultando a interpretação:

¹²² O Aurélio traz como sentido próprio: "*S. m. l. Habitante que, em relação a outro do globo, se encontra em lugar diametralmente oposto; antíctone.*" [Us. quase só no pl. ...]. Uma outra acepção é a utilizada em Botânica, em que o substantivo feminino mantém o traço de "oposto". Como vimos no exemplo analisado, essa escolha não só se filia a um campo de saber específico, como busca sustentar o texto por meio da autoridade do especialista.

"...o governo envolveu a população de tal forma, que em plena ditadura, todo o povo saiu as ruas comemorando uma vitória e deixando de lado as faucatruas governamentais.

"As manifestações populacionais deveriam ser combatidas através de melhores condições de vida..." (Texto 01-003)

"Assistem calados jovens auto-destrutíveis se atropelando pelas ruas das favelas nas brigas de gangs..." (Texto 01-040)

"Mas o pior de tudo não é perder bens e sim a integridade, ou a própria vida! Num país onde a perspectiva de vida é baixa ..." (Texto 00-014)

No primeiro desses exemplos, temos uma evidente escolha inadequada do adjetivo "populacionais" em vez de "populares". Com essa opção, o escrevente revela a recusa de uma formulação perifrástica "manifestações do povo" que, provavelmente, atribui à *fala popular informal*, em favor do adjetivo inadequadamente escolhido, por meio do qual o escrevente julga criar o espaço dialógico que procura.

No segundo exemplo, temos mais uma vez uma evidente escolha inadequada do adjetivo "auto-destrutíveis" em vez de "autodestrutivos". Desta feita, como mostra a seqüência acima citada, a opção está ligada a um dos textos mais mobilizadores da coletânea, o texto de nº 6: *"Fiscais uniformizados e armados patrulham as praias para controlar as violentas guerras entre os surfistas. Além disso, aplicam tranquilizante nos surfistas que freqüentemente piram com a tensão do cotidiano (...). Nas ruas das cidades imundas e perigosas, marginalizados povos primitivos que habitavam as favelas agora vagam famintos e agressivos"*. Parece ser o modelo do já-escrito na coletânea que ativa a escolha de "auto-destrutíveis" pelo escrevente. De qualquer modo, repete-se, a partir desse modelo, o mesmo procedimento já descrito de tentativa de alçamento do escrevente.

Finalmente, no terceiro desses exemplos, temos uma escolha enviesada do substantivo "perspectiva" na expressão "perspectiva de vida " em vez da forma consagrada pelo uso "expectativa de vida". Frequentemente presente em pesquisas sobre a qualidade de vida das populações, é muito provável que o escrevente estivesse buscando realmente a expressão consagrada. A proximidade quase paronímica e de sentido justifica essa ocorrência, porém ela é melhor explicada pela reprodução de um discurso crítico sobre a qualidade de vida, o qual o escrevente acredita marcado na expressão consagrada pelo uso.

* * *

Foram tratados neste tópico dois tipos básicos de escolha lexical: a da escolha adequada, mas que indica ultrapassagem em relação ao registro tomado como modelo e o da escolha inadequada.

A respeito do primeiro caso de escolha lexical, merece destaque a imagem que o escrevente faz do código escrito institucionalizado como pertencendo ao domínio de seu interlocutor. É importante destacar, ainda uma vez, que o papel do léxico na representação que o escrevente faz do código escrito institucionalizado é muito forte. Por essa razão, há uma tentativa de reprodução do modelo escolar e, no caso dos textos analisados, também uma tendência de reprodução do léxico presente nos textos da coletânea.

É, pois, acentuada a caracterização da escrita do vestibulando como reprodutibilidade de uma prática escolar. Não surpreende, portanto, que ele traga guardados seus trunfos lexicais - frequentemente indicando ultrapassagem em relação ao registro do restante do texto e, às vezes, até mesmo em relação ao próprio registro tomado como modelo - para marcar seu domínio do que representa como código institucionalizado. Essa pressão de um modelo que ele

projeta como o esperado por seu interlocutor, explica também o segundo caso de escolha lexical. Trata-se da situação em que o escrevente não tem domínio ativo de um item e o utiliza em função desse desejo de atender a expectativas.

Na seção seguinte, a questão da imagem que o escrevente faz do código escrito institucionalizado será vista a partir das marcas de organização textual.

Marcas organizacionais do texto referentes à representação do escrevente sobre o código escrito institucionalizado

Três *regularidades* congregam as marcas referentes à organização textual: (1) a das marcas do caráter estritamente gráfico do texto escrito; (2) a das marcas que indicam uma tendência à circunstancialização; e (3) a das marcas que registram a explicitação do raciocínio ou que indicam modalização¹²³, em especial o caso dos delimitadores. Na seqüência, apresentamos o quadro indicativo da freqüência dessas *regularidades*.

QUADRO 4: Porcentagem de ocorrência segundo *regularidades* lingüísticas da DIMENSÃO DA ORGANIZAÇÃO TEXTUAL em relação ao total de ocorrências das *regularidades* das outras dimensões no conjunto dos textos

REGULARIDADES LINGÜÍSTICAS	%
1. MARCAS DO CARÁTER ESTRITAMENTE GRÁFICO DO TEXTO ESCRITO	1,7
2. MARCAS INDICATIVAS DE TENDÊNCIA À CIRCUNSTANCIALIZAÇÃO	11,0
3. MARCAS QUE INDICAM:	20,6
(A) A EXPLICITAÇÃO DO RACIOCÍNIO; E	10,0
(B) MODALIZAÇÃO	10,6
Porcentagem de ocorrências (dimensão da organização textual)	33,3

¹²³ A noção de modalização utilizada é a de Castilho e Castilho (1992) e será explicitada na seqüência.

No que se refere à *regularidade* que têm a ver com o caráter gráfico do texto escrito, podemos citar: o uso de nota de rodapé, o uso de epígrafe e a referência à chamada bidimensionalidade do espaço gráfico. Eis os exemplos:

"Não se trata de lamentar a existência da violência, já que ela está sempre presente e tem funções de manutenção do sistema social; nem tampouco de negar o seu aumento quando em épocas de desorganização econômica (e suas concomitantes) ou de tensões culturais. Trata-se de procurar a razão de ela se localizar com muita freqüência em grupos (em sub-grupos sociais) de "ideologia tradicional" (1) como as facções nacionalistas, as comunidades estrangeiras... (...) Nota: (1) Que está nas antípodas da ideologia individualista." (Texto 01-054)

*"Violência - consequência, claro!
"A polícia apresenta suas armas, escudos transparentes, cacetetes, capacetes reluzentes e a determinação de manter tudo em seu lugar" (HERBERT VIANNA)*

"Violência nas tribos urbanas. Deve-se primeiro definir o que são tribos e qual as suas funções no contexto urbano moderno." (Texto 03-172)

"Enquanto os homens exercem seus poderes, morrer e matar de fome, de raiva e de sede são tantas vezes gestos naturais" (...)

"(...) Daí a adesão dos jovens aos movimentos metaleiro, 'punk', etc., e a sensação de impotência do tradicionalismo em relação aos novos costumes. Com propriedade, querem exhibir explicitamente a violência de nossos dias, não estimulá-la. Aquilo que Caetano Veloso faz com versos como os acima, os grupos bárbaros tentam fazer reconstruindo a realidade, nua e crua." (Texto 01-034)

Os três recursos acima são, como já adiantamos, tipicamente gráficos e sua utilização revela que o escrevente tem mais contato com certos gêneros textuais escritos do que com outros.

No caso da nota de rodapé, já comentada acima em relação ao léxico, a imagem que o escrevente faz do código escrito institucionalizado parece já tomar como modelos gêneros bem específicos, como o ensaio ou o artigo científico. Diferentemente do pós-escrito, que - mais freqüente nas cartas - não tem a ver com o assunto principal desenvolvido ou que tem a ver com ele, mas deve, por

alguma razão, permanecer isolado; a nota de rodapé, embora separada do corpo do texto e muitas vezes contendo apenas uma informação marginal, é, em geral, parte integrante do assunto principal desenvolvido. No exemplo dado, o uso desse recurso denota que o escrevente não só sentiu necessidade de dar um esclarecimento ao que vinha desenvolvendo, mas também fez questão de mostrar seu domínio sobre esse recurso tipicamente gráfico. O próprio uso desse recurso, raro entre os vestibulandos, se mostra, pois, saliente para o escrevente em questão. É um modo de alçamento por meio do qual o escrevente não se atém apenas a projetar-se para a posição do interlocutor, mas, mais do que isso, busca mostrar-se à vontade nela, ocupá-la e interpelar o interlocutor a partir do lugar que atribui a este último. Ao mesmo tempo em que se evidencia uma busca de simetria entre essas posições, podemos constatar a representação que o escrevente faz do código institucionalizado, inclusive localizando-o numa esfera específica de atividade verbal escrita - a científica.

No caso da epígrafe, os gêneros tomados como modelo podem ser muitos, cabendo, pois, detectá-lo a partir da esfera de atividade a que o texto busca fazer referência. No exemplo dado, o escrevente traz para seu texto a citação de uma letra de música. Desta feita, a utilização do recurso gráfico da epígrafe caracteriza um alçamento relacionado ao modo de desenvolver o tema. É, pois, bastante provável que a relação do escrevente com o tema o tenha feito destacar, de seu campo de conhecimento, uma voz que sustentasse a argumentação que irá se seguir. Vale lembrar também que a referência a um grupo de rock está inteiramente avalizada pela coletânea de textos, que está repleta desse tipo de fonte. Vale destacar que a própria coletânea pode ser

fonte para a escolha de epígrafes. Este fato acontece, por exemplo, numa quase epígrafe proposta por um outro vestibulando a partir do texto 1 de René Girard:

"Vício inconciente

"...parece ser impossível não ter que usar a violência quando se quer liquidá-la..."

"Esse período mostra bem a situação que vivemos. (...)"

(Texto 03-173)

Em ambos os casos, as epígrafes mostram que o alçamento do escrevente se dá em relação ao assunto abordado. O fato de tomar fonte semelhante ou da própria coletânea indicia que o escrevente se preocupa em como abordar o tema. Há, pois, para ele, um modelo exterior que lhe pode auxiliar nessa tarefa. Esse modelo, como sabemos, é o que ele representa como a expectativa da instituição à qual ele se apresenta como candidato ao ingresso. O fato de buscar um recurso tipicamente gráfico é, uma vez mais, um modo de se mostrar competente no (de se alçar ao) que imagina ser a exigência da instituição. A escolarização da língua se mostra, pois, com toda a força.

Finalmente, no caso da referência à bidimensionalidade do espaço gráfico do texto, é preciso lembrar que esse é também um recurso muito presente em diferentes gêneros. No entanto, o uso da localização espacial é particularmente difundido nos gêneros ligados às atividades burocráticas e jurídicas, não deixando, porém, de ser muito freqüente também em trabalhos científicos. No exemplo dado, o uso de *"como os acima"* sinaliza a percepção do espaço gráfico em que circulam os sentidos do texto e pode mostrar, ao mesmo tempo, uma investida, por parte do escrevente, na sensibilização de seu interlocutor quanto ao domínio desse conhecimento e dos gêneros que dele mais se utilizam, provavelmente representados pelo escrevente como os mais

prestigiados. Como vemos, o fato de se evidenciar a referência ao espaço gráfico pode ser também indício de alçamento, por parte do escrevente, ao que representa como código institucionalizado. Desta feita, não há a pretensão de ocupar o lugar do interlocutor (como no primeiro caso exemplificado), nem a tentativa de ancorar o desenvolvimento temático (como no segundo caso exemplificado). Trata-se de marcar o domínio da linguagem gráfica, base de toda a produção escrita. Sabe lidar com o espaço gráfico quem tem algum domínio da leitura do texto graficamente registrado. Lidar com ele, como ficou dito, é também lidar com os sentidos que se distribuem e ocupam esse espaço. Eis, portanto, um aspecto do código institucionalizado que se marca desde a base semiótica do registro gráfico, explorando a sua verticalidade. Do ponto de vista do processo de aquisição da escrita, mesmo em se tratando de um vestibulando, é um aspecto nada desprezível quanto ao modo pelo qual o escrevente se situa em relação ao código escrito institucionalizado: ele busca o lugar de quem é sensível à base semiótica do código e a suas propriedades.

No que se refere à *regularidade* que congrega as marcas de organização textual indicativas de uma tendência à circunstancialização temporal, voltamos à questão de a escrita ser ou não contextualizada. Como já foi suficientemente discutido, assumimos aqui que a contextualização é uma propriedade da linguagem em geral, de tal modo que não podemos admitir utilização da linguagem sem contextualização¹²⁴.

Com os exemplos que serão trazidos não pretendemos, portanto, provar que há uma necessidade de contextualização da escrita em virtude de um princípio de descontextualização que a definiria em suas bases. Também não

¹²⁴ Conferir, sobre o assunto, a posição de Marcuschi (1994 a) e aqui mesmo, p. 40.

temos em vista, neste momento, a relação da escrita com a situação imediata. Buscamos apenas evidenciar - em função dos interesses deste trabalho - como certos modos de circunstancialização podem caracterizar o alçamento do escrevente para o que representa como o código institucionalizado. O destaque ficará para a circunstancialização temporal, freqüentemente tomada como índice de produção escrita por parte dos escreventes.

Observemos os dois casos abaixo:

"A violência veio através da história perseguindo o homem, desde que esse se entende como tal. Através dos séculos a violência se manifestou das mais macabras formas,..." (Texto 03-125)

"O tema violência está inserido na história da humanidade de forma indiscutível: desde os primórdios da civilização, ..." (Texto 04-201)

Os exemplos acima são os tipos mais freqüentes de circunstancialização encontrados nos textos. Na verdade, não é propriamente a determinação de uma circunstância de tempo que está em jogo. Trata-se de encontrar um modo de começar o texto e de desenvolver um tema. Utilizado para esse fim, o apanhado histórico constitui-se num artifício tão freqüente que, mesmo considerada a preocupação efetiva em contextualizar historicamente o tema, pode-se reconhecer a reprodução de uma estrutura formal mais ou menos fixa. Além desse aspecto, é importante notar que o tipo de contextualização é bastante genérico, pouco contribuindo para situar o tema. É provável, portanto, que, não reconhecendo essa deficiência, o escrevente acredite estar obedecendo a um requisito indispensável da escrita esperada pela instituição.

Finalmente, trataremos da *regularidade* que congrega as marcas de organização textual explicitadoras do andamento do raciocínio e as que

funcionam como delimitadores. Começaremos pelas marcas que explicitam o andamento do raciocínio. Os exemplos abaixo obedecem à seguinte ordem: explicitação para marcar início do desenvolvimento temático; explicitação de continuidade de um desenvolvimento temático; e explicitação de conclusão de um desenvolvimento temático. São eles:

(A) Explicitação para marcar início do desenvolvimento temático:

"Violência nas tribos urbanas. Deve-se primeiro definir o que são tribos e qual as suas funções no contexto urbano moderno." (Texto 03-172)

(B) Explicitação de continuidade de um desenvolvimento temático

*"(...) Ela [a violência] existe desde a antigüidade (...)
"Fazendo um pequeno paralelo, atualmente as coisas não são muito diferentes..." (Texto 04-200)*

(C) Explicitação de conclusão de um desenvolvimento temático (presente no último parágrafo do texto)

"Das sociedades primitivas, a violência individual ou tribal garantia vantagens de moradia e alimentação. Com o surgimento da civilização, impulsos antes benéficos agora são censurados,..."

" (...) Historicamente, vemos que as diversas sociedades desenvolveram válvulas de escape para as tensões do dia-a-dia..."

" (...) Apesar de exibirem comportamentos bem diferentes, todas as tribos têm em comum a rebeldia. (...)

"Como vimos, a agressividade parece ser uma característica do homem que as sociedades civilizadas modernas procuram reprimir." (Texto 04-182)

ou

"Deus criou o homem e o homem criou a violência e esta só vai acabar quando o homem se for, esta é a conclusão que chegamos." (Texto 01-010)

Todos os exemplos de explicitação do andamento temático mostram a reprodução da estrutura textual canônica: introdução, desenvolvimento e conclusão. O fato de o escrevente julgar necessário explicitar esses momentos (ou pelo menos um deles) poderia ser visto simplesmente como um mecanismo

de edição explícita, por meio do qual o sujeito iria revelando os passos do processamento de seu texto. No entanto, o que defendemos é que não se trata de um autocomando, mas de um comando que, de fora, vem atuar nessa emissão. Uma vez mais, é a necessidade de alçamento ao que o escrevente imagina como o código institucionalizado que o leva a marcar - explicitamente - as partes que julga necessárias ao cumprimento de sua tarefa de reprodução de um modelo. Vale observar que os exemplos citados a este respeito têm íntima ligação com a circunstancialização temporal exemplificada anteriormente. Basta atentar para os circunstancializadores para se detectar a articulação desses dois recursos em função de um mesmo objetivo: a reprodução de um modelo como forma de alçamento ao código escrito institucionalizado.

Com respeito às marcas de organização textual que funcionam como modalizadores, cabe uma observação. Em primeiro lugar, é importante lembrar que estamos tomando o funcionamento de certas marcas sintáticas como diretamente ligado à organização textual. Ao mesmo tempo, assumimos, com Castilho e Castilho (1992), que modalização ou modalidade revelam, indiferentemente, a avaliação do falante sobre o conteúdo de uma proposição:

"há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular, decorrendo daqui suas decisões sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou a dúvida sobre esse conteúdo etc." (op. cit., p. 217).

A modalização de que trataremos é, na classificação dos mesmos autores, a modalização epistêmica, que *"expressa[m] uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição"* (idem, p. 222). O caso específico a ser comentado é o dos *delimitadores*, que são os modalizadores

epistêmicos que *"estabelecem os limites dentro dos quais se deve encarar o conteúdo de P [da proposição]"* (idem, ib.). A particularização do tratamento aos *delimitadores* deve-se, porém, ao critério que adotamos para a busca, nos textos analisados, de pistas lingüísticas sobre o modo heterogêneo de constituição da escrita nos *fragmentos* indiciadores de *interação*. O tratamento particularizado aos *delimitadores* deve-se, portanto, ao aspecto dialógico que os caracteriza. Segundo Castilho e Castilho, os *delimitadores* *"implicam uma negociação entre os interlocutores, necessária à manutenção do diálogo"* (idem, ib.). Eis os exemplos:

"Toda vez que uma pessoa é agredida de certa forma ela geralmente torna-se mais violenta. Isso começa dentro de casa principalmente durante a infância e a adolescência..." (Texto 01-025)

O caráter de negociação das partes destacadas é bastante evidente, ainda mais se lembrarmos que esses enunciados estão na abertura do texto, propondo, portanto, os termos do diálogo. Embora Chafe (1985) lembre que *"a língua falada faz uso freqüente"* desses delimitadores (op. cit., p. 121) e ainda que o trabalho de Castilho e Castilho seja também voltado à norma falada culta, a *saliência* de certos delimitadores nos textos dos vestibulandos parece ser fruto de um certo tipo de recomendação dos professores de redação. No ensino de redação, são comuns, como sabemos, recomendações quanto ao problema das generalizações, por um lado, e o das afirmações categóricas, por outro. Como diz o próprio Chafe, *"a língua escrita (...) mostra mais consciência de que a verdade não é categórica, mas uma questão de grau"* (idem, ib.). No exemplo acima citado, o escrevente parece ter levado à risca a recomendação quanto a evitar as afirmações categóricas, buscando, por três vezes seguidas, tomar uma

certa distância em relação ao que afirmava. Esse distanciamento não se sustenta, porém, no decorrer do texto, uma vez que, comprometido com o trabalho de convencer seu interlocutor, busca, na seqüência da argumentação, envolvê-lo com modalizações fortemente afetivas (como: "*passar fome nem prá cachorro*") já tratadas aqui como expressões formulaicas¹²⁵.

A ocorrência dos delimitadores mostra, portanto, que o escrevente está em vias de se apropriar de mecanismos de negociação com o interlocutor representado na escrita. No caso exemplificado, a própria repetição mostra que os delimitadores são marcas *salientes* da representação que o escrevente faz do código institucionalizado.

* * *

Foram destacadas neste tópico três *regularidades* lingüísticas que congregam marcas da organização textual: (1) aquelas que apontam para o caráter estritamente gráfico do texto escrito; (2) as que indicam uma tendência à circunstancialização; e (3) as que registram: (a) a explicitação do raciocínio; e (b) as que indicam modalização, em especial o caso das delimitadores.

Esses três tipos de marcas, ao indiciar a representação que o escrevente faz da escrita, evidenciam também um modo heterogêneo de constituição da escrita. No primeiro tipo, o escrevente procura mostrar - eis um modo de dialogia - seu domínio sobre o código escrito no que se refere à exploração de seu caráter gráfico; no segundo, o escrevente procura mostrar - eis um outro modo de dialogia - seu domínio de um certo modo de abordar o tema, recorrendo com freqüência à circunstancialização temporal, marca que ele reconhece nos modelos de escrita a que recorre e com os quais também dialoga; e, finalmente,

¹²⁵ Conferir, aqui mesmo, p. 248-250.

no terceiro tipo, o escrevente procura estabelecer o diálogo com seu interlocutor por meio de uma negociação engendrada pela modalização que faz ao desenvolver o tema. Esta negociação não deixa de ser também um diálogo com o que o escrevente representa como código escrito institucionalizado a partir do que assimila da língua escolarizada. Esse aspecto da escolarização fica especialmente claro se levarmos em conta as recomendações dos professores de redação quanto à necessidade de amenizar as afirmações mais categóricas.

Também quanto à organização textual, podemos dizer que é bastante forte o aspecto da reproduzibilidade da prática escolar de redação. Mais do que um domínio efetivo dessa organização, o escrevente denuncia suas tentativas de alçamento ao código institucionalizado ao aplicar no texto o que ainda são as dicas do professor de redação, dicas que, a exemplo dos trunfos lexicais já comentados, indicam uma ultrapassagem em relação ao registro assumido no restante de seu próprio texto e, em certas ocasiões, em relação ao próprio registro tomado como modelo. Eis, pois, quanto à organização textual, o modo heterogêneo de constituição dessa escrita.

Um outro item referente à análise da representação que o escrevente faz do código escrito institucionalizado será abordado a seguir e tomará como objeto os recursos argumentativos utilizados pelo escrevente.

Recursos argumentativos do texto referentes à representação do escrevente sobre o código escrito institucionalizado

Como já foi adiantado¹²⁶, é preciso que tenhamos presente que todos os tópicos tratados até o momento atuam também como partes do mecanismo argumentativo dos textos analisados. Neste ponto, abordaremos apenas alguns

¹²⁶ Conferir, aqui mesmo, p. 252-3.

recursos mais específicos que acreditamos pertinentes à caracterização da representação que o escrevente faz do código escrito institucionalizado.

No que se refere à definição do modo heterogêneo de constituição da escrita, interessa destacar a alternância entre os recursos definidos no primeiro eixo de circulação e os que serão definidos neste segundo. Ao contrário dos recursos argumentativos ligados à representação que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita - em que há a preocupação de acumular dados, argumentos e fatos em estruturas que os justapõem (como as enumerações) ou que interpelam diretamente o interlocutor (como as perguntas) -, a busca de recursos argumentativos ligados à representação que o escrevente faz do código escrito institucionalizado se caracteriza pela tentativa de tratamento analítico desses dados, fatos e argumentos. Desta feita, o escrevente ensaia - podemos dizer, lembrando a escrita típica de Tannen¹²⁷ - uma maior atenção ao conteúdo.

No entanto, a especificidade dos recursos argumentativos aqui tratados tem a ver com a saliência do caráter polifônico que, em determinados momentos, os textos dos vestibulandos apresentam. Vale a pena lembrar que, segundo Barros (1994), há uma diferença entre "*textos dialógicos*" e "*efeitos de polifonia*" ou "*de monofonia*". Como ficou dito¹²⁸, o caráter dialógico do texto é o que permite encará-lo em sua heterogeneidade - "*os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais*" (op. cit., p. 6). O tipo de efeito produzido por esse embate pode ser, porém, o da polifonia - "*quando essas vozes ou algumas delas deixam-se escutar*" - ou o da monofonia - "*quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir*" (idem, ib.). Os recursos

¹²⁷ Conferir Tannen (1982) e, aqui mesmo, p. 39-40.

¹²⁸ Conferir, aqui mesmo, p. 87, Nota 49.

argumentativos que vamos comentar caracterizam-se, portanto, por apresentarem o efeito de polifonia¹²⁹.

As pistas lingüísticas desse tipo de tratamento dado ao texto foram reunidas numa única *regularidade*: a da tentativa de construção de um caráter analítico para o texto, incluindo um caso de argumento estatístico. Nesses recursos argumentativos, é bastante presente a questão do distanciamento ao abordar o tema. O quadro abaixo mostra a freqüência dessa *regularidade* da dimensão argumentativa:

QUADRO 5: Porcentagem de ocorrência segundo a *regularidade* lingüística da DIMENSÃO ARGUMENTATIVA em relação ao total de ocorrências das regularidades das outras dimensões no conjunto dos textos

REGULARIDADE LINGÜÍSTICA	%
1. CONSTRUÇÃO DE UM CARÁTER ANALÍTICO PARA O TEXTO (INCLUINDO UM CASO DE ARGUMENTO ESTATÍSTICO)	20,7
Porcentagem de ocorrências (dimensão argumentativa)	20,7

Observemos os seguintes textos:

"A modernização e o desenvolvimento de uma cidade levam, a 'Classe Massacrada' a cometer assaltos, sequestros; e até mesmo a matar sem um motivo. Como não bastasse, os jovens ditos rebeldes (na verdade, um bando de tolos que querem aparecer) provocam a destruição cometem atos de vandalismo e aterrorizam as pessoas.

"Analisando o assunto, vemos que a violência se inicia com os policiais que ao suspeitarem de uma determinada pessoa, vão logo dando porrada..." (Texto 03-162)

"Aspectos gerais da violência"

"A ampla definição de violência traduz um significado muito complexo, onde, no Mundo Moderno se destina a todos os lugares." (Texto 01-015)

¹²⁹ Esse efeito de polifonia também poderia ser descrito a partir da teoria polifônica da enunciação de Ducrot (1987) em termos dos conceitos de locutor (L) e de enunciador (E).

"Dentre as inúmeras faces da violência, uma tem deixado perplexas milhares de pessoas... (...)

"Argumentam alguns que isso se deve a fatores sociais, à condição de miséria e fome a que são submetidos os menos privilegiados. Por outro lado, tem-se constatado a presença cada vez maior de elementos das classes mais abastadas nessas brigas - o que evidencia que podem haver outros motivos para tais confrontos."
(Texto 04-201)

Todos os exemplos têm em comum o fato de construírem um caráter analítico para o texto. No primeiro exemplo, o próprio verbo "analisar" explicita essa preocupação. No segundo exemplo, o título da redação simula títulos de artigos e ensaios científicos: "Aspectos gerais da violência". Por sua vez, o enunciado que dá abertura ao corpo do texto, típico, nessa posição, em um grande número de textos, preocupa-se em definir, bem ou mal, o que será tematizado. No terceiro exemplo, uma seqüência de indícios mostra a *saliência* que podem ter essas marcas. Após reconhecer a existência de "várias faces da violência", sinaliza na direção de uma contraposição de vozes que marca, de um lado, como "argumentam alguns..." e explicita, por meio da própria expressão, o "outro lado", no qual - mais uma vez sinaliza o escrevente - "tem-se constatado..." . Ao final, conclui, a partir dessa contraposição, com um outro indício de sua preocupação analítica: "o que evidencia...".

Como vemos, a argumentação cerrada que caracteriza o texto dissertativo impõe aos escreventes um conjunto de marcas de uma abordagem analítica do tema. É verdade que nem sempre o escrevente é consistente com esse tipo de abordagem durante todo o texto - conferir, a esse respeito, em especial o primeiro e o segundo exemplos acima citados -; podemos mesmo dizer que é raro que essa consistência seja integralmente mantida. No entanto, importa detectar não a realização consistente de uma abordagem analítica,

mas o descompasso entre o que o escrevente teria efetivamente a dizer (nem sempre muito claramente recuperável) e o que ele adapta ao modo analítico de escrita que atribui à instituição que o avalia. Dito de outro modo, esse descompasso é o que permite que essas vozes deixem-se escutar.

Acreditamos que esse "efeito de polifonia" revela, no caso, a mesma expectativa de alçamento por parte do escrevente já comentada para outros aspectos do texto. É a imagem da instituição na qual ele se candidata a ingressar e a do interlocutor que, para esse mesmo fim, ele representa em seu texto, que se sobrepõem à voz do escrevente para denunciar o modo particular que ele representa o código escrito institucionalizado. Ao mesmo tempo, a inconsistência em relação ao aspecto analítico almejado revela que o escrevente enuncia a partir de um modo heterogêneo (no caso, sob um efeito polifônico específico) de constituição da escrita. A maneira mais clara de checarmos essa inconsistência é a oposição, no próprio enunciado do escrevente, entre o que já é mais ou menos previsível ou estereotipado (e que, por isso, vem para o texto por meio de um simples jogo mnemotécnico) e o que deve ser construído pelo escrevente (e que, portanto, depende de um outro tipo de recorrência à memória).

Exemplo de um recurso semelhante, o texto abaixo também trabalha com certas expressões estereotipadas de argumentação:

"A violência, nos dias atuais, tornou-se algo comum em nossas sociedades urbanas. Como consequência desse fato temos muitos cidadãos vivendo encarcerados em suas próprias residências, enquanto que a violência toma conta das ruas. (...)

"Portanto tudo e todos que não seguem as regras que a sociedade impõe são discriminados; mas nem sempre esta parcela aceita passivamente este fato e, a partir do momento que a ameaça ressurge, a sociedade os extermina, pela própria lei da sobrevivência.

"A sociedade julga e pune as consequências do ato violento através de violência, como meio de amenizá-la, enquanto que se tentássemos julgar as causas deste ato..." (Texto 00-012)

Vemos, nessa seqüência, a relação de causa e efeito marcada por "como conseqüência desse fato". Em seguida, há a contraposição de vozes com "enquanto que", retomada também no último parágrafo.

Por fim, a forma mais marcada de todas "a partir do momento que" sugere, pela simulação temporal, a projeção de um lugar para o argumento que é encadeado na seqüência. Normalmente, trata-se de um lugar que compromete o interlocutor com a circunstância da afirmação de algo. Do ponto de vista do escrevente, trata-se, pois, de um lugar que situa o ponto a partir do qual se dá a possibilidade de resolução da questão abordada. É interessante notar que o texto ganha em *fluência*¹³⁰ quando o escrevente emprega a expressão "a partir do momento que a violência ressurgiu", mas sofre do que poderíamos chamar uma recaída de *disfluência* quando tem que explicitar a resolução do argumento: "a sociedade os extermina", em que o pronome não pode retomar o antecedente que lhe corresponderia: "esta parcela". Portanto, uma estrutura argumentativa que é construída para colocar o interlocutor em posição de adesão, ganha em *fluência* quando se ancora numa expressão estereotipada, ou, por outra, no momento em que o escrevente busca reproduzir a expressão que atribui ao uso habitual do interlocutor. Ela se torna, porém, *disfluente* no momento da resolução, que é marcada a partir do que o escrevente representa como de sua alçada pessoal. Tanto Scarpa (1995), ao tratar da fluência/disfluência na aquisição da linguagem, quanto Silva (1991), ao tratar da aquisição da escrita, mostram que, também nesses dois domínios, a discrepância entre o que o escrevente representa como sendo do outro e o que representa como sendo seu pode determinar seu desempenho. No caso acima,

¹³⁰ Conferir Scarpa (1995) e aqui mesmo (p. 194, Nota 79, e p. 266, Nota 108).

a forma estereotipada - atribuída ao outro - é um momento em que a argumentação flui normalmente. Já no caso da marca que representa como sua - momento da resolução do argumento - a argumentação tropeça num problema de coesão, o que inviabiliza o resultado esperado. Essas vozes que se fazem escutar no texto do vestibulando revelam, no descompasso que se cria entre elas, o mesmo efeito polifônico de que falávamos no caso anteriormente citado.

O alçamento na direção do código escrito institucionalizado que é buscado por meio de formas estereotipadas - incluímos também o caso de "enquanto que", comentado acima - é um forte indício de que os recursos argumentativos utilizados denotam a circulação que o escrevente faz pelo imaginário que tem sobre o código escrito institucionalizado.

Para encerrar este tópico, será citado o caso, único (mas não menos relevante) em nosso *corpus*, do argumento estatístico:

" (...) a violência aumenta assustadoramente. Gangues de jovens que se digladiam, grupos de extermínio de menores abandonados, são comuns nos noticiários. E um mecanismo de defesa dessa neurose urbana nos condiciona a um estado de anestesia.

"No Brasil onde mais de 40% da população vive na miséria absoluta, onde somente 10% dos habitantes abocanham 51% da renda nacional e onde existe uma absurda concentração de terras nas mãos de latifundiários, a violência é quase incontrolável. No País do 'jeitinho' falta de ética e miséria se confundem nos levando ao limite do suportável." (Texto 01-036)

Vale dizer que, em nenhum momento de seu texto, o escrevente esclarece as fontes dessas estatísticas. A ausência das fontes não é, no entanto, o aspecto que pretendemos ressaltar. Preferimos destacar, nesse exemplo, o decalque de textos jornalísticos, de propaganda política e/ou de dados econômico-administrativos, por sua vez, inspirados na ciência estatística. Não

parece, portanto, ter sido apenas a sensibilidade quanto à força de um argumento como esse a ter levado o escrevente a jogar com ele. Foi, preferimos acreditar, a visibilidade de seu contato com o código escrito institucionalizado e a antecipação da expectativa do interlocutor em relação a ela que impôs esse tipo de argumento. Desse modo, podemos observar uma vez mais as vozes que se fazem escutar nesse *fragmento*. A referência estatística representada como a voz oficial sobre as causas da violência se sobrepõem à voz que o escrevente representa como sua. No entanto, na falta da fonte que daria legitimidade a esses números, o descompasso entre um argumento de autoridade e a ausência da autoridade legitimadora permite que uma outra voz se faça ouvir, a saber, a do senso comum. O alçamento desejado pelo escrevente - caracterizando esse momento de circulação pelo imaginário sobre o código escrito institucionalizado - novamente fica a meio caminho e indicia, assim, o modo heterogêneo (também, neste caso, com um efeito polifônico específico) de constituição da escrita.

* * *

A análise dos recursos argumentativos como marcas da representação que o escrevente faz do código escrito institucionalizado mostrou, entre outras coisas, que o tratamento analítico do tema que o escrevente procura apresentar em seu texto faz eco com a recomendação escolar de distanciamento ao abordar o tema. Destacamos como *regularidade* lingüística esse caráter analítico dado ao texto, incluindo um caso de utilização de argumento estatístico.

No que se refere ao caráter analítico, cabe ainda destacar que, ao construí-lo, o escrevente se utiliza freqüentemente de expressões mais ou menos previsíveis ou estereotipadas, que vêm, em geral, do discurso científico. É

freqüente, nesse tipo de decalque, que o escrevente não permaneça consistente, no decorrer do texto, com o caráter analítico proposto. O aparecimento dessa inconsistência denuncia, em geral, os pontos de passagem de uma forma estereotipada para uma forma representada como sendo do próprio escrevente. Em outros termos, podemos dizer que se evidenciam nesses pontos de passagem os pontos de *individualização* do sujeito. Sendo essas formas resultantes de dois diferentes tipos de recorrência à memória, elas revelam dois momentos da dialogia registrada no texto: o primeiro é voltado para a representação que o escrevente faz do código escrito institucionalizado (momento em que utiliza formas estereotipadas) e o segundo é voltado para o modo como o próprio escrevente se representa diante desse código e do interlocutor (momento em que assume como sendo da alçada pessoal a formulação de seu texto).

Constatamos, portanto, que o aspecto da reproduzibilidade da prática escolar de redação continua presente também no que se refere à utilização, por parte do escrevente, de recursos argumentativos. O caso da utilização de estatísticas - sem fonte que as comprove - num tipo de argumentação pela quantidade é, a esse respeito, exemplar e mostra como o escrevente paga na mesma moeda o que recebe como a imagem da escolarização.

Não é demais insistirmos que, também quanto à argumentação, se trata novamente da utilização de recursos que o escrevente busca para se alçar à região do código que imagina como sendo a do código escrito institucionalizado e ao lugar que atribui ao interlocutor representado em seu texto. Nesse trabalho de atribuição de lugares a coisas e pessoas, o escrevente não fica sem delimitar o seu próprio, mostrando, no intervalo produzido pelo descompasso dessas

representações, efeitos polifônicos específicos (que resultam, em geral, num enunciador inconsistente do ponto de vista da orientação argumentativa que o próprio escrevente parece eleger como dominante - a da assimilação do dizer à voz da instituição) do modo heterogêneo de constituição da escrita.

O derradeiro item referente à análise da representação que o escrevente faz do código escrito institucionalizado será abordado a seguir e tomará como objeto as marcas ortográficas dessa representação deixadas pelo escrevente.

Marcas ortográficas da representação do escrevente sobre a (sua) escrita como código escrito institucionalizado

O quadro abaixo dá a frequência da *regularidade* lingüística que encontramos no que se refere às marcas ortográficas da representação que o escrevente faz do código escrito institucionalizado.

QUADRO 6: Porcentagem de ocorrência segundo a *regularidade* lingüística da dimensão ORTOGRÁFICA em relação ao total de ocorrências das *regularidades* das outras dimensões no conjunto dos textos

REGULARIDADE LINGÜÍSTICA	%
I.PROCEDIMENTOS E CONVENÇÕES ORTOGRÁFICAS TOMADOS AO PÉ DA LETRA	5,8

Ao contrário do que acontece quando da circulação do escrevente pela imagem que faz da gênese da (sua) escrita, neste caso, a *regularidade* que se apresenta constitui-se na tomada de procedimentos e convenções ortográficas ao pé da letra. Por exemplo: o escrevente revela alguma sofisticação ao perceber a não necessária identificação entre som e letra, mas atualiza essa percepção em situações em que a coincidência existe [utiliza, por exemplo, "degladiar" (Texto 01-007) em vez de "digladiar"]. Optamos por privilegiar, porém, os casos da hipo e da hipersegmentação, uma vez que contrastam com

a tendência apresentada no primeiro eixo analisado. Observemos, no caso abaixo, a hipersegmentação pela separação de uma sílaba de um vocábulo:

"Dará tempo, para achamos uma saída para acabar de vez com a violência, aí será tarde de mais, pois o estágio em que se encontra na atualidade é Alarmante?..." (Texto 03-180)

Embora não se trate de escrita espontânea, nem de escrita infantil, podemos dizer que ocorrências como a destacada acima parecem mostrar o que Silva (1991) descreve como *"uma convivência entre a percepção da escrita e um componente tônico da fala como marcadores de possíveis pontos de corte para a criança"* (op. cit., p. 75). Ainda baseados em Silva, podemos dizer que fatos como esse mostram como podem ficar preservadas as marcas do contato com a escrita e os critérios intuitivos incorporados para a segmentação de um enunciado escrito.

O exemplo abaixo explora, ao contrário, a hípo-segmentação:

"Bem que o mundo onde vivemos, poderia ser melhor sem violências; mortes, drogas, e tudo de ruim que existe nessa vida, eu cresci no meio de muita violência, drogas, mas não tenho nada haver com isso, prefiro levar a minha vidinha tranqüila, vendendo balas nos faróis e catando papel na rua..." (Texto 01-044)

Como vemos, nesse caso, ocorre a junção de um clítico¹³¹ a uma palavra. Entretanto, essa ocorrência de hípo-segmentação destoa do que comumente se espera, a saber, que o escrevente esteja, como a criança na escrita espontânea, tentando *"representar graficamente um trecho de um discurso seu"* (idem, p. 37). Parece ser, ao contrário, o contato com a escrita e com as recomendações passadas durante anos de escolarização que está sendo determinante na

¹³¹ No sentido dado por Silva (cf., aqui mesmo, p. 218, nota 91).

segmentação do escrevente. Vachek [1989 (1987d)], ao criticar o caráter purista da reforma ortográfica de 1947, mostra que, no sistema grafêmico do Português moderno, o <h> é "um sinal diacrítico que informa o leitor sobre a implementação fônica palatal do fonema geralmente denotado pelo grafema precedente" (op. cit., p. 145). Como sabemos, além desse uso no interior do vocábulo, um outro emprego do <h> acontece no princípio de certas palavras como <haver>, em uso ligado à etimologia e à tradição escrita do português. Parece ser justamente essa tradição que está sendo buscada nesse caso especial de hiposegmentação levada a efeito pelo escrevente, forma de atender às insistentes recomendações das tarefas escolares. É, pois, a imagem que o escrevente faz do código escrito institucionalizado e a superestimação do interlocutor representado que atuam nesse momento de sua escrita.

* * *

O estudo da *regularidade* que congrega as marcas ortográficas da representação que o escrevente faz sobre o código escrito institucionalizado mostra que os anos de escolarização, pelos quais o vestibulando já passou, interferem no seu modo de segmentar o enunciado escrito. Essa representação da ortografia institucionalizada pode ocorrer, portanto, sempre que o escrevente busca seguir o que imagina ser as convenções ortográficas. Privilegiamos aqui as ocorrências da hipersegmentação - procedimento mais esperado quando se toma como modelo o procedimento da segmentalização aprendido a partir da escrita - e do caso especial de hiposegmentação - mais comum no primeiro eixo analisado, mas que, como vimos, se faz presente também quando o escrevente circula pela imagem do código escrito institucionalizado. Embora o critério fundamental do escrevente seja seguir o modelo da escrita, vimos que segui-lo

significa apenas seguir a representação que o escrevente faz desse modelo, produzindo, assim, um modo heterogêneo de constituição da escrita.

* * *

Considerações finais

Neste capítulo, estudamos o segundo dos três modos pelos quais a escrita do vestibulando pode ser observada do ponto de vista da relação que o escrevente mantém com a linguagem.

Tido, a exemplo do primeiro eixo, como um lugar privilegiado para observarmos essa relação, cabe destacar que esse segundo eixo é normalmente visto como aquele em que os *fragmentos* indiciativos de *interação* apontam para o preenchimento de modelos ligado à escolarização formal da língua.

Levando em consideração o objetivo deste trabalho, que é a caracterização de um modo heterogêneo de constituição da escrita, buscamos - mais do que a detecção dos modelos preenchidos pelo escrevente - captar as marcas da flutuação do escrevente em sua relação com esses modelos, fato que nos tem permitido apreender a relação que o escrevente mantém com a linguagem e, portanto, com as mediações que o colocam diante de si mesmo, diante do seu interlocutor e diante do código que representa como institucionalmente adequado à ocasião.

Vale ressaltar que os momentos que estamos chamando de flutuação ou de inconsistência no que se refere à representação proposta quanto ao código escrito institucionalizado, ao interlocutor e ao próprio escrevente, não devem ser traduzidos como momentos de interferência do oral/falado no letrado/escrito.

Como parece ter ficado claro, são variações na representação que o escrevente faz, mas não necessariamente inconsistências em relação a formas típicas do letrado/escrito pela ingerência de formas típicas do oral/falado. Essas variações, se são passíveis de marcação no que se refere às modalidades, são mais claramente marcadas quanto às normas e aos registros dentro da própria modalidade escrita. Ademais, essas mesmas variações estão, sobretudo, sujeitas às representações que o escrevente faz dessas variedades a partir da relação que ele estabelece com a linguagem. Não bastasse esse fato, vale lembrar que as modalidades do oral/falado e do letrado/escrito estão sendo vistas aqui como práticas sociais e, por essa razão, como pouco suscetíveis à delimitação de fronteiras muito bem marcadas.

A abordagem que propomos é, portanto, a do encontro e não a da dicotomização, e o viés que estamos dando a essa abordagem é o da relação do sujeito com a linguagem, relação que é denunciada nos pontos de *individuação* do sujeito, indicados nos momentos de flutuação, de ultrapassagem e de alçamento praticados pelo escrevente.

A exemplo do que o método adotado permitiu fazer com o estudo da representação que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita, o estudo de tais pontos de *individuação* do texto permitiu partir da captação de indícios da circulação imaginária do escrevente pelo que supõe como o código escrito institucionalizado, passar por um processo de generalização em *regularidades* lingüísticas e chegar a duas propriedades particulares deste segundo eixo: a da integração e a do distanciamento.

O sentido que essas propriedades ganham está associado ao papel desempenhado pela escolarização formal da língua. É a representação de um

código escrito institucionalizado que orienta as formas de integração presentes na construção sintática e textual, bem como as formas de distanciamento (até mesmo - num sentido extremo - de alienação quanto ao que diz) em relação ao tema comentado. Evidentemente, a mobilização dessa representação sobre o código escrito está ligada ao tipo de evento - "*cruzamento de itinerários possíveis*"¹³² - em que, considerado o jogo de expectativas nele envolvido, se dá o processo de textualização levado pelo escrevente.

Vale ressaltar que essa mobilização não favorece exatamente os recursos sintático-semânticos da integração e do distanciamento, mas um modo de utilização desses recursos. São favorecidos, portanto, consideradas as condições de produção dessa escrita. Ou seja, essas condições contribuem para a flutuação do escrevente no que se refere ao registro que dá ao fluxo regular da informação, inclusive na maneira pela qual recorrem aos recursos da integração e do distanciamento. Nos pontos a que estamos chamando de pontos de *individação*, podem ocorrer tanto essas flutuações de registro quanto as tentativas de alçamento ou mesmo as ultrapassagens em relação a um registro imaginado pelo escrevente como adequado à ocasião. É, pois, no hiato produzido por esse salto em direção à representação do código escrito institucionalizado que as propriedades de integração e de distanciamento se definem como tais no que se refere a esse eixo de circulação imaginária do escrevente.

Flutuações de registro, alçamentos e ultrapassagens também podem ser vistos como formas de resolução de problemas. Por fazer uma representação exacerbada do que seria o padrão lingüístico próprio a quem escreve (padrão

¹³² Conferir Veyne (1971) e, aqui mesmo (p. 7, Nota 2).

que o escrevente prevê por meio de processos interiores de antecipar - sem verbalizar oralmente - o diálogo com o leitor), sua escrita freqüentemente se estabelece sob a forma estereotipada atribuída à instituição escolar. Desse modo, é o que calou interiormente no escrevente - e aqui "calou" também no sentido daquilo que se depositou e que, uma vez instalado, nele permanece em estado de latência - que passa a aflorar no momento de responder ao complexo jogo de expectativas que cerca o evento de escrita do vestibulando. Nesse caso, contrariamente aos momentos em que aflora a representação da gênese da (sua) escrita, não há propriamente emergência de índices lingüísticos, mas extravasamento, sobras resultantes das tentativas de alçamento a partir de padrões introjetados pelo escrevente e que são reproduzidos como estereotípias dialógicas. Barros (1985), também ao analisar a escrita de vestibulandos, mostra que, na falta de tomarem "*consciência das variações de modalidades*", os escreventes tendem a alargar, "*com a fantasia do desconhecido, a distância que separa a escrita da fala*". Segundo a autora, por não saber onde estão realmente as diferenças, o escrevente "*imagina ainda mais difícil a tarefa de escrever e preenche a redação com os elementos lingüísticos que acredita caracterizarem a escrita*" (op. cit., p. 475).

É importante notar também que a integração de informação e o distanciamento em relação ao que é tematizado nesses textos não são propriedades que definem o produto final escrito, mas o próprio processo de textualização. Ou seja, ao buscar integração sintática ou textual e distanciamento em relação ao que diz, o vestibulando - como, de resto, em diferentes graus, qualquer escrevente - freqüentemente denuncia esse seu fazer pelo deslizamento que o jogo de representações e de expectativas não cessa de

provocar. Não se trata, pois, naturalmente, de uma representação unívoca e de uma expectativa única, mas do jogo entre representações e expectativas que vai sendo alterado no decorrer do próprio desenrolar do texto, freqüentemente variando de acordo com o fragmento temático abordado.

Como pudemos observar, no que se refere às marcas lingüísticas, o caráter de integração e de distanciamento ligado à representação que o escrevente faz do código escrito institucionalizado pode ser visto na sintaxe, no léxico, na organização do texto e nos recursos argumentativos. Pudemos verificar, ainda, que a *individuação* histórica do sujeito se dá pelo movimento entre a reprodutibilidade estrita de uma prática (busca de estereótipos formais e/ou de conteúdo) e o modo pelo qual o escrevente se representa nessa prática (momento em que o escrevente assume como sendo da alçada pessoal a formulação de seu texto), flutuação a partir da qual o escrevente constitui sua representação do código escrito institucionalizado.

A consideração desse movimento do escrevente só pôde ser feita em virtude da consideração do papel do sujeito no processo de escrita. Uma vez mais, não se trata de investigar um procedimento técnico, mas de determinar a representação do escrevente sobre uma forma de participação social. É nesse sentido que entendemos a afirmação de Street (1984): "*a aquisição do letramento é, na verdade, um processo de socialização mais do que um processo técnico*" (op. cit., p. 180). Por outro lado, como ficou dito, a consideração do papel do sujeito está intimamente ligada à consideração metodológica do caráter local - e dialógico - dos dados lingüísticos, uma vez que só faz sentido considerar os dados lingüísticos locais no interior da dimensão histórica do

sujeito. Esses pontos de *individuação* permitem observar o modo heterogêneo de constituição da escrita do vestibulando.

* * *

No capítulo seguinte, será tratado o terceiro tipo de circulação dialógica do escrevente. Nele, abordaremos o modo pelo qual o escrevente circula pelo imaginário sobre o já falado/ouvido e o já escrito/lido.

O ESCRIVENTE E A DIALOGIA COM O JÁ FALADO/ESCRITO

Insistindo na ressalva que fizemos no capítulo anterior quanto à atuação simultânea dos três eixos reguladores do aparecimento do imaginário do escrevente sobre a (sua) escrita, no presente capítulo buscaremos maiores determinações sobre como esse imaginário aparece no eixo que estamos chamando da dialogia com o já falado/escrito.

Nos capítulos anteriores, abordamos o modo como se dá a circulação dialógica do escrevente relativamente ao eixo do imaginário sobre a gênese da escrita e ao eixo do imaginário sobre o código escrito institucionalizado. Seguindo na abordagem particularizada de cada eixo, tomamos, portanto, como lugar privilegiado de observação o terceiro deles, aquele que se define basicamente por sua propriedade dialógica.

Também a respeito deste eixo, foram adiantadas, no decorrer deste trabalho, várias considerações. Neste ponto, procuraremos organizar essas referências esparsas de acordo com os seguintes tópicos: (a) o caráter fundamental do dialogismo na utilização da linguagem em geral; (b) o caráter dialógico como modo de constituição da escrita; e (c) as conseqüências do dialogismo na abordagem metodológica levada a efeito neste trabalho.

No que se refere ao caráter fundamental do dialogismo na utilização da linguagem em geral, adiantamos que o tratamento adotado toma como dado o fato de que a circulação pela imagem que o escrevente faz da (sua) escrita se

caracteriza como uma extensão da necessária dialogia estabelecida com outros textos, dialogia que regula qualquer utilização da linguagem.

Acreditamos, desse modo, que, o ato particular de apropriação da escrita, ao estabelecer-se na ligação de um discurso com outro(s) discurso(s), mostra sua articulação com uma prática social. Portanto, a partir da consideração de que o o sujeito e seu discurso se constituem pela relação com outros sujeitos e discursos, constata-se a possibilidade de observar o aspecto dialógico constitutivo da manifestação verbal em geral - a interdiscursividade - como um aspecto constitutivo também de sua prática de escrita, ainda que nela atuando de um modo particular.

Portanto, a consideração do eixo da dialogia com o já falado/escrito na circulação imaginária que constitui os textos analisados vem justamente fazer ecoar o fato de que os textos em geral - e não apenas partes destacadas de textos escritos particulares - podem ser considerados como produto do já-dito¹³³. Uma tal consideração está, pois, intimamente ligada a uma visão "*do discurso como produto do interdiscurso*" (Authier-Revuz, op. cit., p. 27). É no interior de uma tal concepção que são buscadas - no diálogo que o escrevente mantém com o

¹³³ Esse fato pode ser exemplificado também do ponto de vista da história do aparecimento da escrita e de sua relação com a "tradição oral". Havelock (1996), ao defender que "*o verdadeiro pai da história não foi um 'escritor' como Heródoto, mas o próprio alfabeto*", liga a historiografia de Heródoto e de Tucídides, mostrando que a "*concepção da história como gesta militar e heróica*" desses pioneiros "*foi herdada de Homero*", primeira transcrição alfabética a produzir-se. Havelock destaca os estilos característicos de um e de outro: Heródoto (cerca de 480 a.C.) "*mais próximo da forma de composição oral*" - segundo o autor, "*por trás da prosa de Heródoto, de sua descrição do conflito épico entre gregos e persas no continente, ouve-se os hexâmetros épicos, tal como eram recitados (quer dizer, ele os estava a recordar)*" -; Tucídides (471 a.C.) "*mais próximo (e quiçá consciente dessa proximidade), da forma letrada*" - em quem, segundo Havelock, " *vemos um leitor de Homero numa perquirição cuidadosa de pormenores, a fim de corrigi-lo*". Conclui, então, que esse fato é decorrente "*de suas posições relativas na transição cultural*" que o autor caracteriza "*como a revolução da escrita*", ou seja, de "*sua posição intermediária num ponto de transição da cambiante tecnologia da comunicação*" (op. cit., p. 30-32). Interessa destacar dessas observações o fato de que, apesar de Havelock dar um grande peso à tecnologia do sistema alfabético ("*o verdadeiro pai da história*"), a escrita não se mostra como um dado absoluto, uma vez que o uso que se pode fazer dela é sempre função de uma posição relativa quanto ao já falado/ouvido e o já escrito/lido.

que representa como sua exterioridade - as pistas¹³⁴ destacadas pela *heterogeneidade mostrada*, por meio das quais o próprio escrevente negocia com a *heterogeneidade* que lhe é *constitutiva*.

No que se refere ao caráter dialógico como modo de constituição da escrita, as considerações já adiantadas nos capítulos anteriores têm a ver com a própria hipótese organizadora deste trabalho. Ou seja, a proposição de três eixos que denunciam a circulação do escrevente por seu imaginário sobre a escrita é, em si mesma, uma hipótese de constituição dialógica da própria escrita.

Esse modo dialógico de constituição é, de certo modo, percebido pelos autores que pensam a escrita como representação e a vêem a partir de uma dupla possibilidade de relação: com o mundo e com o falado. Alguns deles definem essas relações, respectivamente, como uma representação de primeira ordem (caso da escrita socialmente bem estabelecida e de escreventes/leitores com alto domínio técnico que fazem uma relação direta: escrita → mundo) e como uma representação de segunda ordem (escrita incipiente ou escreventes/leitores com domínio precário que fazem uma relação indireta: escrita → falado → mundo). É certo que esses autores, ao fazerem tal hipótese, não levam em conta recomendações como a de Abaurre de que existiriam *"bons motivos para supor que a representação de escrita que o indivíduo já traz para a escola seja mais complexa, por mais limitado que tenha sido o seu contato com a escrita e seus usos"*¹³⁵. Vale lembrar, no que toca às opções teóricas de

¹³⁴ As pistas que marcam a relação do escrevente com o já falado/ouvido e já escrito/lido são o que normalmente se chama de relações intertextuais. É interessante observar que um discurso mantém sempre relação com o interdiscurso mesmo que essas relações não se efetivem em (pistas) relações intertextuais. Na formulação de Fiorin (1994), *"a interdiscursividade não implica a intertextualidade, embora o contrário seja verdadeiro, pois, ao se referir a um texto, o enunciador se refere, também, ao discurso que ele manifesta"*. E conclui: *"a intertextualidade não é um fenômeno necessário para a constituição de um texto. A interdiscursividade, ao contrário, é inerente à constituição do discurso"* (op. cit., p. 35).

¹³⁵ Conferir Abaurre (1987, p. 193) e, aqui mesmo, p. 274.

nosso trabalho¹³⁶, que não reconhecemos nenhuma dessas duas opções como um caminho teórico justificável. Trabalhamos, ao contrário, com a idéia de que a escrita é um tipo particular de enunciação em que relações com o mundo e com o falado se dão no próprio processo de escrever, caracterizando não a representação escrita do mundo e do falado, mas a representação que o escrevente faz da relação escrita/mundo e escrita/falado.

Desse modo, embora a concepção de escrita que adotamos não seja a da escrita enquanto representação, concepção que implicaria pensá-la como o produto acabado resultante da relação que mantém com outros produtos (o do vivido e o do falado - este último, apenas didaticamente, separado do vivido), parece não ser inútil investigar como, no processo de textualização escrita, o escrevente pode localizá-la mais como uma relação com o processo do vivido (com o mundo) ou mais como uma relação com o processo de elaboração verbal (com o falado).

Lembrando Bakhtin (1979), podemos dizer que, na relação com esses dois tipos de processos, há *atividade mental* e se há atividade mental, há *expressão semiótica* (op. cit., p. 98). Mas lembra ainda o mesmo autor que "*o centro organizador e formador não se situa no interior, mas no exterior*". Portanto, "*não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação*". Desse modo, a expressão escrita, que é o assunto que interessa a este trabalho, como qualquer outro tipo de "*expressão-enunciação*", está determinada "*pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo pela situação social mais imediata*". Ou seja, "*a enunciação é o produto da interação de dois*

¹³⁶ Conferir, aqui mesmo (Capítulo 1, p. 22 e 76).

indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor" (idem, ib., destaques no original).

Portanto, no processo de textualização pela escrita, o escrevente pode localizar sua escrita mais como uma relação com o processo do vivido (o mundo) ou mais como uma relação com o processo de elaboração verbal (o falado), de acordo com o papel que atribui a seu interlocutor. É preciso recorrer ainda uma vez a Bakhtin para que possamos compreender esse papel do interlocutor quanto ao mecanismo a que o escrevente se submete no movimento flutuante entre esses dois processos. Segundo Bakhtin, *"o mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc."*. Mas ressalva: *"quanto mais aculturado for o indivíduo, mais o auditório em questão se aproximará do auditório médio da criação ideológica,..."* (idem, p. 98-9, destaque no original). O lugar que o escrevente atribui a seu interlocutor - variando entre o médio de seu *"auditório social"* e o *"médio da criação ideológica"* (este último, responsável pelo que se tem chamado, neste trabalho, de tentativa de alçamento) - interfere, portanto, na relação que o escrevente, em seu processo de textualização, estabelece com o processo do vivido (relação com o mundo) e com o processo de elaboração verbal (relação com o falado).

Nessa relação entre a textualização, o vivido e o falado, sujeita à mediação do interlocutor representado, podemos facilmente detectar a dimensão dialógica da linguagem atuando na constituição da escrita. Um outro modo de abordar essa circulação dialógica é o que estamos propondo neste

trabalho. Evitando a concepção da escrita como produto de uma representação do mundo e do falado, a proposição dos três eixos de circulação dialógica aqui apresentados procura atender a um certo tipo de representação do escrevente ao mesmo tempo em que busca a apreensão do processo de escrita do escrevente. Em outras palavras, a proposição desses eixos, procura captar o movimento flutuante do escrevente em termos de suas representações imaginárias no processo de sua *expressão semiótica* através da escrita.

Sendo a dimensão dialógica o móvel das representações do escrevente, podemos observar o terceiro eixo de circulação dialógica alternando sua aproximação ora para o imaginário sobre a gênese da escrita, ora para o imaginário sobre o código escrito institucionalizado. Um caso particular dessa alternância diz respeito ao aproveitamento, por parte dos vestibulandos, da coletânea de textos dada no momento da prova. Defendemos aqui que o grau de percepção do escrevente quanto ao reconhecimento de que seu ato não é inaugural - isto é, reconhecimento de que esse ato faz parte de uma prática social -, move seu aproveitamento da coletânea e sua apropriação da escrita na direção do que representa como sua gênese ou do que representa como o código institucionalizado, ocasiões em que estabelece lugares específicos também para seu interlocutor. Podemos dizer que, no mesmo movimento, as várias formas pelas quais o escrevente aproveita a coletânea têm a ver também com o modo pelo qual ele procura enquadrar o material dado para leitura no seu universo de referência sobre o assunto tratado, ocasiões em que reafirma lugares específicos para si mesmo.

Efeitos de generalização, colagem, réplicas em tom crítico, réplicas simplesmente responsivas, aproveitamento sem citação ou paráfrase, bem como

pressuposição de que o leitor conhece os textos da coletânea são muito comuns na dialogia que o escrevente explora em sua leitura da coletânea. Destaca-se, em qualquer desses casos, o fato de que a solicitação de um dado registro (o formal) de linguagem e de uma especificação da modalidade (a escrita) e da norma (a culta) é atendida de acordo com o imaginário de cada escrevente a respeito de uma tal região do código e de como recortá-la. É, pois, pela mediação desse imaginário que se dá o ato de apropriação da escrita, evidenciando a dimensão dialógica de sua constituição como escrita.

No que se refere ao terceiro ponto que organiza as referências já feitas neste trabalho ao eixo da dialogia com o já falado/escrito, serão trazidas, resumidamente, as referências ao dialogismo quanto à abordagem metodológica que estamos adotando.

Como vimos, o evento vestibular caracteriza-se, por si só, num evento tipicamente mobilizador de expectativas. Esse fato impõe à produção do texto um caráter responsivo tal que se tornam muito evidentes as marcas lingüísticas que buscam atender a esse jogo de expectativas, mais até do que aquelas que denotam a tentativa de atender propriamente ao tema proposto para redação. A esse tipo de apreensão de marcas lingüísticas está, pois, associado o caráter de réplica do diálogo, ao qual estão referidas todas as marcas até aqui detectadas em nossa análise. Daí, em todo o percurso deste trabalho, estarmos nomeando esse comportamento como a circulação¹³⁷ dialógica do escrevente pelos três eixos aqui propostos.

¹³⁷ Essa circulação tem paralelo nas mudanças de "modos de falar" durante um "evento lingüístico". Segundo Berruto, um dos critérios para segmentação de um "evento lingüístico" nos "atos lingüísticos" que o compõem consiste em operar a segmentação quando advém - no interior dos segmentos individuados pela tomada de palavra (intervenções sucessivas dos interlocutores) -, uma mudança significativa: da variedade de língua empregada pelo falante, de tema do discurso, de destinatário (quando faz seu discurso voltar-se para alguém que não é o seu ouvinte) ou da própria situação comunicativa (op. cit., p. 90).

No que diz respeito ao eixo da dialogia com o já falado/escrito, esse caráter de réplica atinge várias ordens de remissão, as quais reunimos em *regularidades* lingüísticas que apontam: para outros enunciadores, para a própria língua, para os leitores, para o próprio texto, para um registro discursivo e para o evento vestibular (representado não só pelos leitores, mas também pelas citações da coletânea). É, pois, também a partir da consideração do caráter dialógico intrínseco à utilização da linguagem que a abordagem metodológica escolhida permite observar essas remissões como *fragmentos* indiciativos de *interação* no que se refere à própria dialogia com o já falado/escrito.

Embora mencionadas de maneira dispersa nos capítulos precedentes, essas referências servirão como ponto de partida para que implicações teóricas mais precisas sejam trazidas à discussão sobre o eixo da dialogia com o já falado/escrito.

1. IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DA CONSIDERAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE A DIALOGIA COM O JÁ FALADO/ESCRITO

Antes de tratarmos diretamente das implicações teóricas da consideração do imaginário sobre a dialogia com o já falado/escrito, procederemos a alguns esclarecimentos relativos à postulação desse eixo de circulação dialógica do escrevente ao lado dos dois outros já comentados nos capítulos 3 e 4.

Do que foi discutido no capítulo 4, poderíamos talvez ser levados a concluir que o eixo da dialogia com o já falado/escrito não se distingue do eixo da representação do código escrito institucionalizado. Afinal, este último pertence ao já escrito e "*a incorporação de aspectos convencionais, de escolhas*

*de estruturas típicas da escrita, de modelos escritos*¹³⁸ poderia ser vista como parte da dialogia com o já falado/escrito.

Do mesmo modo, a partir do que discutimos no capítulo 3, poderíamos também ser levados a concluir que o eixo da dialogia com o já falado/escrito recobre o eixo da representação da gênese da escrita. Afinal, este último tem diretamente a ver com a representação acerca do modo de constituição da escrita e, como terminamos de mostrar, esta se dá pela mobilização de representações a partir da dimensão dialógica constitutiva de toda a linguagem.

Nenhuma das duas objeções procede. Do ponto de vista metodológico, pouco poderíamos ganhar reunindo, num único eixo, as remissões ao código institucionalizado e à gênese da escrita. Muito poderíamos perder, porém. Se não pela desconsideração da diferença entre aqueles eixos e o da dialogia com o já falado/escrito, pela própria desconsideração da diferença daqueles dois eixos entre si, ou seja, pela desconsideração das diferentes representações invocadas na circulação dialógica pelo código institucionalizado e pelas representações invocadas na circulação pela suposta gênese da escrita.

A serem aceitas essas objeções, dois riscos sobressaem: o de ver o modo heterogêneo de constituição da escrita como simples interferência da oralidade na escrita (momento de emergência da representação do escrevente sobre a gênese da escrita), ou o de ver esse modo de constituição como simples reprodução de modelos da língua escolarizada (momento de emergência da representação do escrevente sobre o código institucionalizado). Tanto na hipótese da interferência como na da reprodução vemos imediatamente renascer a concepção da escrita como produto, e como produto de sua própria

¹³⁸ Conferir Abaurre (1987, p. 193) e, aqui mesmo, p. 274.

autonomia. Parece claro que o que é "interferente" está fora do que seria o domínio próprio da escrita e o que é "reprodução" projeta, também de fora, o que seria uma convenção fixa para ela. Em ambos os casos, portanto, a autonomia da escrita é tomada como um dado de referência, sendo o produto escrito assumido como objeto de avaliação a partir de seu grau de aproximação com o modelo autônomo.

Para evitar esses riscos, reservamos um terceiro eixo às remissões ao já falado/escrito. A especificidade desse eixo em relação aos demais é a de estar ligado a uma dimensão constitutiva da linguagem em geral, portanto ligada também a uma dimensão de constituição da escrita: a da dialogia, enquanto os dois outros eixos se definem como parâmetros mais ou menos difusos, alternadamente fixados pelo escrevente, no processo dinâmico da textualização pela escrita. No que se refere a sua especificidade em relação à escrita, além de estar na sua constituição pela necessária relação do discurso com outros discursos, define-se também pelo tipo de circulação dialógica que permite ao escrevente marcar *zonas de contato* com o que representa como sua exterioridade. Este terceiro eixo está, pois, na base do processo de constituição da escrita e do sujeito escrevente, na medida mesma em que coloca o escrevente em relação com o outro.

Mas há ainda um último aspecto da especificidade do eixo da dialogia com o já falado/escrito que tem a ver diretamente com o modo como estamos definindo a escrita neste trabalho e, portanto, que tem a ver ainda com sua relação com a escrita. Trata-se do fato de que, em sua composição com os outros dois eixos propostos, ele desempenha um duplo papel: o de guardar a dimensão dialógica que permite o movimento entre os eixos, marcando *zonas de*

contato (ou se se preferir, fronteiras entre eles) e o de ser ele mesmo um pólo de circulação.

Nos textos analisados, são muito freqüentes as ocasiões em que podemos localizar esse eixo como sendo ele mesmo um pólo de circulação dialógica. Trata-se tanto dos casos de colagem da coletânea (específico dos textos analisados), como de casos (muito mais raros nesses textos) em que as remissões beiram a erudição. A forma como o escrevente demarca o terreno da (sua) escrita e o grau de negociação com o que representa como sendo o seu exterior revela nitidamente sua relação não só com a leitura de textos de natureza vária, mas com tipos de leitura (da simples colagem até as demonstrações de erudição), fator que - ao buscar, em tese, a valorização do conhecimento do vestibulando - está na base da concepção do próprio vestibular em questão.

Exposto este último aspecto da especificidade do terceiro eixo de circulação dialógica, podemos, neste ponto, dar uma última determinação quanto a não considerarmos sua atuação isolada como recobridora dos demais eixos. Do mesmo modo que se mostrou ser útil a distinção dos dois outros eixos entre si no sentido de evitar definir o modo heterogêneo de constituição da escrita como uma questão exclusiva de interferência da oralidade na escrita ou de reprodução de modelos vindos da língua escolarizada, o último aspecto da especificidade do terceiro eixo, isto é, seu caráter de registro de uma leitura, permite localizar uma outra posição discutível, mas muito corrente, sobre a escrita: a da atribuição dos chamados "problemas de escrita" à falta de leitura - genericamente referida ao contato com textos escritos - dos escreventes, forma fácil e direta de definir leitura como a leitura escolarizada.

Seria recomendável, ao contrário, começar o questionamento dessa concepção a partir do questionamento da própria noção de alfabetização como domínio de uma tecnologia destinada a estabelecer correspondências unívocas entre som e letra, mas talvez fosse recomendável também questionar os próprios métodos de leitura de texto trabalhados em sala de aula para chegarmos, finalmente, a questionar a concepção de leitura como sendo restrita a textos escritos, especialmente - e para utilizar um argumento que não se justifica apenas pela sua atualidade - se considerarmos a enorme gama de linguagens que convivem na sociedade. Interferência da oralidade, reprodução de modelos e falta de leitura podem, pois, ao invés de categorias de análise, ser vistos como sintomas da falta de reconhecimento e de compreensão da efetiva relação que o sujeito mantém com a linguagem no processo de sua constituição como escrevente.

Esses esclarecimentos preliminares estabelecem as bases da discussão que faremos, a seguir, a respeito das implicações teóricas da consideração do imaginário sobre a dialogia com o já falado/escrito. Com esta exposição, pretendemos: (a) aprofundar a questão da dialogia como uma dimensão da utilização da linguagem a partir da noção de língua materna; (b) aprofundar a questão da dialogia como uma dimensão constitutiva da escrita a partir da noção de *"dialogismo mostrado"* (Maingueneau, 1989, p. 123); e (c) aprofundar a questão da dialogia como uma dimensão básica na utilização do método indiciário a partir da consideração do *"material semiótico do psiquismo"* (Bakhtin, 1979, p. 38).

Pensar a dialogia como uma **dimensão constitutiva da utilização da linguagem** já é quase um lugar-comum. São também bastante conhecidos os

estudos que tomam como objeto a materialização lingüística desse princípio da linguagem, a saber, o estudo, no âmbito da língua, de sua heterogeneidade¹³⁹.

Vem, como se sabe, de Bakhtin a consideração da dimensão dialógica da linguagem, fato que leva Stam (1992) a constatar naquele autor a preferência pela *"multiplicidade à unicidade"*. Segundo Stam, essa preferência vem *"indicada verbalmente em suas oposições sistemáticas entre heteroglossia e monoglossia, polifonia e monofonia, dialogismo e monologismo, discurso bivocal e discurso monovocal"* (op. cit., p. 41, destaques no original).

Para os interesses do presente trabalho, é importante observar como o princípio do dialogismo está presente na noção de língua pela consideração da heterogeneidade como uma das propriedades lingüísticas que dão a dinâmica de suas variações e de suas mudanças.

Já chamamos a atenção¹⁴⁰ para a divisão proposta por Lopes (1993) de *"oito variedades discursivas de base do Português do Brasil"*. Como foi visto, ao propor essas variedades, o autor recorre a uma certa noção de língua que ele próprio caracteriza como "vaga e parcial", isto é, língua como *"meio de expressão da cultura de todos os falantes pertencentes à comunidade de língua portuguesa"* (op. cit., p 27). Ao mesmo tempo - e esta consideração é a que mais interessa aqui - o autor destaca que a distintividade dessas oito variedades discursivas de base só se sustenta por meio de fronteiras fluidas e pelo seu caráter de coexistência (não só entre si, mas também em relação a uma extensa série de outras variedades). Podemos, pois, compreender em que sentido a noção de língua como *"expressão da cultura de todos os falantes"* é caracterizada

¹³⁹ Vale o registro de que, em sociolingüística, *"heterogeneidade é um conceito sincrônico"*, oposto à mudança lingüística, que é um conceito diacrônico (Berruto, op. cit., p. 54, destaque nosso).

¹⁴⁰ Conferir, aqui mesmo, p. 80, Nota 44.

como "vaga e parcial" pelo próprio autor. Trata-se da unicidade embutida nessa noção ("expressão da cultura") que não permite contemplar a multiplicidade de variedades, a falta de fronteiras e a disputa entre elas. No que se refere, portanto, à presença do dialogismo - enquanto "*princípio constitutivo da linguagem e de todo o discurso*" (Barros, 1994, p. 6) - na noção de língua, podemos dizer que esse princípio se materializa, na formulação de Lopes, na detecção de *variedades* discursivas. Essas *variedades* podem, pois, ser vistas como a manifestação do princípio dialógico da linguagem em regiões mais ou menos definidas no interior da língua. Dito de outro modo, para não ficarmos na relação entre marcas lingüísticas e um princípio da linguagem, essas variedades caracterizam-se como formas que, ao competirem entre si, permitem observar a dinâmica da língua (variações e direções de mudança detectáveis numa sincronia) pela heterogeneidade que a constitui. Heterogeneidade, neste sentido, é, portanto, a propriedade descritiva reconhecível nas marcas lingüísticas das variedades localizáveis no material lingüístico concreto.

Também Camacho (1988), em texto que compõe coletânea dedicada a dar *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*, mostra, ao tratar da variação lingüística, o caráter heterogêneo da língua, afirmando haver "*no seio de um mesmo instrumento de comunicação quatro modalidades específicas de variação lingüística, respectivamente, histórica ou diacrônica, geográfica ou espacial, social e estilística*" (op. cit., p. 30).

No mesmo volume de *Subsídios...*, uma outra reflexão sobre o ensino de língua portuguesa é feita por Castilho (1988). Segundo esse autor, com a expansão do espectro social atendido pelo 1º grau, foram incorporados contingentes de alunos que "*trazem para a escola as variedades desprestigiadas*

do português" (op. cit., p. 57). Diante da insensibilidade para essas mudanças de clientela demonstrada na elaboração de livros didáticos e na preparação dos professores, o autor propõe como solução a consideração de *"pelo menos duas questões: o estudo da variação lingüística e o ensino da norma culta"* (idem, ib.). A propósito, lembra que *"a pesquisa sociológica e antropológica contemporânea vem 'redescobrimdo' o Brasil como uma nação complexa, formada por um tabuleiro de comunidades diferenciadas, compondo um quadro bem diverso do da historiografia oficial"* (idem, ib.). Desse modo, continua Castilho, *"a disparidade lingüística entre a classe baixa e a classe média e alta configuram um verdadeiro caso de diglossia, figura a que os educadores brasileiros não estão afeitos, dadas as mudanças de clientela já aludidas"* (idem, ib.). Por fim, e é o que se deseja sobretudo destacar aqui, o autor especifica o que entende por diglossia:

"trata-se de duas variedades da mesma língua que escolhemos alternativamente, tendo em vista a situação em que nos encontramos. Difere portanto do bilingüismo, hipótese em que duas línguas são disponíveis e a escolha de cada qual depende da que é falada pelo interlocutor" (idem, p. 57-58).

As contribuições dadas por Lopes, Camacho e Castilho indicam, para o caso da língua portuguesa falada no Brasil, aspectos da heterogeneidade que a constitui. Essas contribuições exemplificam, de certo modo, o que Weinreich et al. (1968) indicam como solução para a pesquisa preocupada com a questão da mudança lingüística. Segundo esses autores, essa pesquisa se dá ao quebrar-se a identificação entre estruturação e homogeneidade. Recuperando uma reflexão lingüística que se enraíza nos anos 20 e 30, lembram a *abordagem das camadas sobrepostas ("multilayer approach")* que Mathesius e outros lingüistas de Praga,

como Jakobson, utilizam *"para caracterizar sistemas que coexistem na mesma comunidade"* (op. cit., p. 160). Lembram os autores que Jakobson declarou que *"a alternância de estilo é um fato permanente que não compromete a sistematicidade de cada estilo como um objeto da descrição lingüística"* (idem, ib.). Lembram ainda que a abordagem das *"camadas sobrepostas"* (*"multilayer approach"*) foi desenvolvida por Fries e Pike nos Estados Unidos e que, nos anos 60, era aplicada *"mais sistematicamente aos estudos sociolingüísticos por Gumperz"*¹⁴¹ (idem, p. 164). A desidentificação entre estruturação e homogeneidade vem romper com a simples atribuição da heterogeneidade à diversidade dos indivíduos, idéia presente, embora de diferentes maneiras, em Paul (no domínio da lingüística histórica) e em Saussure (no domínio da lingüística sincrônica). À *abordagem das camadas sobrepostas* (*"multilayer approach"*), Weinreich et al. acrescentam a idéia de uma *"distintividade funcional"* que consiste no fato de que *"as camadas ("layers") devem estar em competição, não em complementaridade"*; em conseqüência do que *"é necessário prover uma descrição rigorosa das condições que governam a alternância dos dois sistemas [caso de dois dialetos regionais, por exemplo] (idem, p. 162)".* Dos fundamentos empíricos para uma teoria da mudança estabelecidos pelos autores, interessa aqui destacar dois deles:

- *"A associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão. A estrutura lingüística inclui a diferenciação ordenada de falantes e estilos através de regras que governam a variação na*

¹⁴¹ Cadiot (1989) cita Gumperz como um dos lingüistas que, ao tratar do *code-switching*, rompeu com a *"lingüística estruturalista do contato"* e construiu seu objeto opondo-o ao dessa lingüística: *" assim JJ.Gumperz distingue o code-switching conversacional do code-switching que ele chama de situacional: no situacional, a alternância é regulada pelos tipos de atividade, meio social dos falantes... No conversacional, ao contrário, a alternância não é nem regida nem regulada pela sociedade ou organização social; (...) a alternância, apenas suscetível de aflorar à consciência, é simplesmente uma das formas concretas das trocas verbais, um regime - um modo - da fala"* (op. cit., p. 144).

comunidade de fala; o domínio nativo da linguagem inclui o controle de tais estruturas heterogêneas;

- *"Nem todo tipo de variabilidade e heterogeneidade da estrutura lingüística envolve mudança; mas toda mudança envolve variabilidade e heterogeneidade"* [idem, p. 187-8].

Para o caso específico da escrita dos vestibulandos, o presente trabalho sustenta-se principalmente no segundo desses fundamentos empíricos determinado pelos autores. Não é, pois, a ligação da variabilidade e da heterogeneidade com a mudança lingüística que está sendo buscada, mas estamos procurando, na variabilidade e na heterogeneidade, formas de identificação (do escrevente em relação à língua, aos vários registros discursivos, ao interlocutor ...) detectáveis nos textos.

Vale destacar ainda, nesses dois fundamentos empíricos, a forte presença da multiplicidade - poderíamos, se pensássemos a heterogeneidade como constitutiva das variedades tomadas isoladamente, traduzi-las por *heteroglossia*, *polifonia*, *dialogismo*, *bivocalidade* - mesmo quando a idéia de estrutura é ainda central.

Mas não é apenas quanto à definição de língua como objeto de estudo da Lingüística que a questão da heterogeneidade é central. Ao identificarmos língua com *"expressão da cultura de todos os falantes"*, como vimos acima na formulação crítica de Lopes, podemos trazer também à discussão as noções de *língua materna* e *língua nacional*. A esse respeito, é interessante lembrar a observação de Vermes e Boutet (1989): *"as línguas não são (...) somente objetos científicos, estudados cientificamente pelos lingüistas, elas são também objeto de práticas sociais e, como tais, estão ligadas a Estados particulares, a políticas*

lingüísticas e a territórios distintos." (op. cit., p. 9). Nesse contexto de reflexão, as autoras se perguntam, ainda, sobre em que proporção a noção de *"língua materna pode funcionar como conceito descritivo ou explicativo"* (idem, p. 11).

Procuram, então, responder, ampliando ainda mais a abrangência de tal noção: *"estas questões se colocam em todas os níveis da organização social, do nível 'macro' do Estado ao 'micro' do psiquismo dos indivíduos, passando pela região, a comunidade, o grupo local, a família."* (idem, ib.). E concluem:

"A noção de língua materna, ponto de partida e de ancoragem da identidade, ao mesmo tempo individual e coletiva, se bem que utilizada constantemente como valor referencial, permanece um conceito vago, senão ambíguo" (idem, ib.).

Essas reflexões trazem à tona as discussões já desenvolvidas neste trabalho sobre a natureza heterogênea das práticas sociais do oral/falado e do letrado/escrito (discussões localizadas no *"nível 'macro'"* da organização social). Contemplam também o que discutimos sobre o modo de *individuação do sujeito*, uma vez que permitem a visão particularizada de como o escrevente se representa em relação à língua (*"língua materna"* como *"ponto de partida e de ancoragem da identidade"*) e, portanto, em relação a sua escrita e ao interlocutor que constrói em seu texto (discussões localizadas no *"nível 'micro'"* da organização social).

Na mesma linha de raciocínio, Decrosse (1989) localiza *"no primeiro milênio de nossa era"* a instauração da idéia de que, *"ao lado das línguas de cultura, existem usos diferentes, mas importantes, adquiridos naturalmente em um dado espaço geográfico"* (op. cit., p. 19): trata-se da função de *"língua materna"*. Segundo a autora, *"esta noção é uma função, ou ainda um mito,*

necessária à constituição de fronteiras" (idem, p. 20). Desse modo, Decrosse resume, em duas vertentes, a atuação da noção de língua materna: a de sua oposição às línguas de cultura e a de sua delimitação de um território nacional (*"uma língua para um povo, em um território nacional"*), esta última instalada *"sob a forma de discurso de legitimidade (Chartes, Traité, Chroniques), mas também de técnicas (entre as quais a escrita e o alfabeto)"* (idem, p. 21). A autora termina por mostrar como uma política lingüística nacional estabelecida na França no século XIV terminou por levar o francês *"a um lugar cada vez mais central"*, ao ponto de, no século XVII, o *"poder real"* atingir *"o ideal monolíngue"*, ocasião em que *"as línguas maternas só terão de combater a língua de cultura"* (idem, p. 27).

Por sua vez, Achard (1989), ao afirmar que o ideal monolíngue não é óbvio, uma vez que *"muitos impérios existiram e se perpetuaram sem querer impor a seus súditos o uso de uma língua particular"* (op. cit., p. 32), mostra que *"a situação contemporânea não suprimiu nem o multilingüismo social funcional nem o multilingüismo individual"* (idem, ib.)¹⁴². Mostra também que, desde o início do século XX, pode-se constatar, *"a despeito da contradição aparente, que as reivindicações das línguas minoritárias retomam, no essencial, os ideais monolingüístas do estado central, e os desloca"* (idem, p. 54). E acrescenta: *"tudo se passa como se a variação local e a tradição oral fossem de valor inassumíveis no espaço do político, tal como é atualmente estruturado"* (idem, ib.). Por fim, conclui: *"para ser legítimo, o particular deve proceder do geral, não o contrário"*

¹⁴² Berruto, atento à variação dialetal na Itália, defende que a manutenção, em uma comunidade, de grupos cultural e lingüisticamente diversos, que desenvolvem valores e conteúdos próprios, é freqüentemente a única garantia de que se realize naquela comunidade *"uma 'verdadeira' comunicação e um real progresso sociocultural"* (op. cit., p. 102).

(idem, ib.). Vemos, pois, a promoção da língua a um "critério de identidade", como "alma das nações" (idem, ib.).

Agrupadas, as postulações sobre o multilingüismo de Vermes e Boutet, de Decrosse e de Achard tratam, pois, do aparecimento da noção de *língua materna*, de sua associação a um poder político ("*língua nacional*"), dos gêneros de produção lingüística (cartas, tratados, crônicas) que a legitimaram, de sua associação com a escrita e o alfabeto, da contradição aparente das línguas minoritárias ao defenderem, também para si, o ideal monolíngüe.

Finalmente, no que se refere à heterogeneidade como constitutiva da noção de língua materna e ainda no campo de estudo das "*misturas de línguas*", situações em que os falantes se especializam em certos registros ("*língua nacional na escola, língua regional ou dialeto em casa*"), Cadiot (1989) afirma que "uma reflexão satisfatória [sobre essa alternância de código] deveria permitir:

- a) indicar e dar o devido lugar à heterogeneidade do enunciativo [de forma a especificar esta heterogeneidade como "ligada a um deslocamento das posições enunciativas"];
- b) indicar os efeitos desta 'estratégia enunciativa': notamos que ela pode operar em detrimento da integridade sintática definida em termos estritamente gramaticais (...);
- c) constatar enfim, e sobretudo, que a noção de integridade sintática, assim definida (ligada a um julgamento de aceitabilidade fixa), torna-se um impasse ao nível da produtividade discursiva (...) Se é verdade [que em certos enunciados] não existe integridade sintática, poderíamos dizer que existe plausibilidade discursiva" (op. cit., p. 150, destaque no original).

As recomendações de Cadiot, embora voltadas para as situações de línguas em contato, são importantes não só do ponto de vista da constatação do

que ele próprio chama "*heterogeneidade constitutiva da língua*", mas também do ponto de vista da abordagem metodológica que ele propõe. Num paralelo com a abordagem metodológica assumida neste trabalho, o caráter de réplica que orienta o recorte das pistas lingüísticas feito na análise aqui empreendida tem correspondente no que o autor chama de "*controle por ajustamento*", que, segundo Cadiot, "*traduz (...) a incorporação dos efeitos da presença real ou imaginária do outro*" (idem, ib.).

Com essas menções aos estudos sobre variação lingüística e multilingüismo, procuramos mostrar a abrangência da questão da heterogeneidade no âmbito da língua. Para encerrarmos esta reflexão ligada à primeira implicação teórica da consideração do eixo da dialogia com o já falado/escrito, vejamos o que diz Bakhtin sobre a atuação do princípio dialógico na linguagem: "*as relações dialógicas (...) são um fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância*" (1981, p. 34).

Passamos, neste ponto, à segunda implicação teórica da consideração do eixo da dialogia quanto ao já falado/escrito.

No que se refere a aprofundar a questão da dialogia como uma dimensão constitutiva da escrita a partir da noção de "*dialogismo mostrado*", é interessante lembrar que Maingueneau (1989) afirma que o *dialogismo mostrado* "*diz respeito à interdiscursividade manifestada*" (op. cit., p. 123).

Quanto à interdiscursividade, pode-se destacar em Bakhtin (1979) o papel determinante por ele atribuído ao centro exterior de toda enunciação:

"O centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo. (...) A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social,

quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística" (op. cit., p. 107, destaque no original).

Pensando na escrita, em cuja enunciação conta a determinação imposta pelo interlocutor nela representado, podemos dizer - ainda com Bakhtin (1992) - que *"o enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca desse objeto"* (op. cit., p. 320). E completa: *"a mais leve alusão ao enunciado do outro confere à fala um aspecto dialógico que nenhum tema constituído puramente pelo objeto poderia conferir-lhe"* (idem, ib.).

O *dialogismo* mostrado é detectável também na escrita infantil. Silva (1991) afirma que a criança, *para resolver os diversos problemas que a escrita lhe apresenta, "se utiliza de critérios próprios que lhe parecem mais adequados para aquele dado momento e que resultam, na maioria das vezes, da intermediação de tudo aquilo que percebe da fala e do que já percebeu e inferiu acerca da escrita..."* (op. cit., p. 62).

Val (1991), estudando textos escritos de vestibulandos, retoma Beaugrande e Dressler sobre o caráter constitutivo das relações intertextuais: *"inúmeros textos só fazem sentido quando entendidos em relação a outros textos, que funcionam como seu contexto"*. E, em seguida, acrescenta sua própria contribuição, dizendo: *"o mais freqüente interlocutor de todos os textos, invocado e respondido consciente ou inconscientemente, é o discurso anônimo do senso comum..."* (op. cit., p. 15).

A questão do dialogismo aparece ainda na relação do sujeito com a linguagem, relação que aparece sempre mediada por um outro. É o que afirma Abaurre (1992) ao dizer que essa relação tem no *"interlocutor fisicamente*

presente ou representado [um] ponto de referência necessário para esse sujeito em constituição" (op. cit., p. 9).

Todos esses autores mostram, por vias diferentes, a importância da consideração do dialogismo mostrado. Para o que nos interessa, a particularização desse caráter constitutivo da dialogia para o enunciado escrito visa dar conta, como adiantamos¹⁴³, das *regularidades* lingüísticas que marcam remissões feitas pelos escreventes: à coletânea de textos dada na proposta de prova, a outros textos escritos, a textos já falados/escritos, mas também a uma outra língua, a uma outra palavra, ao interlocutor, a outros registros discursivos etc.

A opção teórica que essa consideração implica tem a ver, portanto, com a assunção do discurso como produto do interdiscurso, com o qual, segundo Authier-Revuz (1990), os *pontos de heterogeneidade mostrada* se relacionam para marcar "*um lugar para um fragmento de estatuto diferente na linearidade da cadeia*" e "*uma alteridade a que o fragmento remete*" (op. cit., p. 30).

Dando por assentada a questão da dialogia como constitutiva da escrita, passamos à terceira das implicações teórica acima anunciadas.

Pretendemos, como última implicação teórica da consideração do eixo da dialogia com o já falado/escrito, aprofundar a questão da dialogia como uma dimensão básica na utilização do método indiciário a partir da consideração do "*material semiótico do psiquismo*" (Bakhtin, 1979, p. 38).

A respeito do que chama o "*material semiótico do psiquismo*", Bakhtin (1979) afirma:

"todo gesto ou processo do organismo: a respiração, a circulação do sangue, os movimentos do corpo, a

¹⁴³ Conferir, aqui mesmo, p. 345.

articulação, o discurso interior, a mímica, a reação aos estímulos exteriores (por exemplo, a luz) (...) tudo que ocorre no organismo pode tornar-se material para a expressão da atividade psíquica, posto que tudo pode adquirir um valor semiótico, tudo pode tornar-se expressivo" (op. cit., p. 38, destaque no original).

Ainda segundo o autor, há que se eliminar a distinção qualitativa, típica do pensamento *subjetivista individualista*, entre o conteúdo interior e a expressão exterior¹⁴⁴: "*não existe atividade mental sem expressão semiótica*" (idem, p. 98).

Essas afirmações de Bakhtin trazem à discussão a heterogeneidade do caráter semiótico da escrita¹⁴⁵. Para recordar a posição de apenas um dos autores aqui citados, Rossi-Landi diz que "*muitas vezes (...) não se percebe que estamos emitindo continuamente mensagens de outro tipo*" (op. cit., p. 111). Como dissemos, o material significativo que dá base às comunicações verbais é ele próprio uma dessas "*mensagens de outro tipo*" que compõem a comunicação verbal.

O gesto como signo antecipatório da escrita, o gesto rítmico presente no próprio processo de escrita, bem como o ritmo da escrita resultante de sua impressão gráfica são fatores (entre outros) que, já discutidos aqui¹⁴⁶, marcam a diversidade presente na constituição da base semiótica da escrita.

Para estabelecer a relação do "*material semiótico do psiquismo*", proposto por Bakhtin, com o método indiciário, buscaremos a seguinte formulação de Eco (1991):

¹⁴⁴ É interessante observar também que, segundo Brait (1994) - retomando a análise de Bakhtin sobre o discurso verbal flagrado num momento de conversação cotidiana - "*a situação extraverbal não é meramente a causa mecânica do enunciado, mas se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial à estrutura de sua significação*". E a autora continua: "*para Bakhtin, o enunciado concreto, como um todo significativo, compreende duas partes: a parte percebida e realizada em palavras e a parte presumida*" (op. cit., p. 19-20).

¹⁴⁵ Conferir, aqui mesmo, p. 55-63.

¹⁴⁶ Conferir, aqui mesmo, p. 63-69.

*"Quando um fato singular é tomado como hipótese explanatória de outro fato singular, o primeiro funciona (em um dado universo textual) como a lei geral que explica o segundo. (...) Atualmente, um médico busca tanto leis gerais quanto causas específicas e idiossincráticas, e um historiador trabalha para identificar tanto leis históricas quanto causas particulares de eventos particulares. (...) historiadores e médicos estão conjecturando acerca da qualidade textual de uma série de elementos aparentemente desconexos. Eles estão operando um *reductio ad unum* de uma pluralidade" (op. cit. p. 227, destaque no original).*

Parece ser útil testar a adequação desse método de médicos e historiadores também no reconhecimento do *"material semiótico do psiquismo"*. Por certo, o ensino de língua materna ganharia muito com ele. É possível que uma leitura que respeite a complexidade semiótica de textos de vestibulandos e - sabemos - de muitos outros textos produzidos em situação escolar consiga reverter um preconceito comum em relação a esse tipo de prática textual: o da inaptidão do escrevente.

As evidências de fragmentação, a reprodução de modelos, os vácuos deixados pela falta de lexicalização ou pela lexicalização inadequada, a construção da alternância rítmica por meio de pontuação que rompe a integridade sintática dos enunciados; as tentativas de plasmar a prosódia na escrita são, entre outros, indícios que, sob a aparência de simplicidade do produto textual final e sob rótulos que os classificam apenas em relação a certas dimensões da linguagem (sintaxe, esquema textual, escolha vocabular, pontuação etc.), compõem a complexa heterogeneidade do feixe de material semiótico (gestos, som - pela prosódia -, grafia e espaços em branco, complexos empregos da dêixis) que o escrevente articula em seu processo de escrita.

Seria recomendável substituir o preconceito em geral apegado à imputação de falta de *"integridade sintática (ligada a um julgamento de aceitabilidade fixa)"* pela busca do que Cadiot chama a *"plausibilidade discursiva"*¹⁴⁷ dessa escrita. Essa nova atitude consiste apenas em fazer valer para a escrita aquilo que normalmente fazemos na *fala informal*. Segundo Verón (1981), *"os sujeitos falantes não fazem avaliações acerca da normalidade ou anormalidade de frases isoladas; avaliam sempre discursos"* (op. cit., p. 37).

Damos por concluída a abordagem das implicações teóricas da consideração do eixo da dialogia com o já falado/escrito. Foram feitas, neste tópico, observações a respeito da especificidade deste eixo em relação aos outros apresentados e de seu duplo papel: o de guardar a dimensão dialógica que permite o movimento entre os três eixos, marcando fronteiras entre eles, e o de ser ele mesmo um pólo de circulação.

Buscamos, ainda, reafirmar a dimensão dialógica constitutiva da linguagem: recorrendo a estudos que propõem a heterogeneidade já na noção de língua (enquanto conceito teórico e enquanto unidade política); observando a dialogia como uma dimensão constitutiva da escrita; e, finalmente, observando a questão da dialogia como uma dimensão básica na utilização do método indiciário a partir da consideração da heterogeneidade do material semiótico da escrita.

A exemplo do que buscamos apreender em relação aos dois outros eixos, pretendemos, com a postulação deste terceiro eixo, captar a imagem que o escrevente faz da dialógica com o já falado/escrito. Mais precisamente, trata-se de localizar e explicar as representações do escrevente acerca de outros textos,

¹⁴⁷ Conferir, aqui mesmo, p. 357.

outros interlocutores, outros registros discursivos, outras modalidades de sentido, todos eles, fatores relacionados com a imagem que o escrevente faz de si mesmo, de seu interlocutor e da própria escrita. Partimos, uma vez mais, da hipótese de que momentos dessa circulação imaginária podem ser retomados, em tese¹⁴⁸, em qualquer época, na escrita de qualquer pessoa, em qualquer texto.

2. A DIALOGIA COM O JÁ FALADO/ESCRITO NO CONJUNTO DE TEXTOS ANALISADOS

Quanto ao procedimento metodológico, será mantida, também em relação ao terceiro eixo de circulação, a abordagem globalizada dos textos. Ou seja, não se analisará texto por texto, mas buscaremos exemplificar os *pontos de heterogeneidade* (Authier-Revuz, op. cit., p. 30) - *regularidades* quanto aos tipos de remissão - que, de um modo geral, os escreventes marcam em seus textos. Trata-se, portanto, não da comprovação óbvia de que o escrevente lida, em seu texto, com a *heterogeneidade mostrada*, mas da busca de como a dialogia com o já falado/escrito aparece representada nos vários textos no que se refere ao que estamos chamando um modo heterogêneo de constituição da escrita.

Pretendemos ainda mostrar, por meio das pistas locais deixadas pelo escrevente, não só sua circulação na direção do que ele representa como a gênese da (sua) escrita e como o código escrito institucionalizado, mas também na direção da representação que o escrevente faz do já falado/escrito.

Vale ressaltar que nosso objetivo é captar, nos vários textos, pistas comuns quanto aos pontos de heterogeneidade marcada. Trabalhando, pois, com o método *indiciário*, buscamos uma abordagem globalizada e de caráter

¹⁴⁸ Conferir, aqui mesmo, p. 194, nota 80.

explicativo a respeito desse tipo de circulação dialógica. A exemplo do que foi feito nos capítulos 3 e 4, buscamos marcas de *individuação* dos escreventes a partir do método proposto e segundo o critério do caráter dialógico das pistas lingüísticas deixadas pelos escreventes. As várias ordens de remissão foram reunidas em *regularidades* lingüísticas, no caso deste eixo, entendidas como diferentes *pontos de heterogeneidade*. Antecipamos, abaixo, o quadro das ocorrências das *regularidades* que denunciam a imagem que o escrevente faz da (sua) escrita a partir da dialogia que estabelece com o já falado/escrito.

QUADRO 1: Porcentagem das ocorrências segundo as *regularidades* lingüísticas que congregam *pontos de heterogeneidade*

REGULARIDADES LINGÜÍSTICAS	PORCENTAGEM
QUANTO AO ENUNCIADOR*	17,8
QUANTO À LÍNGUA (um outro discurso, uma outra modalidade de sentido, uma outra palavra, uma outra língua)	11,2
QUANTO AO REGISTRO DISCURSIVO	4,7
QUANTO AO LEITOR	3,3
QUANTO ÀS CITAÇÕES DA COLETÂNEA	60,4
QUANTO ÀS REMISSÕES AO PRÓPRIO TEXTO	2,6
TOTAL	100,0

A presença de outro enunciador no texto do escrevente

Elaborada para medir, entre outras capacidades do vestibulando, a de estabelecer relações e de interpretar dados e fatos, o tipo de prova aplicado é, como afirmamos há pouco, o registro de uma leitura: no sentido amplo da palavra (leitura do mundo em que se situa o estudante) e no seu sentido restrito (leitura de textos e, ainda mais particularmente, leitura de textos dados pela coletânea no momento da prova).

O modo pelo qual escolhemos lidar com essa leitura é o da captação das formas pelas quais o heterogêneo se manifesta na escrita do vestibulando, denunciando, entre outras coisas, uma expectativa de alçamento à posição que

atribui ao interlocutor, uma leitura pouco convincente, uma percepção de que as citações podem valorizar e sustentar seu texto.

Inicialmente, serão tratadas as várias formas de emergência de outro enunciador no texto do escrevente: (a) assimilação da voz da instituição como tentativa de adequação ao perfil do aluno por ela desejado; (b) remissão a outros enunciadores com pretensão de ironia, de atribuição negativa ou de simulação de um outro; (c) remissão, por meio de discurso direto, a autor citado na coletânea ou a outro qualquer; (d) indecisão quanto à identificação ou não da fala do locutor com a do discurso citado; (e) sustentação do dizer a partir do que se estabelece como a voz do senso comum. Todas essas formas de emergência de outro enunciador caracterizam-se como *efeitos de polifonia*¹⁴⁹ no texto do escrevente.

Eis, a título de ilustração, como se distribuem, em termos de frequência, as várias formas de emergência de outro enunciador.

QUADRO 2: Porcentagem de ocorrência de aspectos particulares da *regularidade* lingüística OUTRO ENUNCIADOR em relação ao total de ocorrências das outras *regularidades* no conjunto dos textos

ASPECTOS PARTICULARES DAS REMISSÕES A OUTRO ENUNCIADOR	%
(A) assimilação da voz da instituição como tentativa de adequação ao perfil do aluno por ela desejado	0,9*
(B) remissão a outros enunciadores com pretensão de ironia, de atribuição negativa ou de simulação de um outro	7,0
(C) remissão, explícita ou não, por meio de discurso direto, a autor citado na coletânea ou a um outro qualquer	4,5
(D) indecisão quanto à identificação ou não da fala do locutor com a do discurso citado	3,6
(E) sustentação do dizer a partir do que se estabelece como a voz do senso comum	1,8
Porcentagem de ocorrências (remissões a OUTRO ENUNCIADOR)	17,8

* Conferir sobre a relevância das marcas não ser dada por sua frequência, aqui mesmo, capítulo 3, quadro 2, p. 198.

¹⁴⁹ Conferir Barros (1994) e, aqui mesmo (p. 87, Nota 49).

A primeira forma de emergência de outro enunciador consiste na assimilação da voz da instituição como tentativa de adequação ao perfil do aluno e se marca no próprio *esquema textual* adotado. Como ficou dito¹⁵⁰, há sempre, nesse esquema, um espaço para o posicionamento do escrevente a respeito do tópico específico abordado:

"A violência é só mais um reflexo do caos social, político e econômico em que vivemos e deve ser combatida na sua raiz. O resgate de nossa condição de civilizados depende de cada um de nós.

"E, conscientes desta responsabilidade, quem sabe um dia a violência dos filmes futuristas não ultrapassem as telas de cinema" (Texto 01-036).

Como vemos, não há, nesse exemplo, uma remissão explícita, marcada, a outro enunciador. No entanto, as condições de produção dessa escrita permitem dizer que o escrevente procura, nos dois momentos em destaque, reafirmar-se como participante do que ele próprio representa como o perfil de aluno esperado pela instituição: sensível aos problemas sociais e pronto a assumir sua responsabilidade pessoal. Fala, portanto, uma voz assimilada polifonicamente à voz atribuída à instituição, indiciando um momento em que o escrevente circula pelo que imagina como código escrito institucionalizado.

A segunda forma de emergência de outro enunciador marca-se pela remissão a outros enunciadores com pretensão de ironia, de atribuição negativa ou de simulação de um outro. O exemplo abaixo é um caso de ironia indicada por meio do uso de aspas:

"Cometemos um grande crime ao chamar de índio uma pessoa que comete a violência. Nossos índios viviam em perfeita harmonia. Vieram os colonizadores e trouxeram a 'civilização'" (Texto 01-019).

¹⁵⁰ Conferir, aqui mesmo, p. 124.

Essa é uma forma de ironia por meio da qual um outro enunciador (o colonizador, o homem branco ...) é localizado como porta-voz do discurso corrente que separa o primitivo do civilizado. Ao buscar alçar-se para uma posição crítica em relação à estigmatização dos índios a partir dessa dicotomia, o escrevente denuncia, porém, a leitura equivocada que faz do tema. Vê, no tema "violência nas tribos urbanas modernas", uma referência à dicotomia primitivo (tribos) / civilizado (tribos urbanas modernas). Essa leitura denota a expectativa do escrevente de se alçar ao patamar crítico que imagina ser o desejado pela instituição, mais uma vez indiciando sua circulação pelo que imagina como o código escrito institucionalizado. Um exemplo semelhante é o seguinte:

"A chave para a paz esta cada dia menor para entrar na enorme fechadura que separa os 'índios de esquinas' dos 'moderninhos de santana 2.000'" (Texto 01-055).

em que o escrevente também parte da associação entre "tribos" e "índios", questionando, por meio de uma ironia, a oposição entre "índios de esquinas" e "moderninhos de santana 2.000". Neste caso, parece que o escrevente está a caminho de desenvolver a sensibilidade para o fato de que as remissões a outros enunciadores podem valorizar e sustentar seu texto. O exemplo é claramente o de uma atribuição negativa, fato que parece ser um outro aspecto que está sendo desenvolvido, desta feita quanto ao modo de fazer as remissões. O movimento que o escrevente faz nessa direção retoma, portanto, a tentativa, já mencionada no exemplo anterior, de alcançar o patamar que atribui a seu interlocutor representado.

Essa tentativa de alçamento fica ainda mais clara quando o escrevente usa aspas para simular uma outra voz:

"Em qualquer sistema social existe um 'grau de violência'. Esta se manifesta devido não somente por influência de alguns fatores, mas de uma rede complexa de valores sociais adquiridos" (Texto 04-197).

É possível que a tentativa tenha sido a de amenizar a afirmação categórica que se anunciava. O escrevente emprega, então, as aspas para marcar uma especificação de sentido por meio da simulação de uma outra voz, modo de sustentar sua argumentação.

A terceira forma de emergência de outro enunciador marca-se pela remissão explícita ou não, por meio de discurso direto, a um enunciador presente na coletânea ou a outro qualquer:

"Ninguém é o 'Batman' ou o 'Robocop' que lutam contra tal caos, pelo contrário, eles nos agridem com sua violência hemorrágica e nós, tolos sangrentos sugamos todo esse néctar vermelho e fúnebre. 'Ó Deus porque nos abandonastes?' Essa situação não é atual, é pré-histórica e pós-moderna" (Texto 01-022).

O texto bíblico aparece numa ordem crescente de preferência em relação à experimentação e o descarte que o escrevente faz dos justiceiros de massa Batman e Robocop. Podemos notar, nesse exercício de experimentação, posições sucessivas que o escrevente testa para seu interlocutor. O texto bíblico, que não é citado explicitamente, constitui o outro em quem o escrevente sustenta toda sua argumentação, ou seja, é com a moral religiosa que o escrevente identifica a expectativa da instituição onde busca uma vaga. Portanto, embora não se possa dizer que a citação do texto bíblico seja produto da leitura efetiva do escrevente, com essa citação o escrevente desloca a

discussão do tema para o domínio do discurso religioso, cujo tipo de regulamentação parece ser tomado pelo escrevente como adequado à linguagem exigida pelo vestibular. Vemos, nessa suposição de adequação, um recurso argumentativo operando num terreno cujo princípio básico é a regulamentação de comportamento, regulamentação que atinge, a um só tempo, o tratamento moral da questão da violência e a própria linguagem. Eis, portanto, um indício do campo de interlocução representado como próprio pelo escrevente para as trocas lingüísticas a partir do código escrito institucionalizado.

Outro exemplo de discurso direto, desta feita com atribuição explícita, mas imperfeita, é o seguinte:

"Como diz Gilberto (escritor da Folha de São Paulo), 'Quem não investe na inteligência paga o preço do atraso'" (Texto 01-050).

A referência, no caso, parece ter sido a Gilberto Dimenstein, então jornalista da Folha de São Paulo. Podemos observar que a emergência desse enunciador é também uma forma de alçamento, voltada não para a moral religiosa, mas para o que o escrevente imagina ser a voz de uma autoridade intelectual, sobre cujo respaldo procura se alçar para onde supõe estar seu interlocutor. Vale notar que, nesse vestibular, é freqüente o uso de fragmentos de jornais e revistas de grande circulação para compor a coletânea de textos da prova. Além disso, na própria proposta de redação os candidatos são orientados da seguinte maneira quanto à composição da coletânea: *"são textos como aqueles a que você está exposto na sua vida diária de leitor de jornais, revistas ou livros, e que você deve saber ler e comentar"*. Fica patente, portanto, a tentativa de alçamento para o lugar do interlocutor, a partir do qual representa, no caso, a adequação de seu texto ao código escrito institucionalizado.

A quarta forma de emergência de outro enunciador consiste na indecisão quanto à identificação ou não da fala do locutor com a do discurso citado:

"O maior problema é das pessoas que não têm uma vida digna, quanto maiores as preocupações e problemas, como por exemplo: 'o que dar de comer a sua família', maior o seu desânimo com a vida e rebeldia com todos, se tornando cada vez mais agressivo" (Texto 01-021).

O fragmento em destaque é uma estrutura intercalada que mistura características de um discurso direto (notem-se os dois pontos e o uso das aspas), de um discurso indireto (notem-se o emprego do determinante possessivo de terceira pessoa, o uso de dois pontos como introdutor não de uma fala, mas de um exemplo que iria se seguir e, finalmente, o próprio contexto do exemplo em que a seqüência aparece) e de um discurso indireto livre (efeito casual, mas que seria integralmente obtido se fosse omitido o determinante possessivo). Podemos dizer, com quase absoluta segurança, que o escrevente usa uma pontuação que estava servindo para introduzir um exemplo (usa dois pontos) para, em seguida, associá-la com um outro uso possível, o da introdução do diálogo, ocasião em que se resolve pelo uso também das aspas. Essa indecisão em relação à estrutura do enunciado (incluindo a falta de pontuação da interrogação marcada por "o que...") revela que a alusão ao outro enunciador vem marcada também pela suposição de que marcas prosódicas estejam plasmadas no registro gráfico, fato que, como vimos, indicia a imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita.

A quinta forma de emergência de outro enunciador consiste na sustentação do dizer a partir do que se estabelece como a voz do senso comum.

"Como o povo diz, 'O exemplo vem de cima'. Mas o que vêm de cima são policiais matando a torto e a direito, são deputados brigando..." (Texto 03-127).

Ocorrências como essa exemplificam o que Pécora (1989) diz a respeito dos lugares-comuns. Segundo o autor, *"seria ingenuidade atribuir a um interlocutor particular a responsabilidade por esse tipo de imagem fixa que redonda na atividade reprodutiva"* (op. cit., p. 85). E continua: *"a fonte dessa anti-imagem, na verdade, não se localiza em qualquer um dos possíveis leitores a quem essas ocorrências-cliché se destinam em uma situação isolada"* (idem, ib.). Portanto, não podemos dizer, nesse caso, que é o peso da instituição que está contando para essa escolha. Parece, ao contrário, ser o peso das trocas cotidianas que está determinando a reprodução de *"uma linguagem consagrada, codificada, imune à diversidade das situações de uso"* (idem, ib.). Poder-se-ia alegar que mesmo a *escrita culta* freqüentemente se utiliza desse tipo de remissão como um recurso argumentativo. No entanto, a seqüência do texto não deixa dúvidas quanto ao fato de o escrevente estar, nesse momento, efetivamente mergulhado na representação que faz da gênese da (sua) escrita, momento em que as formas codificadas e consagradas do oral/falado estão falando nessa escrita. São muito freqüentes essas ocorrências, mas é importante observar também uma gradação quanto ao já estabelecido pelo senso comum. Observemos os três exemplos abaixo:

"Agora o que gera a violência entre essas tribos? O que leva um político a agredir sua colega de trabalho? Um metalúrgico a destruir seu local de serviço? A polícia a bater em estudantes de direito do largo São Francisco porque realizavam a famosa 'Peruada'?" (Texto 03-172).

"O livro de 'Genesis', em seu capítulo seis, conta-nos que o Senhor todo-Poderoso prometera não mais destruir o homem, porque 'a imaginação' deste 'é má desde a sua meninice'. Sim, o Deus

onisciente sabia que a maldade é intrínseca à raça humana, sabia que o homem já nasce com um germe de perversidade dentro de si.

"A Lei Mosaica, sabidamente um código penal escrito por Moisés sob inspiração divina, procurava coibir a violência com severas penas..." (Texto 03-138)

"É reconhecida a ocorrência de fatos desagradáveis, como a morte de um rapaz durante um show da Banda Sepultura. Portanto não podemos isentar esta de qualquer culpa, mas há de se analisar que ela pode apenas ter estimulado a liberação de desejos reprimidos" (Texto 03-147).

No primeiro exemplo, a expressão em destaque recorre não propriamente à sustentação do dizer a partir do que se estabelece como a voz do senso comum, mas ao que é de domínio público ou, pelo menos, de domínio de um certo público - aquele que acompanha as clássicas notícias ligadas a certos eventos que já pertencem ao calendário rotineiro da grande imprensa. É já o desdobramento do *fait divers* que está presente nesse texto.

No segundo exemplo, a expressão em destaque recorre a um discurso supostamente dominado sobre a história do homem, vista sob um ângulo religioso. O escrevente aposta, portanto, em trazer para a memória do leitor um domínio de saber particular - embora mais ou menos informal -, a partir do qual acredita estabelecer um *contato de espírito*¹⁵¹ com seu interlocutor.

No terceiro exemplo, a expressão em destaque, ao recorrer ao mesmo princípio de sustentação do dizer, não busca esse apoio diretamente no senso comum, nem no que provém dos desdobramentos do *fait divers*, tampouco no domínio do religioso. A tentativa parece ser a de se alçar às formas típicas de argumentação da comunidade científica. Corrobora a definição desse indício o fato de o escrevente estar procurando dar a seu dizer um tom analítico ("não

¹⁵¹ A expressão é de Perelman (1977).

podemos isentar esta de qualquer culpa, mas há de se analisar que...), provavelmente inspirado no que representa como o discurso da academia.

Eis, portanto, nos quatro exemplos comentados, a gradação quanto à sustentação polifônica do dizer no senso comum: ora diretamente apoiada no lugar-comum, ora apoiada no seu redimensionamento como *fait divers*, ora recorrendo ao domínio mais ou menos informal do religioso, ora, finalmente, como tentativa de alçamento ao lugar em que imagina estar o conhecimento valorizado por seu interlocutor: o do domínio científico. Nessas quatro possibilidades, podemos notar uma gradação quanto às diferentes representações dos escreventes sobre a escrita: mais próxima do que o escrevente toma como a gênese da escrita no primeiro caso, parece aproximar-se ao imaginário sobre o código escrito institucionalizado nos três últimos.

* * *

Procuramos observar, quanto à primeira *regularidade* atinente às remissões do escrevente, as formas mais comuns de emergência de outro enunciador. Foram privilegiadas: a assimilação da voz da instituição; a remissão irônica, a atribuição negativa ou a simulação de um outro enunciador; a remissão, por meio de discurso direto, a autor citado na coletânea ou a outro qualquer; a indecisão quanto à identificação ou não da fala do locutor com a do discurso citado; e, finalmente, a sustentação do dizer a partir do que se estabelece como a voz do senso comum.

Em todos esses tipo de remissão polifônica, registram-se tipos de leitura. É importante destacar que não se pretende aqui recair na crítica fácil da falta de leitura do vestibulando ou na crítica da qualidade dessa leitura. Os exemplos citados mostram que os escreventes variam muito as formas de remissão, fato

que evidencia o processo em que estão na sua relação dialógica com o já falado/escrito. Podemos acrescentar que, num mesmo texto, formas mais sofisticadas podem aparecer ao lado de outras menos sofisticadas. A clareza quanto ao tipo de referência que o próprio escrevente está fazendo e quanto à pertinência da relação que ele está propondo, bem como o grau desejável de consciência do escrevente de que as *zonas de contato* escolhidas determinam, ao mesmo tempo, o território de seu próprio dizer e o valor relativo a ele atribuído por parte do interlocutor são fatores que não aparecem todos de uma só vez no processo de escrita. Eles têm a ver com a discrepância entre dispor de um saber por meio do que foi lido/ouvido e ainda não dispor de seu domínio ativo no momento da *textualização*. Nesse descompasso, fica evidenciada a flutuação do escrevente quanto à imagem que faz da (sua) escrita, ora vinculando-a ao que representa como a gênese da escrita, ora vinculando-a ao que toma como o código escrito institucionalizado. Nesse movimento, evidencia-se o modo heterogêneo de constituição da escrita.

Dando continuidade à captação do modo como o escrevente representa seu texto quanto à dialogia com o já falado/escrito, passamos a localizar esse tipo de representação do escrevente quando ele toma como ponto de referência a própria língua.

As referências à própria língua

Reunimos como parte desta *regularidade* lingüística os seguintes "*pontos de heterogeneidade mostrada*": um "*outro discurso*"; uma "*outra modalidade de sentido*"; uma "*outra palavra*"; uma "*outra língua*", propostos por Authier-Revuz (1990, p. 30). Essa simplificação mantém, porém - a exemplo do que faz a própria

autora -, a preocupação em observar o modo como - nas palavras de Barthes (s.d.) - "a língua aflui no discurso" e "o discurso reflui na língua", uma vez que ambos (língua e discurso) "persistem um sob o outro" (op. cit., p. 30).

Apresentamos, abaixo, o quadro indicativo da frequência dessa *regularidade* relativa às referências à própria língua.

QUADRO 3: Porcentagem de ocorrência de aspectos particulares da *regularidade* REMISSÃO À PRÓPRIA LÍNGUA em relação ao total de ocorrências das outras *regularidades* no conjunto dos textos

ASPECTOS PARTICULARES DAS REMISSÕES À PRÓPRIA LÍNGUA	%
(A) a um outro discurso, a uma outra modalidade de sentido ou a uma outra palavra	6,2
(D) a uma outra língua	5,0
Porcentagem de ocorrências (remissões à própria LÍNGUA)	11,2

Observemos o exemplo abaixo, em que o escrevente busca ganhar a adesão de seu interlocutor pelo tipo de especialização do argumento:

"A atenção desviada para atingir metas ditas materiais inéditas, provoca um vazio no espírito do moderno ser humano ..." (Texto 03-155)

A parte destacada revela que o escrevente está recorrendo a "outro discurso" como traço evidente de uma argumentação que procura apresentar-se como adequada a um certo tipo de interlocutor. No caso, a forma pela qual o escrevente lê esse discurso é a da rejeição. Rejeitando, portanto, o discurso que propõe a obtenção de *metas ditas materiais inéditas*, o escrevente esboça o território de seu discurso, tomando-o como o espaço comum que divide com o interlocutor, modo pelo qual acredita alçar-se ao que toma como código escrito institucionalizado. Nos exemplos abaixo, o escrevente marca sua reserva em relação ao uso de certas palavras:

"Grandes empresários são os alvos preferidos de gente (se assim podemos chamar) que quer trocar vida por dinheiro. Os sequestradores estão sempre bem equipados..." (Texto 00-014)

"Os sindicatos tem espodemosr, pois com o uso de violência, ou não, lutam por uma nova ordem social e econômica, visando melhorias para a população assalariada. Essa é uma violência saudável, se assim é permitido chamá-la" (Texto 04-185).

Nos dois casos, os escreventes procuram ler o modo pelo qual as palavras estão "ocupadas", "atravessadas pelos discursos nos quais [viveram] sua existência socialmente sustentada" (Authier-Revuz, op. cit., p. 27). Permanece em aberto, porém, a questão de sua adequação, restando ao interlocutor a possibilidade de recusá-las. Esse mesmo tipo de referência às palavras pode, porém, marcar uma confirmação de sentido:

"...com um sistema educacional coerente, as tribos urbanas consideradas muito agressivas à ordem e paz da sociedade, conseguiriam manter essa agressividade a níveis toleráveis, mas estas, como o próprio nome diz, são excluídas da sociedade, são isoladas..." (Texto 04-214).

Neste caso, o escrevente necessita da confirmação do sentido ("tribo urbana" = "grupo isolado") como forma de opor o que sociedade faz (lugar da confirmação daquele sentido) e o que ela deveria fazer em relação às tribos urbanas (o sentido resultante da desconstrução que o escrevente acredita compartilhar com seu interlocutor). Em todos esses casos, o mesmo tipo de alçamento já comentado se repete.

Esse procedimento volta a acontecer no caso abaixo, em que a indiciação dialógica por meio de outras palavras se dá pela retificação:

"Concluindo, se, for possível, uma conscientização geral através de campanhas, e maior segurança (digo policiamento adequado sem pancadaria) poderemos viver sem medo de sair às ruas..." (Texto 03-162).

A *saliência* dada à palavra "segurança" indica que o escrevente busca fugir de um sentido concretamente vivido de segurança (com pancadaria) para um sentido desejado (sem pancadaria). É na direção desta última leitura de "segurança" que propõe a retificação, posição em que espera encontrar seu interlocutor.

Tomando, ainda, como ponto de heterogenidade mostrada a referência a outra palavra, pode-se detectar um último caso. Trata-se do reconhecimento da polissemia:

"Se nas sociedades tradicionais são a iniciação, os ritos de passagem, os momentos em que o sujeito empírico se vê só, e por isso perigosamente despido de regras, é a quase perfeita recíproca que se dá nas sociedades modernas: 'movimentos' como o hippie, o rock, a ecologia (para ficarmos com os de maior alcance), convidam-nos a um mergulho na consoladora experiência de pertencer, não a uma tribo (a palavra teria aqui conotações indesejáveis), mas a um grupo onde o valor moral é depositado nas relações entre os seus membros" (Texto 01-054, sublinha no original).

Nota-se que o escrevente, apresentando um domínio de linguagem pouco comum nos textos pertencentes ao *corpus* estudado, recorre à "*língua como lugar da polissemia*" (Authier-Revuz, *idem*, p. 30). Esse reconhecimento lhe serve para recusar a palavra "tribo" e propor uma leitura para a palavra "grupo". Assim procedendo, contorna um dos efeitos de sentido com o qual a maioria dos vestibulandos se debate a partir da polissemia da palavra "tribo", a saber: o da já comentada dicotomia entre primitivo e civilizado (note-se que o texto ora analisado se refere a sociedades "tradicionais" e "modernas"). Vale notar que o fragmento como um todo é um exemplo particularmente interessante porque sua representação do código escrito institucionalizado vem mais sob a forma da satisfação das expectativas da instituição do que sob a forma do descompasso

entre a representação que o escrevente atribui à instituição e aquela que ele se auto-atribui. O interesse desse fragmento está, portanto, no fato de que a adequação à instituição é tão nítida que fica difícil não pensar numa auto-projeção do escrevente para a posição do interlocutor representado em seu texto. Basta observar a semelhança desse fragmento com textos provenientes das chamadas Ciências Sociais para que se detecte o grau de simetria proposto por essa interlocução.

Não fossem os critérios que utiliza para a correção dos textos, o agente autorizado (a banca de correção dos textos dos vestibulandos) seria certamente levado a mobilizar a sua representação sobre os textos dessas disciplinas no momento de avaliá-lo. No entanto, para além da questão da avaliação, é preciso estar atento para o fato de que essa representação ligada a uma área específica de conhecimento é apenas uma dentre as várias possibilidades de se forjarem representações sobre o código escrito institucionalizado.

Já nos exemplos seguintes, é uma outra língua o ponto de heterogeneidade destacado:

"Como é possível ter inerente a capacidade de agressão verbal ou visual, tão propagandeada pelos 'megastars', se, ao nascer, uma criança mal sabe distinguir palavras e imagens?" (Texto 01-012).

"No entanto a violência mostra-se como um meio de manutenção do 'status quo', o estado das coisas" (Texto 03-125).

Na composição a partir do prefixo grego e do substantivo inglês ou na expressão latina, observa-se a indiciação dialógica do escrevente em relação a outras línguas. A *ilha gráfica*¹⁵² que ele constrói com as aspas marca o estranhamento, que, do ponto de vista argumentativo, pode significar que o

¹⁵² A expressão é de Vachek [1989 (1979), p. 46] ao referir-se ao uso do itálico no texto impresso. Conferir também, aqui mesmo, p. 231.

escrevente reconhece outras línguas - fator considerado de prestígio por falantes que não questionam a heterogeneidade de seu monolingüismo. Constatamos, portanto, também nesse caso, uma tentativa de alçamento do escrevente ao que imagina como o código escrito institucionalizado.

* * *

Não é preciso lembrar que esses tipos de remissão também registram tipos de leitura. Além disso, remeter a outro discurso, a outra modalidade de sentido, a outra palavra ou a outra língua pode ter um papel argumentativo diferente a cada ocorrência particular. No entanto, todas essas remissões marcam, no processo de sua relação dialógica com o já falado/escrito, uma região para a constituição do sujeito escrevente, região que evidencia a sua relação com a linguagem, de modo geral, com a escrita, de modo particular e com o interlocutor que representa em seu texto.

A próxima *regularidade* lingüística a ser tratada é a que denuncia a dialogia com o já falado/escrito pelas referências a um registro discursivo.

As referências a um registro discursivo

Ainda a título de ilustração, uma vez que não é a relevância estatística que orienta a definição das *regularidades* lingüísticas, apresentamos o quadro indicativo da freqüência dessa *regularidade* afinete ao registro discursivo.

QUADRO 4: Porcentagem de ocorrência de aspectos particulares da *regularidade* OUTRO REGISTRO DISCURSIVO em relação ao total de ocorrências das outras *regularidades* no conjunto dos textos

ASPECTOS PARTICULARES DAS REMISSÕES A OUTRO REGISTRO DISCURSIVO	%
(A) pela recusa à informalidade	4,4
(B) pela recusa à formalidade	0,3*
Porcentagem de ocorrências (remissões a outro REGISTRO DISCURSIVO)	4,7

* Conferir sobre a relevância das marcas não ser dada por sua freqüência, aqui mesmo, capítulo 3, quadro 2, p. 198.

A ocorrência mais comum deste *ponto de heterogeneidade mostrada*, como mostra o quadro 4, é a da recusa à informalidade. Em geral, os escreventes se utilizam das aspas para marcar essa recusa:

"Analisando o assunto, vemos que a violência se inicia com os policiais que ao suspeitarem de uma determinada pessoa, vão logo dando 'porrada', sem saberem o que realmente aconteceu (se é que aconteceu)." (Texto 03-162).

Como já pudemos constatar, a coletânea de textos proposta nesse vestibular é, a esse respeito, bastante acessível. O registro discursivo caracteriza-se pela informalidade, cabendo expressões do tipo: "acertar as pontas", "palavrões cabeludos", "descem o verbo", "um lance de rebeldia". Dessas expressões, apenas "descem o verbo" aparece entre aspas.

Mesmo assim, a sensibilidade ao requisito da *escrita culta formal* leva, com frequência, o escrevente a marcar como exterior a seu dizer a informalidade que a própria coletânea apresenta. É o caso do exemplo acima. Cria-se, uma vez mais, um interessante jogo entre as expectativas da banca de confecção das provas (que busca, na informalidade da coletânea, um diálogo com o escrevente) e do vestibulando (que busca, na leitura que faz da informalidade - recusando-a -, um diálogo com a instituição proponente, via o que imagina ser o código escrito institucionalizado). Mas a sensibilidade ao registro adotado pode acontecer também na direção oposta:

"Atualmente costuma-se falar em tribos urbanas por realmente lembrarem os traços tribais, como um líder, a 'xenofobia', o preconceito, aversão as idéias que não as próprias, e o mais importante, a crença religiosa, seja num grupo de rock, no neonazismo ou mesmo nenhuma" (Texto 03-125).

Notamos que o escrevente aspeia a palavra "xenofobia" provavelmente por considerá-la estranha ao registro adotado na seqüência. A fronteira que o escrevente delimita, neste caso, tem a ver com a sua sensibilidade em relação ao registro que atribui ao interlocutor. Esse registro assinalado como estranho a seu discurso indicia, no entanto, a tentativa do escrevente de mostrar sua capacidade de lidar com contextos de fala menos informais, forma de representar sua capacidade de leitura e seu domínio ativo do que toma como o código escrito institucionalizado.

* * *

A remissão aos diferentes registros discursivos revela, entre outras coisas, a representação que o escrevente faz acerca da situação de discurso construída no seu processo de escrita. Mais uma vez, estamos diante de uma forma de leitura. Distanciar-se do registro formal ou do informal revela, portanto, passagens do discurso em que a relação com o assunto e com o interlocutor terminam por levar a diferentes configurações da cena representada, a partir da dialogia com o já falado/escrito.

Na seqüência, abordaremos as referências (implícitas ou não) ao leitor, tomado como um co-enunciador.

As referências ao leitor

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que a separação entre as referências a outro enunciador e as referências ao leitor foi feita tendo em vista a situação específica em que se dá a prática textual do vestibulando.

Consideramos como referências ao leitor aquelas relacionadas mais diretamente com a situação de avaliação que o evento vestibular constitui. Nesse sentido, podemos dizer que, quanto ao *ponto de heterogeneidade*

mostrada em que o outro é o leitor, destacam-se a colmatagem do espaço argumentativo (contra-argumentativo) do outro e o entrecruzamento da leitura da coletânea e da situação imediata de enunciação pela pressuposição de conhecimento sobre os textos da coletânea (ou outros) por parte do leitor. O quadro abaixo dá uma idéia da freqüência desses aspectos da remissão ao leitor:

QUADRO 5: Porcentagem de ocorrência de aspectos particulares da *regularidade* lingüística REMISSÕES AO LEITOR em relação ao total de ocorrências das outras *regularidades* no conjunto dos textos

ASPECTOS PARTICULARES DAS REMISSÕES AO LEITOR	%
(A) colmatagem do espaço argumentativo do outro	1,8
(B) entrecruzamento da leitura da coletânea e da situação imediata de enunciação pela pressuposição de conhecimento sobre os textos da coletânea (ou sobre outros) por parte do leitor	1,5*
Porcentagem de ocorrências (remissões ao LEITOR)	3,3

* Conferir sobre a relevância das marcas não ser dada por sua freqüência, aqui mesmo, capítulo 3, quadro 2, p. 198.

Exemplificamos, a seguir, o aspecto da colmatagem do espaço argumentativo do outro:

"A violência, ao meu ver, vem da má administração que levam a sérias desigualdades que por sua vez geram insatisfação e violência.

"Mas alguém poderia argumentar que em certos lugares onde não há tanta desigualdade, também existe violência, mas então eu diria que existe a violência ideológica que ao inibir e reprimir livros ideológicos, geram barris de pólvora..." (Texto 03-127).

Esse recurso, típico do forte caráter argumentativo dos textos dissertativos, evidencia que o escrevente já mostra domínio sobre esse aspecto desse tipo de texto. A inclusão de um possível contra-argumento do leitor mostra ainda a constituição de fronteiras para o próprio desenvolvimento temático de modo a delinear uma abordagem pessoal. Essa clara construção dialógica revela, por seu pertencimento a um tipo de texto particular, a preocupação do escrevente

em mostrar seu conhecimento sobre o modo de construção desse tipo de texto. Todo o requinte desta representação do interlocutor está no fato de que a colmatagem efetuada não atua como uma referência direta ao leitor concreto que vai corrigir o texto. Mais sofisticado, esse recurso argumentativo faz parte, como ficou dito, do tipo de texto, cuja estruturação se encarrega de prever lugares para o leitor, que, por sua vez, pode aceitar instanciá-los ou não. Desnecessário dizer que o escrevente - ao propor uma leitura e antecipar uma outra que atribui ao interlocutor - toma por base a representação que faz do código escrito institucionalizado.

Os exemplos abaixo ilustram um procedimento semelhante do escrevente:

"Em um show de rock, principalmente heavy-metal, é mais freqüente uma manifestação violenta, não porque a música incite à violência em si, mas porque esta ajuda a liberar aquela energia negativa acumulada e talvez até pelo som ser mais pesado provocaria atitudes mais agressivas nos ouvintes. É certo que deve ser levado em consideração o posicionamento dos 'ídolos de rock', pois um metaleiro que presencia um 'Axl Rose da vida' quebrando uma garrafa na cabeça da vizinha ou atirando objetos em seu público projetará em si essa postura e provavelmente no show vai querer mostrar ao seu ídolo que assimilou a sua 'ideologia'" (Texto 03-171).

"Por detrás da violência

"É verdade que a violência existe em todos, mas quando se torna cotidiana e presente a cada momento é porque algo está por detrás ..." (Texto 03-137).

Os dois *fragmentos* grifados são, do ponto de vista de seu caráter indiciativo de interação, uma concessão a um ponto de vista. No primeiro caso, o escrevente, por meio da colmatagem do espaço argumentativo do leitor, efetivamente concede a anuência ao ponto de vista atribuído a este último. No segundo caso, a colmatagem tem como efeito uma concessão que, em seguida, é recusada. Importa notar, porém, que em ambos os exemplos pelo

menos duas leituras, sob a forma de lugares previstos para o leitor, se sobrepõem para marcar o caráter de réplica que está presente no procedimento de colmatagem.

É digno de nota o caso de pressuposição de conhecimento da coletânea ou de outros textos, por parte do leitor. Trata-se de uma relação com a coletânea em que se entrecruzam a leitura dos textos e a leitura da situação imediata de enunciação do escrevente. Como veremos, este é um caso de circulação dialógica do escrevente pela imagem que ele faz da gênese da (sua) escrita:

"Atualmente, época violenta em que pensamos querer a Paz, é duro aceitarmos o fato de que talvez não exista aquele 'bom selvagem' do Rousseau (...)

"Apenas contradições, isto aparenta ser a violência. Talvez estejamos apenas 'sorrindo e seguindo à toa', contra a letra dos Titãs" (Texto 00-001).

Nesses casos, a presença do co-enunciador não só pressupõe o conhecimento de textos não mencionados na coletânea (caso de Rousseau), como também a participação do interlocutor no contexto imediato de comunicação (mais precisamente, pressupõe seu conhecimento sobre a coletânea dada na prova: "a letra dos Titãs"). O escrevente mostra-se, portanto, ao recorrer à *aceitabilidade*¹⁵³ do leitor pelo reconhecimento de elementos da situação concreta, num momento de representação da gênese da (sua) escrita. A propósito, Val (1991) afirma que, em certas situações, *"o contexto e a imagem do interlocutor podem autorizar lacunas na configuração textual não possíveis noutras circunstâncias"* (op. cit., p. 29). No caso analisado, temos um exemplo de

¹⁵³ O termo é de Beaugrande e Dressler (apud Val, 1991) Baseada nesses autores, Val trabalha com dois tipos de fatores responsáveis pela *textualidade*: os que tem a ver com o *material conceitual e lingüístico do texto* (coesão e coerência) e os que são propriamente *fatores pragmáticos* (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade) *envolvidos no processo sociocomunicativo*" (op. cit., p. 5 e segs.).

circunstância em que as lacunas causam problemas locais de textualidade ligados ao fator pragmático da aceitabilidade. O escrevente constrói um texto dependente da elaboração conjunta com o leitor, a exemplo do que fazemos numa conversação. Eis, portanto, um exemplo do eixo da dialogia com o falado/escrito nitidamente ligado à circulação do escrevente pela imagem que ele faz da gênese da (sua) escrita.

* * *

Quando o *ponto de heterogeneidade mostrada* é o leitor, os textos dos vestibulandos registram, como vimos, dois modos mais freqüentes de integração do leitor em seus textos.

O primeiro refere-se à colmatagem do espaço argumentativo, ligado a uma característica do tipo de texto desenvolvido - o dissertativo - que consiste na sobreposição de pelo menos duas possibilidades de leitura (ou seja, de lugares previstos para o leitor já na estruturação do texto). Neste caso, não se trata apenas de uma circulação pelo que o escrevente representa como o código escrito institucionalizado, uma vez que esse tipo de recurso argumentativo pode estar presente também em textos falados. Mais propriamente, podemos dizer que o escrevente está lidando com o aspecto "*genérico*" (ligado a essa esfera específica de atividade humana) do texto, evidenciando como o escrevente representa o tipo de texto requisitado. Esse fato não significa, porém, que o vestibulando, ao empregar esse tipo de colmatagem, não esteja indiciando um momento de seu processo de escrita. Essa indiciação está ocorrendo justamente por meio do grau de adequação que o escrevente consegue em relação ao tipo de texto.

O segundo modo mais freqüente de integração do leitor como participante dos textos analisados é a pressuposição de seu conhecimento sobre textos dados na coletânea presente na proposta de redação ou sobre outros textos trazidos por conta própria pelo escrevente. Neste caso, localizamos a articulação entre a imagem que o escrevente faz da gênese da (sua) escrita e a dialogia que propõe com o já falado/escrito, articulação que permite observar o entrecruzamento entre a leitura da situação imediata de enunciação do escrevente e a leitura propriamente dita dos textos da coletânea.

Trataremos, a seguir, das remissões à coletânea de textos. Procuraremos contemplar, portanto, separadamente, as referências a esse elemento das circunstâncias imediatas de comunicação do escrevente, dado que esta não é uma característica da escrita em geral, mas uma exigência do tipo de escrita sob análise.

As citações da coletânea apresentada para a produção do texto

Pretendemos destacar, neste ponto, os tipos de leitura da coletânea levados a efeito pelo escrevente. Serão analisados, para tanto, os seguintes modos de referência aos textos da coletânea: (a) no título; (b) colagem - com ou sem aspas - de fragmentos de textos; (c) remissão à coletânea por tentativa de paráfrase com adaptação ao conhecimento do escrevente ou por discurso direto; e (d) remissão crítica - explicitada ou não como tal - ao conteúdo de um dos fragmentos da coletânea. O quadro abaixo não só ilustra, como também revela aspectos importantes da utilização da coletânea relativos à freqüência com que aparecem alguns tipos de remissão:

QUADRO 6: Porcentagem de ocorrência de aspectos particulares da *regularidade* lingüística REMISSÕES À COLETÂNEA em relação ao total de ocorrências das outras *regularidades* no conjunto dos textos

ASPECTOS PARTICULARES DAS REMISSÕES À COLETÂNEA	%
(A) no título:	16,5
(a) por cópia do tema proposto	4,7
(b) por derivação da coletânea	11,8
(B) colagem:	26,2
(a) de fragmentos de textos	4,1
(b) de itens lexicais	22,1
(C) remissão:	16,2
(a) por tentativa de paráfrase com adaptação ao conhecimento do escrevente	10,3
(b) por discurso direto	5,9
(D) remissão crítica - explicitada ou não como tal - ao conteúdo de um dos fragmentos da coletânea	1,5*
Porcentagem de ocorrências (remissões à COLETÂNEA)	60,4

* Conferir sobre a relevância das marcas não ser dada por sua freqüência, aqui mesmo, capítulo 3, quadro 2, p. 198.

É relativamente comum o escrevente tomar como título de seu texto o próprio tema proposto: "*Violência nas tribos urbanas modernas*". Quando esse empréstimo não acontece, a elaboração de títulos pode ser derivada do tema ou da coletânea:

"Violência - consequência, claro!" (Texto 03-172)

"Vício inconciente" (Texto 03-173)

"Violência: natureza humana?" (Texto 04-189)

Em "*Violência - consequência, claro!*", o escrevente toma emprestada parte do tema e marca, desde o início, sua posição, assumida esta última a partir da coletânea, mais precisamente, a partir de um fragmento da entrevista com Max Cavalera, líder do grupo de rock Sepultura, em que o músico afirma que o verdadeiro culpado pela violência é "*o estado que o país se encontra*".

É interessante observar, neste ponto, como essas *saliências*, marcadas desta feita na leitura da coletânea, podem revelar com mais clareza o processo de leitura do escrevente, tendo em vista: seu conhecimento sobre o assunto, suas

leituras prévias e as condições históricas particulares determinantes das possibilidades também particulares de associação.

O título "*Vício inconsciente*" aparece seguido de uma epígrafe composta a partir do texto de René Girard: "...*parece ser impossível não ter que usar a violência quando se quer liquidá-la...*". O restante do texto também mostra que o título é uma inferência a partir desse fragmento escolhido para epígrafe. A idéia de "vício", no entanto, não capta, do texto de Girard, o caráter constitutivo da violência no ser humano, fato que evidencia, pela presença da palavra "vício", que a questão das "drogas", não tematizada por Girard, foi mobilizada (talvez por influência de outros fragmentos da coletânea) e parece ter saliência no processo de leitura desse vestibulando.

O mesmo fragmento de autoria de Girard - um dos textos mais salientes na leitura dos vestibulandos - tem, no título "*Violência: natureza humana?*" uma outra referência. É, pois, um título que, escolhido a partir de um texto da coletânea, tem o caráter de réplica a esse texto.

Esses títulos dão uma idéia da leitura e do modo pelo qual o escrevente se posiciona em relação aos textos lidos no momento da prova. As réplicas a temas (o da situação social como consequência da violência, por exemplo), a questões polêmicas (como a das drogas) ou a textos (como o questionamento da violência como um traço da natureza humana) são também réplicas ao interlocutor representado. O interessante, porém, é que dificilmente o escrevente consegue manter seu texto numa linha argumentativa muito clara. Isto é, a imagem que faz de seu interlocutor por vezes flutua de acordo com o que lhe parece mais saliente dos textos da coletânea, ocasião em que, por falta de uma leitura que determine uma hierarquização mais clara de pontos de vista, fica

evidenciado um aspecto dialógico importante do modo heterogêneo de constituição da escrita.

Dois fragmentos da coletânea são dignos de nota no que se refere ao aproveitamento feito pelos vestibulandos por meio de colagem. Trata-se dos textos de Girard e da entrevista com Cavaleira, ambos já referidos acima.

Observemos os exemplos de colagem:

"E como construir um futuro melhor, se os jovens atuais são movidos pela violência e não sabem encontrar outra forma de enfrentar os problemas? Se a violência é interminável, viveremos sempre assustados num mundo violento onde todos utilizam a violência (principalmente os pertencentes às sociedades 'civilizadas') como uma expressão de medo de tentar mudar a situação crítica em que o mundo vive" (Texto 04-184).

"O culpado dessa violência não é o rock e sim a situação em que o país se encontra" (Texto 01-060).

Nos dois casos, a referência é por colagem sem nenhum recurso gráfico ou lexical para marcar a alteridade. No primeiro caso, ainda que num movimento argumentativo hesitante, esse empréstimo é quase objeto de uma rejeição explícita. Embora possamos ler nesse trecho um confronto de perspectivas, não fica claro, porém, a quem se deve atribuir a perspectiva criticada, uma vez que há, nesse caso, a pressuposição de conhecimento da coletânea por parte do leitor. No segundo caso, a natureza do empréstimo - na origem, um lugar-comum - atua para que ele venha para o texto como simples repetição de um bordão popularmente consagrado. O processo de leitura em que se situam esses dois escreventes parece, pois, pouco aberto à explicitação do confronto de perspectivas, uma vez que seus textos simplesmente se apropriam de uma voz sem distanciamento enunciativo marcado. Cria-se, então,

um curioso *efeito de monofonia*¹⁵⁴ pelo empréstimo da palavra de outrem, fato que tem paralelo com o que de Lemos mostra, também em textos de vestibulandos, a respeito do monólogo a partir da palavra do Outro¹⁵⁵. Parece, pois, que estar dito por escrito (e na coletânea) é o critério, que, para o escrevente, justificaria a utilização (e a adequação) ao código escrito institucionalizado.

Outros casos de colagem, extremamente freqüentes, têm a ver com o léxico. A exemplo de todas as outras marcas já discutidas, assinalamos um a um, nos textos analisados, os itens lexicais que os escreventes tomaram emprestados da coletânea. O resultado obtido a partir dessa assinalação foi a constatação de que a maior parte das referências à coletânea se dá no sentido de atender a duas exigências da prova: a da obediência ao tema e a do aproveitamento dos textos da coletânea.

A reprodução fiel de itens lexicais da coletânea parece buscar, portanto, a garantia do atendimento, ao mesmo tempo, desses dois requisitos. No que se refere ao tema, o encadeamento que o escrevente estabelece a partir do léxico tende a garantir um desenvolvimento com menos riscos quanto à adequação temática. Por seu turno, o aproveitamento da coletânea - nesses casos, não indo muito além da indicação de uma leitura - pode ficar garantido, do ponto de vista do escrevente, com menor esforço, se, ao lado da colagem lexical, o escrevente buscar uma paráfrase ainda que um tanto distante de um dos fragmentos da coletânea.

Essas observações, no entanto, não visam aqui a uma avaliação negativa do aproveitamento da coletânea feito pelos vestibulandos. Embora esse

¹⁵⁴ Conferir Barros (1994) e, aqui mesmo (p. 87, Nota 49).

¹⁵⁵ Conferir de Lemos (1988) e, aqui mesmo, p. 281.

aproveitamento nem sempre se dê a contento, mais importante do que esse fato é captar o processo de leitura que o escrevente registra ao fazer esse tipo de colagem lexical a partir da coletânea. Se nas citações que não apresentam recurso gráfico nem lexical para explicitar a alteridade o distanciamento enunciativo é mínimo; nos casos de colagem de itens lexicais, esse distanciamento tende a zero. Observemos, abaixo, os itens em destaque:

"Tribos urbanas: rock e violência"

"A juventude de hoje vive um momento triste, a era das tribos. Jovens que se organizam em grupos e que adoram escutar rock pesado, consumir drogas e praticar todo e qualquer ato contra as normas sociais. A juventude do 'paz e amor' tornou-se a juventude da 'violência'. (...)

"As tribos que adoram esse som, extravasam toda a sua rebeldia nos shows, onde sempre ocorrem mortes devido à brigas entre tribos" (Texto 03-141).

Esse fato revela a relação que o escrevente mantém com o eixo da dialogia com o já falado/escrito, mostrando que, na tarefa escolar da redação, o escrevente tende a monologizar as vozes que constituem seu discurso. Estar dito por escrito (e na coletânea) parece ser novamente o critério, que, para o escrevente, justifica as colagens feitas. Nesse caso, pode estar contando um curioso encontro no que se refere à imagem que o escrevente faz do já falado e do já escrito. Ao mesmo tempo que toma o já escrito (na coletânea) como adequado à representação que faz do código escrito institucionalizado, pode estar fazendo suas escolhas a partir do que já viu utilizado (e provavelmente já utilizou) no âmbito do falado, ocasião em que tende a se aproximar à imagem que faz da gênese da (sua) escrita. Justificar no testemunho de uma escrita (a de um Outro presente na coletânea) o que, de fato, faz na fala, eis uma forma de emergência do modo heterogêneo de constituição da escrita.

Uma outra utilização da coletânea se dá por tentativa de paráfrase, freqüentemente adaptada ao conhecimento do escrevente, ou por discurso direto. Observemos os exemplos:

"A sociedade julga e pune as conseqüências do ato violento através de violência, como meio de amenizá-la, enquanto que se tentássemos julgar as causas deste ato, estaríamos dando o primeiro passo para uma resolução real do problema..." (Texto 00-012).

"A violência não é encontrada só nos jovens ela está em todas as pessoas. O governo, tentando acabar com a violência, acaba gerando mais ainda, basta analisar a atuação dos policiais em um jogo, em uma greve ou em qualquer outro tipo de manifestação..." (Texto 04-195).

"A distuição ideológica e humana significa uma ameaça ao nosso futuro e a nossa própria vida, por apresentar um presente tenebroso e sem perspectivas de melhoras; não havendo sociedades civilizadas.

"'A violência é de todos e está em todos', conforme disse René Girard. Uma violência onde sua causa muitas vezes é desconhecida, sendo utilizada em qualquer situação e por qualquer pessoa.

"A violência não como agressão física, mas também como uma forma grotesca de se referir aos outros, perdendo sua dignidade, compostura e utilizando a palavra como um instrumento de se chegar a violência corporal" (Texto 04-184).

Os dois primeiros exemplos voltam-se para a reprodução de um enunciado que, nos textos analisados, se tornou quase um slogan: "violência gera violência". A remissão por paráfrase tentada nesses exemplos vem adaptada ao conhecimento do escrevente, simplificando ou, pelo menos, desviando a caracterização da violência como um problema do ser humano em geral para sua caracterização como um problema conjuntural de sociedades particulares (a sociedade brasileira, no caso). Privilegiar a leitura da crítica social parece, no caso, uma tentativa de corresponder ao que imagina como expectativa da

instituição. Desse modo, podemos dizer que o próprio tema da crítica social parece estar se impondo ao escrevente como necessário à adequação ao que imagina como código escrito institucionalizado.

No terceiro exemplo, o mesmo texto da coletânea volta a ser citado, mas desta feita em discurso direto, marcado por aspas. Após a citação, temos uma tentativa do escrevente de dar sentido à seqüência do texto de Girard: *"Mesmo que o sistema judiciário contemporâneo acabe por racionalizar toda a sede de vingança que escorre pelos poros do sistema social, parece ser impossível não ter que usar a violência quando se quer liquidá-la e é exatamente por isso que ela é interminável"*. Como vemos, o recorte feito pelo escrevente parece ter sido o que ele melhor compreendeu do texto lido. Feita essa citação em discurso direto, sente provavelmente como cumprida a tarefa de utilizar esse fragmento da coletânea, liberando a formulação da seqüência de seu texto a partir de associações mais pessoais em relação ao fragmento utilizado. Cria-se então uma discrepância entre essas vozes, fato que permite flagrar o modo heterogêneo de constituição da escrita.

Um último tipo de leitura da coletânea é aquele em que o escrevente procura dar um tom crítico em relação à retomada que faz:

"O próprio fato de se viver em sociedade gera atritos que muitas vezes acabam em violência. Não que a violência é de todos e está em todos como conclui René Girard, mas que ela simplesmente é a consequência mais radical da vida em relação a comunidade." (Texto 03-172).

"Durkheim, o pai da sociologia funcionalista, foi talvez o primeiro a demonstrar - sem o auxílio de pressupostos psicológicos discutíveis ou qualquer metafísica teologizante - o caráter normal da violência nas sociedades humana." (Texto 01-054, sublinha no original).

Nos dois casos, uma vez mais, o texto objeto de citação e, no caso, de crítica, é o de Girard. No primeiro exemplo, o escrevente registra sua discordância a partir do que pode articular de seu conhecimento sobre o assunto, marcando a constituição heterogênea de sua escrita pelo desnivelamento das vozes. No segundo exemplo (texto já comentado anteriormente), o conhecimento sobre o assunto vem sob a forma de um discurso crítico em que as categorias utilizadas são, também elas, remissões ao já escrito/lido, marcando a constituição heterogênea de sua escrita pela recorrência a um "fora" de seu discurso, mais precisamente, a fontes de procedência escrita utilizados como argumento de autoridade.

* * *

Destacamos, neste item, os tipos de utilização da coletânea levados a efeito pelo escrevente. Vale lembrar que, quando o escrevente toma a coletânea como *ponto de heterogeneidade mostrada*, ele cumpre, em primeiro lugar, uma exigência do próprio vestibular. Temos, por essa razão, um momento privilegiado para a avaliação da leitura do vestibulando.

Um dos pontos salientes dessa leitura é, justamente, o da escolha dos textos da coletânea. A grande maioria dos textos analisados mostra que os escreventes detiveram-se no primeiro texto da coletânea (o de Girard). Merecem destaque também a saliência que receberam o texto de número cinco (entrevista com o músico Max Cavalera) e o de número seis (texto de Tito Rosemberg). Os demais foram mencionados mais pela via da colagem, uma vez que estavam mais próximos do vocabulário do vestibulando: o texto de número dois, que era uma letra de música de Arnaldo Antunes; o de número três, que era uma nota da edição especial da revista Top Metal Band sobre o grupo Guns

N'Roses; e o de número quatro, que era a tradução de uma letra de música do mesmo grupo.

Como pudemos demonstrar, essa leitura vem mais frequentemente sob a forma de colagem, mas pode também aparecer em adaptações já no título da redação, bem como em tentativas mais sofisticadas como a da paráfrase (embora frequentemente venha sob o efeito de simplificações) e a da remissão crítica.

Ligado ao aspecto da leitura, pudemos ainda observar que, frequentemente, há um descompasso nas *zonas de contato* que o escrevente cria entre os empréstimos feitos à coletânea e o que representa como seu. Nesse descompasso, pudemos detectar várias formas de emergência do modo heterogêneo de constituição da escrita.

Mesmo nos casos em que esse descompasso não se deixa marcar, a heterogeneidade vem registrada ora pelas fontes orais (o já falado), ora pelas fontes escritas (o já escrito) trazidas e pelo tipo de discurso (em geral, o científico) projetados no texto.

Como último tópico a ser abordado, serão tratadas, na seqüência, as remissões internas ao próprio texto do escrevente.

As remissões ao próprio texto

Essa remissão ocorre quando o escrevente explora o tipo de edição própria da escrita, em que planejamento e elaboração podem ser momentos bem definidos e isolados. Por serem próprios do caráter gráfico da escrita, os casos que comentaremos a seguir já foram discutidos quanto a sua ligação com a imagem que o escrevente faz sobre o código institucionalizado.

Em termos da frequência com que ocorrem essas remissões, retomamos, no quadro abaixo, a informação já presente no quadro 1 (cf. p. 365):

QUADRO 7: Porcentagem de ocorrência de aspectos particulares da *regularidade* REMISSÕES AO PRÓPRIO TEXTO em relação ao total de ocorrências das outras *regularidades* no conjunto dos textos

REGULARIDADE LINGÜÍSTICA	%
Remissões ao próprio texto	2,6
Porcentagem de ocorrências (remissões ao PRÓPRIO TEXTO)	2,6

Cabe ainda destacar que essas remissões ao próprio texto ficam marcadas pelo que Goody chama o aspecto da bidimensionalidade do registro gráfico ou, ainda, pelas referências à situação específica de sua prática textual.

Eis alguns exemplos:

"A longo prazo a expectativa parece a mesma, como foi dito no começo, o homem carrega com si a violência..." (Texto 03-125).

"Um dos fatos de maior destaque, baseado no que foi mencionado acima, é a adoção da violência como ideal de vida". (Texto 03-150).

"Se, nas tribos urbanas modernas, todos os grupos sociais tivessem o bom senso de acompanhar as mudanças do mundo negando a ordem social vigente de forma consciente, como o grupo demonstrado na letra da música, e não de forma eminentemente instintiva, como o grupo de jovens comentado mais atrás, o descompasso do ritmo do homem-mundo atual com o ritmo do homem-essência seria menos intenso..." (Texto 04-421).

"Eu estou aqui tentando fazer uma boa prova depois de meses de estudo, mas estou com medo de que alguém roube o meu carro que está sozinho lá fora" (Texto 03-127).

No primeiro exemplo, o escrevente explora o aspecto da verticalidade do espaço gráfico para referir-se a uma parte ("o começo") da estruturação do

texto. No segundo exemplo, refere-se a essa verticalidade ("acima") enquanto parte, ela própria, da natureza (escrita) de seu texto. Fato semelhante ocorre no terceiro exemplo, em que o escrevente explora, porém, o aspecto da horizontalidade do espaço gráfico ("atrás") para referir-se a ele enquanto parte da natureza de texto escrito de sua prática lingüística. No quarto e último exemplo, na referência feita à "prova", o escrevente qualifica sua prática textual pelo próprio evento que a circunda, fato que evidencia o modo pelo qual ele se posiciona em seu processo de textualização.

Há, ainda, no *corpus*, pelo menos um texto com a presença de nota de rodapé¹⁵⁶, presença que mostra também uma forma de diálogo com o que o escrevente vinha dizendo.

Resta acrescentar que todos os exemplos acima são modos da dialogia do escrevente em relação ao já falado/escrito. A imediatez que estamos buscando dar a essa remissão dialógica - ao próprio texto - não exclui, evidentemente, que tal exploração do espaço gráfico, que recai no aspecto material do texto, indique também o diálogo com modelos que toma como próprios do código escrito institucionalizado.

* * *

Considerações finais

Neste capítulo, procuramos mostrar o funcionamento do terceiro dos três eixos pelos quais a escrita do vestibulando pode ser observada do ponto de vista da relação que o escrevente mantém com a linguagem.

Considerado seu duplo papel na composição com os dois outros eixos propostos, o eixo da dialogia com o já falado/escrito caracteriza-se, ao mesmo

¹⁵⁶ Conferir comentário sobre esse texto, aqui mesmo (p. 306-7; p. 378-9 e p. 394-5).

tempo, por guardar a dimensão dialógica que permite o movimento entre os três eixos - marcando fronteiras entre eles - e por ser ele mesmo um pólo de circulação.

Tomando-o como um dos pólos de circulação dialógica do escrevente, podemos ilustrar comparativamente (em termos percentuais), o resultado da circulação dos escreventes pelos três eixos analisados. Eis, portanto, o quadro da frequência de circulação em relação a cada um dos três eixos, considerado o conjunto dos textos:

QUADRO 8: Porcentagem de ocorrência do conjunto das *regularidades* lingüísticas próprias a cada um dos eixos de circulação imaginária analisados no conjunto dos textos

EIXOS DE CIRCULAÇÃO IMAGINÁRIA	%
REPRESENTAÇÃO QUE O ESCRIVENTE FAZ DA GÊNESE DA ESCRITA	29,1
REPRESENTAÇÃO QUE O ESCRIVENTE FAZ DO CÓDIGO ESCRITO INSTITUCIONALIZADO	28,5
REPRESENTAÇÃO QUE O ESCRIVENTE FAZ DA DIALOGIA COM O JÁ FALADO/ESCRITO	42,7
Porcentagem de ocorrências (remissões aos três eixos analisados)	100,0

Tomado ele próprio como um pólo de circulação, esse eixo é também - inclusive pela frequência, como se pode ver no quadro acima - um lugar privilegiado para observarmos a relação do sujeito com a linguagem e, em particular, com a escrita. Merece destaque o fato de que os *fragmentos* indiciativos da circulação do escrevente por esse eixo devem ser vistos como marcas do processo de leitura em que se situa o escrevente.

Considerá-las em relação ao processo de leitura significa evitar que essas marcas sirvam como simples argumento para denunciar a falta de leitura dos escreventes ou para denunciá-los como maus leitores. Por rudimentares que sejam, por exemplo, as remissões à coletânea de textos, podemos sempre pensar que elas têm a ver com a exigência, feita pela instituição, de adequação ao

tema e de uso da coletânea, sob pena de anulação da prova. Mas, mesmo que não considerássemos o caso especial das exigências ligadas ao evento vestibular, não é tão simples a atribuição de um caráter rudimentar à leitura feita pelos escreventes. Atribuir esse caráter à falta de leitura do escrevente revela, acima de tudo, a que tipo de leitura - exclusivamente aquela obtida na escola - se refere o avaliador.

Dizer, portanto, que os *fragmentos* indiciativos da circulação do escrevente por esse eixo são marcas do processo de leitura em que esse escrevente se situa significa mais do que simplesmente considerar a atividade concreta de ler livros e jornais, por exemplo. Significa sobretudo que, por meio desses *pontos de individuação*, o sujeito negocia com o que marca como a sua exterioridade. Esse território instável do sujeito e de seu discurso é, pois, o resultado de como o escrevente lida com o que lê - no sentido mais amplo da palavra -, ou seja, é resultado do confronto de perspectivas que ele vai construindo em seu texto. Dito ainda de outro modo, esses *pontos de individuação* marcam o acontecimento da escrita do vestibulando como a confluência mais ou menos previsível, mais ou menos aleatória dos ecos de suas práticas do oral/falado e do letrado/escrito.

Levando em consideração o objeto deste trabalho, que é a caracterização de um modo heterogêneo de constituição da escrita, buscamos - mais do que a detecção de leituras previsíveis ou inéditas feitas pelo escrevente - captar, na leitura do escrevente, marcas de sua flutuação quanto a aspectos de reprodutibilidade estrita e quanto a aspectos próprios de uma leitura particular, considerada a especificidade histórica do sujeito.

Nos capítulos 3 e 4, as pistas lingüísticas que indiciam a circulação do escrevente pela imagem que ele faz da gênese da (sua) escrita e aquelas que indiciam a circulação pelo que ele representa como o código escrito institucionalizado puderam ser agrupadas em propriedades mais gerais, respectivamente, de fragmentação e de integração e distanciamento.

No caso presente, os *fragmentos* indiciativos da dialogia com o já falado/escrito, caracterizados por explicitação lexicalmente marcada, por aspas, por dois pontos, por ironia, por discurso direto ou por simples colagem foram reunidos em *regularidades* lingüísticas tomadas como marcas de remissões que apontam: para outro enunciador, para a língua, para um registro discursivo, para o leitor, para a coletânea ou para o próprio texto. No que se refere à propriedade mais geral em que poderíamos reunir todas essas remissões, podemos dizer que a escrita dos vestibulandos, a exemplo da escrita em geral, caracteriza-se pela heterogeneidade, fato que, por estar ligado ao princípio dialógico da linguagem, torna mais clara a possibilidade de, em certas ocasiões, várias vozes se fazerem escutar. Esses *efeitos* específicos de *polifonia* podem ser assim tratados, uma vez que se dão no hiato entre uma voz representada como de fora e outra representada como a do próprio escrevente, hiato que evidencia a discrepância entre essas duas representações. Heterogeneidade com efeitos de monologização (por exemplo, na colagem da coletânea) ou com efeitos específicos de polifonia (por exemplo, nas referências a outros enunciadores) é, pois, a propriedade fundamental que caracteriza este eixo de circulação dialógica e dá nome ao modo de constituição da escrita que estamos estudando.

Vejamos, a propósito, como a propriedade da heterogeneidade, que sintetiza este terceiro eixo, pode ser também a propriedade organizadora da própria escrita. Retomando as outras propriedades cada uma ligada a um dos dois eixos de circulação dialógica já estudados, podemos dizer que a heterogeneidade, enquanto móvel de todas as relações, faz alternar, nos textos dos vestibulandos, o caráter fragmentário-integrativo em função da circulação do escrevente pela imagem que ele faz da (sua) escrita, de seu interlocutor e de si mesmo. Essa alternância se produz quando o escrevente passa pelas representações que faz da gênese da escrita, do código escrito institucionalizado e da dialogia com o já falado/escrito.

"Fragmentário-integrativo", portanto, não se refere apenas aos dois primeiros eixos estudados. Se lá, essas propriedades têm mais a ver com o arranjo do texto e das estruturas que o sustentam, aqui, têm a ver com o modo pelo qual o texto evidencia a constituição do sujeito e de seu discurso. Neste último sentido, fragmentação e integração são propriedades inseparáveis, que materializadas no texto, são, na verdade, dois movimentos de um mesmo processo de *individuação* do sujeito, em cuja constituição (e de seu discurso) se interpõem as determinações de sua inserção particular nas práticas sociais do oral/falado e do letrado/escrito.

Vale sintetizar, neste ponto, os principais efeitos da circulação do escrevente pelo eixo da dialogia com o já falado/escrito. Já foram comentados os aspectos da remissão à coletânea de textos, ligados às exigências da prova. Merecem, ainda, destaque os seguintes efeitos que a circulação do escrevente por esse eixo produz: determinação do território de seu próprio dizer em relação a outros enunciadores; determinação de sua relação particular com a escrita (e

com a linguagem) ao delimitar espaços para outros discursos, outras modalidades de sentido, outras palavras ou outras línguas; determinação de sua relação com a situação de discurso ao propor-lhe diferentes configurações, feitas por meio de remissões ora ao registro formal, ora ao registro informal; determinação do grau de familiaridade com o gênero textual solicitado, de acordo com o tipo de antecipação - colmatagem própria do texto dissertativo - de contra-argumentações possíveis por parte do leitor; determinação de sua relação com o contexto imediato de sua prática textual pela pressuposição de conhecimento de dados dessa situação por parte do leitor.

Todos esses efeitos podem estar ligados a mais de um dos três eixos de circulação dialógica do escrevente. Para este eixo especificamente, mas também para os outros intimamente a ele ligados, essa indeterminação - possivelmente constrangedora para uma análise de cunho quantitativista - é a própria força do método adotado neste trabalho. O percurso de associação de um *fragmento* indiciativo de *interação* a *regularidades* lingüísticas específicas e a propriedades gerais típicas de cada eixo proposto não se faz, portanto, independentemente do seguinte requisito: é preciso observar em cada texto de cada escrevente a ocorrência local de cada fragmento e sua relação com outras ocorrências de mesma ou de outra natureza para que se possa, então, detectar, com o rigor do conhecimento histórico que individua (que dá acesso ao específico de um fato, ou seja, o que dele é, ao mesmo tempo, *geral e particular*¹⁵⁷), o tipo de circulação dialógica do escrevente.

No capítulo seguinte, será feito um apanhando dos resultados obtidos, dos objetivos alcançados e das perspectivas abertas por este trabalho.

¹⁵⁷ Conferir Veyne (1981) e, aqui mesmo (p. 96).

CONCLUSÃO

Para finalizar, gostaríamos de destacar os resultados que consideramos mais significativos deste trabalho.

Chegar à definição de um modo heterogêneo de constituição da escrita foi a nossa principal meta. Não retomaremos aqui o longo percurso que fizemos. Gostaríamos de salientar apenas que, à conceituação desse modo heterogêneo, obtida num primeiro momento a partir de referências teóricas, pudemos, utilizando metodologia amplamente comentada, constatar empiricamente sua ocorrência em textos de vestibulandos.

Do ponto de vista teórico, esse modo heterogêneo baseia-se na existência sócio-histórica da linguagem, a partir da qual pode-se pensar o cruzamento das práticas orais/faladas e letradas/escritas. Esse postulado foi, neste trabalho, verificado apenas no âmbito do texto escrito, portanto da escrita adquirida via alfabetização formal. Desse modo, nos textos analisados, o cruzamento entre as práticas orais e letradas foi um pressuposto teórico necessário para que pudéssemos supor e mostrar o encontro entre o escrito e o falado no modo heterogêneo de constituição da escrita com o qual estávamos lidando.

Dito dessa forma, porém, pode-se ter uma falsa idéia sobre esses encontros. As mediações sócio-históricas que os regulam são as mesmas pelas quais simultaneamente se constituem o sujeito (e sua relação específica com a linguagem) e seu discurso. Observar o encontro entre o falado e o escrito, portanto, não é tomar essas práticas como dados autonomamente observáveis,

mas apreendê-las pelas marcas que o sujeito assim constituído imprime em seu texto.

A heterogeneidade que constitui o sujeito e seu discurso, bem como a representação imaginária que orienta sua enunciação são os pontos fundamentais pelos quais a textualização levada a efeito pelo escrevente deixa aberta a possibilidade de investigação de como se dá sua inserção particular naquelas práticas, revelando encontros surpreendentes entre elas. Há, pois, um dado teórico importante a se constatar: o caráter heterogêneo da linguagem e o caráter de réplica das práticas lingüísticas constituem o eixo a partir do qual se dá a possibilidade de flutuação (e também de observação) das marcas da representação do sujeito sobre a (sua) escrita. Além desse aspecto dialógico, que inclui sua relação com o já falado/ouvido e já escrito/lido (seu modo de leitura), dois outros movimentos do escrevente podem ser destacados: um movimento na direção de certos dados de ineditismo emergentes de sua individuação histórica (a partir de sua relação com o que imagina ser a gênese da escrita - supostamente a capacidade da escrita de representação integral do falado) e outro na direção da reprodutibilidade de uma prática (sua relação com o que imagina ser o código escrito institucionalizado). Estes dois últimos movimentos são, portanto, modos pelos quais o escrevente representa a escrita: ora como participante de um mesmo e único processo de enunciação, indiferenciado, portanto, do falado (encontro com o que imagina ser sua gênese), ora projetando sua enunciação sobre um produto acabado (encontro com o que imagina ser o código institucionalizado).

Os três movimentos em torno do imaginário sobre a escrita, descritos como três eixos de circulação imaginária do escrevente e eleitos como lugares para

observação da relação sujeito/linguagem, mostraram que o modo heterogêneo de constituição da escrita é a materialização textual do processo de escrita, visto do ângulo da relação sujeito/linguagem.

No que se refere às pistas lingüísticas que permitem detectar a circulação do escrevente pelo imaginário sobre a escrita, constatamos que elas são tão variadas quanto imprevisíveis. Essa imprevisibilidade, embora se marque como tal pelo dado de ineditismo de que toda prática se potencializa, não está exposta, porém, ao caos. Utilizando o método indiciário¹⁵⁸, foi-nos possível estabelecer regularidades de acordo com pontos de individuação, definidos ora em função de várias dimensões da linguagem (no caso dos eixos de representação da gênese da escrita e do código escrito institucionalizado), ora em função de *pontos de heterogeneidade* (no caso do eixo da dialogia com o já falado/ouvido e escrito/lido).

Dessas regularidades obtidas, pudemos determinar, num primeiro momento, duas propriedades definidoras do modo heterogêneo de constituição da escrita: a propriedade da fragmentação (nos momentos de representação da gênese da escrita) e a propriedade da integração/distanciamento (nos momentos de representação do código escrito institucionalizado). A essa determinação corresponde, no terceiro eixo, uma tendência a se acentuar uma dessas duas propriedades na leitura do já falado/escrito. Para ficarmos num exemplo de retomada do já escrito, basta lembrar, por um lado, a tendência à fragmentação quando o escrevente se vale, por exemplo, da pressuposição de elementos retomados em seu texto, exacerbando quanto à expectativa de cooperação por parte do leitor no que se refere a sua textualidade (mais

¹⁵⁸ Sobre a utilização de um paradigma indiciário na análise de textos escritos, conferir Abaurre et al (1995).

especificamente, ao julgamento de seu texto segundo o critério pragmático de textualidade referente à aceitabilidade); e, por outro, a tendência à integração, não só quando as retomadas permitem um ponto de equilíbrio entre o que é pressuposto como conhecido e o que é trazido como novo, mas também quando caracterizam uma tentativa de alçamento em relação ao que o escrevente imagina como mais erudito.

O aspecto fragmentário-integrativo caracteriza, portanto, a atuação do eixo da dialogia com o já falado/escrito em relação aos demais. Marcado nos textos, esse aspecto é, mais propriamente, o produto de dois movimentos de um mesmo processo de *individuação* do sujeito, em cuja heterogeneidade constitutiva contam as determinações de sua inserção particular nas práticas sociais do oral/falado e do letrado/escrito. Podemos dizer, portanto, que esses dois movimentos, associados a uma prática específica - a da leitura -, evidenciam a propriedade fundamental deste terceiro eixo, a saber, a da heterogeneidade. Ao definir-se como o móvel de toda circulação dialógica do escrevente, essa possibilidade de lidar com o heterogêneo justifica também o fato de que, neste trabalho, essa sua propriedade fundamental dê nome ao próprio modo de constituição da escrita que estudamos.

Constatar um modo heterogêneo de constituição da escrita pela via da relação sujeito/linguagem resulta em vários tipos de contribuição. Contribuí, em primeiro lugar, para que não nos espantemos tanto com a heterogeneidade presente nos vários textos com que nos deparamos cotidianamente. Se, por exemplo, em determinado momento do texto, o escrevente explora escolhas lexicais mais formais e, em seguida, pressupõe a presença de traços prosódicos, deixando faltar a pontuação adequada, já não temos o direito, do ponto de vista

analítico, de julgar este último fato como uma interferência do falado no escrito, uma vez que já não podemos pressupor uma tal pureza do escrito em relação ao falado.

A respeito dessa maneira de encarar o processo de textualização, podemos incluir também um importante objetivo alcançado. Tínhamos como preocupação desvincular o encontro do falado com o escrito das avaliações estereotipadas que tomam como parâmetro um modelo abstrato de boa escrita. A desvinculação que alcançamos não só recusa o preconceito comum com que se tomam as produções escritas consideradas como menos integradas a esse modelo, como dá indicações de que mesmo o padrão de escrita tido como legítimo pode ser concebido, em seu grau próprio, como produto do mesmo modo heterogêneo de constituição. Uma tal desvinculação pode ter grandes conseqüências pedagógicas.

Vale lembrar, a propósito, que a preocupação pedagógica, especialmente no ensino de 1º e 2º graus, com reconhecer a heterogeneidade da língua não tem ido muito além de noções muito gerais sobre as variedades lingüísticas. Tem sido enfatizado, com mais força para a escrita, o argumento incontestável (mas também, freqüentemente, álibi) de que o aluno deve ter contato com a norma culta da língua. No entanto, a partir desse álibi, parece que vivemos mesmo uma fase de recrudescimento normativo, seja nos manuais da redação dos grandes jornais, seja nos programas educativos sobre língua portuguesa difundidos pela mídia. Tudo se passa como se a Lingüística não tivesse fôlego para interferir no uso institucional da língua, especialmente no que se refere à escrita.

Reintroduzir, no ensino de língua portuguesa, uma visão lingüística sobre a escrita significa trazer de volta a questão das variações e da heterogeneidade que constitui a língua. Mas não apenas isso. Em termos da prática pedagógica, talvez signifique reintroduzir também um outro discurso sobre a escrita, trazendo à tona práticas lingüísticas que, presentes no amplo espectro dos usos da escrita, rarefazem-se, no entanto, no modelo abstrato que se institucionalizou para ela, não restando senão meia dúzia de regras a partir dos quais supostamente se poderia produzir um bom texto. Evidenciar essas práticas corresponderia, na verdade, a explorar a reflexão do aluno sobre a escrita e sobre a sua própria constituição como escrevente.

Em termos de perspectivas teóricas abertas, a constatação de um modo heterogêneo de constituição da escrita em textos dissertativos de vestibulandos é um primeiro passo no sentido de estender essa heterogeneidade para outros gêneros e para outras situações de uso da língua. Isso, naturalmente, sem contar com a possibilidade - apenas apontada neste trabalho - de definir esse modo heterogêneo também para textos falados.

Fiquemos, quanto às perspectivas abertas pela caracterização de um modo heterogêneo de constituição da escrita, com os textos escritos provenientes da literatura e da burocracia. Que a oralidade tem, na literatura, uma existência mediatizada é assunto que Maingueneau já comenta (cf., aqui mesmo, p. 45). A atividade epilingüística praticada pelos escritores - e reclamada por Koch (1996, p. 4) para o ensino - indica também, no jogo por eles proposto com a heterogeneidade e com o imaginário sobre a língua, sua percepção do encontro entre as práticas do oral/falado e do letrado/escrito. Por sua vez, a própria dominância de traços do código escrito institucionalizado em textos de

circulação burocrática pode ser vista como um aparente silenciamento de uma fala que, embora não participe propriamente do processo de textualização, se imprime em geral num gesto gráfico - freqüentemente pleno de rabiscos idiossincráticos - de alcance jurídico: a assinatura. Dada a presença do sujeito, que como tal é indissociável das práticas em que se constitui - incluindo as do oral/falado e as do letrado/escrito -, pode-se supor que nenhum texto escrito se caracteriza por uma representação da escrita fixada apenas num dos três eixos propostos. A ausência de pistas sobre a circulação por um deles é ela própria uma pista sobre a representação que o escrevente faz da escrita tanto no que tange ao eixo excluído como no que tange aos eixos privilegiados. Além desse aspecto, há um outro relativo à qualidade do texto. Um texto, por exemplo, em que as marcas da imagem que o escrevente faz da gênese da escrita tendesse a zero não seria, por isso, necessariamente melhor ou pior que qualquer outro. É bastante conhecido, por exemplo, o chamado "estilo cartorial", em que a atitude afirmativa em relação ao código escrito institucionalizado não garante um bom texto, em geral garantindo, no entanto, bons exemplos de tentativa de alçamento ao saber instituído e à autoridade dele decorrente.

Parece, portanto, bastante possível ampliar o alcance do modo heterogêneo de constituição da escrita. Uma pergunta sugestiva ao texto escrito pode ser a seguinte: há uma fala nessa escrita? Uma tal pergunta pressupõe, naturalmente, uma perspectiva sobre os tais encontros entre o oral/falado e letrado/escrito, perspectiva que vem muito claramente formulada por Abaurre: *"como lingüista, interessa-me compreender a relação sujeito/linguagem, já que me parece parcial, reducionista e inadequada qualquer teoria da linguagem que a toma como objeto pronto e acabado, fora dos sujeitos"* (1996, p. 123). No

presente trabalho, procuramos, por meio dessa perspectiva, evitar não só a consideração de tais encontros como problemas de interferência da oralidade na escrita (fato que levaria a pressupor a pureza de cada uma dessas práticas), mas também evitar conceber o sujeito/escrevente como o indivíduo que produz sua escrita a partir de si mesmo. Neste particular, trabalhamos com a idéia de um sujeito *individuado* (Veyne, 1971, 1983), que marca lingüisticamente, segundo tipos de ruptura que seu texto pode apresentar (pontos de *individuação*), a especificidade de sua identificação a grupos. Essa perspectiva defende a presença do outro como constitutiva do sujeito e de seu discurso, fato que, em nosso estudo, foi marcado pelas idéias de heterogeneidade e de representação. Essas idéias, por sua vez, deram as pistas lingüísticas da divisão enunciativa do sujeito, permitindo, assim, definir o modo heterogêneo de constituição da escrita dos vestibulandos.

A possibilidade de ampliar o alcance desse modo heterogêneo abre uma perspectiva para um novo tratamento do texto também para áreas como a da chamada Comunicação Social, em que as contribuições podem multiplicar-se. Atribuir um estatuto heterogêneo ao texto radiofônico, por exemplo, parece ser um caminho para atender a exigência do próprio veículo, que pede, numa formulação pouco clara, mas sugestiva, um texto escrito para ser falado. Esse novo tratamento do texto escrito, que inclui uma atenção especial às marcas do processo de sua produção, pode ser útil também para as mais diversas áreas científicas em que seja relevante explorar a relação sujeito/linguagem a partir da consideração do texto escrito.

Como última palavra, gostaríamos de destacar a relação entre o modo heterogêneo de constituição da escrita e as grandes transformações

tecnológicas que estão ocorrendo no campo da comunicação, caracterizadas pela heterogeneidade de materiais significantes. Se, de uma perspectiva autonomista, pode-se discutir o declínio da escrita em favor de outros modos de comunicação, seria o caso de se perguntar se - encarada como um tipo particular de enunciação (portanto como constitutivamente heterogênea) - o seu modo heterogêneo de constituição não estaria apto a compor, com esses recursos tecnológicos, novos e inusitados encontros. Os "bilhetes" que recebemos via INTERNET não deixam dúvidas quanto a fala que há naquela escrita estar compondo, com essas novas tecnologias¹⁵⁹, novos modos também heterogêneos de constituição da escrita.

¹⁵⁹ A multiplicação das possibilidades tecnológicas de combinação é descrita por Lévy quando o autor trata da noção de "interface". Segundo o autor, o próprio vocabulário da informática indicava, tempos atrás, a colocação em lados opostos a "entrada" e a "saída" de informação, tendo ao centro a máquina central. Lévy mostra que esta época terminou e que "através de uma verdadeira dobradura lógica, as duas extremidades juntaram-se e, viradas para o mesmo lado, compõem hoje a 'interface'. O computador passa a ser um encaixe, uma rede de interfaces sucessivas. Associando as redes de interfaces às tecnologias intelectuais, Lévy define o "próprio princípio da escrita" como "a interface visual da língua ou do pensamento". A essa interface vem acrescentar-se a de "uma embalagem particular", que é "a interface romana, e não a grega ou a árabe". E a esta, sucessivas alterações até chegar ao livro. Seria este, pergunta o autor, "uma sociedade de palavras"? E responde: "Certamente, mas estas palavras encontram-se materializadas, conectadas, apresentadas e valorizadas junto ao leitor por uma rede de interfaces acumulada e polida pelos séculos. Caso se acrescente ou se suprima uma única interface à rede técnica da escrita em um dado momento, toda a relação com o texto se transforma". E conclui: "o sentido remete sempre aos numerosos filamentos de uma rede, é negociado nas fronteiras (...), ao acaso dos encontros" (1993, p. 177-80, destaque nosso).

ABSTRACT

The proposal of this study is to point out the features of a heterogeneous way of writing organization. Taken the imaginary about writing which circulates among society into account, the question approached is the one which concerns the image performance which the "writer" makes of the writing in the text construction. The characterization of these features is based, on one hand, in the perception of several authors that there are texts produced in the mean points between the typically considered poles of spoken and written languages and, on the other, in the performance of the dialogistic principle of the language as condition of its heterogeneity combination. At first, this characterization is made by establishing of a concept of the heterogeneous way of the writing organization from two basic point of view discussion about writing: the autonomist view which deals with the radical dichotomy between spoken and written language and the view that makes this autonomy relative by proposing a continuum between these poles. The second step of it is the establishment of a work methodology from the creation of an observation space that postulates the dialogistic circulation of the "writer" through three axis of writing representation: the one of the image which the "writer" makes of the genesis of his writing, the one that the "writer" makes of instituted written code and the one of the representation which the "writer" makes of the writing in its (and in his) dialogy with what has been already spoken/written. Yet, at this establishing methodology moment, it is adopted a particular way of analyzing the texts: namely the clue paradigm, taken as basis for investigations of linguistic cues, regularities and properties of the analyzed texts. Approaching

separately each of the three axis for observation, in a third step, the analysis of a set of eighty-three dissertations of an admission exam for college of 1992 is made. How this heterogeneous way of writing organization works shows the specific feature (at the same time, general and particular) of the relation "writer"/language, allowing the questioning of either the view which considers this heterogeneous way as an interference of the oral into the written language or the one which considers only the product of the reproduction of the instituted writing models.

KEYWORDS: 1. Writing. 2. Imaginary.

BIBLIOGRAFIA

- ABAURRE, M.B.M. (1989) *Oral and written texts: beyond the descriptive illusion of similarities and differences*. [s.l. : s.n.].
- _____. (1990 a) *Linguística e psicopedagogia*. In: SCOZ, B.J.L. et al. (orgs.) *Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional*. Treimpr. Porto Alegre (RS) : Artes Médicas, p. 186-216.
- _____. (1990 b) *Língua oral, língua escrita: interessam à Linguística, os dados da aquisição da representação escrita da linguagem?* In: IX CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALFAL. *Anais...* [s.l.], p. 1-16.
- _____. (1992/1996) *Os estudos lingüísticos e a aquisição da escrita*. In: *Anais do II Encontro nacional sobre aquisição da linguagem*. Porto Alegre (RS) : PUCRS/CEAAL (Centro de Estudos sobre Aquisição e Aprendizagem da Linguagem), 1992. [Publ. posteriormente em: CASTRO, M.F.P. de (org.) *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas (SP) : Edit. da UNICAMP, 1996, p. 111-163.]
- _____. (1994) *Indícios das primeiras operações de reelaboração nos textos infantís*. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 41. *Estudos Lingüísticos XXIII, Anais de Seminários do GEL*, v. 1. São Paulo, p. 1-6.
- ABAURRE, M.B.M. et al [s/d] *A relevância teórica dos dados singulares na aquisição da linguagem escrita*. Campinas (SP) : Instituto de Estudos da Linguagem - UNICAMP (Projeto Integrado de Pesquisa - CNPq).
- _____. (1995) *Considerações sobre a utilização de um paradigma indiciário na análise de episódios de refacção textual*. *Trabalhos em Lingüística Aplicada* 25. Campinas (SP) : IEL/UNICAMP, p. 5-33.
- ACHARD, P. (1989) *Um ideal monolíngüe*. In: VERMES, G. & BOUTET, J. (orgs.) *Multilingüismo*. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP. p. 31-55.
- ALVES, I.M. (1992) *Prefixos negativos no português falado*. In: ILARI, R. (org.) *Gramática do português falado*. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP. p. 99-109.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1990) *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. *Caderno de Estudos Lingüísticos* 19. Campinas (SP) : IEL/UNICAMP, p. 25-42.
- AZEREDO, J.C. (1990) *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro : Zahar.
- BAKHTIN, M. (Volochinov, V.N.) (1979) *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo : HUCITEC.

- _____. (1981) *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro : Forense-Universitária.
- _____. (1992) *Estética da criação verbal*. São Paulo : Martins Fontes.
- BARROS, D.L.P. DE (1994) Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, D.L.P. DE & FIORIN, J.L. (orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo : EDUSP, p. 1-9.
- _____. (1985) *A festa do discurso: teoria do discurso e análise de redações de vestibulandos*. Tese (Livre Docência em Lingüística) - Departamento de Lingüística e Línguas Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tomo II.
- BARTHES, R. (1970) *Crítica e verdade*. São Paulo : Perspectiva.
- _____. [s.d.] *Aula*. São Paulo : Cultrix.
- BENVENISTE, É. (1976) *Problemas de lingüística geral*. São Paulo : Nacional/EDUSP.
- _____. (1989) *Problemas de lingüística geral II*. Campinas (SP) : Pontes.
- BERRUTO, G. (1974) *La sociolingüística*. Bologna : Zanichelli Editore.
- BIBER, D. (1988) *Variation across speech and writing*. Cambridge : Cambridge University Press.
- BRAIT, B. (1994) As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D.L.P. DE & FIORIN, J.L. (orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo : EDUSP, p. 11-27.
- BROWN, G. & YULE, G. (1985) *Discourse Analysis*. Cambridge : Cambridge University Press.
- BRUNER, J. e WEISSER, S. (1995) Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna. In: OLSON, D. & TORRANCE, N. (Orgs.) *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo : Ática.
- CADIOT, P. (1989) As misturas de língua. In: VERMES, G. & BOUTET, J. (orgs.). *Multilingüismo*. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP. p. 139-154.
- CAGLIARI, L.C. (1992) Da importância da prosódia na descrição de fatos gramaticais. In: ILARI, R. (org.) *Gramática do português falado*. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP. p. 39-64.
- CAMACHO, R.G. (1988) A variação lingüística. In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo : SE/CENP, v. 3, p. 29-41.

CÂMARA JR., J.M. (1972) *Manual de expressão oral e escrita*. 3ed. Rio de Janeiro/São Paulo : J. Ozon.

_____. (1978) *Dicionário de lingüística e gramática*. referente à língua portuguesa. 8ed. Petrópolis (RJ) : Vozes.

CASTILHO, A.T. DE (1988) Variação lingüística, norma culta e ensino da língua materna. In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo : SE/CENP, v. 3, p. 53-59.

CASTILHO, A.T. DE e CASTILHO, C.M.M.(1992) Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (org.) *Gramática do português falado*. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP. p. 213-260.

CAPRETTINI, G.P. (1991) Peirce, Holmes, Popper. In: Eco, U. & SEBEOK, T.A. (orgs.) *O signo de três*: Dupin, Holmes, Peirce. São Paulo : Perspectiva.

CHACON, L. (1996) *Ritmo da escrita*: uma organização do heterogêneo da linguagem. Campinas (SP). Tese (Doutorado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

CHAFE, W.L. (1982) Integration and involvement in speaking, writing, and oral literature. In: TANNEN, D. (org.) *Spoken and written language*: exploring orality and literacy. Norwood (NJ) : Ablex. p. 35-53.

_____. (1985) Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, D.R. & al. (orgs.) *Literacy, language, and learning*: the nature and consequences of reading and writing. Cambridge : Cambridge University Press. p. 105-123.

DAHLET, P. (1994) A produção da escrita, abordagens cognitivas e textuais. *Trabalhos em Lingüística Aplicada 23*. Campinas (SP) : IEL/UNICAMP, p. 79-95.

DECROSSE, A. (1989) Um mito histórico, a língua materna. In: VERMES, G. & BOUTET, J. (orgs.), *Multilingüismo*. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP. p. 19-29.

DUARTE, M. E. L. (1989) Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (org.) *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas (SP) : Pontes/Editora da UNICAMP, p. 19-34.

DUCROT, O. (1977) *Princípios de semântica lingüística*: dizer e não dizer. São Paulo : Cultrix.

_____. (1981) *Provar e dizer*: linguagem e lógica. São Paulo : Global.

_____. (1987) Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: *O dizer e o dito*. Campinas : Pontes.

- FAUNDEZ, A. (1994) *A expansão da escrita na África e na América Latina*. análise de processos de alfabetização. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- FIORIN, J.L. (1994) Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, D.L.P. DE & FIORIN, J.L. (orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*: em torno de Bakhtin. São Paulo : EDUSP, p. 29-36.
- FOUCAULT, M. (1971) *L'ordre du discours*. Paris : Gallimard.
- GERALDI, J.W. (org.) (1984) *O texto na sala de aula*: leitura e produção. 8ed. Cascavel (PR) : ASSOESTE.
- _____. (1996) *Linguagem e ensino*: exercícios de militância e divulgação. Campinas (SP) : Mercado de Letras - ALB.
- GINZBURG, C. (1989) *Mitos, emblemas e sinais*: morfologia e história. São Paulo : Companhia das Letras.
- _____. (1991) Chaves do mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: ECO, U. & SEBEOK, T.A. (orgs.) *O signo de três*: Dupin, Holmes, Peirce. São Paulo : Perspectiva.
- GNERRE, M. (1985) *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo : Martins Fontes.
- GOODY, J. (1979) *La raison graphique*: la domestication de la pensée sauvage. Paris : Minuit.
- HAVELOCK, E.A. (1996). *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. São Paulo : EDUNESP; Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- JAKOBSON, R. (1975) *Linguística e comunicação*. 8ed. São Paulo : Cultrix.
- JUBRAN, C.C.A.S. (1993) Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. In: CASTILHO, A.T. (org.) *Gramática do português falado*. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP/FAPESP. p. 31-74.
- KOCH, I.G.V. (1988) Principais mecanismos de coesão textual em português. *Cadernos de Estudos Linguísticos 15*. Campinas (SP) : IEL/UNICAMP, p. 73-80.
- _____. (1996) Um caso singular de seleção lexical em redação de vestibular. Campinas (SP) : Instituto de Estudos da Linguagem, p. 1-4 (xerox do original).
- KOCH, I.G.V. E TRAVAGLIA, L.C. (1990) *A coerência textual*. 2ed. São Paulo : Contexto.
- KOCH, I.G.V. et al. (1990) Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In: CASTILHO, A.T. (org.) *Gramática do português falado*. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP/FAPESP. p. 143-184.

LAPA, M.R. [s.d.] *Estilística da língua portuguesa*. 2ed. Lisboa : Francisco Franco.

LEMONS, C.T.G. de (1986) Interacionismo e aquisição de linguagem. *D.E.L.T.A.* São Paulo : PUC/SP, v. 2, n. 2, p. 231-248.

_____. (1988) Coerção e criatividade na produção do discurso escrito em contexto escolar: algumas reflexões. In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo : SE/CENP, v. 3, p. 71-7.

_____. (1994) A função e o destino da palavra alheia: três momentos da reflexão de Bakhtin. In: BARROS, D.L.P. DE & FIORIN, J.L. (orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo : EDUSP, p. 37-43.

LÉVY, P. (1993) *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro : Ed. 34.

LOPES, E. (1993) O texto literário e o texto de massa e o ensino da Língua Portuguesa. In: _____. *A palavra e os dias: ensaios sobre a teoria e a prática da literatura*. São Paulo : EDUNESP/Campinas (SP) Ed. da UNICAMP. p. 27-43.

LURIA, A.R. (1988) O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKII, L.S. et al. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo : Ícone/EDUSP. p. 143-189.

MAIA, E. A. da M. (1985) A dialética da gênese do empréstimo na constituição da psicolingüística. *D.E.L.T.A.* São Paulo : PUC/SP, v. 1, n. 1/2, p. 95-109.

MAINGUENEAU, D. (1989) *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas (SP) : Pontes/Ed. da UNICAMP.

_____. (1993) *Le contexte de l'oeuvre littéraire: énonciation, écrivain, société*. Paris : Dunod.

MARCUSCHI, L. A. (1986) *Análise da conversação*. São Paulo : Ática.

_____. (1994a) Contextualização e explicitude na relação entre fala e escrita. Versão preliminar da conferência apresentada no I Encontro Nacional sobre Língua Falada e Ensino, na UFAL, Maceió (AL-Brasil): 14 a 18/03/94, p. 1-19 (xerox do original).

_____. (1994b) Premissas para um tratamento adequado da oralidade e da heterogeneidade lingüística no ensino de língua materna. In: _____. *O tratamento da oralidade no ensino de língua* (em preparação), [s.l.], p. 1-14 (xerox).

- _____. (1995) Oralidade e escrita. (Texto da Conferência pronunciada no I COLÓQUIO FRANCO-BRASILEIRO SOBRE LINGUAGEM E EDUCAÇÃO. UFRN, 26-28 de junho, p. 1-17).
- MARTINS, W. (1957) *A palavra escrita*. São Paulo : Anhembi.
- OLSON, D.R. (1977) From utterance to text: the bias of language in speech and writing. *Harvard Educational Review*, v. 47, n. 3, August/77, p. 257-281.
- QUIRK, R., GREENBAUN, S., LEECH, G., SVARTVIK, J. (1985) Prosody and punctuation. In: _____. *A comprehensive grammar of the English language*. London/New York : Longman.
- PÊCHEUX, M. (1988) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP.
- _____. (1990a) Análise automática do discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP. p. 61-162.
- _____. (1990b) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas (SP) : Pontes.
- PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. (1990) A propósito da análise automática do discurso (1975). In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP. p. 163-252.
- PÉCORA, A. (1989) *Problemas de redação*. 3ed. São Paulo : Martins Fontes.
- PERELMAN, C. (1977) *L'empire rhétorique - rhétorique et argumentation*. Paris : J. Vrin.
- PERINI, M.A. (1989) *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo : Ática.
- PEZATTI, E.G. (1993) A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado. *Alfa: Revista de Linguística*. São Paulo : UNESP, v. 37, p. 159-178.
- PRETI, D. (1991) *A linguagem dos idosos: um estudo de análise da conversação*. São Paulo : Contexto.
- POSSENTI, S. (1995) O 'eu' no discurso do 'outro' ou a subjetividade mostrada. *Alfa: Revista de Linguística*. São Paulo : UNESP, v. 39, p. 45-55.
- _____. (1996) O dado *dado* e o dado *dado*. In: CASTRO, M.F.P. de (org.) *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas (SP) : Edit. da UNICAMP, p. 195-207.
- REBOUL, O. (1980) *Langage et idéologie*. Paris : Presses Universitaires de France.

- _____. [s.d.] *O slogan*. São Paulo : Cultrix.
- RIBEIRO, J. (1927) *Curiosidades verbaes* (Estudos applicaveis á língua nacional). São Paulo/Rio de Janeiro : Cayeiras/Melhoramentos.
- RISSO, M.S. (1993) "Agora... o que eu acho é o seguinte": um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. In: CASTILHO, A.T. (org.) *Gramática do português falado*. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP/FAPESP. p. 31-60.
- ROSSI-LANDI, F. (1985) *A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação lingüísticas*. São Paulo : DIFEL.
- SCARPA, E.M. (1995) Sobre o sujeito fluente. *Cadernos de Estudos Lingüísticos 29*. Campinas (SP) : IEL/UNICAMP, p. 163-184.
- SECCO, C.L.T. (1993) *O mar e os marulhos da memória na ficção do angolano Manuel Rui. Estudos Portugueses e Africanos*. Campinas (SP) : Núcleo de Estudos de Culturas de Expressão Portuguesa (NECEPO), IEL/UNICAMP, v. 21, p. 59-65.
- SILVA, A. (1991) *Alfabetização: a escrita espontânea*. São Paulo : Contexto.
- STAM, R. (1992) *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo : Ática.
- STREET, B.V. (1984) *Literacy in theory and practice*. Cambridge : Cambridge University Press.
- SUASSUNA, L. (1995) *Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas (SP) : Papyrus.
- TANNEN, D. (1982) The myth of orality and literacy. In: FRAWLEY, W. (org.) *Linguistics and literacy*. New York : Plenum Press. p. 37-50.
- TARALLO, F. (1986) *A pesquisa sócio-lingüística*. 2ed. São Paulo : Ática.
- TFOUNI, L.V. (1994) Perspectivas históricas e a-históricas do letramento. *Cadernos de Estudos Lingüísticos 26*. Campinas (SP) : IEL/UNICAMP, p. 49-62.
- VACHEK, J. (1989) *Written language revisited*. Amsterdam/Philadelphía : John Benjamins.
- VERMES, G. & BOUTET, J. (1989) Introdução. In: _____ . (orgs.) *Multilingüismo*. Campinas (SP) : Ed. da UNICAMP. p. 7-15.
- VERÓN, E. (1980) *A produção do sentido*. São Paulo : Cultrix/EDUSP.
- VEYNE, P. (1971) *Comment on écrit l'histoire* (suivi de: Foucault révolutionne l'histoire). Paris : Éditions du Seuil.

_____. (1983) *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo : Brasiliense.

VYGOTSKY, L.S. (1987) *Pensamento e linguagem*. São Paulo : Martins Fontes.

_____. (1988) *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 2ed. São Paulo : Martins Fontes.

WEINREICH, U.; LABOV, W. E HERZOG, M.I. (1968) Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.P. & MALKIEL, Y. (Ed.) *Directions for historical linguistics: a symposium*. Austin & London : University of Texas Press. p. 97-195.

